

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL**

Okinawanos e não-okinawanos em Campo
Grande: Relações de Parentesco e Famílias

NÁDIA FUJIKO LUNA KUBOTA

São Carlos, 2015

Nádia Fujiko Luna Kubota

Okinawanos e não-okinawanos em Campo
Grande: Relações de Parentesco e Famílias

Tese de Doutorado
apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em
Antropologia Social da
Universidade Federal de São
Carlos, sob orientação do Prof.
Dr. Igor José de Renó
Machado.

São Carlos, 2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

K95on Kubota, Nádia Fujiko Luna.
Okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande :
relações de parentesco e famílias / Nádia Fujiko Luna
Kubota. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
239 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2015.

1. Antropologia social. 2. Família. 3. Comunidade nikkei.
4. Decasségui. 5. Campo Grande (MS). 6. Okinawa (Japão).
I. Título.

CDD: 306 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE

Nádia Fujiko Luna Kubota

24/03/2015

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Piero Camargo Leirner
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Lili Katsuco Kawamura
Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP

Profa. Dra. Elisa Massae Sasaki
Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 24/03/2015.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Igor José de Renó Machado
Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Prof. Dr. Piero Camargo Leirner
Profa. Dra. Lili Katsuco Kawamura
Profa. Dra. Elisa Massae Sasaki

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª. Reunião no dia ____ / ____ / ____.

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello
Coordenador do PPGAS

à minha família

Agradecimentos

Agradeço à FAPESP pelo financiamento desta pesquisa de doutorado.

Agradeço à Capes/PDSE pelo financiamento do estagio de doutorado sanduiche realizado em Paris/França.

Foram vários anos dedicados à esta pesquisa, sendo imprescindível um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Igor Jose de Reno Machado, por sua supervisão constante e por sua enorme paciência e calma. Agradeço também a todo o corpo docente da UFSCar, que em todos estes anos pode contribuir para a minha formação e reflexão sobre o tema do projeto de pesquisa. Em especial, ao Prof. Piero de Camargo Leiner e ao Prof. Luis Henrique Toledo, por sua grande contribuição.

Também agradeço aos meus primeiros professores do curso de graduação em Ciências Sociais, especialmente Alvaro Banducci Junior, Ana Maria Gomes e David Victor Emmanuel Tauro. Foram eles que ajudaram a construir os pilares para que esta tese de doutorado pudesse ser finalmente apresentada.

Agradeço à Profa. Monica Raisa Schpun, minha supervisora no período de realização do estagio de doutorado sanduiche em Paris, na Ecole des Hautes Etudes en Scienses Sociales. Meus agradecimentos também à Celia Sakurai, que fez parte de quase toda minha vida acadêmica e sua ajuda foi sempre muito importante.

Meus agradecimentos aos colegas e amigos do PPGAS, que fizeram parte de todo este processo, desde o meu ingresso no doutorado, até este momento final. Victor Hugo Kebbe, José Valdir Jesus de Santana, Ludmila Helena Rodrigues dos Santos, Gil Vicente Lourenção, Erica Hatugai, Cristina Silva e Alexandra Gomes de Almeida.

Aos colegas e amigos, antropólogos e não-antropólogos, que também fizeram parte desta historia, ouvindo minhas inquietudes e me ajudando sempre que possível. Obrigada à Francisco Neto, Lais Miwa Higa, Sandra Mara, Natacha Simei Leal, Thiago Motta, Leandro Nascimento, Julie Shapiro, Vinicius Sato, Renato

Ishikawa, Stephanie Amaya, Vitor Silva Pereira, Diego Correia, Flavia Santa Cecilia, Miriam Mity, Tiago “Miojo”, Tatiana “Stones” Cavalcanti, Adriano Kobayashi, Silvia Salomão, Edson Benedito Rondon Filho, Iris Araujo, Raimundo Santos, Gilmaria Salviano, Sarah Le Baron Von Bayer, André Luiz Frozino Ribeiro, Gilberto “Geribola”. Entre estes, talvez eu tenha esquecido algum nome, não por falta de consideração de minha parte, mas pela falta de memória a que todos estamos sujeitos.

Agradeço à Celso Higa e Edna Kohatsu por sua ajuda. Sem seus conhecimentos sobre a cidade o caminho para esta tese seria muito mais árduo.

Aos familiares que estiveram sempre por perto. Sem sua ajuda, certamente este trabalho não poderia ser realizado da mesma forma. À Minha mãe, Teofila Luna, aos meus irmão, Daniel Luna Kubota e Hajime Luna Kubota, à minha prima Eveny Luna, à minha tia Maria Neide Luna, meu agradecimento profundo por toda a ajuda e colaboração recebida em toda a minha vida.

Aos grandes amigos que fizeram parte de minha historia, Regina Resstel, Ricardo Arruda e Teophanes Resstel, muito obrigada por todo o apoio.

À minha nova família, que tem me apoiado apesar da distância que nos separa. Arnaud Treillard, Mirreille Treillard et Didier Treillard, un grand merci.

Resumo

O Japão tem sido ao longo das últimas décadas, permeado pelo mito da homogeneidade étnica. A ideia dessa homogeneidade está presente mesmo nos países que receberam imigrantes nipônicos, como é o caso do Brasil. Entretanto, há algumas décadas tem sido possível notar que a multiplicidade e a diversidade também fazem parte da realidade japonesa. Essa diversidade faz com que os gruposensem-se e pensem os outros como opostos. Assim, Campo Grande torna-se campo de investigação dessa heterogeneidade, visto que possui dois grupos distintos – okinawanos e não-okinawanos (japoneses) – em um movimento de oposição e englobamento ao longo da história. Ao pensar em uma “unidade japonesa” acaba-se por não dar atenção às particularidades que compõe as relações estabelecidas entre os grupos envolvidos (okinawanos, não-okinawanos e ocidentais). A proposta dessa pesquisa é, portanto, a de compreender como noções de família e pertencimento podem construir as oposições e diferenciações entre imigrantes japoneses e seus descendentes na cidade de Campo Grande.

Palavras-Chave: Okinawa, Japão, Campo Grande, Nikkei, Parentesco, Família

Abstract

Japan has been permeated by the myth of ethnic homogeneity. The idea that homogeneity is present even in countries receiving "nikkeys" immigrants, as is the case in Brazil. However, a few decades it has been possible to note that the multiplicity and diversity are also part of the Japanese reality. This diversity makes the group think of themselves and others to think as opposites. Thus, Campo Grande becomes field investigation of this heterogeneity, since it possesses two distinct groups - Okinawans and "naichi" (Japanese) - in an opposition movement and aggregation throughout history. When thinking of a "Japanese unit" is over for not paying attention to details that make up the relations between the groups involved (Okinawans, non-Okinawans and non-western). The purpose of this research is therefore to understand how notions of family and belonging can build the oppositions and differences between Japanese immigrants and their descendants.

Key-Words: Okinawa, Japan, Campo Grande, Nikkey, Kinship, Family.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Variáveis de Casamentos Entre 1920 e 1960.....	93
Tabela 02 – Variáveis de Casamentos – 1980-1981.....	100
Tabela 03 – Variáveis de Casamentos – 1990-1991.....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Monumento em Homenagem aos Imigrantes Nikkei de Campo Grande.....	45
Figura 02 – Escola Visconde de Cairu em 1926.....	48
Figura 03 – Escola Visconde de Cairu nos Dias Atuais.....	49
Figura 04 – Clube Nipo.....	51
Figura 05 – Clube Nipo.....	51
Figura 06 – Associação Okinawa.....	54
Figura 07 – Associação Okinawa.....	55
Figura 08 – Genealogia de Emiko-San.....	125
Figura 09 – Genealogia de Cezar.....	126
Figura 10 – Genealogia de Sara.....	129
Figura 11 – Genealogia de Priscila.....	131
Figura 12 – Genealogia de Raquel.....	133
Figura 13 – Genealogia da Avó de João.....	136
Figura 14 – Genealogia de José.....	138
Figura 15 – Genealogia de Margarida.....	141
Figura 16 – Genealogia de Paulo.....	146

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 01 – Numero de Casamentos Nikkei Por Década.....	89
Gráfico 02 – Nacionalidade dos Homens Nikkei.....	90
Gráfico 03 – Local de Nascimento Entre Todos os Homens.....	91
Gráfico 04 – Nacionalidade das Esposas Nikkei.....	92
Gráfico 05 – Local de Nascimento Entre Todas as Mulheres.....	92
Gráfico 06 – Variáveis de Casamentos Entre 1920 e 1960.....	94
Gráfico 07 – Tipos de Casamentos em 1980.....	99
Gráfico 08 – Variáveis de Casamentos em 1980.....	101
Gráfico 09 – Tipos de Casamentos em 1990.....	102
Gráfico 10 – Dos 74 Casamentos com Não-Nikkei.....	102
Gráfico 11 – Variáveis de Casamentos em 1990.....	105
Gráfico 12 – Tipos de Casamentos em 2000.....	105
Gráfico 13 – Tipos de Casamentos Entre 2010 e 2012.....	106
Gráfico 14 – Casamentos Entre Nikkei e Não-Nikkei.....	110
Gráfico 15 – Homens Okinawanos e Naichi e suas Esposas Não-Nikkei.....	111
Gráfico 16 – Mulheres Okinawas e Naichi e Seus Esposos Não-Nikkei.....	111
Gráfico 17 – Casamentos com Não-Nikkei em Todos os Períodos	112
Gráfico 18 – Mulheres Okinawanas e Naichi e seus Esposos não-nikkei	113

Índice

Dedicatória.....	04
Agradecimentos.....	05
Resumo.....	07
Abstract.....	08
Lista de Tabelas.....	09
Listas de Figuras.....	10
Lista de Gráficos	11
Introdução.....	14
1. Famílias “Japonesas”	24
1.1 A Família Okinawana.....	25
1.2 A Família Japonesa	31
1.3 O Pós-Guerra Mudou a Família?.....	40
2. Crochetando o Campo.....	44
2.1 Das Ilhas à Campo Grande – as Historias dos dois Grupos na Cidade...45	
2.2 Produzindo Japonesidades.....	58
2.3 Nas Tramas do Crochê – Uma Naichi na Associação Okinawa de Campo Grande.....	62
2.4 Crochetando Meio-Parentes.....	69
2.5 Crochetando Passado e Futuro – Mulheres Okinawanas e Seus Netos..73	
3. Registros de Casamento – Histórico das Famílias Nikkei em Campo Grande.....	82
3.1 Famílias Nikkei em Campo Grande – De 1920 aos dias Atuais.....	85
4 Crochetando Relações - Genealogias e Relacionalidades.....	117
4.1 As Genealogias.....	121

4.2 Além das Genealogias – Crochetando Laços de Parentesco.....	147
5. Movimento decasségui.....	156
5.1 O Movimento Decasségui – De 1980 aos dias atuais.....	157
5.2 O Movimento Decasségui e a (Quase) Homogeneidade.....	162
5.3 Família, Almoça Junto Todo Dia?.....	165
5.4 Famílias aos Pedacos e a Formação de Novos Parentescos.....	171
5.5 Os Papeis Flutuantes de Parentesco.....	178
Conclusão.....	191
Referências Bibliográficas	201
Anexos.....	210

Introdução

- *Did you learn this in Japan?*
 - *Okinawa.*
 - *Where's that?*
- *My country. China here, Japan here, Okinawa here*¹.

O tema dessa pesquisa foi aos poucos sendo descoberto durante as investigações do mestrado, em campo, quando procurava refletir sobre a “colônia japonesa” em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, local onde nasci e passei grande parte da minha vida.

Naquele momento, meados dos anos 2000², minha experiência na cidade já havia me mostrado há algumas décadas que essa ideia de uma colônia, de um grupo coeso e homogêneo³, não representava exatamente a realidade. Podia observar desde pequena que havia ao menos dois grupos distintos entre aqueles nikkei⁴. “Ele/ela não é japonês” era uma frase recorrente na minha família e entre os conhecidos. Foi quando ouvi as primeiras explicações sobre as tais diferenças. “Eles não são japoneses”, “eles são japoneses, mas são diferentes” ou ainda, “eles são japoneses negros” e, finalmente, “eles são okinawanos”. Foi a partir das leituras sobre Japão que passei a obter mais informações sobre a existência de diversos grupos no interior daquele país, entre os mais conhecidos, Okinawanos, *Burakumin* e os *Ainu*.

¹ The Karate Kid. Direção: John G. Avildsen, Produção: Jerry Wientraub. Los Angeles (USA): Columbia Pictures, 1984, 126 min. 1 DVD (30'17")

² Realizei o mestrado no período de 2004 a 2008.

³ A opção pelo uso das aspas ao tratar sobre a “colônia japonesa”, é tentativa de evitar justamente o erro de que existiria tal coesão e unidade. Assim, o uso das aspas indica a população nikkei em Campo Grande independente de sua origem. Opto também por utilizar o termo japonês – sem aspas – ao me referir à esta população no Japão, independente do grupo ao qual pertencem e que não vivenciou a experiência da migração.

⁴ Nikkeis são todos os indivíduos de origem “japonesa” nascidos fora do Japão. Como forma de sanar qualquer confusão, utilizo o termo nikkei ao me referir aos dois grupos okinawano e *naichi* (termo a ser explicado adiante) genericamente, quando a origem e as particularidades de cada grupo não precisam ser exteriorizadas.

No dialogo entre Daniel-san⁵ e o Senhor Miyagi, no célebre filme Karatê Kid, citado acima, fica evidente a existência e a afirmação das diferenças no interior do grupo “japonês”. Em nenhum momento o professor de karatê se posiciona como um simples japonês. Ao contrário, explica ao jovem aprendiz da arte marcial que seu país é Okinawa, contrapondo-o ao Japão e até mesmo à China. Sua fala é simbólica, pois, anteriormente conhecido como Reino de Ryūkyū, a província de Okinawa teve seu passado de independência e manteve em sua história relações com diversos países, incluindo a China, que mais tarde protesta sua anexação por parte do Japão.

Durante séculos, a região manteve uma relação de vassalagem com a China (período entre 1372-1874). Somente em 1609 o Japão passa a estender seu poder político sobre Okinawa, quando o então rei okinawano é tomado como prisioneiro pelo Japão. Em 1879 torna-se província nipônica, o que leva essa região a passar por um rápido processo de adequação às leis, idioma e costumes nipônicos. Por conta do fim da Segunda Guerra Mundial e da derrota japonesa, Okinawa esteve sob tutela dos EUA entre 1945-1972, quando a administração da província finalmente foi devolvida ao Japão.

The people of the Ryūkyū islands (including present-day Okinawa prefecture and the Amami islands of Kagoshima prefecture) are another native minority group to consider. An independent kingdom until 1609, and thereafter a semi-autonomous tributary of both China and Japan, the islands were annexed by Japan in 1879. Since annexation, Okinawa has had a troubled history, subjected to harsh Japanese economic domination, devastating warfare, and the twenty-seven-year US military occupation (HOWELL, 1996, p. 175)

Apesar da multiplicidade de grupos, esta pesquisa trata somente dos imigrantes e descendentes de origem okinawana e japonesa/não-okinawana, visto que estas são as duas populações residentes na cidade de Campo Grande. Para diferenciar estes indivíduos, optei por utilizar o termo nikkei ao me referir à população de imigrantes e seus descendentes de maneira geral, sem separação entre os grupos, bem como emprego da categoria nativa *naichi*⁶ referente aos imigrantes e

⁵ Forma de tratamento honorífico utilizado no Japão.

⁶ O termo será discutido adiante.

descendentes não-okinawanos. É preciso ressaltar que, além do termo *naichi*, o termo “japonês” também é utilizado como categoria nativa pelos descendentes de okinawanos ao se referirem aos demais, não-originários da província de Okinawa, o que demonstra que tal contraposição é dada diariamente dentro do grupo nikkei em questão.

Contudo, saber que existiam estes dois grupos na cidade de Campo Grande nunca me trouxe grandes informações sobre as reais diferenças existentes entre japoneses e okinawanos ou sobre suas histórias⁷. Foi durante o mestrado que me deparei com essa questão. Ao pesquisar sobre a festa japonesa do *Bon Odori* e o prato okinawano conhecido como *Sobá* (LUNA KUBOTA, 2008, 2012), passei a ouvir e presenciar constantemente entre meus informantes que essa diferenciação nativa ainda existia e que era preciso saber “quem era o quê”, em especial sobre o que fazia parte de uma cultura japonesa ou de uma cultura okinawana.

De acordo com meus informantes, além das diferenças culturais entre os dois grupos, existiria ainda uma diferença fenotípica, através da qual seria facilmente possível identificar os indivíduos na cidade de Campo Grande. Uma de minhas interlocutoras, de origem okinawana, foi enfática em afirmar que os okinawanos teriam o sangue forte, passado de geração em geração e que tais indivíduos carregariam as “piores”⁸ características dos japoneses:

Nós possuímos o que têm de pior dos japoneses, somos mais baixinhos, com pernas batatudas e feios.

Segundo ela, esse “sangue okinawano” seria forte, pois mesmo quando há casamentos entre okinawanos e *naichi*, os filhos sempre se parecem mais com os okinawanos:

O filho pode até ser alto, mas a gente bate o olho e percebe que ele é okinawano.

⁷ KEBBE, V. H. ; MACHADO, I. J. R. . Mito do sucesso da imigração japonesa, dekasseguis e o sonho da comunidade Nikkei. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina ; POVOA, Helion ; Santos, Miriam de Oliveira. (Org.). Migrações Internacionais - valores, capitais e práticas em deslocamento. 1ed.Santa Maria: Editora da UFSM, 2013, v. , p. 100-141.

⁸ Essa foi exatamente a expressão por ela utilizada.

O termo nativo *naichi*, apesar de possuir um caráter pejorativo, é utilizado pela população originária de Okinawa e pelos nativos de outros países, como os coreanos, para designar os japoneses e seus descendentes originários das três ilhas principais do Japão. É comum ouvi-los dizer que os *naichi* são os japoneses de Tóquio. Apesar do tom negativo, esta é uma categoria nativa amplamente utilizada na cidade de Campo Grande, mesmo entre os nikkei de origem não-okinawana. No Japão, muitos *naichi* desconhecem a existência desta palavra.

Ao apresentar minha pesquisa de mestrado em um congresso em 2007, tive a oportunidade de falar sobre o uso do termo e, entre os ouvintes, estava presente um pesquisador japonês que havia realizado seu doutorado no Brasil e havia ingressado há pouco em uma grande universidade brasileira como docente, cargo que ele dizia não saber por quanto tempo iria ocupar. Filho primogênito, tinha obrigações com relação aos seus pais, sendo o retorno ao Japão inevitável.

Após minha apresentação, conversamos sobre a população okinawana de Campo Grande e ele lembrou os tempos em que, estudante, foi fazer um intercâmbio na Coréia. Ele relata que os primeiros meses foram difíceis naquele país, especialmente porque o tratavam por *naichi* e ele não sabia o que aquilo queria dizer. Somente mais tarde ele passou a entender que aquela era uma forma de classificação em oposição aos próprios coreanos.

O mesmo ocorre entre os okinawanos, que usam o mesmo termo ao se referirem aos japoneses das ilhas principais. Entre a população nikkei campo-grandense, aqueles que são identificados como *naichi* acabam por se auto-identificar enquanto tal, apropriando-se do termo e o usando como mais uma forma de oposição. Em decorrência desta apropriação da categoria pelos próprios *naichi*, apesar do conhecimento de seu teor pejorativo, na ausência de outro termo menos carregado de tom negativo, utilizarei *naichi* para diferenciar os dois grupos na cidade, já que seu uso nativo indica a continuidade, entre os nikkei, da permanente existência de oposição à uma ideia de homogeneidade.

Esta oposição é colocada de diversas formas e a identificação dos dois grupos seria possível, de acordo com minha interlocutora de origem okinawana citada acima, até mesmo pelas características físicas e pela cor da pele. Entretanto, por diversas vezes notei que a utilização do fenótipo para identificar estes indivíduos nem sempre funciona. Diversos informantes afirmavam que okinawanos têm os

olhos mais abertos e que os *naichi* não tem a dobra das pálpebras⁹. No caso campo-grandense, pude notar ao longo dos últimos anos que esta fácil identificação dos indivíduos ocorre mais pelo fato de que, em menor ou maior grau, todos se conhecem, não sendo, realmente, por determinadas características fenotípicas.

Foi possível chegar à esta conclusão, pois, ao seguirem esta lógica que dá ênfase na cor da pele e nos traços fisionômicos, meus informantes por vezes se enganavam quando eu solicitava que identificassem determinadas pessoas. Eu mesma, nos casos em que não conheciam meu sobrenome, era classificada como okinawana, o que demonstra o quão frágil pode ser o uso do elemento fenotípico na realização de qualquer classificação dentro do grupo nikkei.

Quando falei sobre minha pesquisa, Esther¹⁰ logo comentou que seria uma pesquisa e tanto, pois em sua própria família havia surgido muita confusão quando um de seus 11 irmãos se casou com uma *naichi*. Infelizmente, para muitos dos interlocutores, talvez mais especialmente no caso nikkei, certos assuntos podem ser extremamente dolorosos, pois fazem com que memórias - muitas vezes desagradáveis - sejam retomadas, ainda mais quando se trata de falar sobre a própria família.

Quando tentei me aprofundar no assunto, Esther logo mudou de conversa e se despediu. Após algumas tentativas frustradas de contatá-la, entendi que o quão complicado seria seguir adiante com a pesquisa. Mais tarde, minha intuição se concretizou e me vi sendo “expulsa” de diversas residências ao longo de todo o trabalho de campo. Apesar de quase sempre educados, vários interlocutores me solicitavam para que eu partisse logo após me informarem suas genealogias. O motivo era quase sempre a falta de tempo, entretanto, alguns iam direto ao assunto logo depois de cerca de uma hora de conversa, dizendo: “acabou né?”, me levando

⁹ Mônica Schpun (História de uma invenção identitária », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 14 mars 2007, consulté le 16 septembre 2014. URL : <http://nuevomundo.revues.org/3685> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.3685) trata sobre a questão da cirurgia de ocidentalização dos olhos, realizada por garotas nikkei no Brasil. Tal cirurgia tem como objetivo transformar a aparência dessas jovens mais próxima de padrões ocidentais de beleza e, consequentemente, menos “japonesas”. O procedimento consiste justamente na criação de uma dobra em suas pálpebras.

¹⁰ Os nomes reais foram trocados por pseudônimos. Entretanto, ao renomear meus informantes, a escolha por nomes ocidentais ou orientais não se dá ao acaso. Utilizo nomes ocidentais para informantes registrados como tal e nomes orientais para indivíduos registrados dessa forma por seus pais.

até a porta. A solução nesses casos era me despedir e tentar um novo contato, quase sempre recusado.

Essa situação, entretanto, foi um forte indício de que eu estava seguindo o caminho certo. As relações de parentesco e as diferenças entre os okinawanos e os *naichi* ainda era – e é – questão tabu e importante entre essa população na cidade de Campo Grande.

Vale ressaltar que o Japão, a partir da Era Meiji¹¹, passou a ser um país permeado pelo mito da homogeneidade étnica, conhecido como *nihonjinron*, formado por um povo coeso que ressalta conceitos como os de “exclusividade, homogeneidade, orientação grupal e harmonia” (SASAKI, 2009, p. 111):

Phenomena such as the mass of Nihonjinron literature on Japanese identity emphasize the special uniqueness of the Japanese almost to the point of characterizing them as a different species of human (Dale). The unquestioned description of Japan as a *tan'itsu minzoku kokka* (monoethnic state) is another expression of this ideology. Scholars and intellectuals, as well as the nation's political, business, and media elite, commonly base their discussions of Japanese culture, society, and national character on the assumption of a widespread belief in the myth of monoethnicity or social homogeneity (Murphy-Shigematsu, 1993, p. 66).

Sasaki (2009, p. 111) explica que pelo conceito de *nihonjinron* temos a construção de uma identidade “japonesa”, que reforça suas diferenças não só com os países do ocidente, mas com relação também aos outros países asiáticos, já que o termo apresenta em sua fórmula a ideia de superioridade nipônica perante os demais povos. Outra característica do *nihonjinron* seria a disseminação de um discurso de que o Japão seria composto socialmente por uma unidade harmônica, afastando-se, portanto, de noções que valorizem individualidade ou mesmo a diversidade e diferenças étnicas.

¹¹ Período entre 1868 a 1912

Em sua obra sobre o Japão, Lévi-Strauss faz uma breve consideração sobre o que ele chama de originalidade “japonesa” e onde podemos ver a presença deste conceito de homogeneidade:

Compte tenu de la diversité des éléments qui, dans des temps très anciens, ont dû concourir pour former un type ethnique, une langue et une culture relativement homogènes, le Japon apparaît d’abord comme un lieu de rencontres et de mélanges; mais sa position géographique à l’extrémité orientale du Vieux Continent, son isolement intermittent lui ont aussi permis de fonctionner comme un filtre ou, si l’on préfère, un alambic distillant une essence plus rare et plus subtile que les substances charriées par les courants de l’histoire qui vinrent s’y combiner. Cette alternance d’emprunts et de synthèses, de syncrétisme et d’originalité, me paraît la mieux propre à définir sa place et son rôle dans le monde. (LÉVI-STRAUSS, C. 2011, p. 30-31)

Essa ideia teria sido levada até mesmo pelos imigrantes para os países que receberam essa população, como no caso brasileiro. Entretanto, o caso campograndense torna-se ilustrativo, pois apesar da existência de um discurso que se refere a uma suposta homogeneidade, é possível perceber que a multiplicidade (MACHADO, 2011) também faz parte da realidade “japonesa” mesmo em situação de imigração.

No caso de Campo Grande, se continuássemos a pensar por esta ideia de “unidade japonesa”, acabaríamos por não dar atenção às particularidades que compõem as relações estabelecidas entre os grupos envolvidos (okinawanos, *naichi* e ocidentais) na cidade. Assim, Campo Grande se tornou um campo de investigação dessa heterogeneidade, por possuir esses grupos distintos – okinawanos e *naichi* – em um movimento de oposição e englobamento ao longo da história.

Foi ao perceber esse movimento de oposição que pude também observar que muito se falava sobre as famílias nikkeis. Alguns de meus informantes diziam o quão diferentes eram esses dois grupos e como isso atrapalharia na formação de casamentos. Jovens declaravam claramente possuir preferências na escolha de seus parceiros, normalmente mantendo a relação dentro do mesmo grupo de origem.

É, eles têm rixa, igual a nossa aqui, do pessoal do norte [e] do pessoal do sul. Assim é lá no Japão também. Naichi com Okinawa é a mesma coisa. Tem essa rivalidade, porque eles dizem que okinawano é mais burro, não sei o que, e começa a xingar. (Fala de uma informante em 2007)

Bom, então você traz a sua namorada para eu ver qual é o costume dela, como é que tem que fazer, porque nós somos diferentes, somos japoneses, mas cada um é de um lado. (A mesma informante lembrando as palavras de sua irmã ao saber que o filho namorava uma *naichi*.)”

Tais informações obtidas durante o mestrado trouxeram à tona a necessidade de compreender como noções de família e pertencimento podem construir as oposições e diferenciações entre imigrantes nikkeis e seus descendentes na cidade de Campo Grande.

Esta tese é construída da seguinte forma: no primeiro capítulo elaboro uma revisão da literatura específica sobre parentesco japonês e okinawano, produção esta basicamente realizada pelos próprios “japoneses” sobre si mesmos. Vale aqui ressaltar que ao realizar a pesquisa bibliográfica sobre tais parentescos e famílias, pode-se verificar que muito pouco é produzido no Brasil ou acessível através de revistas acadêmicas eletrônicas sobre a população okinawana em português ou mesmo em inglês.

Grande parte da literatura sobre temas relacionados à família “japonesa” e à província de Okinawa foram por mim encontrados no período de estágio doutoral que realizei em Paris no ano de 2013. Além de ter acesso à produção acadêmica que trata sobre questões como minorias étnicas no Japão (okinawanos e outros), pude acompanhar alguns seminários que abordavam o tema das migrações e, mais especificamente, o Japão como um todo.

Foi possível, durante este período no exterior, perceber quais questões interessam aos pesquisadores na França e no mundo (visto que pude consultar na Biblioteca Nacional as bibliografias produzidas em outros países).

No que se refere à família e parentesco, por exemplo, boa parte da produção acadêmica encontrada na França é voltada para a questão da demografia e economia no arquipélago japonês. São em sua maioria dados estatísticos que procuram demonstrar crescimento ou redução das famílias, quantidade de filhos, tamanho das casas e moradia dos idosos. Algumas produções voltam-se para a questão da mulher “japonesa”, seu papel na sociedade, na família e feminismo, sendo outras para a questão da língua e artes.

Este período no exterior foi também proveitoso para conhecer um pouco mais sobre a população nikkei na França. Assim como em diversas cidades do Brasil, onde a imigração japonesa é relativamente alta, Paris possui seu bairro “japonês (ali, nunca encontrei nenhuma referência sobre Okinawa), repleto de pequenas lojas com artigos de decoração, moda, restaurantes e livrarias especializadas, onde é possível encontrar livros em japonês para a população imigrante e obras de literatura traduzidas para o francês.

Pude perceber que existe um interesse enorme por parte dos franceses pela cultura japonesa. Em qualquer livraria da cidade há uma sessão específica para mangás¹², obras de literatura de escritores japoneses e livros sobre arte e estampas de artistas japoneses. No metrô de Paris, Haruki Murakami, autor também conhecido pelo público brasileiro, foi a estrela de 2013 tanto com seu 1Q84 quanto com outros de seus livros. J.P. Nishi, um jovem japonês desenhista de mangá, estava em todas as livrarias, que destacavam em suas prateleiras seus dois livros, produzidos após passar um período em Paris e regressar ao Japão, publicando então, em forma de quadrinhos suas histórias na cidade e sua percepção sobre a população francesa. Um verdadeiro estranhamento sobre um país ocidental.

E o estranhamento também se dava “*vers moi*”. Ali, eu era tudo – vietnamita, coreana, chinesa – menos brasileira ou japonesa. O olhar de espanto era constante ao descobrirem que eu era brasileira, mas longe do estereótipo “morena que samba” (o que me livrou de situações desagradáveis). Mais estranho ainda era o olhar ao descobrirem minha ascendência japonesa. Em Paris, diz-se frequentemente que os nikkeis locais são chineses, devido ao grande número de imigrantes

¹² Revistas em quadrinhos produzidas no Japão.

provenientes da China¹³. Para os franceses, era um verdadeiro choque descobrir que “japoneses”, assim como outros grupos asiáticos, migram, já que a população francesa costuma imaginar os japoneses apenas como turistas que gastam enormes quantidades de dinheiro em alta moda em Paris.

Esse período de estagio tornou possível, portanto, tanto o acesso a obras e pesquisas desenvolvidas fora do Brasil sobre o tema deste doutorado, quanto a possibilidade de vivenciar e descobrir novas visões e percepções sobre as populações nikkeis fora do Japão.

No capítulo dois exponho os dados etnográficos que se referem às minhas primeiras impressões em campo e a minha participação na Associação Okinawa de Campo Grande. No terceiro capítulo será abordada a construção da(s) família(s) nikkei em Campo Grande, trazendo reflexões que contrapõem a literatura encontrada ao trabalho de campo referente aos registros de casamento encontrados na cidade. No capítulo Quatro realizo mais uma vez a contraposição dos dados, tanto bibliográficos quanto documentais colhidos no cartório de Campo Grande às informações genealógicas realizadas através das entrevistas com nikkeis campo-grandenses.

A quinta e última parte tratará sobre família e parentesco dentro do movimento decasségui, questão essa que não havia sido prevista no início da pesquisa, mas que durante o trabalho de campo evidenciou-se cada vez mais como um tema que não poderia ser preterido, visto o grande número de informantes que possuíam família no Japão e que citavam essa condição durante nossas conversas

¹³ Um pouco do que acontece no Brasil, onde até pouco tempo atrás, dizia-se que os chineses imigrados eram japoneses.

1. Famílias “Japonesas”

Nas últimas décadas diversas pesquisas têm-se focado nas transformações sofridas na “tradicional família japonesa”, especialmente no período pós-Segunda Guerra, caracterizado por grandes transformações no papel das mulheres dentro e fora da família, maior igualdade reprodutiva, além dos efeitos decorrentes de uma mudança demográfica no país.

Estes estudos produzidos por pesquisadores do/no Japão surgem na tentativa de desvendar esse período em que se dizia que a família “japonesa” estaria em crise. De acordo com Ochiai (1997, p. 05), na década de 1970 o vocabulário japonês estava repleto de expressões que tratavam sobre “a dissolução da família e sua queda”:

A vague sense that the family is in crisis has, in fact, existed throughout the postwar period, more as a kind of unconscious mood than as a conclusion based on solid data. In the late 1950s and early 1960s, government publications such as the White Paper on Health and Welfare discussed the Wes's legacy of social problems, which included large numbers of orphans and single-mother household, and at the same time cited as a problem the weakness of the postwar family resulting from the abolition of the legal framework of the le system, Japan's traditional family system which placed great importance on the continuity of the family line. And it seems that this concern was not limited to the government. While people welcomed liberation from the le where husband-wife relationships were concerned, they were not without misgivings when it came to changes affecting the relations of parents and children, as famously depicted by director Ozu Yasujiro's films such as Tokyo Story (OCHIAI, 1997, p. 04).

Seria o fim da conhecida “família tradicional” japonesa? Que transformações seriam estas e como estas famílias estariam configuradas na

atualidade? Este capítulo é dedicado à formação das famílias no Japão e as construções de parentesco naquele país.

Levando-se em conta que a maior parte da população nikkei em Campo Grande é de origem okinawana, opto por expor inicialmente a literatura referente ao parentesco na província de Okinawa, apesar desta população ser considerada como “japonesa” devido a sua anexação ao Japão. Ali a diferença é marcada sempre que possível, fazendo com que se pense realmente em uma heterogeneidade e produção de diferenças, como veremos a seguir.

1.1 A Família Okinawana

Now and then we go to into the mountains to see if there are any citrus trees which can be picked up and taken to our gardens. We begin the transplantation by uprooting the chosen tree; branches are cut off and thrown away. The tree is denuded. In another patch of soil a new tree grows. The root is the same, but the branches are different. Sweet and delicious citrusese mature on the new branches. One receives a bride from the outside. She brings fruits to a new branch. But the root remains the same¹⁴.

Ao contrário do caso das famílias originárias das ilhas principais do Japão, encontra-se raríssima etnografia e produção antropológica sobre as famílias okinawanas traduzidas para o inglês ou outros idiomas.

Há, entretanto, os textos de Masako Tanaka, “*Categories of Okinawan “Ancestors” and the Kinship System*”, publicado na Revista *Asian Folklore Studies* de 1977 e de Arne Rokkum, intitulado “*Nature, Ritual, and Society in Japan’s Ryūkyū Islands*”, publicado pela Editora *Routledge* em 2006, que podem contribuir para compreender melhor algumas questões referentes à família e parentesco entre esse grupo.

¹⁴ Fala de uma okinawana, extraída da obra de Rokkum (2006).

De acordo com Tanaka (1977), que fez seu trabalho de campo na área de Inoha, Okinawa, os casamentos são endogâmicos e sem regras de preferências ou prescrições, o que faz com que nesse local todos sejam de alguma maneira parentes (*related*). Cada indivíduo pertence a um grupo patrilinear.

Três categorias básicas de parentes são encontradas e chamadas por Tanaka (id. *Ibid.*) de “*forebear*” (*uya-faafuji*¹⁵), os “Vivos” e “*Offsprings*” (*kwaa-maaga*). A primeira categoria refere-se aos pais e avós que ainda vivem ou já faleceram, mas que continuam fazendo parte do repertório familiar. A segunda, como podemos ver, refere-se aos vivos, podendo ser relacionados aos pais e na terceira categoria encontram-se os membros que estão por vir, os filhos e netos ainda não nascidos. Os membros das três categorias formam a ideia de aldeia (*shima*), e todos os seus membros (*shimanchu*) possuem o interesse na continuidade e bem-estar da comunidade.

Tanaka (1977, p. 34) esclarece que essa divisão em três partes é, na realidade, a relação entre as duas categorias *forebears-offsprings* (“os velhos” e os “novos”) mediada pelos membros vivos, desde que esses membros vivos sejam ao mesmo tempo os não-nascidos (novos) dos mortos (velhos) e os mortos (velhos) dos futuros descendentes que ainda estão por vir (novos).

O que torna essa relação distinta no caso okinawano são os termos “*forebear*” e “*offspring*”, que se referem não apenas aos membros passados e futuros, mas as pessoas vivas em determinados contextos. Para os okinawanos essa relação entre “velhos” e “novos” tendo como mediador um membro vivo, pode se expandir até cinco gerações, concebidas como uma série de relações “pais-filhos” (*ibid.*, p. 36).

Para essas pessoas, certos acontecimentos da vida são ordenados por uma força (*inn*) e por relações de consanguinidade (*keichi-inn*), especialmente as relações entre pais-filhos:

¹⁵ *Uya-faafuji* e *kwaa-maaga* são os termos nativos para as categorias usadas por Masako. Pode-se tentar a seguinte tradução: *uya* – pais, *faafuji* – avós, *kwaa* – filhos e *maaga* – netos. Usarei os termos “velhos” e “novos” para uma tradução nesta pesquisa.

P-C¹⁶ relationship in the Okinawan culture is, therefore, not just the relationship based on a biogenetic substance, but it is something pre-ordained by mysterious inn, which, (...) is ultimately supreme over individual efforts and desires. (TANAKA, 1977, p. 36).

Seria esse o espírito de todos os tipos de adoração aos ancestrais encontrados nesse grupo. Uma pessoa venera seu pai e, em troca, espera ser por ele amado e que tenha dele orgulho, da mesma forma que ele adora seus ancestrais, honrando e oferecendo preces, incenso e alimentos, esperando em troca sua proteção.

Sangue e sêmen são importantes elementos para a compreensão da produção de parentesco e família entre os okinawanos pelo seu papel nas relações entre pais-filhos. Sangue para os okinawanos é substância transmitida por ambos os genitores (pai e mãe), não existindo diferença qualitativa entre as relações estabelecidas com o pai ou a mãe. No sêmen, entretanto, a descendência é realizada apenas através do pai:

Both man and woman transmit their "blood" status to their offspring; only man can transmit his agnatic status to the descendants through his semen. (TANAKA, 1977, p. 38).

As mulheres okinawanas são, assim como os homens, compostas de sêmen (de seu pai, avô e assim por diante), entretanto, incapazes de produzir tal substância, impossibilitando-as de produzir descendência agnática (TANAKA, 1977, p. 38).

Tanaka (1977, p. 34) ressalta que apesar da descendência ser patrilinear, isso não faz muita importância em Inoha, visto que o casamento, como dito anteriormente é endogâmico, estando todos os membros do local, sob proteção espiritual da mesma deidade *utaki* (arvoredo sagrado). Mesmo nos casos em que não residentes decidem retornar à aldeia, seu status no grupo de descendência é automaticamente reativado.

¹⁶ *Parent-Child.*

No caso de descendentes nascidos fora da aldeia, a patrilinearidade é então seguida. Tanaka cita o caso de imigrantes okinawanos no Peru:

Whether they were born in Peru (where the village sent many migrants), whether they can speak the dialect, whether they personally know a single Inoha residence, do not matter, so long as their fathers are "villagers" (MASAKO, 1977, p. 34).

São feitas ainda outras duas divisões na organização social da aldeia okinawana. Há o grupo de descendência patrilinear, chamado de *munchuu*, e a casa (*household*), denominada de *yaa*. Essas categorias não devem desaparecer, "even if such a unit should physically die out, it is not allowed to disappear entirely" (p. 34).

Essa diferenciação se torna importante ao notar a distinção que se faz entre homens e mulheres na província okinawana. As mulheres, apesar de não transmitirem sua descendência aos filhos, mantém a sua própria descendência agnática¹⁷ durante toda sua vida, adorando os ancestrais de sua casa (*household*) natal (e ao mesmo tempo os ancestrais de seu marido), mantendo as relações com seu grupo original e ainda participando das cerimônias de seu grupo de descendência. Ao falecer, ela se junta ao grupo de seu marido, sendo então, venerada como ancestral da linhagem patrilinear de seu esposo (TANAKA, 1977, p. 38).

Não se pode deixar de ressaltar que no período de pesquisa da autora, Okinawa já havia sido anexada há diversas décadas ao Japão, assim Tanaka (1977, p. 44) afirma que:

The Okinawans are very conscious about their ancestor worship which they identify collectively in a Japanese term of *sosen suuhai*. In their own native terms, they define it as "the act of *ugan* (honor and homage rendered to any supernatural in a culturally established ceremonial procedure) rendered to the *uya-faafuji* (forebear) by the *kwaa-maaga* (offspring)". Ancestor worship may then tentatively be defined as "reverent honor and homage rendered to the dead 'forebears' by the living 'offspring' according to culturally established ceremonial procedures".

¹⁷ Ou seja, a descendência de seu pai.

As pesquisas de Rokkum (2006) sobre a província de Okinawa iniciaram-se aproximadamente na mesma época das investigações de Tanaka (1977), ou seja, quando a região já estava há diversas décadas anexada ao Japão. Em suas análises, especialmente na região de Dunang (sul de Okinawa), Rokkum relaciona toda a lógica de pensamento indígena de Ryūkyū à natureza. A essa natureza estaria ligada a produção do parentesco (ou, de acordo com Rokkum, o seu “cultivo”). É interessante notar o emprego por parte do autor do termo “*indigenous*” ao se referir à população *uchinanchu*. Esse é um termo também utilizado pela população japonesa (durante minha pesquisa de campo pude ouvir essa designação algumas vezes) ao se referirem aos grupos étnicos encontrados no Japão.

Dois grupos de pessoas seriam descritos pelo autor. Àquelas pertencentes ao grupo *tani* (traduzido como *seed* - semente ou sêmen) e àquelas incluídas no grupo *siki*. No primeiro grupo estariam os consanguíneos:

. Consanguines are seed people. The category comprising the following relations, is quite inclusive: male inheritors of House eponymy together with their father’s sisters and own sisters, and children on the respective sides. So when the children of the sister are seed people – notwithstanding an agnatic premise for House succession – what matters is simply that affinity carries little consequence, possibly because marriage itself has been only weakly codified in Dunang (ROKKUM, 2006, p. 52).

Os filhos do irmão da mãe são então classificados como pessoas *siki*. Esse termo se refere ao cultivo do arroz (*siki* seria o termo usado para designar o fundo lamacento onde o arroz é plantado) e, especialmente, sobre a sua fertilização baseada em sementes (*seed*) e água.

Entretanto, não é a afinidade do marido com o cunhado que dá peso a essas relações, mas a relação da mulher com o seu irmão. É sua relação *tani* (consanguínea) com seu irmão que produz uma nova relação *siki* entre seus próprios filhos e os filhos do tio.

Children retain a dual extraction: in its tani bifurcation, it includes cross-cousin on the father's side; in its siki bifurcation, it includes cross-cousin on the mother's side (ROKKUM, 2006, p. 52).

De acordo com Rokkum (2006) essa bifurcação pode ser percebida pela imagem da natureza descrita no início desse subcapítulo, através da fala de uma mulher okinawana, em que se pode notar a relação entre as raízes citadas ao útero e os ramos frutíferos como desdobramentos desse útero. Dessa forma, a afinidade é minimizada ao máximo, dando lugar aos elos realizados pelo sangue.

O sangue é considerado elemento importante mesmo nas relações matrimoniais, sendo a esposa sempre considerada uma “*outsider*” na casa, enquanto a irmã do marido será sempre pertencente ao grupo familiar:

A bride is a mere stranger in the house. The sister belongs to a man's seed. (...) For without marrying women being fully covered by an idiom of consanguinity, as “born (by) brothers and sisters (utadanmari)”, they are House members even when living elsewhere. (ROKKUM, 2006, p, 58-59).

Outra característica do parentesco okinawano enquanto constituído pelo sangue, seria, ao contrário do que ocorre no caso japonês, a sucessão que é atribuída aos filhos nascidos de concubinas, mesmo estes em determinados momentos sendo considerados como filhos ilegítimos. Na falta de um filho homem para suceder o patriarca da família, a adoção não é aqui uma possibilidade, recorrendo-se a linha consanguínea (ROKKUM, 2006, p. 56).

Essa diferença no que se refere à sucessão nos demonstra de antemão, um indicio de que estes dois parentescos – okinawano e *naichi* – são construídos a partir de lógicas e estratégias muitas vezes opostas (como veremos a seguir), apesar de existir uma certa proximidade em determinados aspectos. Esta proximidade e similaridade entre os parentescos citados se deve, principalmente à influência sofrida pelas famílias okinawanas pelas leis do Japão após sua anexação

ao país. A província de Okinawa precisou, portanto, se adequar à legislação japonesa vigente à época, entretanto, determinadas diferenças se mantiveram, mesmo após o processo de migração para o Brasil e, mais especificamente para Campo Grande. No subcapítulo seguinte, veremos como se constrói o parentesco japonês, tornando assim possível a realização de uma contraposição entre estes dois sistemas.

1.2. A Família Japonesa

A organização familiar japonesa tinha como base o *ie*¹⁸, que era um instrumento de poder e de subordinação dos indivíduos ao coletivo, garantindo estabilidade política e administrativa (BEILLEVAIRE, 1997, p. 203 apud OKAMOTO, 2007, p. 50).

The Japanese word 'ie' denotes both actual houses and the steam-families¹⁹ that are supposed to inhabit them. This notion of family is linear and extends to members long dead as well as those yet to be born. Moreover, *ie* has been a powerful theoretical concept and is frequently used to explain other forms of relatedness in Japan such as company life or loyalty to the nation. In recent decades, however, the 'Japanese family' has been deemed to be in 'crisis' (Hayashi, 2002), or at least, to be undergoing a significant reorientation (Ochiai, 1994, 1997; Ueno, 2009). (RONALD, R; ALEX, A. Home and Family in Japan: Continuity and Transformation. Routledge, 2011, p. 01).

¹⁸ O *ie* aproxima-se da ideia de casa, de “teto” compartilhado.

¹⁹ Pode ser traduzida como “família de origem”, na qual a regra rege que apenas um filho permanece com sua esposa e filhos na residência dos pais, mesmo depois do casamento (AUGÈ, 1975).

De acordo com Ariga (1954, p. 362), o *ie* não pode ser simplesmente traduzido como família, pois possui diferenças das famílias ocidentais em seus aspectos institucionais. O grupo familiar nipônico possuiria características específicas, que podem ser explicitadas em quatro pontos principais. O primeiro ponto refere-se à questão da continuidade. A família japonesa é concebida enquanto continuidade de um passado remoto até o futuro e que não se cessa independente da morte ou nascimento de membros.

Antepassados e descendentes são colocados juntos pela ideia da família genealógica (*keifu*). Essa genealogia não está relacionada com a ideia de consanguinidade, mas em laços (que poderíamos chamar de relacionamentos) que perpetuem a manutenção e continuidade da família como instituição. No segundo ponto, Ariga descreve que cada grupo familiar possui seu templo para adoração dos deuses. O deus da família não é objeto de adoração individual, mas é um deus-guardião da própria família.

Os ancestrais são adorados pelo grupo familiar, tanto em suas sepulturas, como no altar da família. As funções dos ancestrais e dos deuses coincidem como guardiões da família. A terceira característica apontada pelo autor é a propriedade. Toda família mantém sua própria propriedade, e ela não é considerada como pertencente a apenas um indivíduo. Tais propriedades podem incluir casas, arados, matas, etc. Cada membro pode adquirir do chefe da família o direito em ter uma propriedade individual, mas desde que ela possua um tamanho insignificante (*idem*, p. 363).

No último ponto arguido pelo autor, estão os afazeres familiares. Estes são gerenciados pelo chefe da família (patriarca) e realizados por todos os membros do grupo. Mesmo quando um membro vai trabalhar em outras localidades, com a possibilidade de ter uma vida independente, sua remuneração é sempre enviada para o patriarca, que a controla. A esposa do chefe também vive sob seu comando, sendo encarregada da vida familiar. Por seu papel em supervisionar os membros da família, o patriarca é visto como o representante de todo o grupo. Esse poder do patriarca começou a ser enfraquecido a partir do capitalismo e da restauração da Era Meiji, bem como da revisão do novo Código Civil japonês (criado em 1898, revisto após o término da II Guerra Mundial, em 1947). Entretanto, tais elementos

não mudaram totalmente a configuração familiar japonesa, principalmente no que se refere à área rural.

De acordo com Brown (1966, p. 1131), todos os membros de uma família de origem irão constituir um grupo doméstico, entretanto, nem sempre o grupo doméstico coincide exatamente com a família de origem, e devem ser consideradas analiticamente como entidades sociais diferentes. Um exemplo seria o caso de filhos solteiros que estudam em outros locais, residindo em outros grupos domésticos, assim como membros de um grupo doméstico não fazem parte necessariamente da mesma família de origem.

A família nipônica (CARDOSO, 1995, p. 83) seria então “apresentada como um sistema hierárquico, organizado a partir do princípio de descendência patrilinear, onde o primogênito de sexo masculino tem direito à herança e sucessão”. Porém, segundo a autora, no caso japonês existem frequentemente desvios desta regra de sucessão. Também vale ressaltar que, no caso japonês, a filiação não está necessariamente ligada à consanguinidade, mas na existência de um grupo corporativo. Segundo Ariga (1954, p. 363) o patriarca atua também como tipo de líder religioso nos momentos de adoração familiar e gerente da propriedade e das atividades exercidas.

Ochiai (1997, p. 59) também faz ressalvas com relação à terminologia “patrilinear” no sistema familiar japonês, pois ao contrário do sistema chinês em que se baseia, possui justamente como característica a não necessidade da consanguinidade na transmissão de herança. A possibilidade da adoção seria um meio para sanar questões demográficas e, conseqüentemente, manter a sobrevivência do sistema do *ie* (OCHIAI, 1997, p. 153).

De acordo com Nakane (1971, p. 1, apud CARDOSO, 1995, p. 84) o grupo doméstico constituía-se normalmente por uma família elementar, que poderia incluir parentes e não-parentes em seu núcleo. É o grupo doméstico, portanto, e não a família consanguínea que forma a base da organização social. Segundo Cardoso (1995, p. 85), é preciso fazer a distinção entre “descendência patrilinear” e “grupo doméstico”, que caracteriza-se pela junção de mais uma família elementar, ligadas pelo mesmo nome, formando assim o *Dōzoku*.

Unlike the Chinese *jia*, the *ie* system is not purely patrilineal, since the headship may be inherited by an adopted son or son-in-law – a feature which is considered characteristic of the Japanese *iê*. (OCHIAI, E. *The Japanese Family System in Transition*. LTCB International Library Foundation, 1997, p. 59).

Para Lebra (1989, p. 188) o *ie* deve ser analisado dividindo a categoria em dois pontos. No primeiro caso, *iê* consiste em uma unidade estrutural de papéis e/ou posições de membros dentro do grupo que impliquem em “família”. Esses papéis ou posições são referidos ao *ie* como corpo corporativo²⁰. A autoridade do patriarca existe com base na chefia e não na paternidade. Quando ele se retira dessa posição, deve escolher um sucessor, podendo ser um filho biológico (o mais velho normalmente) ou um adotivo. Essa adoção pode ocorrer tanto na ausência de filhos homens, como quando o filho com direito à sucessão não possui competências para atuar nesse papel.

Segundo Lebra (1989, p. 186), a adoção existe em todas as classes sociais do Japão, mas há indícios de que a classe alta adota mais do que a classe baixa. A pesquisa da autora, procura demonstrar justamente a ideia de que nas classes mais altas (citando as famílias de samurais, que adotavam muito, especialmente no período Tokugawa) produz-se um grande número de adotantes e adotados.

O segundo aspecto diz respeito à perpetuação do *ie* enquanto entidade, através da sucessão entre as gerações. Quando se trata de *ie*, um ponto é sempre discutido pelos pesquisadores dos estudos nipônicos: a sucessão. Para Lebra (1989, p. 189), a sucessão no *ie* depende de uma unidade, representada por uma casa, mantendo o tamanho da família relativamente pequeno já que existe apenas um casal para cada geração.

De acordo com Nakane (1969) há dois modelos de estrutura familiar entre os japoneses, “*one being a large family based upon the collateral, fraternal or horizontal solidarity, the other a small-sized family structured along the successional line based on the lineal or vertical bond between the head and his heir*”.

²⁰ Tais papéis possuem status, carreiras, posses e metas próprias.

O foco na sucessão “*unigenitural*” torna a adoção muito mais necessária e sem limite de regras, desde que não existam “*insiders*” para serem adotados:

An outsider is as acceptable as a close kinsman; a sister's son or daughter's son is just as adoptable as a brother's son; a brother can be adopted as a son; historically, the adoptee could be older than the adopter; the house with a daughter but no son can adopt a son-in-law; not just a single person but a married couple can be adopted; and so on (LEBRA, 1989).

Essa adoção pode ser compreendida principalmente como posição por sucessão. Isso pode significar que é irrelevante a harmonia ou afinidade entre pai e filho na adoção. Essa é uma situação, segundo Lebra (1989), bem diferente do que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo, onde

Adoption is primarily between a childless couple and a child whose natural parent(s) is not available, capable, or willing as a nurturer, and enables both parties to satisfy their personal needs -- one as parental, the other as filial (LEBRA, 1989).

A adoção não é sempre realizada dentro da coabitação, e uma criança pode viver com seus pais biológicos até alcançar a idade adulta em que existem condições de maturidade para assumir o posto de sucessor.

Levando-se em consideração as proibições de incesto, cada geração deve selecionar uma esposa-sucessora de outro local. Se a casa tem um filho, sua esposa deve vir de outra casa. Quando há apenas filhas (e nenhum filho), ela permanece em sua casa original com seu marido, que é adotado como filho (*mukuyoshi* - *son-in-law*).

A sucessão na família japonesa não está simplesmente relacionada à herança da propriedade (ARIGA, 1954, p. 364). Segundo o autor, existem dois tipos de sucessão: *katokusozoku*, baseada na sucessão da autoridade da família, está relacionada diretamente com a continuação da família enquanto instituição. O patri-

arca (responsável pela continuidade da família) decide qual homem irá sucedê-lo em caso de sua morte. Esse sucessor geralmente é o filho mais velho da esposa oficial.

No caso de ausência de filhos homens, opta-se por algum dos filhos das concubinas, ou adota-se um herdeiro. Um homem poderia, por exemplo, ter mais de uma esposa, caso esta não lhe proporcionasse filhos homens. Assim ele poderia garantir a perpetuação de sua continuidade. Na ausência total de filhos homens, o chefe da família utiliza-se da prática de adoção de um sucessor. O concubinato não existe apenas como forma de obter herdeiros, visto que existe a prática de adoção, mas é também, visto como indício de alto status social. Outro tipo de sucessão é a partir da herança das propriedades deixadas pelo chefe da família após sua morte.

Através da literatura sobre a sociedade japonesa, nota-se nas famílias nipônicas a subordinação dos interesses individuais aos do grupo. Segundo Vieira (1973, p. 110), as decisões, tais como casamento e educação, entre outras, eram sempre tomadas pelo chefe da família, pois a organização familiar era baseada na descendência patriarcal. Uma das expressões mais fortes desse padrão dominação-subordinação está nas relações marido-esposa e pai-filhos.

There was a hierarchy of positions of power, so that from the lowest to the highest there was an unbroken chain of obedience upwards and protection downwards (IZUHARA, 2000, p. 19).

A esposa era legalmente considerada incompetente, sendo a autoridade do homem/marido sobre a mulher/esposa, absoluta. Os casamentos dos filhos dependiam do aval paterno, tendo o pai o poder de anulá-los caso já tivessem sido realizados.

O chefe de família ordenava a força de trabalho familiar e era responsável pela família, devendo ter em vista sempre o interesse desta como grupo, deixando de lado os próprios interesses ou de qualquer outro membro. (VIEIRA, 1973, p. 111)

No caso de morte ou ausência do pai, o poder recai sobre o filho mais velho. A hierarquização é percebida dentro das famílias desde a infância e dividida em 3 princípios, em que 1) o homem é superior à mulher, 2) os mais velhos possuem poder sobre os mais jovens e 3) os nascidos nas famílias aos que vierem de fora.

A família japonesa é percebida, portanto, através da continuidade do grupo, o que, segundo Cardoso (1995, p. 93) a distingue muito da família ocidental, que confunde o biológico com o social. No caso nipônico *“a unilinearidade do parentesco é muito mais flexível, porque pode ser estendida além da consanguinidade pela participação no culto ao nome e aos ancestrais da família (...). Pertencer a este grupo é fazer parte de sua continuidade pela aceitação de um nome que deve ser honrado”*.

Entretanto, transformações já vinham sendo percebidas nas últimas décadas na família japonesa. De acordo com Koyano (1964, p. 149), mudanças foram ocorrendo na estrutura da família nipônica, dos padrões tradicionais do período feudal para a moderna família nuclear, típica das sociedades industriais. Entretanto, as atitudes e o comportamento dos japoneses sobre a família não mudaram tão rapidamente quanto sua estrutura na sociedade japonesa em geral:

Despite its formal dissolution in the New Civil Code of 1947, the 'family system' continued to constitute a normative force in family affairs and social relations. The post-war hegemonic image of family life focused upon an urbanized and nucleated form of *iê*, imagining standard families including breadwinning husbands, fulltime housewives and educationally-minded children. Steam-family relations also persisted and, although families became more mobile and multigenerational households declined, intergenerational obligations for care and rights of inheritance were largely sustained across family networks (RONALD, R; ALEX, 2011, p. 1)

Passado o período da Segunda Guerra Mundial, a família japonesa teria mudado estruturalmente, passando da tradicional família linear, em que o filho, ou filho-adotivo recebe a sucessão dando continuidade à família, ainda vivendo com os pais mesmo depois de casado, para o então modelo de família nuclear, em que cada geração estabelece seu próprio lar a partir do casamento. Esses novos pa-

drões de casamento foram reconhecidos a partir da revisão do Código Civil Japonês em 1947. Desde então, o costume da adoção para a formação da família linear tem decrescido (Koyano 1964, p. 151).

De acordo com Ronald & Alexy (2011, p, 01-02),

More recently, however, although an ideological iê hegemony has endured, dramatic shifts have emerged in actual families and households conditions. Japanese homes, particularly since the post-bubble recessions, have been increasingly likely to include childless couples; divorcees; unmarried adult children; children who refuse to leave the house and elderly relatives living alone or in nursing homes. The fastest growing household forms have been single-only and couple-only households, while at the margins of society significant numbers of people have become homeless. Along with the erosion of iê norms and 'standard' household patterns, family lives have been increasingly described as dysfunctional instead of harmonic and as problematic rather than stable.

Entretanto, mesmo após essa revisão dos costumes, a concessão ao filho mais velho da maior parte das propriedades ainda prevaleceria. Com o novo Código Civil houve uma transformação nos padrões da família em “núcleos fundamentais”, que consistem em um casal e seus filhos solteiros (Koyano 1964, p. 152).

Essas transformações foram mudando também a vida familiar e a educação das crianças. Para o Koyano (1964, p. 153), quatro foram os principais elementos a sofrerem mudanças em sua prática original. Os pontos citados são o altar budista; da sucessão pelo filho mais velho; da prática em servir alimentos às pessoas e a função dos membros mais velhos em cuidar da educação das crianças. O templo budista ainda é encontrado em alguns núcleos familiares, mas à época de sua pesquisa, era mais comum em lares tradicionais (*household*²¹).

No caso da sucessão, Koyano (idem, p. 154) demonstra que a manutenção da linhagem pode ser alcançada com sucesso pela sucessão do primogênito da ocupação principal da família, mas que ocorre com mais probabilidade quando a família tem uma fazenda, barco, loja ou algo que possa ser herdado e, de acordo

²¹ *Household* pode ser traduzido como grupo doméstico ou lar (AUGÈ, 1975).

com as entrevistas realizadas, muitos de seus informantes admitiam que não esperavam que seus filhos os sucedessem nessa ocupação familiar. Referente à prática alimentar, o autor evidencia que o chefe da família tinha posição privilegiada durante as refeições, sendo sempre servido primeiro, mas que tal prática foi se transformando ao longo dos anos. Assim como outros costumes, ainda é mais comum em famílias proprietárias de terras e pouco realizada entre “*office worker*” e “*laborers*”.

Finalmente, com relação à educação das crianças, Koyano (idem, p. 155) declara que as famílias japonesas começaram a seguir cada vez mais as influências norte-americanas e outras fontes modernas²². Como nos Estados Unidos, cada vez mais passou-se a ouvir pediatras e especialistas (outras fontes de informações eram as revistas) no que dizia respeito a alimentação das crianças, educação e higiene²³.

Outra característica descrita por Koyano (idem, p. 156) sobre a família japonesa, é que os membros passavam um tempo considerável juntos diariamente em casa. Após a industrialização e urbanização, esse tempo disponível para interação diminuiu consideravelmente. A interação dos familiares passa a ser limitada pela ausência dos pais ou outros assalariados, que ficam boa parte do dia fora.

Nota-se certa semelhança entre o sistema de parentesco okinawano e a lógica familiar japonesa do *ie*, especialmente no que se refere à sucessão e às relações entre vivos e mortos (TANAKA, 1977). Entretanto, no caso *uchinanchu*²⁴, por se tratar originalmente de um grupo endogâmico²⁵ (TANAKA, 1977), sangue e sêmen são apontados como elementos intrínsecos na construção desse parentesco. Por sua vez, o *ie* é por vezes exogâmico na formação de novas alianças com outros *ie(s)* e que permite a “consanguinização” de afins.

²²Koyano cita o Dr. Spock como uma dessas referências ocidentais. O personagem seria a metáfora da ciência influenciando as famílias e os cuidados com as crianças (de acordo com Watsugma, 1977, p. 189, seria o momento Japan's Dr. Spock).

²³Essas práticas consideradas mais “científicas” eram comuns entre as famílias das áreas urbanas, enquanto que nas regiões rurais, ainda prevaleciam os cuidados recebidos pelas avós.

²⁴O termo *uchinanchu* refere-se aos indivíduos originários da província de Okinawa. Uma discussão sobre o termo será realizada no capítulo 2.1.

²⁵A pesquisa de Tanaka (1977) trata sobre categorias de adoração aos ancestrais okinawanos através do sistema de parentesco. Seu trabalho de campo foi realizado entre 1969 e 1970 em uma aldeia na província de Okinawa, e que contava com aproximadamente 567 indivíduos vivendo em 96 casas. Infelizmente, não foi encontrada vasta bibliografia sobre parentesco entre okinawanos, o que não permite contrapor dados documentais sobre a questão.

Mas e na situação de imigração? Tais sistemas de parentesco teriam sido seguidos em outros lugares do mundo, como no Brasil? É possível que esta diferença exista, mesmo nos dias atuais, entre os descendentes de japoneses ou de okinawanos na cidade de Campo Grande? O subcapítulo a seguir procura retratar as transformações ocorridas ao longo das últimas décadas nas famílias “japonesas”, especialmente refletindo sobre o período pós-guerra. Em seguida, a discussão segue em direção à Campo Grande, quando poderemos, enfim, compreender sobre parentesco e família entre os nikkei da cidade.

1.3 O Pós-Guerra Mudou a Família?

Such a thing could never have been done by a father before the war!

A frase acima, como dito anteriormente, indicava um pensamento recorrente no Japão no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Ela está presente no artigo de Wagatsuma (1977) e ilustra um caso citado pelo autor, em que um pai, na década de 1970, ao tentar ajudar a filha em um exame escolar, entrou em sua escola e roubou a prova para que ela pudesse realizar o teste sem dificuldades. De acordo com o autor, acreditava-se que as mudanças teriam afetado não somente a estrutura da família, a partir da dissolução formal do *ie* em 1947, como também as relações entre membros de uma mesma família.

Se com o *ie* o papel do pai se mantinha na educação dos filhos, corrigindo-os, às mães cabia um papel mais reconfortante e amoroso:

The father raises children strictly, corrects their manners, teaches them arts and techniques, educates them in all matters, scolds them for, and warns them against, wrong doing, cultivates their good character, looks after them so that they grow up to be praiseworthy in the opinion of others, and disciplines them for their own sake. Such is the father's benevolence and duty. The mothers cares for her children gently and quietly, calms them down and explains to them in detail and reasonably why their father is strict, so that the children will not become angry and resent their father's attitudes. Such is the mother's benevolence and duty (Watsugama, 1977, p. 183).

Um dos motivos dessa transformação e consequente perda da autoridade paterna, característica intrínseca ao *ie*, seria o aumento do número de famílias nucleares, compostas apenas por pais com filhos solteiros, bem como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, consequentemente, ganhando mais liberdade na sociedade japonesa. De acordo com Tokuhiko (2010), o ingresso das mulheres japonesas no trabalho fora do ambiente doméstico teria trazido a possibilidade de escolhas anteriormente inadmissíveis, como a opção de cursar uma universidade. Tais transformações também influenciaram na decisão de quando, com quem e "se" realmente uma mulher desejaria casar. A autora ilustra essa situação com o seguinte caso:

As mentioned earlier, Sayuri was living with her boyfriend and had no intention of getting married. This was mainly because she was (and still is) against conventional *iê* ideas based on the feudalistic family structure known as the *iê* system. For instance, Sayuri believes her name constitutes part of her identity and individuality and she wishes to maintain her surname for the rest of her life. The marriage law today, however, requires a couple to choose one common surname, either the husband's or wife's, prior to marriage; today almost all couples (97 percent) choose the husband's surname (Nishikawa and Nishikawa, 2001). Sayuri perceives the convention whereby most Japanese women change their family name at the time of marriage as problematic, because it perpetuates the conventional normalcy of a bride entering into her husband's family. Sayuri and her partner had continued their relationship for about seven years without incident. It changed when Sayuri was 36 years old, and became pregnant. The couple believed that their child would be socially stigmatized if they remained unmarried. Thus they decided to become legally married and needed to decide which surname to take. As the decision should be made based on fairness and equality, they decided that the winner of 'janken' or the game of 'rock, paper, scissor' would keep their sur-

name while the loser would give up theirs. Sayuri won the game and they currently have their marriage registered under Sayuri's family name. Her father was has no son was extremely grateful when he heard about the couple's decision. For Sayuri's partner, however, becoming a husband in order that his child would not be illegitimate meant surrendering his family name. Sayuri believes had the loss of his surname was a blow to her husband and has tactfully refrained from discussing the matter with him ever since (TOKUHIRO, 2010, p. 01-02)

De acordo com Kamo (1990, p. 413), ao trabalharem fora, as mulheres adquiririam mais poder na sociedade japonesa e isso seria visto como causa de problemas entre as jovens japonesas e suas sogras, estas ainda na lógica do *ie* e, portanto, com a expectativa de que a hierarquia fosse seguida.

Watsugama (1977) e Ochiai (1997) discordam de que haveria uma crise familiar instaurada com o fim da Segunda Guerra Mundial. Para Ochiai (1997, p. 59) o erro nesta análise parte da tradução do sistema de *ie* como família, quando, na realidade, o termo se aproxima do conceito de *household*. Neste sentido, seria incorreto afirmar que existiu no Japão uma nuclearização da família, mas, talvez, uma nuclearização de *households*:

Their rise has not been offset by a decline in the households with other kin, which consist mainly of extended families. If the *iê* had been replaced by the nuclear family, as we are told, we would expected to see a drop in the number of extended family households. But while their relative weight has decreased as the actual numbers have remained constant. in other words, nearly all of the *iê* have had successors who continued to live with their parents after marriage, maintaining the continuity of these extended family households (OCHIAI, 1997, p. 61).

Apesar de toda a ênfase dada à família japonesa como “em crise” devido às diversas alterações pelas quais tem passado nas últimas décadas, Ronald & Alexy (2001, p. 02) destacam que há uma resiliência na formação familiar japonesa, sendo essa resistência visível ao observar como as casas e os valores familiares

são continuamente ajustados às mudanças sociais, espaciais e econômicas pelos quais passou o Japão:

Essentially, the *ie* norm has perpetuated perceptions of continuity in Japanese society despite substantial shifts. For Ueno (1994), the *ie* ideal is, rather than an essential and eternal aspect of Japanese existence, the product of modernity, or in the other words 'the Japanese version of the modern family'. To considerer changes in family and household relationships as the end of 'traditional' values is to misrepresent the modern character of Japanese kinship. The *ie* system has, in many cases served to transform family relationships into more intimate and pragmatic ones, rather than preserve feudal practices and obligations that bind Japanese generations together (ROLAND & ALEX, 2001, p. 02)

Como pode-se notar, pesquisadores de décadas anteriores preocuparam-se com uma suposta crise na “tradicional família japonesa”, decorrente das transformações socioeconômicas que ocorrem no Japão, especialmente no período pós-guerra.

Apesar de tais mudanças que, segundo alguns, haviam desconfigurado a noção de *ie*, a essência dessa prática não teria sofrido grandes transformações, sendo possível encontrá-la até os dias atuais, mesmo após a anulação da lei que a regulava (KEBBE, 2012).

De alguma forma a lógica do *ie* está ainda presente na forma de pensar a construção das famílias e do parentesco japonês contemporâneo. Poderíamos pensar que o mesmo vale para a população “japonesa” imigrada no Brasil e, mais especificamente, em Campo Grande?

Para dar continuidade ao tema, nos capítulos seguintes retornarei às questões colocadas pelos parentescos japonês e okinawano, atualizando-os ao processo de imigração para Campo Grande e refletindo sobre as produções de parentesco entre estes grupos nikkei na cidade. A partir do próximo capítulo, intitulado Crochendo o Campo, trago novas discussões baseadas a partir da etnografia realizada tanto na Associação Okinawa de Campo Grande, quanto nas relações que estabeleci com meus interlocutores aos longo de toda a pesquisa de campo.

2. CROCHETANDO O CAMPO

Shima uta yo kaze ni nori tori to tomo ni umi wo watare
*Shima uta yo kaze ni nori todokete okure watashi no ai wo*²⁶
 É a musica da ilha que acompanha o vento, e junto com
 os pássaros atravessa o mar
 É a musica da ilha que acompanha o vento e leva junto o
 meu amor

Talvez pela própria particularidade em seu processo migratório, em Campo Grande a multiplicidade presente no grupo nikkei, que aqui podemos chamar de japonesidades (MACHADO; LUNA KUBOTA; KEBBE, 2011) foi, por muitas décadas, ressaltada, mesmo que de maneira pejorativa e em forma de ataques dentro do grupo nikkei, pois ali se encontram imigrantes majoritariamente de origem okinawana, sendo o número de famílias de origem *naichi* inicialmente bem reduzido.

Para investigar as questões concernentes às produções de parentesco pelos grupos okinawano e *naichi* em Campo Grande, passei a frequentar a Associação Okinawa da cidade, onde pude reconhecer que as diferenças existentes entre os grupos é constantemente (re)produzida e atualizada por estes sujeitos. Através da pesquisa de campo realizada com meus interlocutores foi possível observar como se desenrolam as relações entre *naichi* e okinawanos e como esse desenrolar pode ser verificado na construção de novas famílias. Neste capítulo, portanto, discorro sobre como foi construída a pesquisa de campo na cidade e sobre minha inserção na associação okinawana, que me conduziu a questionamentos e observações sobre as famílias nikkei de Campo Grande, especialmente guiadas pelas especificidades internas a cada grupo nikkei do local.

No subtópico que apresento a seguir, foi possível, de certa maneira, retomar questões histórias dos grupos nikkei da cidade, através das falas de meus

²⁶ The Boom. Shima Uta. Single, 1993, Sony Music Japan, 05'06". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hyg6Z17DTrg> Acesso em 09 out 2014.

interlocutores que, ao tratarem sobre suas vidas na Campo Grande de hoje, referem-se ao passado para descrever seu presente.

2.1 Das Ilhas a Campo Grande – As Histórias dos Dois Grupos na cidade

A imigração japonesa para o Brasil começou no ano de 1908. Esses imigrantes chegaram ao Porto de Santos e aos poucos se espalharam por todo o Estado de São Paulo e pelo resto do país. Apesar de relatos bibliográficos indicarem a chegada destes imigrantes em 1909 na cidade de Campo Grande, em função da construção da Estrada de Ferro Noroeste iniciada naquele ano, somente em 2014 as associações nikkei do local celebraram seu centenário, cálculo este que coincide com o término das obras da ferrovia em 1914.

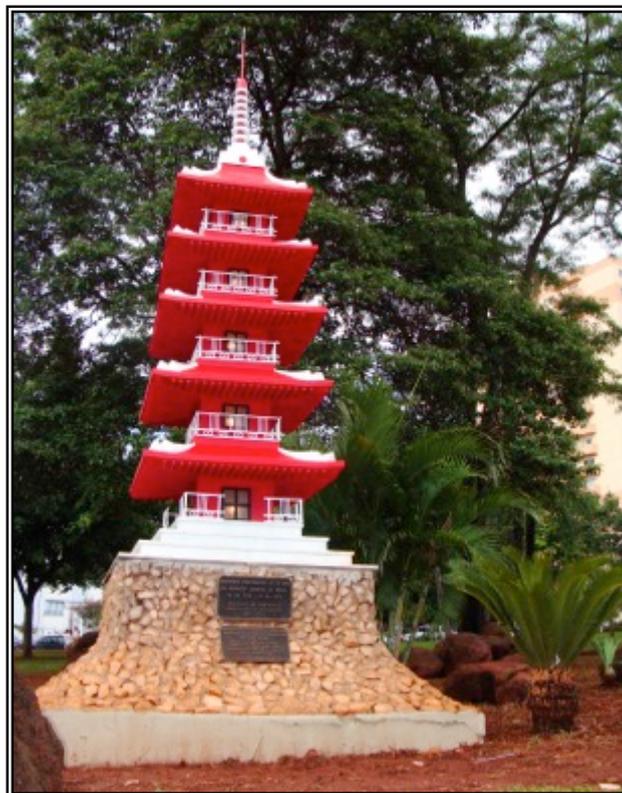


Figura 01 – Monumento em Homenagem aos Imigrantes Nikkei de Campo Grande
Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota, 2006.

Os três Estados com maior concentração de imigrantes e descendentes nikkei são São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, nesta ordem. Esta imigração se iniciou por uma junção de acordos de trabalho entre Brasil e Japão. Muitos dos que aqui chegaram, imaginavam retornar à terra natal após acumular alguma quantia em dinheiro (LUNA KUBOTA, 2008). Esse sonho, entretanto, foi muito pouco realizado e será abordado mais adiante, pois esta questão pode ser relacionada ao movimento de descendentes de nikkei nascidos no Brasil que migram ao país de seus antepassados à trabalho.

Diversos pesquisadores se debruçaram sobre a imigração japonesa para o Brasil, no intuito de compreender um pouco mais sobre o grupo nikkei – sempre a partir da ideia de unidade e homogeneidade, pouco refletindo sobre as diferenças internas, como a presença de okinawanos e *naichi* compondo o chamado povo “japonês” - , tão diferente dos outros imigrantes e dos próprios nativos do Brasil.

Pesquisas importantes foram realizadas e entre as mais citadas estão a tese de doutorado de Ruth Cardoso, de 1972 e publicada em 1995 e a obra de Francisca Vieira, de 1973. Ambas retomam o modelo de construção de parentesco no Japão, o *ie*, para pensar sobre as famílias nikkeis no Brasil.

De acordo com as autoras, reproduzia-se no início da imigração o mesmo modelo de hierarquia encontrado no arquipélago nipônico, em que os homens possuíam todo o poder de decisão e, à esposa e aos filhos, cabia a obediência. Ambas fazem referência também à questão da patrilinearidade e à transmissão de poder ao filho mais velho, denominado como *chōnan*.

Uma questão recorrente em quase toda a literatura sobre esta população imigrante trata das “famílias arranjadas”, visto que para imigrar, era preciso estar incluído de alguma maneira em uma família, não sendo permitida a vinda de pessoas solteiras ou sozinhas. Desse modo, casamentos e adoções foram feitos às pressas para preencher os requisitos burocráticos necessários para a vinda ao Brasil. De acordo com Cardoso, Vieira e vários outros pesquisadores, o grupo nikkei formaria famílias fechadas e restritas às uniões com não-descendentes. Entretanto, como veremos no capítulo três, uma transformação ocorre no estabelecimento de novas famílias nikkei em Campo Grande, após algumas décadas deste início de imigração para o Brasil.

De acordo com tais pesquisas²⁷, as primeiras décadas teriam focado a manutenção desse sistema familiar trazido com os imigrantes que aqui chegaram no início do século XX para trabalhar nas fazendas de café. Fala-se muito sobre o processo de urbanização como agente transformador no contexto das famílias que aqui se estabeleceram. Em Campo Grande, ainda hoje fala-se nos nomes das antigas colônias ao se referir à determinados indivíduos. “*Ah, ela(a) nasceu na Mata do Segredo*”, ou “*meus pais vivem na Mata do Prosa*”. As 23 colônias agrícolas existentes na cidade desapareceram, tornaram-se bairros urbanizados, sem qualquer referência ao passado, mas ainda existem na memória dos imigrantes e descendentes que habitam na cidade. De acordo com diversos autores, incluindo Cardoso (1995) e Vieira (1973), viver nas cidades – ou sofrer suas influências – teria trazido mudanças na própria maneira de ser “japonês”, antes relacionado a uma coletividade, obedecendo ao chefe do grupo e, posteriormente, voltado cada vez mais à individualidade.

Essa transformação na família teria trazido mudanças tanto nas relações dentro do próprio grupo, quanto na educação dos filhos no que se referia à escolha das escolas, por exemplo. Em Campo Grande, uma solução encontrada foi a criação de uma escola voltada para a população nikkei. A Escola Visconde de Cairu, que existe até os dias atuais (e que atualmente recebe alunos das mais diversas origens, sem restrições quanto à ascendência nikkei ou não), inicialmente surgiu como instrumento para a alfabetização no idioma japonês das crianças nikkei que haviam nascido no Brasil. Posteriormente, durante a guerra e após passar aos cuidados de um diretor brasileiro - visto que as escolas estrangeiras foram proibidas no país -, consagrou-se como uma instituição de ensino tradicional.

Em documentário²⁸ realizado em 2005, uma das ex-diretoras da escola comenta sobre aquele período, lembrando que as crianças eram constantemente vigiadas e, diversas vezes, apedrejadas na rua enquanto ouviam os gritos de “quinta coluna”.

²⁷ Mais estudos sobre as primeiras décadas sobre as famílias “japonesas” no Brasil foram amplamente discutidos na dissertação de mestrado (LUNA KUBOTA, N. F. 2008).

²⁸ Arigatô: Um Olhar Sobre a Imigração Japonesa em Campo Grande. Direção: Maristela Yule. Roteiro: Rosiney Bigattão. 2005. Campo Grande, 86 min.

No tempo da guerra, a única escola japonesa (nikkei), estrangeira que ficou funcionando no Brasil, foi a Escola Visconde de Cairu. O doutor Alexandre ficou como diretor da escola. Mais tarde ele ainda teve que passar o nome da escola, toda a propriedade em nome dele e eu fiquei como diretora da escola até terminar a guerra. E eles eram vigiados. As crianças eram apedrejadas quando atravessavam ali, perto do jardim. Os molequezinhas da rua gritando “quinta coluna!”. Eu queria bem os japoneses e tinha pena da situação deles. Depoimento da professora Ayd Camargo Cesar (Arigatô, 2005, 25’24”).



Figura 02 – Primeiros alunos da Escola Visconde de Cairu em 1926

Fonte: Ayumi – A Saga da Colônia Japonesa em Campo Grande, 2005.



Figura 03 – Escola Visconde de Cairu nos dias atuais

Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota, 2005.

Vieira (1973, p. 76) também aponta para a característica desse grupo no Brasil, formando o que a autora chama de “blocos sociais unificados” estabelecidos fortemente em Campo Grande/MS, litoral santista e algumas outras regiões do interior do Estado de São Paulo. Em Marília, sua pesquisa indica o caráter estritamente endogâmico na formação de famílias, ou seja, evitando casamentos com não-descendentes.

Pela fala de entrevistados (ibid, p. 77), nota-se de forma ainda tímida a tentativa em descrever as relações de parentesco e como elas se estabeleciam entre os membros desse grupo, diferenciando, finalmente, nikkei de origem *naichi* e okinawanos. A fala de dois de seus entrevistados, uma *issei*²⁹ okinawana e uma *nissei naichi*, demonstra como os okinawanos se veem em contraposição aos nikkei provenientes das outras ilhas e sobre como essas diferenças aparecem ao se tratar da constituição de famílias e do casamento:

²⁹ *Issei* é a categoria utilizada para denominar os imigrantes nascidos no Japão. *Nissei* são seus filhos e *sansei* seus netos. Os *nissei* e *sansei* são os descendentes nascidos fora do Japão.

Os okinawanos contam como parentes qualquer um que tenha um pequeno parentesco; os japoneses não, só até a segunda geração. (...) Meus pais preferem que eu me case com um brasileiro antes que com um okinawano. (VIEIRA, 1973, p. 77)

Outras pesquisas dirigiam-se ao período da Segunda Guerra, por exemplo, quando questionava-se sobre a possibilidade de “adaptação” ou “aculturação” dos nikkei à sociedade brasileira (LUNA KUBOTA, 2008). Essa discussão sobre a “assimilação” de grupos imigrantes na sociedade brasileira já havia sido iniciada durante o período do Estado Novo - 1937-1945 - (PANDOLFI, 1999) quando foi cunhado o termo “perigo amarelo” (SAKURAI, 1993) ao se referirem aos imigrantes nikkei.

O temor vigente era o de que esses imigrantes tomassem o poder e ameaçassem a soberania nacional, temor este expresso no depoimento da antiga professora da Escola Visconde de Cairu citado acima. Como medida preventiva, o governo brasileiro decidiu proibir o uso do idioma japonês em público, bem como a existência de qualquer associação oficialmente nikkei no país³⁰ (LUNA KUBOTA, 2008).

Em Campo Grande os imigrantes que haviam formado logo que chegaram uma pequena associação, viram suas portas serem fechadas devido às interdições. Como solução, o advogado e professor Alexandre – não-descendente – citado pela professora Ayd, que havia pego para si a responsabilidade da escola, assume também a direção do que é hoje a Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande, mais conhecido como Nipo.

³⁰ As mesmas proibições foram dirigidas também aos alemães e italianos, criando-se um cerco aos imigrantes originários dos países do eixo.



Figura 04 – Clube Nipo
Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2005.



Figura 05 – Clube Nipo
Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2005.

Alguns dos meus informantes que vivenciaram aquele período relatam situações de truculência na cidade de Campo Grande. Casas eram invadidas à procura de livros ou itens que pudessem ser considerados perigosos ao país. A situação se intensificou e piorou com a derrota do Japão na guerra, provocando conflitos dentro do próprio grupo, que culminou com a criação do movimento conhecido como *Shindo Renmei*³¹. Aqui, vemos a separação entre os nikkei em dois grupos conhecidos como “vitoristas” e “derrotistas”, ou seja, os membros e simpatizantes do grupo *Shindo Renmei* não aceitavam a derrota do Japão naquele conflito mundial e opunham-se àqueles que teriam aceitado a derrota do país na guerra.

A Segunda Guerra Mundial pode ser entendida, portanto, como um momento marcante, tanto para a população não imigrante do Japão, mas especialmente para a população nikkei que já se encontrava no Brasil. Pode-se notar até os dias atuais em Campo Grande a existência de certos vestígios de conflitos da história dessa população na cidade, decorrentes, entre outros, do término da Segunda Guerra.

Esses conflitos aconteceram mais fortemente no interior do Estado de São Paulo e pesquisas mais atuais (LINS, mimeo) têm se debruçado sobre o tema da *Shindo Renmei* a partir de outras perspectivas. Antecipando a pesquisa de campo em andamento nas cidades de Lins e Promissão - no Estado de São Paulo - de Tiago Lins, sob orientação de Igor Reno Machado, nota-se que, este movimento não foi o gerador de conflitos internos mas, ao contrário, resultou de discordâncias internas ao grupo nikkei que já existiam anteriormente, como disputas familiares ou entre clubes e associações.

No caso campo-grandense, essa divisão entre os grupos estava também relacionada ao pertencimento okinawano e *naichi*. Em Campo Grande, indivíduos nikkei de origem *naichi* eram considerados vitoristas em oposição aos indivíduos nikkei de origem okinawana, classificados na época como derrotistas. Em decorrência deste conflito interno, forma-se a Associação Okinawa de Campo Grande, que marca definitivamente as diferenças entre os grupos nikkei na cidade.

³¹ Sua existência data de 1946 a 1947. (MORAIS, Fernando. Corações Sujos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000).

Meus interlocutores não afirmavam categoricamente ter havido ali um movimento parecido como o de São Paulo, incluindo os episódios de violência que culminaram em assassinatos, apesar do uso explícito dos termos “vitoristas” e “derrotistas” em suas falas. Entretanto, foi possível observar que naquele período – pós Segunda Guerra - as diferenças entre *naichi* e okinawanos se tornaram mais explícitas e públicas, o que culminou com a separação entre os dois grupos na cidade e que levou a separação do Clube Nipo e conseqüentemente, à criação do Clube Okinawa (LUNA KUBOTA, 2008):

Em 1947, a colônia japonesa no Brasil encontrava-se caótica devido à polemica entre vitoristas e derrotistas. Nesse ínterim, alguns provincianos residentes em São Paulo, profundamente consternados pelo fato de sua terra natal, Okinawa, ter sido reduzida a terra queimada pela guerra, convocaram conterrâneos de todo o país para arrecadarem bens visando a assistência às vítimas. Voluntários de Campo Grande atenderam rapidamente ao chamado, providenciando um grande número de bens que foram enviados a Okinawa através do Centro de Assistência às vítimas da Guerra de Okinawa. Campo Grande, na época, ainda não estava em condições de organizar uma associação de provincianos. Havia apenas um trabalho assistencial centralizado em uns poucos voluntários, os quais eram criticados pelas costas como “derrotistas” (Associação Esportiva da Colônia Japonesa em Campo Grande. **AYUMI**. A Saga da Colônia Japonesa em Campo Grande. Campo Grande: SABER Editora, 2005, p. 110-111).

Na obra “Ayumi”, publicada em conjunto pelas duas associações nikkei de Campo Grande, vemos pequenos relatos que se referem àquele período e pelos quais notamos a existência do conflito entre os grupos. Considerados como “derrotistas”, os imigrantes e descendentes originários da província de Okinawa decidem criar sua própria associação, mas encontram dificuldades:

A Associação *Kenjikai* de Campo Grande realizava todas as atividades em conjunto com a *Nihonjinkai* (Associação Japonesa), sem se prender a titularidade ou nomes. Todavia, a colônia também passou por alterações. Pressionada pela necessidade de dispor de um *kenjikai* próprio, a entidade tentou negociar a cessão do terreno que estava registrado para a Associação Japonesa, a fim de construir um *Kaikan* (recinto comunitário) naquele espaço que já lhe era conhecido de longa data; não sendo aceita a proposta, a *Kenjikai* inau-

gurou, em 17 de setembro de 1966, o seu *Kaikan* no endereço atual. (Associação Esportiva da Colônia Japonesa em Campo Grande. **AYUMI**. A Saga da Colônia Japonesa em Campo Grande. Campo Grande: SABER Editora, 2005, p. 111).

Em sua biografia, o imigrante okinawano Hiroshi Gushiken também lembra o período pós Segunda Guerra na cidade de Campo Grande ao citar a construção da Associação Okinawa. Em seu livro autobiográfico intitulado “Deixei o Coração me Conduzir”, publicado por ele mesmo, Gushiken diz que na época da construção da associação “*ainda continuava o confronto entre o grupo de vitória e o de derrota*” (p. 61).



Figura 06 – Associação Okinawa de Campo Grande
Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.



Figura 07 – Associação Okinawa de Campo Grande
 Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2015.

Já o Clube Nipo havia sido fundado no ano de 1920, com o nome de Associação Nipo – Nihon-jin-kai (LUNA KUBOTA, 2008). Em 1964 o clube muda sua nomenclatura para Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande. Atualmente, no Nipo o grupo de sócios abrange imigrantes e descendentes de todo o Japão, enquanto que no Clube Okinawa, ainda persiste majoritariamente a presença de membros originários desta província.

Pode-se perceber, entretanto, que a partir da década de 1990 esforços passaram a ser realizados para que o grupo fosse visto enquanto unidade, para que a população local passasse a ver esse grupo como uma colônia nikkei homogênea:

Para o dia 26 de agosto³² nós recebemos da prefeitura um convite, a Associação Nipo, a Associação Okinawa recebeu outro convite. Nós nos reunimos para definir, para fazermos um desfile da colônia japonesa. Sentamos, conversamos, decidimos. Nipo, Okinawa e Associação de beisebol. Como uma unidade nipo-brasileira. Isso é o que tem que ser feito. (Fala do presidente do Clube Nipo durante minha pesquisa de campo em 2007)

Apesar do intuito expresso na fala do antigo presidente do Clube Nipo de promover a ideia de comunidade homogênea, as diferenciações entre *naichi* e okinawanos puderam, portanto, ser a todo momento percebidas ao realizar o trabalho de campo em Campo Grande.

Logo no início de minha chegada à cidade, ao mesmo tempo em que efetuava a busca pelos registros de casamentos referentes à pesquisa documental, mantinha contato com alguns participantes da Associação Okinawana da cidade. Conheci o então presidente, sr. Jorge Tamashiro, que concordou em receber-me em sua residência.

Marcamos um encontro e fui muito bem recebida. O sr. Jorge me contou um pouco sobre a história da associação, sobre seu período de mandato (que já estava no fim) e quais foram suas conquistas para o local, como a ajuda que conseguiu para construir a cobertura de uma parte da Associação Okinawa. Durante nossa conversa, fui pega de surpresa ao ser por ele corrigida ao utilizar o termo okinawano. O sr. Jorge informou que não utiliza tal termo e que prefere ser denominado – e denominar às pessoas de seu grupo – como *uchinanchu*, pelo tom pejorativo que o primeiro termo carregaria.

Aquela não foi a primeira vez que ouvi o termo, mas até aquele momento ainda não havia de minha parte, a consciência do caráter político ali incutido. Retomando o processo histórico de anexação da região ao Japão, sabe-se que Okinawa passa a ser assim denominada após sua conquista por aquele país, sendo esta província anteriormente conhecida como Reino de Ryūkyū ou Reino de *Uchina*.

³² Data de comemorações do aniversário de Campo Grande.

Denominar-se *uchinanchu* é, portanto, reforçar a contraposição e a diferença com relação aos demais nikkei, ao mesmo tempo em que reafirmam não se encontrarem em posição de subalternidade ou inferioridade.

Pude notar esse posicionamento político em outro momento, ainda com o então presidente da Associação Okinawa, quando ele enfatizou o erro cometido ao tratar a língua okinawana como dialeto e não como língua oficial e relembra que após a Segunda Guerra Mundial, ainda sob tutela dos Estados Unidos, todos os indivíduos *uchinanchu* eram denominados em seus passaportes como originários de Ryūkyū³³.

O que observei durante a pesquisa, especialmente ao contrapormos ambas as falas dos dois antigos presidentes das associações, é que apesar desta tentativa de homogeneização, existe a produção contínua de japonesidades³⁴, constituídas e baseadas nas diferenças e particularidades próprias aos dois grupos. Sendo assim, foi possível observar a produção de dois feixes de japonesidades, evocados em momentos específicos. Poderíamos, portanto, falar em uma japonesidade englobante, cujo propósito é o de apresentar uma ideia de unidade nikkei na cidade e mais relacionada aos eventos públicos e, por fim, outras japonesidades que podem ser desdobradas em okinawanidades e naichidades (categorias que serão tratadas em subcapítulo adiante), priorizando as características e particularidades dos dois grupos localizados em Campo Grande.

Se retomarmos o capítulo anterior, vemos que as formas como se constroem os parentescos okinawano e *naichi* são, por vezes, divergentes, apesar das semelhanças que se constituíram entre ambos, especialmente após o processo de anexação da província de Okinawa ao Japão. Sendo assim, percebemos a impossibilidade de discutir tais parentescos e/ou famílias sem antes apresentar estas especificidades que compõem as múltiplas formas de ser nikkei na cidade e que são, conseqüentemente, acionadas na construção de novas famílias. O subcapítulo a seguir destina-se, portanto, à discussão sobre como são construídas e (re)produzidas tais japonesidades em Campo Grande.

³³ Devido ao amplo uso dos dois termos na cidade de Campo Grande, opto por utilizar o termo nativo de acordo com as falas de cada interlocutor.

³⁴ Uma discussão sobre produção de japonesidades será realizada subcapítulo 2.2

2.2 Produzindo Japonêsidades

A música citada no início deste capítulo é uma das demonstrações do que aqui chamo de okinawanidade, presentes entre os indivíduos pertencentes à este grupo. Conhecida e amada entre os jovens okinawanos de Campo Grande, ela representa a oposição que se faz constante entre os nikkei da cidade. A Ilha, exaltada na canção, foi/é historicamente considerada menos importante pela população *naichi*, mas reverenciada por aqueles que têm ali sua origem. Nada parecido ocorre entre os nikkei originários de outras ilhas do Japão (*mainland*). Não existem, por exemplo, associações de *Honshu* ou *Hokkaido* (outras duas ilhas que compõem o arquipélago japonês).

Frequentando as pequenas butiques Nikkei de Campo Grande, jamais encontrei CDs ou vídeos que retratassem outros locais e suas especificidades ou, que reverenciassem a cultura e as particularidades de províncias específicas. Ao entrar nestes pequenos comércios ou frequentando os quiosques montados durante festas e festivais realizados por ambas as associações nikkei na cidade – ou até mesmo em eventos realizados pela prefeitura –, a quantidade e variedade de produtos comercializados que mostram as características da província de Okinawa é enorme.

Curiosamente, tais produtos não tratam exatamente sobre as pessoas da região e/ou suas tradições, mas tratam, explicitamente, da ilha em si, que parece ser vista pelos indivíduos de origem okinawana como uma entidade. É a ilha que produz canções ou pessoas. Se voltarmos aos termos do parentesco, a ilha pode ser vista como a genitora desta população. O solo – ou território –, como veremos mais adiante, é peça importante na criação do parentesco okinawano, sendo (também) através dele que relações são elaboradas entre os membros deste grupo nikkei, que se sentem unidos pelo por terem sido gerados através de uma mesma semente, germinada na terra dos ancestrais.

Okinawanidades que constroem sua oposição em relação às outras ilhas do Japão e que são comparáveis àquelas produzidas em Campo Grande, foi

também observada por Matthew Allen na obra “*Identity and Resistance in Okinawa*” (2002). De acordo com o autor:

In articulating “Okinawan identity,” the self/other relationship has been invoked to create a pastiche of images that together form a less-than-coherent picture of a not-Japan. (...) Identity in Okinawa, like all forms of identity, is something that has highly flexible geographical, sociocultural, and political boundaries. It can take the form of an island’s singular representation within the outer island chain (*ritou*), in opposition to the mainland of Okinawa (*hontou*). (ALLEN, M. *Identity and Resistance in Okinawa*, Rowman & Littlefield Publishers, 2002, p. 10).

Como podemos notar, existe uma forte pluralidade na população do Japão que foge completamente à ideia do *nihonjinron* e da suposta existência de uma homogeneidade étnica naquele país, ideia esta que foi carregada pelos imigrantes – pertencentes aos diversos grupos nikkei – para o Brasil. Sendo assim, ao analisarmos estas populações nikkei na cidade de Campo Grande, acredito que seja possível afirmar que, ao conceito de japonesidade, que refere-se justamente à existência de múltiplas possibilidades e formas de ser e de pertencimento nikkei, é inerente à existência de tensões e conflitos, pois a resistência do grupo okinawano, por exemplo, demonstra que na própria construção das japonesidades a diferença é constantemente produzida e ativada por aqueles que compõem ambos os grupos.

Através das diversas japonesidades produzem-se ao mesmo tempo na cidade, tanto movimentos e relações de exclusão entre os grupos – e que evocam as tensões já citadas e o preconceito, pois faz parte de seu conteúdo a multiplicidade e as diferenças, opondo-se firmemente à ideia de homogeneidade – quanto movimentos e relações de englobamento e unidade, quando os grupos precisam, de certa forma, se mostrar coesos. O uso do conceito de japonesidades nos permite, portanto, pensar sobre os grupos nikkei em Campo Grande a partir da produção de diferenças, em que as variadas formas de ser *naichi* ou okinawano são postas em evidência e, por vezes, ocasionando até mesmo em choques entre eles.

A etnografia realizada na cidade de Campo Grande nos demonstra a todo momento a ativação destas diferentes formas de ser Nikkei, resultando mais em uma oposição entre os grupos e menos em coesão entre seus membros. Esta

oposição, é preciso lembrar, é histórica e sempre se mostrou presente, desde o momento da anexação de Okinawa ao Japão, até os dias atuais. Para produzir uma discussão sobre a atualidade destes grupos na cidade, torna-se necessário retomar alguns pontos de seu passado e histórias.

A declaração do presidente do Clube Nipo, citada anteriormente, deixa transparecer que a partir de determinado momento, os dois grupos passam a realizar um esforço para que, publicamente, a ideia de uma “colônia japonesa” fosse transmitida na cidade de Campo Grande. Eventos da cidade realizados com o propósito de mostrar a cultura e características da cidade e, de certa forma, homenagear aqueles que tiveram participação em sua construção, passaram a apresentar sua “comunidade nikkei” para toda a população local. Mesmo fora de Campo Grande, o que se propaga é a existência de um grupo homogêneo na cidade, apesar do conhecimento da população campo-grandense da existência de dois grupos – okinawanos e *naichi*.

Relembro o ano de 2009, quando fui contatada para fornecer minhas fotos do *Bon Odori* à comitiva do então governador do Estado de Mato Grosso do Sul que viajaria ao exterior e procurava por material fotográfico que apresentasse a cultura campo-grandense (LUNA KUBOTA, 2011). O portfólio com as informações sobre esta cidade japonizada não contemplariam, entretanto, as características particulares dos nikkei locais. O *Bon Odori* seria retratado como a festa japonesa de Campo Grande, não levando em conta que a festa é realizada pelo Clube Nipo, *naichi*, e conta com elementos e participação okinawana, o que, de acordo com alguns de meus interlocutores, era visto como um problema para alguns descendentes de okinawanos da cidade (LUNA KUBOTA, 2008), especialmente por não concordarem com a mistura de duas culturas que possuem elementos tão distintos entre si.

Há, portanto, duas formas distintas de ativar as japonesidades na cidade. A primeira é construída de maneira a englobar toda a população nikkei da cidade e destinada aos eventos públicos, realizados ou não pela “colônia”, produzindo uma japonesidade centrada na ideia de coesão, união e homogeneidade, mesmo que oculte, abrande, anule ou mascare as diferenças internas existentes entre os grupos.

A segunda forma de construir japonesidades em Campo Grande deriva justamente desta diferença histórica, o que produz uma ativação muito mais contun-

dente da heterogeneidade e evoca a oposição entre okinawanos e *naichi* na cidade, tornando visível as particularidades de cada um dos grupos.

No primeiro caso, notamos a produção de uma japonesidade englobante e acolhedora das particularidades de cada grupo e, por isso mesmo, constituída de tensão, visto que, apesar de englobadas, as diferenças não são apagadas neste processo de homogeneização. No segundo caso, temos a produção clara de japonesidades constituídas de partes opostas, que nos permite pensar em “naichicidades” e uma “okinawanidades”.

A percepção da existência destas formas de produção de japonesidades é refletida na escolha do uso das aspas ao tratar sobre “japoneses”. O uso das aspas remonta, portanto, à uma japonesidade englobante, ativada nos momentos em que a ideia de unidade precisa ser exteriorizada pelos nikkei da cidade, apesar das diferenças internas. Existem, portanto, contextos em que toda a população nikkei da cidade se posiciona como “japonesa” – mesmo os descendentes de okinawanos – , obliterando, mesmo que superficialmente e temporariamente as particularidades e especificidades de cada grupo.

Assim, em determinados momentos, todos são “japoneses”, pois apesar de suas diferenças internas, “*Okinawa agora faz parte do Japão né?*”, diz um de meus interlocutores de origem okinawana, propondo uma generalização nikkei. Afinal, após sua incorporação política ao Estado japonês, os indivíduos originários da província *uchinanchu* passaram a ser todos cidadãos japoneses. Este fato é o que nos permite continuar a falar em japonesidades, mesmo quando se trata de questões estritamente okinawanas e/ou *naichi*. Mesmo ao se posicionarem constantemente como grupos diferentes, não se trata aqui, da produção por parte da população okinawana de uma negação total à sua condição de “japoneses”, mas, da elaboração incessante da diferença, que os opõem aos descendentes de origem *naichi* dentro de suas especificidades, mas que de certa forma os une enquanto pertencentes ao Estado nação (KEBBE, 2012).

Verificamos que, apesar da elaboração de uma okinawanidade que se contrapõe a uma naichicidade, não é possível fugir do conceito de uma japonesidade generalista, pois ela se mantém presente – mesmo que mais raramente – em contextos específicos na cidade de Campo Grande, sendo impossível tratar exclusivamente sobre okinawanidade ou naichicidade isoladamente. Ao pensarmos sobre

estas múltiplas formas de japonesidades, que englobam o ser okinawano e o ser *naichi*, em dado momento foi preciso refletir sobre minha própria condição nesta pesquisa. Apesar de minha condição de pesquisadora ser por vezes “esquecida” por meus/minhas interlocutores(as), eu continuava a ser lembrada como uma mulher *naichi*. Como alguém duplamente “de fora” – antropóloga e *naichi* – a inserção e os primeiros contatos nem sempre foram fáceis.

As falas de meus informantes, na maioria de origem okinawana, eram reguladas pela minha própria condição/pertencimento ao grupo oposto. Diferentemente do que poderia ocorrer se eu não fosse uma nikkei, a quem os interlocutores poderiam se expor mais abertamente sobre as relações entre os dois grupos na cidade, sem receios de causar um possível inconveniente ou mal-estar ou, ainda, se eu fosse uma uchinanchu como eles, com quem possuiriam automaticamente a ilha como elo, ali eu era vista claramente como o “outro”, o oposto, a quem seria preciso medir as palavras. Entretanto, apesar de produzirem um discurso em certa medida controlado pela minha origem *naichi*, as diferenças continuaram a ser explicitadas durante todo o decorrer da pesquisa. O próximo subcapítulo pretende uma discussão sobre minha inserção e participação dentro da associação okinawana da cidade.

2.3 Nas tramas do crochê – Uma *Naichi* Na Associação Okinawa de Campo Grande

Após meu primeiro encontro com o então presidente da Associação Okinawa de Campo Grande, obtive sua autorização para realizar visitas regulares ao clube e passei então a frequentar as reuniões do *Fujinkai*, o departamento de senhoras. Os encontros acontecem às segundas-feiras no próprio clube, reunindo aproximadamente vinte senhoras para aprender, ensinar e trocar experiências com o crochê. Uma “professora”, de origem okinawana, as acompanha semanalmente, ensinando novas técnicas, encontrando erros nas tramas e as instruindo sobre como

corrigi-los, além de oferecer seus produtos para venda. Além do crochê, outras atividades são realizadas por outras participantes no mesmo espaço da associação, sendo elas danças okinawanas e as artes do *kurumie*³⁵ e *origami*³⁶.

Como forma de entrar em proximidade com essas senhoras e estabelecer ali certo grau de intimidade, passei a frequentar as reuniões. Os encontros são realizados a partir das 14:30h e seguem até aproximadamente às 18:00h, pois muitas são deixadas ali por seus filhos que depois retornam para pegá-las após o horário comercial.

Cheguei pontualmente às 14:30h no primeiro dia como aprendiz de crochê. Como sempre realizam um intervalo no meio da tarde, levei um bolo, revelando meu interesse em fazer parte das atividades do grupo. Ao entrar no salão, cumprimentei as senhoras que já estavam ali e aguardei o momento da chegada da professora Maria, que ficou de levar a agulha e linha para que eu aprendesse. Com barbante, agulha na mão e completamente perdida, uma das senhoras se prontificou a me ensinar os primeiros pontos, mas logo em seguida foi ajudar uma outra amiga.

Maria vinha esporadicamente me ver e, quase me consolando, dizia para que eu não desistisse e que eu aprenderia a fazer o crochê. Sem ter conseguido fazer nenhuma carreira, o horário do café da tarde chegou. Pontualmente às 16:00h é servido um lanche, com alimentos e bebidas levados pelas próprias participantes. O mais comum são os pratos de origem “japonesa”, normalmente preparados por elas mesmas, especialmente para a ocasião. O típico chá japonês era uma regra em todas as semanas e sempre levado pela mesma *obachan*³⁷.

Ainda perdida entre linhas e agulhas, durante aquele intervalo procurei me aproximar das senhoras, que comiam rapidamente para retornarem às suas cadeiras e continuarem seu crochê. Após esta primeira tentativa fracassada de me relacionar com as participantes, noto a presença de uma menina em meio aquelas mulheres. Depois de quase duas horas tentando aprender o básico do crochê, eu, já frustrada e com fortes dores nas mãos que me impediam até mesmo de mexer meus

³⁵ *Kurumie* são quadros feitos com montagens de recortes de papéis específicos formando uma figura pré-determinada.

³⁶ Dobradura em papéis.

³⁷ Termo usado entre os “japoneses” que pode ser traduzido como avó ou tia, referindo-se sempre às senhoras mais idosas.

dedos, decidi que não faria mal relaxar um pouco e me aproximar para tentar ter uma conversa tranquila com uma criança.

Ana era uma garota de apenas 10 anos de idade e estava ali acompanhando a avó. Logo que a cumprimentei, Ana mostrou interesse pelo meu cabelo. Na época ruiva, ela me perguntou se eu fazia mechas. Respondi que não, que eu costumava tingir todo o cabelo. Ela então, me mostra contente sua mecha vermelha. Minha resposta imediata diante de uma criança com os cabelos tingidos foi questioná-la se sua mãe havia aceitado a mudança de cor sem problemas.

Com um tom de desapego, Ana me responde que sua mãe não morava com ela, pois vivia no Japão. Seu tom de voz e sua expressão facial evidenciavam que aquela não era uma situação agradável. Pude constatar durante toda a pesquisa de campo que, especialmente para crianças, nunca é fácil viver longe dos pais, mesmo estando sob os cuidados de avós, como no caso de Ana. Diante do seu olhar entristecido, não tive coragem para questioná-la sobre seu pai. Logo em seguida a menina relata a presença de seu avô nos Estados Unidos, que sempre lhe envia presentes. “*Sempre coisas que eu preciso*” explica Ana, que estuda a quinta série na Escola Visconde de Cairu, recebendo especialmente materiais para a escola, como mochila, estojo e outros itens do gênero. Neste momento nossa conversa foi interrompida pelo chamado de uma das senhoras para que retornássemos às atividades. Ana retornou para o *origami* e eu para o crochê. A jovem retornava esporadicamente à associação e quase sempre acompanhada de outras crianças, o que dificultava um novo contato.

Continuei a frequentar as atividades do *Fujinkai* e, após algumas semanas, pude perceber que a presença dessas senhoras era flutuante. Algumas aparecem apenas quando têm dúvidas em suas peças de crochê, outras são assíduas, tendo este como compromisso não cancelável. Muitas inclusive fazem questão de ir aos encontros mesmo em vésperas de feriados, ou então remarcam outros compromissos, como consultas médicas para outros dias da semana.

Ali, logo notei que o idioma mais utilizado é o japonês e até mesmo o “*uchinago*” – dialeto (ou, de acordo com o sr. Jorge, idioma) da província de Okinawa - e mesmo com minha presença, poucas fizeram questão, num primeiro momento, de tentar se comunicar comigo em português. A pesquisa de campo, por diversos

momentos, tornou-se assim um teste de japesidade aplicado a mim pelos meus interlocutores.

A cada primeiro contato com meus informantes, eu, como pesquisadora, passava a ser pesquisada. As questões giravam em torno da minha vida no local, se eu era da cidade, a qual família pertencia – ou se tinha algum parentesco com determinadas pessoas. Perguntavam-me sobre o meu sobrenome, percebendo imediatamente que eu não era uma japonesa pura e nem de origem okinawana, mas uma mestiça, o que levava a discussão sobre o quanto eu conhecia de cultura japonesa e, especialmente, se falava japonês, um indício para a população mais velha, de maior ou menor proximidade com as tradições orientais.

Pude perceber que ali que eu era considerada por aquelas pessoas como uma estranha em duplo sentido. Primeiramente, eu era uma intrusa naquele local por não ser conhecida por aquelas mulheres, que tentavam a todo momento me relacionar com algum conhecido – especialmente através do meu sobrenome –, mas quase sempre sem sucesso. Eu não possuía, portanto, outros elos que pudessem me conectar em toda a trama de relações construídas por aquelas mulheres okinawanas. E, justamente por aquele ser um espaço majoritariamente *uchinanchu*, eu, de origem *naichi*, era encarada mais uma vez como alguém de fora.

É importante lembrar que entre os imigrantes nikkei em Campo Grande, é comum o discurso de que este grupo teria mantido as “verdadeiras tradições”, independentemente de serem de origem okinawana ou *naichi*, sendo mais “japoneses” que aqueles que nunca deixaram o Japão. Os imigrantes seriam os portadores da “verdadeira cultura”³⁸, enquanto que no Japão, aquela população teria passado por tantas transformações que teriam se tornado menos “verdadeiros”, especialmente pela ideia do processo de ocidentalização. Com a minha resposta negativa sobre o conhecimento do idioma, os comentários eram quase sempre relacionados ao fato de ser filha de mãe não-descendente, já que às mães cabe o papel de japonizar³⁹ os filhos e netos (LUNA KUBOTA, 2008).

Mesmo sendo considerada alguém de fora, fui aceita e, de certa forma, passei então a frequentar os encontros mais como aluna de crochê do que como

³⁸ Expressão nativa

³⁹ Retornarei a esta questão no capítulo 2.5.

pesquisadora. Logo em meu primeiro dia de visita ao *Fujinkai*, um pesquisador okinawano estava lá, realizando sua pesquisa sobre a população okinawana de Campo Grande. Fui então a ele apresentada pelo sr. Jorge. O pesquisador se mostrou muito interessado com minha presença e, tentando se comunicar em inglês, me pediu para que eu respondesse o questionário, referindo-se, pelo pouco que o presidente Tamashiro me informou, sobre o orgulho de ser *uchinanchu*. Imediatamente tive a participação negada pelo presidente, dizendo ao pesquisador que eu não era uma *uchinanchu*.

Essa situação demonstrou que, neste contexto, apesar de ser uma nikkei, não haveria a possibilidade de uma okinawanização por parte de pessoas de outros grupos. Gil Vicente Lourenção (2011) discorre sobre a produção de “japoneses” através da arte do *kendō* (esgrima japonesa). O autor, sem origem Nikkei, passa a ser japonizado através da prática desta arte marcial.

Há não-descendentes que se tornam “mais” japoneses que descendentes, segundo critérios dessas japonesidades múltiplas. É o caso de Lourenção, que lutando *kendō* e praticando uma arte marcial japonesa – sob a ótica da japonesidade derivada da prática do *kendō* – tornou-se japonês naquele contexto. Victor Hugo Kebbe, em sua trajetória de pesquisa, acabou sendo reconhecido até pelo Estado japonês como, de alguma forma, “próximo” ao universo japonês. (MACHADO, I. J. R. (Org.). Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: Edufscar, 2011. v. 1. p. 16).

A minha origem *naichi*, diferentemente dos casos dos pesquisadores citados acima, não seria esquecida e, sobretudo, minha condição de pesquisadora por vezes ignorada. Mesmo após ser apresentada às demais participantes do departamento de senhoras como antropóloga e aluna de doutorado, fazendo pesquisa em Campo Grande, muitas entenderam que minha presença ali se dava apenas pelo interesse em aprender a técnica manual do crochê, até porque, de maneira oposta ao pesquisador okinawano, eu não fazia perguntas contidas em um questionário fechado, bem como elas não precisavam fazer uma fila para participar de uma entrevista comigo.

Aqueles primeiros minutos foram até mesmo sem muita interação, já que muitas das senhoras estavam na fila que ia em direção à mesa estrategicamente posicionada, longe dos grupos de crochê ou de dança, especialmente para aquela ocasião e iam, aos poucos, retornando aos seus lugares em torno da grande mesa onde o crochê é compartilhado, aprendido e ensinado.

Logo, as primeiras semanas foram então sem aproximação. Eu nunca havia pego em uma agulha de crochê antes, mal sabia dar um nó na linha, o que acabou trazendo vantagens e desvantagens nesses primeiros contatos. Elas não estavam ali para ensinar alguém tão inexperiente, mas sim, para terminar seus próprios projetos manuais. Quase todas estavam focadas em preparar tapetes ou toalhas de mesa para noras e, com o inverno se aproximando, roupinhas de lã para seus netos. A professora também não conseguia me dar a atenção necessária, já que as *obachans*⁴⁰ eram exigentes e a solicitavam a todo momento.

Foi quando uma senhora, que apareceu somente naquele dia e nunca mais retornou, aceitou me ajudar após ver meu total desconhecimento sobre tudo aquilo. Conversamos durante aproximadamente uma hora. Enquanto ela me dizia o que fazer com a agulha e a linha, eu aproveitava para perguntar-lhe sobre sua vida.

Cristina já se aproximava dos 70 anos de idade, era casada e sem filhos. De origem okinawana, seu marido era *naichi*, “japonês mesmo”, dizia ela, referindo-se mais ao fato, acredito, de que ele havia nascido no Japão e imigrado já adulto para o Brasil do que por ser *naichi*. Ela me contou que quando o conheceu, sua família o aceitou bem, pois apesar de ter sido considerada em sua família como uma “ovelha-negra”⁴¹ em sua juventude, principalmente pelo fato de ter saído cedo de casa para morar no Rio de Janeiro, seus pais não estavam muito contentes com o fato de que os outros filhos estavam casando-se com nisseis e *gaijins*⁴². Ela ao menos, em suas palavras, manteria as “tradições”.

Uma outra participante do *Fujinkai*, Amalia-san, contou-me brevemente em uma outra ocasião sobre seu casamento. Seu marido, nascido em Okinawa, foi enviado para que os dois se casassem. Os pais de ambos já se conheciam e enten-

⁴⁰ Avós.

⁴¹ Em suas próprias palavras.

⁴² No Japão o termo *gaijin* refere-se aos estrangeiros. No Brasil, a população nikkei utiliza o termo ao se referirem aos não-nikkei.

deram que o matrimônio seria adequado. Esse tipo de casamento, conhecido como *miai*, era comum no Japão e foi utilizado nas primeiras décadas da imigração nikkei no Brasil e, como pude constatar mais tarde, tais acordos para realização de matrimônios foram muito usados na cidade de Campo Grande.

Durante todo o período em que frequentei as atividades do departamento de senhoras, as conversas foram sempre muito rápidas, não havendo muito tempo para que pudéssemos discutir mais profundamente sobre suas vidas, pois era preciso que eu também fizesse minha parte no crochê. Algumas das senhoras, por exemplo, só passaram a me cumprimentar e a sorrir para mim depois que terminei minha primeira peça, inicialmente um tapete que, de tão deformado e criticado por todas que o viam, acabou se transformando em uma bolsa, por sugestão da professora que, sem dó nem piedade, não continha os risos e gargalhadas ao ver uma peça tão horrível. Após me ensinar a reutilizar o tapete e, me explicando como costurá-lo, todas bateram palmas ao ver surgir, finalmente, uma bolsa com aspecto agradável aos olhos. E assim seguiram-se todas as semanas seguintes. Eu só conseguia a atenção daquelas senhoras se terminasse meu crochê.

Essas conversas, mesmo que rápidas e superficiais, apontaram algo que inicialmente não estava previsto ao dirigir-me ao campo e que me foram expostas, ainda mais explicitamente, nos momentos em que fazia as genealogias de informantes e que remetiam ao *Koseki-Tohon* - Registro de Família Japonês. Pude notar que o documento é muitas vezes encarado, por esta população, como sinônimo de mais ou menos parentesco. Este fato nos remete novamente à minha participação naquela associação. A pesquisa de campo foi aos poucos me demonstrando que, exceto pela condição de casamento, quando é possível de alguma forma (mas não totalmente) suprimir a naichicidade de um dos cônjuges (como veremos em capítulos adiante), um indivíduo *naichi* que não carregue outros gêneros de elos, dificilmente será incorporado ou englobado por uma okinawanidade, como foi o meu caso. O que se pode observar é que, através do *koseki-tohon*, ao incluir neste documento familiar novos membros, é possível, de certo modo, construir determinados elos de parentesco entre os indivíduos que são posteriormente classificados pela população okinawana como “meio-parentes”, condição esta, que exponho no tópico seguinte.

2.4 Crochetando Meio-Parentes

Durante minha participação no curso de crochê, enquanto tentava lidar com as agulhas e barbantes, podia ouvir algumas senhoras que haviam acabado de descobrir que eram “parentes”, pois possuíam sobrenomes em comum. Aliás, o termo “meio-parente”⁴³ apareceu diversas vezes em várias situações em que eu estava presente, seja oficialmente em reuniões da associação, seja em encontros informais ao acaso, onde estivessem presentes descendentes de okinawanos.

Entre meus informantes, sempre que eu solicitava por novos contatos, ouvia como resposta a tentativa de contatar determinados indivíduos que poderiam me ajudar na pesquisa. Quando questionava quem seriam estes possíveis interlocutores, me respondiam que estes seriam “aparentados” ou “meio-parentes”. Um dos informantes a serem contatados, por exemplo, era “meio-parente” do marido de uma colega com quem estabelecia contatos na cidade.

O uso do mesmo termo pode ser observado na Associação Okinawa. Como dito anteriormente, a presença de algumas daquelas senhoras nas reuniões do departamento *Fujinkai* não era constante, sendo assim, nem todas conheciam detalhes sobre as vidas umas das outras. Apesar dos membros da Associação Okinawa de Campo Grande se conhecerem – em maior ou menor grau – muitos indivíduos são reconhecidos por seus nomes e/ou sobrenomes, mas algumas vezes pouco se sabe sobre suas histórias. Se pensarmos no grande número de descendentes na cidade, terceira maior agregação nikkei do Brasil, é fácil entender que nem todos se conhecem profundamente.

Sendo assim, a participação em atividades dos clubes, mesmo que esporádica, proporciona novos encontros e, assim, novas relações se estabelecem. Em uma das conversas que pude observar durante minha participação, presenciei o

⁴³Categoria nativa.

encontro de duas senhoras que se conheciam de vista, mas que nunca haviam conversado. Aos poucos, após se apresentarem devidamente informando seu nome e sobrenome, ambas começaram a falar sobre suas famílias. Quem eram seus filhos e netos, onde moravam. Uma delas questiona, então, o possível parentesco com um determinado indivíduo. Com a resposta afirmativa, ela era tia daquele rapaz, ambas descobriram que o mesmo era casado com alguém da família da outra. Elas se descobriram então, “meio-parentes” e exclamaram: “*ah, nós somos meio parentes então*”. Em outro diálogo, ouço a discussão sobre um terceiro indivíduo:

- Você conhece o X?

- Ah, sim, conhece⁴⁴, ele é meio parente.

O mesmo ocorreu quando, em uma ocasião sem qualquer pretensão acadêmica e totalmente ao acaso, conheci três irmãs de origem okinawana. Ao conversar com estas três senhoras, me lembrei de ter conhecido outras pessoas com o mesmo sobrenome. Quando as questiono se existiria o parentesco entre elas e esta outra pessoa, obtenho um sim como resposta, pois “*ela é meio-parente*”. Este meio-parentesco seria, de acordo com elas, resultado do casamento de minha conhecida com um primo daquelas três okinawanas.

Pude perceber que, em diversos espaços da cidade, bem como na associação okinawana, entre aquelas pessoas há uma noção da existência de certo elo através, também, de seus sobrenomes. Assim como na prática do crochê, realizado por aquelas senhoras a cada semana e sem faltas, pequenas famílias e laços são criados mesmo que a proximidade entre elas não seja uma constante. Esses laços, assim como a técnica que trança linhas ou barbantes, podem ser mais frouxos ou mais firmes ao se construir uma peça, mas o importante é que eles estejam lá. Neste caso, possuir o mesmo sobrenome, é dar um pequeno ponto em toda a trama que constrói estes “meio-parentescos”.

⁴⁴ Por serem imigrantes e por se comunicarem normalmente no idioma japonês ou okinawano, muitas senhoras possuem dificuldade em falar o português.

Pude notar ao longo do trabalho de campo que esses pontos decorrem, em geral, da existência de um mesmo sobrenome em comum. A questão da importância do sobrenome toma uma proporção muito grande entre nikkeis em Campo Grande, principalmente pela existência do *Koseki Tohon*. Esse registro é um documento obrigatório para todo indivíduo nascido no Japão e contém detalhadamente toda a sua genealogia:

O *Koseki Tohon* consiste no registro de todo indivíduo nascido no Japão, englobado numa grande e detalhada árvore genealógica retratando a partir do *hittosha*, o primeiro indivíduo homem que transmite seu sobrenome aos demais, todos os parentes consanguíneos e afins, mostrando e datando os casamentos, filhos casados e solteiros, nascimentos, crianças adotadas e óbitos. (KEBBE, V. H., *Koseki Tohon e Iê – Metáforas de Família e Nação*, mimeo).

Nas conversas que pude acompanhar nos encontros do *Fujinkai*, pude notar que, sempre que possível, eram também estabelecidos estes pequenos pontos, ou, na linguagem do parentesco, vínculos, entre aquelas participantes através de outras pessoas, como sobrinhos de segundo grau, parentes de cunhados(as) e assim por diante. Sempre havia alguém que ligava aquelas pessoas.

Vemos que é possível contrapor estes dados encontrados durante o campo com a observação de Vieira (1973), citada anteriormente sobre o parentesco okinawano no interior de São Paulo, em que demonstra a abrangência dos indivíduos descritos como parentes. Vemos, como no contexto campo-grandense, nesses parentescos ou “meio-parentescos”, o sobrenome constantemente citado, é elemento importante para a ativação destes elos ou “meio-elos”. Entretanto, diferentemente do que ocorre no caso *naichi*⁴⁵ em que o parentesco não é baseado no compartilhamento de sangue mas, primordialmente, no sobrenome de família, no caso okinawano, observa-se que os dois elementos precisam estar presentes ao mesmo tempo para a criação de possíveis parentes.

Retomando a conversa informal que tive com as três irmãs de origem okinawana, cito o momento em que me lembrei de uma jovem que havia conhecido

⁴⁵ Capítulo 01.

alguns anos antes. Ela também possuía o mesmo sobrenome que aquele grupo de mulheres. Neste caso, após indagá-las sobre um possível “meio-parentesco” entre elas, a resposta foi negativa. Apesar de possuírem o mesmo sobrenome, não existia ninguém que conectasse aquela jovem como parente ou “meio-parente” daquelas três irmãs. Existiria no caso okinawano de Campo Grande, portanto, uma junção de elementos - sangue, sobrenome e solo (ver mais à frente) - que constituem os parentescos possíveis.

Portanto, se a metáfora ainda é possível, parentes em comum são as agulhas que “crochetam” os laços de parentesco entre os indivíduos e, assim, a ideia do “meio-parentesco” vai sendo construída e permeando os diálogos, especialmente, entre as senhoras que participam das reuniões do Fujinkai na Associação Okinawa de Campo Grande.

Dessa forma, acredito que não seja imprudente afirmar nesse momento, que ali se forma uma família, usando inclusive, termos do parentesco para se referirem umas às outras. Todas chamando-se de *onêchan* – irmã mais velha ou algo como “irmãzona”, sem levar em consideração a idade dessas senhoras - e criando laços, mesmo que temporários. Ali, elas são todas irmãs umas das outras, com exceção das professoras (de crochê, de dança e das outras artes), que são sempre denominadas com respeito hierárquico. Mesmo sendo amigas fora daquele espaço e, convivendo rotineiramente em outras ocasiões, são ali sempre chamadas de professoras e mais raramente pelo próprio nome, como no caso de Maria, que ensina a técnica do crochê. A grande diferença de idade entre ela e as demais participantes – de no mínimo vinte anos - talvez produza algum tipo de desconforto por parte das senhoras, que a chamam costumeiramente pelo nome próprio.

O departamento *Fujinkai* se torna, de alguma forma, um espaço familiar e de fraternidade, compartilhado por todas aquelas “irmãzonas” que o utilizam tanto para crocheter novas relações, quanto para falar de suas famílias. Ali, não se crocheta única e exclusivamente tapetes ou outros acessórios para a casa. As relações no interior de suas próprias famílias são constantemente crochetas através dos presentes que são, no espaço da associação, produzidos. Nenhuma toalha de mesa é feita ao mero acaso, sendo cada peça produzida especificamente para determinados membros da família.

Ao longo de toda a pesquisa, noto a especial importância das mulheres nikkei dentro de suas famílias. Seu papel se torna imprescindível na construção de japonesidades diversas e nas relações de parentesco. Para discutir este papel das avós dentro de suas famílias a partir da perspectiva do crochê, proponho um novo subcapítulo, resultado das muitas conversas presenciadas durante minha participação nas reuniões semanais da associação okinawana.

2.5 Crochetando Passado e Futuro – Mulheres Okinawanas e Seus netos

Semana após semana, ao me sentar ao seu lado naquela mesma mesa, a relação que se estabeleceu acabou sendo outra, para além de pesquisadora-pesquisadas, mas, em certo grau – apesar de ser uma *naichi* –, de companheirismo e ouvinte dos conselhos das sábias *obachan*, mesmo que sua atenção só se voltasse realmente para mim quando eu finalmente conseguia terminar alguma peça, como um tapete ou uma bolsa. Durante semanas eu era para elas apenas uma jovem tentando aprender algo para poder aplicar em minha vida após construir “minha própria família”. Algumas diziam: “você precisa aprender mesmo, porque um dia vai ser *obachan*”.

Ser uma *obachan* para essas mulheres é o destino normal e esperado para toda “japonesa”. Esse posicionamento evidencia qual é o papel esperado para as mulheres nikkei, tanto na vida pública da “colônia”, quanto no espaço privado da família, que pode aqui ser entendido como um desdobramento da vida dessa coletividade, visto que em determinado nível, são todas “meio-parentes”.

A todo o momento me questionavam quais os motivos de uma mulher como eu, naquele momento casada, não possuir ainda filhos. Opunham-se ao fato de que eu havia tomado a decisão de cumprir com meus anseios profissionais antes de constituir uma família no modelo entendido por elas como “normal”. Uma das senhoras me questionava semana após semana sobre tal escolha, se dizendo triste

porque nenhum de seus três filhos haviam ainda lhe dado um neto. Ela não era, portanto, uma verdadeira *obachan*. Seus filhos também fizeram a escolha pela espera, para que pudessem ter mais estabilidade em suas carreiras (na medicina e na engenharia), mas Yoko-san⁴⁶ era taxativa, afirmando que “*depois dos trinta já é velho, precisa ter filhos*”:

Nádia: mas Yoko-san, eu preciso terminar meu doutorado antes de ter filhos.

Yoko-San: Depois termina doutorado.

Nádia: Mas se eu terminar depois, como vou criar meu filho?

Yoko-San: Traz que eu cuido!

Nádia: Mas eu tenho vários sobrinhos e sobrinhas.

Yoko-San: Sobrinho não é a mesma coisa. Precisa ter um que é seu.

Ouvindo nosso diálogo, todas as senhoras riram ao ouvir Yoko-san afirmando que ela mesma poderia cuidar de meu suposto filho. Notei que aquele parece ser um assunto recorrente para Yoko-san e todas ali conhecem seu desejo por se tornar uma verdadeira avó. Nessa mesma conversa, tive ainda a oportunidade de perguntar-lhe sobre o casamento de seus filhos. Ela rapidamente respondeu que “*chonán⁴⁷ é casado com japonesa. Okinawana!*”, exclamou, com certo orgulho.

Ainda que rápido, neste diálogo com Yoko-san um ponto importante pode ser observado. De origem okinawana, Yoko-san nos demonstra a importância do sangue no que se refere a filiação dentro deste parentesco. Como vimos no capítulo anterior, ao contrário do que ocorre no caso *naichi*, caracterizado pela prática das diversas formas de adoção de filhos, no parentesco okinawano o sangue é ainda uma substância importante na construção de famílias. Sobrinhos, como sugerido por mim naquele momento de conversa com Yoko-san, não substituem os elos do que chamarei aqui, consanguinidade direta: pais, mães e filhos.

⁴⁶ Para determinados interlocutores, uso o honorífico –san, pois é a maneira comum como são tratados no dia a dia por outras pessoas. Para outros, utilizo apenas seu nome próprio, seguindo esta mesma lógica de denominação.

⁴⁷ Termo utilizado para designar o filho primogênito.

Apesar de todos serem, em certa medida, parentes, especialmente decorrente da prática de endogamia elucidada por Tanaka (1977) e por sua relação com o solo (*idem*), de acordo com a fala de minha informante, haveria mais ou menos consanguinidade que seria resultado de uma possível diluição do sangue entre gerações colaterais. Dessa forma, vemos que mesmo partilhando da lógica do *ie* e do *koseki-tohon*, em que o prosseguimento do sobrenome torna-se talvez a questão mais importante, no parentesco okinawano mantêm-se entre os imigrantes e seus descendentes a relação derivada a partir da perpetuação do sangue para a prole. Desse modo, filhos e netos possuem maior parentesco com seus pais e avós do que um sobrinho, este portador de um sangue mais diluído.

Os netos, tão citados pelas senhoras que participam da associação okinawana, apesar de aparentemente distantes uma geração dos pais de seus pais, são os indivíduos que produzem certa plenitude à condição de avós. Nestes casos, não basta ser mãe. Para completar seu papel dentro da família é preciso que seus filhos produzam uma nova geração de descendentes. Por isso, para estas mulheres, torna-se *obachan* é um momento ansiosamente aguardado, quando deixarão de crocheter para si e passarão, finalmente a crocheter para seus netos. O crochê, de certa forma, ativa e alimenta a relação que se constitui entre estas duas gerações.

Aqui, podemos contrapor os dados observados sobre este “*obachianismo*”, ou seja, a importância de se tornar uma avó, com a fala de um outro interlocutor com quem pude conversar sobre as diferenças entre ser okinawano e ser *naichi* e, sobre como tais diferenças são importantes para pensar sobre estes parentescos. Antônio, de aproximadamente 60 anos de idade, é claro ao afirmar que existe uma diferença entre ser *naichi* ou okinawano. O elemento primordial, seria neste caso a religião. No caso *uchinanchu* não existe, de acordo com ele, uma religião em si, mas a forte crença nos ancestrais. Pode-se dizer que deus é o próprio ancestral ou, no caso da existência de um Deus, é o ancestral que faz o elo entre estes dois mundos.

Antônio me retrata então, a situação de um nascimento. Quando um novo *uchinanchu* nasce, alguém mais velho, normalmente mãe ou avó, o apresenta

diante do *toutoumee*⁴⁸ ao ancestral morto. “A gente fala *kwaa-maaga*”, diz Antônio ao explicar essa relação entre filhos recém-nascidos e os mortos.

No documentário Arigatô (2005), um outro depoimento chama a atenção sobre a questão dos ancestrais. Uma senhora de ascendência okinawana, professora, conta porque decidiu matricular seus filhos, desde a tenra infância, na escola de idioma japonês. Segundo ela, seus pais imigrantes pouco falam em português. Seus filhos, portanto, podem dessa forma se comunicar com os avós com maior facilidade e encerra sua fala afirmando que “*tendo conhecimento da língua e da cultura, os antepassados se sentiriam gratificados com essa lembrança, com esse resgate*” (Arigatô, 2005, 6’33”).

Aos poucos pude notar o quanto a questão dos ancestrais é importante no caso okinawano. Mesmo que superficialmente, não são raros os comentários sobre “o que os antepassados sentem” e como fazer para agradá-los. Okinawanos então, veneram seus ancestrais, enquanto que a população de origem *naichi* estaria mais conectada ao budismo. Esta relação com os ancestrais produz, portanto, uma ligação entre sangue e solo na construção do parentesco *uchinanchu*, em contraposição ao parentesco *naichi*, mais interessado em relações e sobrenomes.

Outro elemento citado por meus informantes de origem okinawana, mas nunca mencionado pelos descendentes de origem *naichi*, é o solo, mencionado acima. Diversos foram os comentários sobre visitas realizadas à terra dos ancestrais e até mesmo, sobre o pedido de idosos de serem enterrados no local em que nasceram. Pedidos estes, raramente realizados, mas que ficaram na memória de seus descendentes.

Para muitos, é importante que o parente falecido fique perto de sua família, ou seja, em seu solo e próximo dos próprios ancestrais. Alguns idosos recorrem ao retorno ao Japão a fim de realizar seu desejo, mas esses casos seriam uma exceção. No contexto de famílias migrantes, encontra-se grande dificuldade em cumprir este retorno à terra natal. Entretanto, a fim de tentar sanar este problema na situação de falecimento, entre as famílias okinawanas é comum que se cumpram

⁴⁸ Palavra okinawana que se refere ao altar em homenagem aos ancestrais da família. Entre os japoneses é conhecido como *butsudan*.

certos rituais em datas específicas após a data da morte, para que o ente familiar descanse finalmente em paz, ao lado de seus ancestrais.

Estes rituais são realizados mesmo entre os descendentes de okinawanos em Campo Grande, apesar da influência do cristianismo e até mesmo, em conjunto às missas católicas. Após o falecimento, o velório é ainda realizado de maneira mais próxima possível de acordo com as antigas tradições. Há o momento de oferta de alimentos aos antepassados e a doação do *koden*⁴⁹ à família. Também é feito o *ihee*, uma pequena tábua onde é escrito o nome do ente falecido, que será queimado no 49º dia após o falecimento, momento em que se realiza o ritual considerado o mais importante, pois é nesta data que, após a destruição do *ihee*, a alma do indivíduo pode finalmente subir ao céu. Para este momento, também é celebrada uma missa dentro dos padrões do catolicismo, mas, normalmente, proferida por um padre nikkei e no idioma japonês.

Essa questão da importância da territorialidade pode ser também verificada durante a pesquisa de campo, quando tive o conhecimento da publicação de um livro sobre as famílias originárias de Nishihara, Okinawa, que estabeleceram-se em Campo Grande. De autoria de Edna Kohatsu, dentista na cidade, o livro resultou de um pedido do prefeito da cidade okinawana em um momento em que Edna se encontrava na região, trazendo uma listagem de todas as famílias de Nishihara localizadas hoje em Campo Grande:

No ano de 2001 estivemos em Okinawa-Japão (...). Durante o diálogo, o prefeito perguntou sobre a possibilidade de elaborarmos uma lista de descendentes de *Nishihara* que aqui residem. (KOHATSU, E. Y I. NISHIHARA-N-CHU – Memórias dos Imigrantes de Nishihara-Okinawa. 2012, p. 21).

Percebe-se que sangue e solo são elementos ainda presentes entre descendentes de okinawanos em Campo Grande, fazendo parte do que Antônio chama de “tradição da família” okinawana. Entretanto, Antônio se mostra reticente e crítico com relação às próximas gerações, especialmente no que se refere aos casamentos realizados com não-descendentes. De acordo com ele, é preciso que am-

⁴⁹ Envelope com uma doação em dinheiro.

bos os cônjuges tenham sido criados dentro da cultura okinawana. Citando seu próprio casamento, ele relembra que sua mãe foi criada dentro dos moldes *uchinanchu*, mas que é necessário que a esposa também o seja, pois é ela quem vai passar os costumes e tradições aos filhos e netos.

Com certo saudosismo, a solução para que as tradições não fossem perdidas e continuassem a ser passadas às novas gerações, seria, de acordo com Antônio, que tivesse sido mantida a prática do *miai* no Brasil. Apesar de realizado nas primeiras décadas de imigração, o casamento organizado por pais foi abandonado e as novas uniões têm sido, desde então, escolhidas pelos próprios noivos.

Nota-se que, se antes, as noras e genros eram escolhidos pelos pais, que decidiam como se constituiriam as novas famílias, agora, ao se adquirir o direito de escolher os próprios cônjuges, a forma como sogros e genros/noras se relacionam poderia também se transformar. Dessa forma, se anteriormente não existia a necessidade de “familiarizar” o novo membro da família, atualmente é preciso tornar este novo indivíduo em um parente, até mesmo *naichicizando-o* ou okinawanizando-o.

Assim, observou-se que, além das relações das avós com seus netos, as relações de sogras e noras também é ativada pelas peças de crochê que são constantemente utilizadas por estas senhoras para presentear as esposas de seus filhos. O mesmo não ocorre, entretanto, quando se trata de genros. Em todo o período em que participei das reuniões, nunca ouvi sobre presentes para esposos de suas filhas.

Sylvia J. Yanagisako (1985) discorre sobre a questão de gênero entre imigrantes japoneses no Estados Unidos e sobre como ele é reproduzido dentro da família nikkei, sendo as mulheres as responsáveis pela vida doméstica e os homens pelo o que está fora da casa. Se retomarmos minha presença dentro da associação okinawana de Campo Grande, veremos adiante que, enquanto mulher, eu era vista por aquele grupo de senhoras como alguém que deveria se preparar para o papel dentro de minha própria família, para realizar as funções concernentes a uma mãe e, conseqüentemente, avó nikkei que, futuramente, repetiria o ciclo de transmissão das tradições às minhas gerações futuras.

Desse modo, no que se refere à educação das gerações nascidas no Brasil e, mais particularmente em Campo Grande, é importante a reflexão sobre como ela ocorre dentro da família nikkei em geral. Durante a pesquisa de mestrado foi possível perceber o quanto das japonesidades passam, diretamente, pelas mulheres. Elas, sempre vistas como inferiores ou subordinadas ao poder do pai e, posteriormente, do marido, são as grandes responsáveis na construção destas japonesidades.

De acordo com Sakurai (1993, p. 93), são as mulheres que “exercem como ninguém o espírito do *gambaré*”, termo que expressa a ideia de que um indivíduo deve suportar todas as adversidades sem reclamar. Aceitação resignada do “destino”. É considerado também força e disposição para seguir adiante. Seu sentido, no Brasil, é traduzido pela necessidade de trabalhar ao máximo, para economizar também ao máximo (Id. Ibid., p. 52). São elas também que sofrem mais de perto as agruras das diferenças culturais:

Têm que adaptar a alimentação ao gosto da família, cuidam das roupas com os recursos que dispõe, criam os filhos e ainda trabalham na lavoura para ajudar o marido. (SAKURAI, 1993, p. 93)

Uma família “mais” ou “menos” “japonesa” – seja ela *naichi* ou okinawana – está diretamente ligada à presença de uma mulher nikkei (imigrante ou descendente) como educadora das crianças. São elas que ensinam o idioma (sendo ele usado amplamente entre os membros da família, ou mesmo apenas utilizando-se de expressões e palavras), que cozinham ou que levam os filhos e netos às associações para realizarem atividades consideradas como tradicionais. Por isso os testes de japonesidade aplicados a mim durante minha pesquisa não podem ser considerados ao acaso e, a minha maior ou menor japonesidade estaria, segundo as minhas interlocutoras, relacionadas ao fato de ser filha de mãe não-nikkei.

Desse modo, podemos observar que as mulheres japonesas, como responsáveis pela casa e pela família, são também responsáveis pela transmissão das tradições aos seus descendentes, pois possuem o importante papel de socializadoras das crianças – filhos e netos. Isso é resultado da própria situação de dominação que sofrem quotidianamente. Como estão mais entrelaçadas ao mundo

doméstico que os homens, acabam adquirindo a função de dar continuidade às tradições, aos costumes e à cultura nipônica.

Ribeira (2011, p. 108-109) nos traz uma importante reflexão sobre como o papel das mulheres nikkeis é visto dentro da família. Enquanto educadora e socializadora de filhos e netos, recai sobre elas toda responsabilidade por ter “criado” um filho homossexual:

Dentro deste contexto, a revelação da homossexualidade do filho pode ser interpretada como um distanciamento dos interesses e do projeto familiar, e ainda pode ser visto, principalmente pela mãe, como uma derrota pessoal nas suas tarefas de produzir sujeitos adequados e da manutenção da família. (RIBEIRA, F., 2011, p. 109)

Diante da diferenciação entre o espaço público e privado, nota-se que as mulheres nikkei, responsáveis pelo espaço doméstico, acabam também tendo uma grande inserção nas associações. A presença masculina nestes espaços, ao contrário, ocorre de maneira bem mais reduzida. Apesar da direção destes clubes estar sempre nas mãos dos homens, reproduzindo de certa maneira o modelo de hierarquia encontrado no Japão, quem dá realmente vida às atividades ali realizadas são as mulheres. Diferentemente dos homens, as mulheres estão muito mais envolvidas com as atividades das associações e clubes nikkei na cidade de Campo Grande, o que possibilita que se mantenha vivo o interesse dos descendentes mais jovens em conhecer e participar de eventos e atividades culturais de origem nikkei.

De acordo com os relatos obtidos em minhas entrevistas, também pude notar que as mulheres não só são as responsáveis pela continuidade de determinadas tradições “japonesas”, mas também são aquelas que mantêm a “família unida”. São essas mulheres, as *obachans*, que reúnem filhos e netos aos domingos durante o almoço familiar. Após o falecimento das avós, é comum o afastamento de outros membros da família:

Quando minha avó era viva, era todo domingo, todo domingo. Ai ela faleceu e dispersou. Ela faleceu em 2006. (Depoimento de Joana, uma jovem *sansei* de 27 anos).

As mulheres orientais constituem, portanto, as peças de resistência que possuem o importante papel de nutrir nas gerações mais jovens as tradições e costumes nikkei, apesar dos cento e seis anos em que esse grupo construiu sua vida no Brasil. Neste ponto, não é possível fazer uma diferenciação entre mulheres de origem *naichi* e okinawanas. Ambas são, dentro da família, as grandes responsáveis por passar adiante o que aprenderam com suas próprias mães e avós. Vemos, desse modo, a importância do papel exercido pelas mulheres dentro da família nikkei em Campo Grande, especialmente no que se refere à construção de japonesidades entre os descendentes, sejam eles *naichi* ou okinawanos. Neste sentido, nota-se que dentro do grupo nikkei, é a mulher, futura *obachan*, quem assume a educação dos filhos e netos, formando-os dentro das tradições e passando adiante tudo o que foi aprendido.

No caso campo-grandense, pelas falas de meus interlocutores aqui expostas e, aliadas à pesquisa documental com análise de registros de casamento, foi possível perceber as transformações ocorridas ao longo das últimas décadas no que se refere à composição da família nikkei na cidade e, mais especificamente, como se constroem – ou não – o parentesco entre os dois grupos nikkei localizados em Campo Grande.

Quais seriam, então, as configurações das novas famílias nikkei em Campo Grande, quando há o direito à escolha dos companheiros? Após um longo levantamento documental, foi possível descobrir mais sobre as transformações ocorridas na produção de família e parentesco na cidade. No capítulo seguinte exponho os dados colhidos no cartório de Campo Grande. Dados estes que tornaram possível refletir sobre as famílias nikkei da cidade e sobre como os casamentos vêm sendo constituídos ao longo do tempo.

3. Registros de Casamentos - Histórico das Famílias Nikkeis em Campo Grande

Uma das propostas desta pesquisa era a de construir genealogias de famílias japonesas/okinawanas na cidade, bem como realizar consulta aos registros públicos de casamentos documentados em cartórios locais. Optei assim, por iniciar as investigações pelas certidões de casamentos. Os matrimônios eram efetuados no Cartório do 2º Ofício Santos Pereira, e assim se mantém até os dias atuais⁵⁰, sendo o primeiro ponto principal de coleta de dados.

Definidas as etapas (pesquisa documental, participação na Associação Okinawa e entrevistas/genealogias), a primeira parte da pesquisa de campo foi realizada através de diversas viagens à cidade entre os meses de fevereiro de 2011 e junho de 2012⁵¹. Após o período de estágio doutoral no exterior de fevereiro à outubro de 2013, voltei ao campo entre os meses de fevereiro e maio de 2014 para, enfim, finalizar a busca por mais dados.

Contrariando as minhas expectativas, o contato com a pessoa responsável pelo cartório se estabeleceu de forma muito mais complicada do que o esperado. Foram diversas visitas ao local tentando uma aproximação com a tabeliã, que sempre estava ausente ou ocupada demais para me atender.

Após várias idas em vão, consegui ser por ela recebida. Como a proposta era consultar os primeiros registros de casamentos entre japoneses/okinawanos na cidade, a tabeliã se recusou a permitir minha entrada e, consequentemente, à consulta aos dados, pois segundo ela, esse material é mantido com extremo cuidado, visto sua delicadeza devido ao seu tempo de existência. Somente uma pessoa no cartório é autorizada a manipular tais papéis, utilizando de técnica

⁵⁰ A partir de 1965 outro cartório da cidade, o 9º Cartório de Registros passa também a documentar matrimônios.

⁵¹ Em fevereiro de 2014, retornei ao campo para a coleta de mais dados no referido cartório.

adequada para que maiores desgastes ou danos sejam evitados. Como essa pessoa também era responsável por outras funções naquele local, não haveria possibilidade de que eu ocupasse seu tempo.

Após muita conversa, finalmente a tabeliã me informou que há alguns anos um pesquisador da cidade, chamado Celso Higa, de origem okinawana, vem coletando os mesmos dados que eu procurava. Ela me informou seu nome, mas não me indicou qualquer contato ou maneira de encontrá-lo.

Passei então a procurar por esse pesquisador. Como também estava iniciando os primeiros contatos com membros da Associação Okinawa, sempre que possível perguntava se alguém teria maiores informações sobre ele. Tais informações eram sempre muito superficiais. Sabiam me dizer o que ele fazia, mas nunca algum número de telefone ou endereço que me permitisse localizá-lo. Até que em uma conversa totalmente informal em um salão de beleza - onde eu fazia contato com as proprietárias de origem okinawana - com uma designer de interiores (não descendente), cujo marido o conhecia, descobri que poderia existir uma forma de contata-lo através do Arquivo Histórico de Campo Grande. Conhecido como ARCA, o instituto reúne os arquivos históricos da cidade, como documentos e fotografias, além de convidar memorialistas para escreverem sobre momentos ou personagens históricos de Campo Grande na revista publicada anualmente pelo instituto. É ali que Celso Higa publica seus artigos, que tratam desde a presença nikkei na cidade, até curiosidades envolvendo sua paixão por samba e gibis.

Ela se prontificou a me levar até a ARCA e ali, finalmente, consegui seus números de telefone. Além de seu contato, descobri neste mesmo salão informações sobre uma outra pesquisadora da cidade, Edna Kohatsu, cirurgiã dentista nascida no Estado de São Paulo, de origem *naichi* e casada com um okinawano, que há alguns anos vem escrevendo sobre a trajetória de “japoneses” na cidade. Consegui seus telefones e e-mails de forma bem mais simples que o caso anterior.

Edna e Celso não possuem formação específica em pesquisa, mas são assim denominados por outras pessoas da cidade pelo fato de escreverem sobre suas próprias experiências ou *hobbies*. Após realizar o primeiro contato por telefone com Celso, ele trata sobre o assunto e me conta que decidiu pedir para que o denominassem como pesquisador, pois muitos se referiam à ele como historiador.

Como não tem essa formação, sendo na verdade economista e engenheiro, sentia-se desconfortável com tal classificação.

Neste mesmo primeiro contato, Celso Higa se prontificou a encontrar-se comigo pessoalmente para que pudéssemos conversar sobre minha pesquisa. Com certa desconfiança em um primeiro momento, após entender o propósito do projeto, aceitou que eu consultasse os registros de casamento que ele havia recolhido até o momento no cartório de Campo Grande. Celso abriu as portas de sua casa para que eu pudesse analisar todos aqueles dados.

Para o recolhimento destes dados foram necessárias diversas visitas à sua residência, pois era preciso intercalar tais visitas com outros encontros e com a participação na Associação Okinawa de Campo Grande. Com esses dados foi possível construir uma visão preliminar da imigração japonesa/okinawana na cidade, bem como quem eram essas pessoas. Estes primeiros registros possuem elementos importantes, como profissão, idade, local de nascimento e local de residência dos pais dos cônjuges no momento da união.

Os primeiros dados recolhidos através da pesquisa de Celso referem-se aos casamentos realizados no período de 1921 a 1960, contabilizando 322 matrimônios na cidade de Campo Grande. Posteriormente retomei o contato com a tabeliã do cartório e, por solicitar os registros de casamento mais recentes, obtive sua autorização para acessar tais arquivos. Nesse segundo momento de pesquisa documental, recolhi 100 documentos referentes à cada década entre 1980 e 2000. Também realizei a pesquisa com os registros de casamento de 2010, somando quase 400 uniões, entretanto, no que se refere a esta década, foram recolhidas 86 certidões. Esse número, mais baixo do que o esperado, foi resultado da dificuldade em encontrar novas uniões de descendentes de nikkeis na cidade de Campo Grande, o que demonstra uma diminuição de casamentos de nikkeis na cidade e que parece estar relacionada ao movimento decasségui, iniciado no início dos anos 1990. Uma análise mais detalhada sobre essas uniões matrimoniais serão apresentadas em capítulo onde trato sobre as famílias nikkeis na cidade de Campo Grande.

A partir desses registros foi possível descobrir que o primeiro casamento nikkei estabelecido na cidade data de 08 de junho de 1921, sendo ambos os cônjuges imigrantes Okinawanos. Vale ressaltar que os dados a que tive acesso nesta primeira fase de pesquisa documental foram colhidos de segunda mão, fruto da

pesquisa de Celso e, por isso, as anotações e detalhamentos dos registros variam de acordo com a época em que ele teve acesso ao cartório. Em alguns casos, por exemplo, há detalhes bem específicos sobre o local onde nasceram as pessoas, em outros, consta-se apenas o país de nascimento. Para sanar tal questão, como recurso para desvendar a origem daqueles indivíduos (enquanto okinawanos ou *naichi*), apoiei-me na análise dos sobrenomes.

Antes de se tornar província do Japão, Okinawa era um reino independente e possuía sua própria língua e sobrenomes muito característicos, e que permanecem assim até os dias atuais. Eu mesma, enquanto descendente nikkei, conhecia algumas das características que indicavam ser um sobrenome japonês ou não. Entretanto, para não correr riscos ao contar somente com a minha própria percepção de nomeação, recorri à imigrantes e descendentes da província de Okinawa, que poderiam me auxiliar nesta tarefa.

Com as informações necessárias sobre o local de origem daqueles primeiros cônjuges, foi possível, então, identificar o segundo casamento em Campo Grande, que data de 11 de março de 1922, com cônjuges também nascidos no Japão, sendo o noivo de origem okinawana e a noiva de origem japonesa e o terceiro casamento que só foi realizado sete anos mais tarde, em 23 de outubro de 1929, sendo o cônjuge masculino nascido em Nagano, província localizada na ilha de Honshu e a noiva brasileira, sem origem nipônica. Assim, dei continuidade a toda a pesquisa documental, colhendo os registros e averiguando a origem de cada cônjuge a partir de seus sobrenomes. Este capítulo destina-se, portanto, à análise de toda a documentação encontrada referente aos casamentos nikkei na cidade de Campo Grande.

3.1 Famílias Nikkei em Campo Grande – de 1920 aos dias atuais

Ao longo das últimas décadas, apesar do grande número de pesquisas realizadas sobre imigrantes nikkei no Brasil, muito pouco se fala sobre esse grupo imigrado na cidade de Campo Grande, hoje a terceira maior colônia nikkei do país. Menos ainda se fala sobre como essas pessoas pensam o parentesco e quais as estratégias para a criação de novas famílias, levando-se em conta que o local possui dois grupos considerados tão diferentes entre si.

Entre as informações contidas nos registros, consta o local de nascimento de cada cônjuge, entretanto, devido à grande quantidade de descendentes, foi preciso estabelecer formas de identificar a origem desses indivíduos. A minha experiência em campo durante o mestrado me mostrou que a análise dos sobrenomes poderia ser a ferramenta necessária para a identificação da origem dessas pessoas. Isso porque meus interlocutores me diziam a todo momento que “pelo sobrenome a gente sabe quem é”. Eu mesma era rapidamente classificada como *naichi* assim que respondia qual era o meu nome completo.

Com o passar do tempo, passei então a notar algumas características nos sobrenomes okinawanos que me permitiam saber em grande parte dos casos “quem era o quê”. Segui então para a análise de tais sobrenomes e fiz uma separação entre originários de okinawanos e originários de japoneses. Em seguida, na tentativa de garantir que os dados por mim coletados haviam sido corretamente analisados, recorri ao ex-presidente da Associação Okinawa de Campo Grande para que ele pudesse averiguar quais seriam as famílias japonesas e quais seriam as okinawanas.

De acordo com ele, dos 322 casamentos coletados nesse primeiro período, 40 constavam um dos cônjuges com sobrenomes não identificáveis, pois estes seriam utilizados por todo o país. Segui então para a contraposição entre as classificações listadas por ele e os dados contidos nos próprios registros de casamento. Em grande quantidade de casos (mas não em 100% deles), além do país, estava listada também a província de origem dessas pessoas. Percebi, então, que alguns sobrenomes eram por ele classificados como de origem japonesa, ao contrário do que informavam os registros.

Essa situação me indicou que, assim como ocorre no caso do fenótipo – mais uma vez, de acordo com diversos dos meus interlocutores, existiria uma fisionomia própria que distinguiria japoneses de okinawanos - somente através dos so-

sobrenomes não é possível, em parte considerável dos casos, saber, afinal, “quem é o quê”. Essa dificuldade em distinguir os sobrenomes e, conseqüentemente, os indivíduos que os portam, é decorrente de duas questões importantes e que se relacionam entre si. A primeira questão diz respeito à existência de sobrenomes iguais, registrados por todo o Japão, incluindo a província de Okinawa. Ou seja, há sobrenomes encontrados por todo o país, mas que se referem à grupos e famílias distintas entre si. Este fato nos leva à segunda questão e que se refere às semelhanças e diferenças existentes tanto na grafia, quanto na pronúncia de nomes e sobrenomes okinawanos e japoneses. Em um caso específico encontrado durante minha pesquisa de campo de mestrado, conheci um senhor, imigrante okinawano, que havia sido registrado no Japão, de acordo com a grafia okinawana, completamente diferente do que estamos habituados a encontrar no grupo japonês. A pronúncia, entretanto, remetia a uma sonoridade mais japonesa. Ao se fixar em Campo Grande, passou a escrever seu nome de acordo com a língua japonesa. Pude ouvir diversos comentários sobre imigrantes okinawanos que propositalmente mudaram seus registros ao chegarem na cidade, para que seus sobrenomes ficassem mais parecidos aos sobrenomes *naichi*.

Não é raro ouvir sobrenomes dúbios, em que não é possível uma identificação clara e até mesmo sobre suas origens enquanto nikkeis ou não-nikkeis. Durante a coleta dos registros de casamento, em alguns casos me deparei com sobrenomes que não pude identificar num primeiro momento. Já tendo conhecimento sobre certidões de nascimento realizadas com alterações de grafia, optei por procurar nestes documentos, elementos que pudessem fornecer mais informações, como a existência dos nomes dos pais e avós, seus locais de nascimento, utilizando, até mesmo, da análise dos sobrenomes das testemunhas. Ao analisar tais certidões de casamento foi possível notar, especialmente até a década de 1980, que o comum entre os nikkeis da cidade era convidar padrinhos e madrinhas que faziam parte do mesmo grupo de origem. Vale ressaltar que nos períodos seguintes, a partir de 1990, a situação se altera e, como testemunhas de casamentos nikkeis encontram-se pessoas das mais diferentes origens, bem como pude verificar que não-nikkeis convidam frequentemente padrinhos e madrinhas de origem “japonesa” para seus matrimônios.

Além disso, sabe-se que nas primeiras décadas de imigração nikkei para Campo Grande (e em todo o Brasil), sobrenomes foram alterados pelo desconhecimento por parte de funcionários de cartórios que não compreendiam os imigrantes e vice-versa. Através de uma conversa informal, relataram-me o fato de que um senhor, hoje já idoso, foi registrado por seu pai como mulher. De acordo com minha interlocutora, o pai, que quase não falava português, não soube responder à questão sobre o sexo do bebê. Após lhe perguntarem se era menino ou menina, ele apenas balançou a cabeça e o escrivão compreendeu que seria a última opção por ele colocada. Ainda é preciso lembrar que, imigrantes nikkei, assim como outros povos, ao falarem português, utilizam normalmente o gênero masculino ao se referirem a outras pessoas.

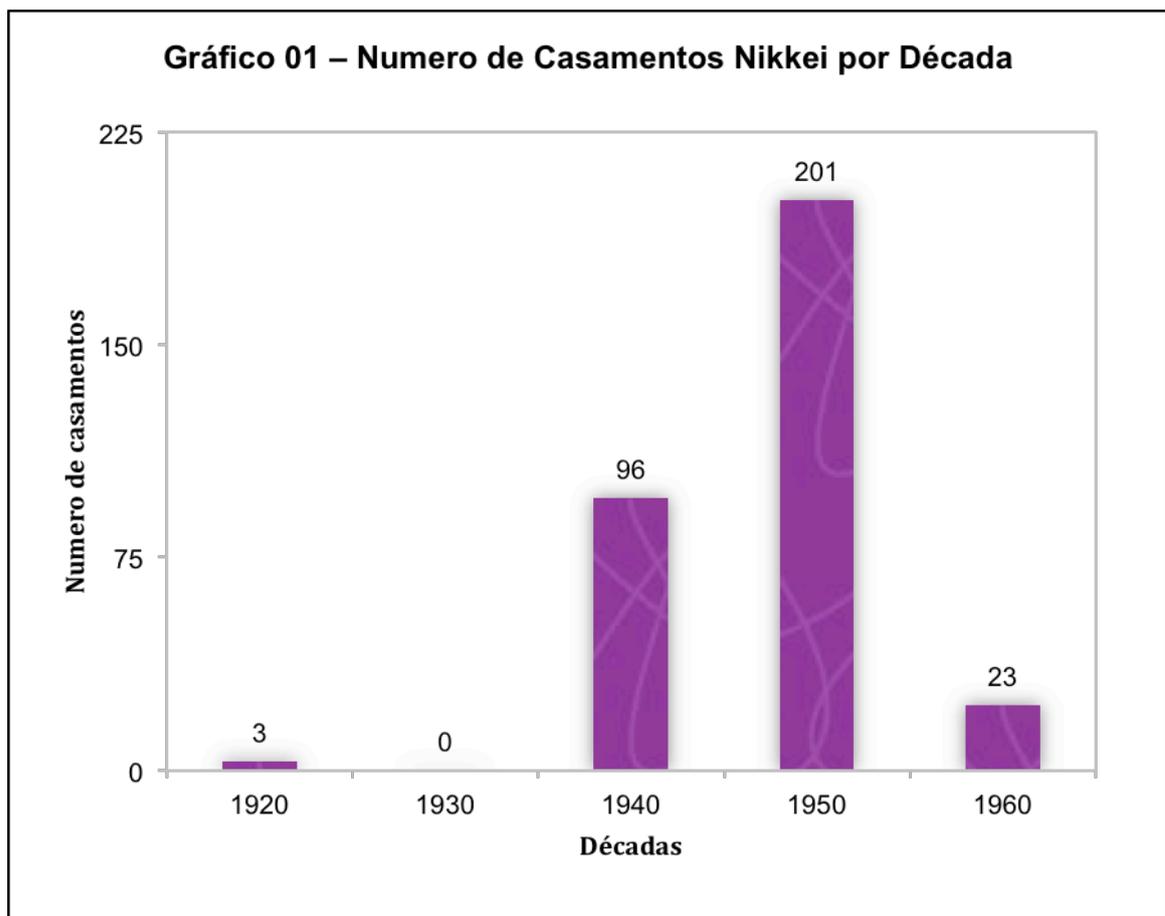
Alguns possuem consciência de sua dificuldade na pronúncia e complementam suas informações dizendo, por exemplo, “filho homem” ou “filho mulher” quando falam de seus filhos e familiares. Em outras situações, para sanar essa dúvida ao conversar com meus informantes, optava por lhes perguntar o nome de cada indivíduo a todo momento, para que fosse possível saber realmente de quem eles falavam.

Apesar de todas as ferramentas utilizadas para identificar corretamente todos os indivíduos encontrados nos registros de casamento efetuados em Campo Grande, alguns casos continuaram sem solução. Optei, então, por considerar em determinados momentos, em que é preciso uma maior exatidão nas informações, apenas os registros de casamento em que é possível identificar claramente a origem destas famílias. Apesar desta não ser uma pesquisa de cunho quantitativo e do uso de gráficos ser pouco frequente na antropologia, recorro a essa ferramenta como forma de proporcionar uma visualização dos casamentos oficiais⁵² e, assim, contrapor tais informações aos dados referentes às famílias nikkei no Brasil.

Os cinco primeiros gráficos expostos a seguir referem-se a todos os 322 casamentos registrados e colhidos durante a pesquisa documental, pois neste primeiro momento não realizo a separação entre okinawanos e *naichi*, mas sim entre nikkeis e não-nikkeis. No gráfico que se segue (gráfico 1), por exemplo, são verifica-

⁵² Digo oficiais, pois não se pode, através dos registros de casamentos, ter conhecimento sobre as uniões matrimoniais realizadas, mas não documentadas.

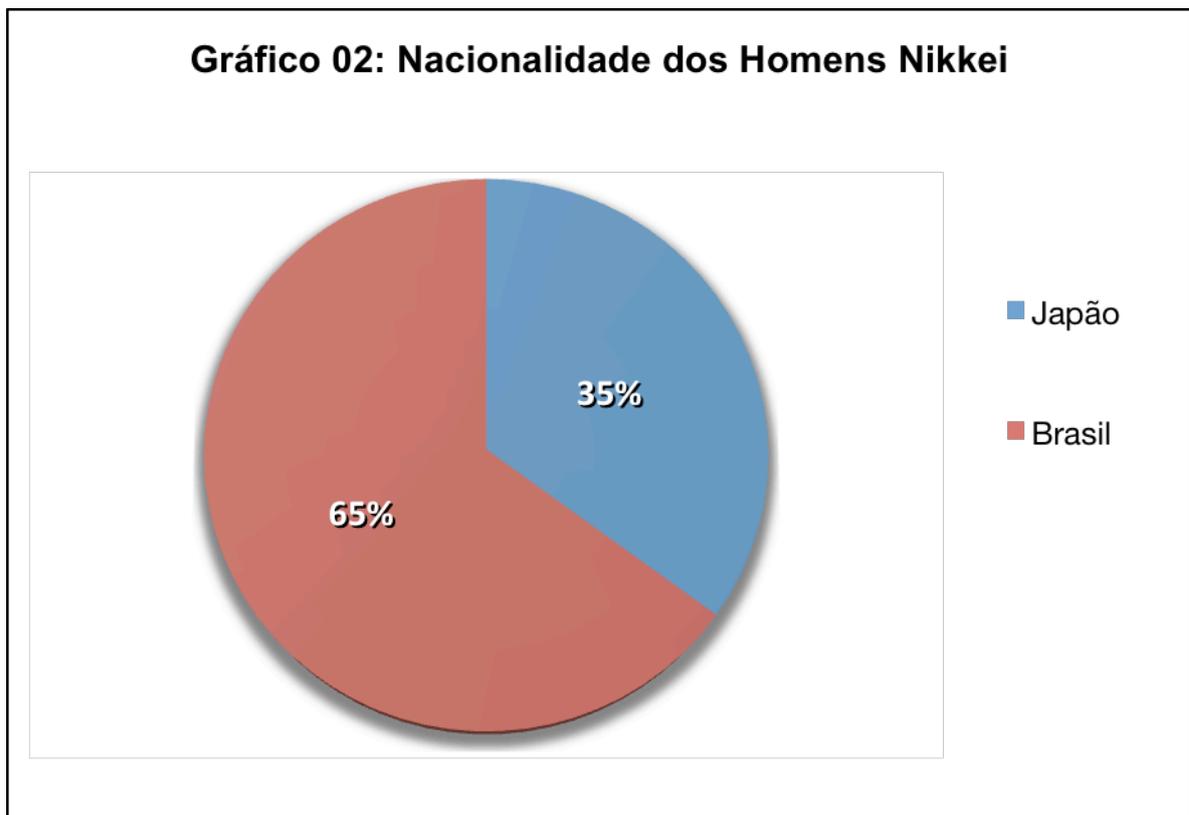
dos os números de casamentos registrados no cartório da cidade no período de 1920 a 1960. É importante ressaltar que, neste primeiro gráfico, foi realizada a contabilização de casamentos por década, entretanto, excepcionalmente em 1960, o baixo número de casamentos não reflete, necessariamente, um decréscimo de uniões, mas é explicado pelo fato de terem sido recolhidos os matrimônios apenas deste ano. Como minha entrada no cartório de Campo Grande não havia sido autorizada, estes foram os dados que obtive através do contato com o pesquisador Celso Higa, tendo ele colhido os casamentos apenas até o ano de 1960.



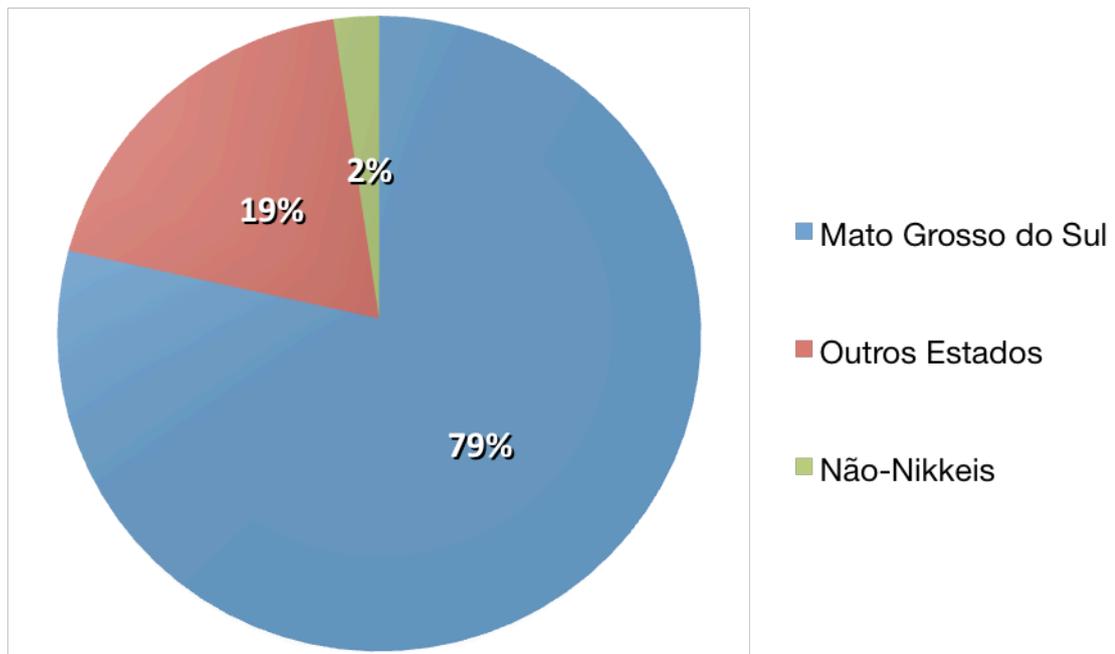
Fonte: Celso Higa, 2012.

De acordo com as referências bibliográficas sobre os primeiros anos de imigração “japonesa” para o Brasil, os imigrantes que aqui chegaram vieram em famílias já formadas. Isso nos responde, de certa maneira, a questão sobre o baixo número de casamentos realizados até a década de 1940, quando os filhos daqueles imigrantes começam a efetuar matrimônios na cidade. Outros dados que nos indicam que esses são casamentos realizados pelos nissei surgem ao analisarmos o local de nascimento desses cônjuges.

Entre todos os 322 homens de origem nikkei casados entre 1920 e 1960, 65% nasceram em solo brasileiro (209 homens), enquanto 35% (113 homens) eram imigrantes, nascidos no Japão (gráfico 02). Outro dado que corrobora que essa população masculina de esposos seria a segunda geração de imigrantes na cidade é a naturalidade. Entre os 209 homens nissei, ou seja, nascidos no Brasil, 79% deles nasceram no Estado do Mato Grosso do Sul (gráfico 03).

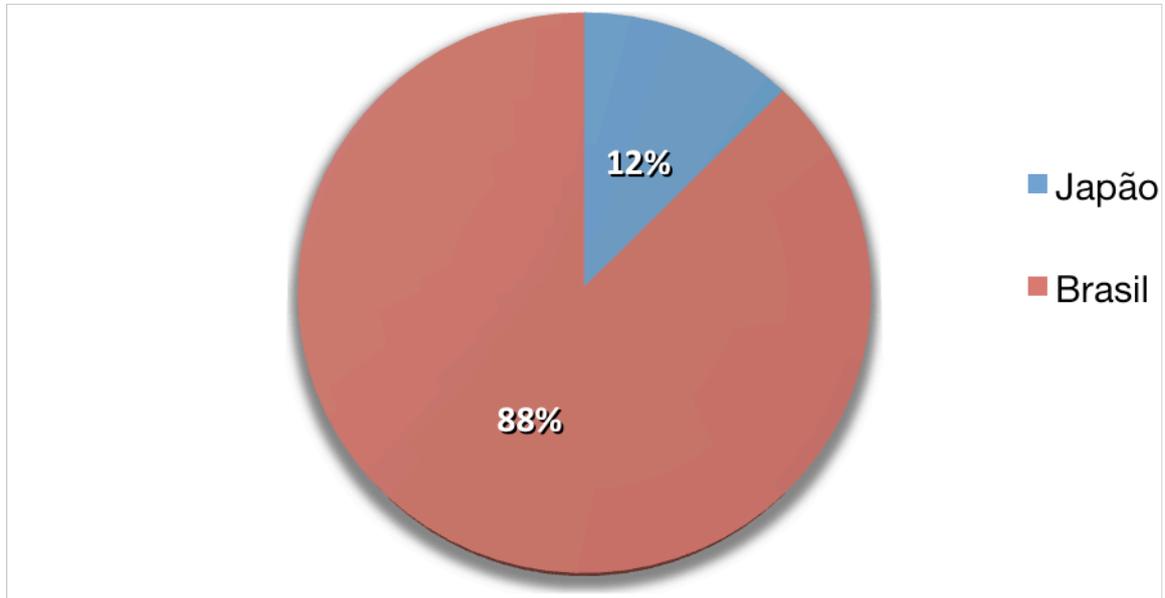


Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota, 2012.

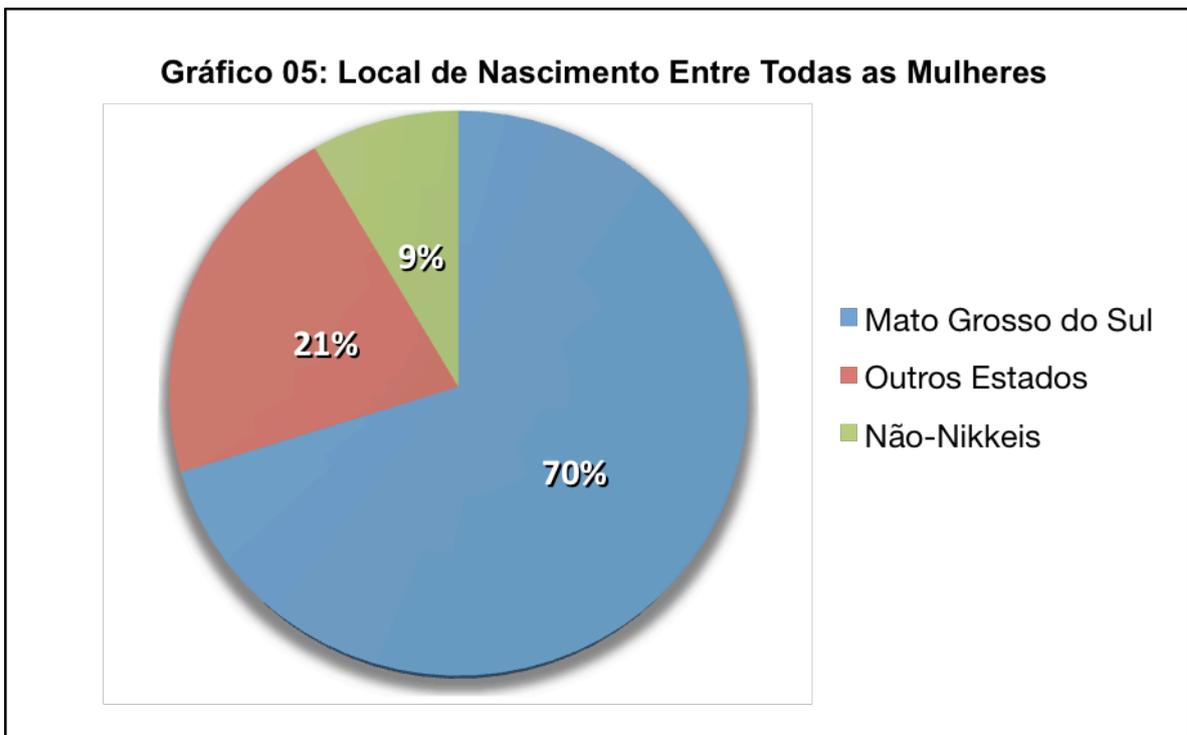
Gráfico 03: Local de Nascimento Entre os Todos os Homens

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2012.

Entre as mulheres pode-se verificar que os dados são semelhantes aos dos homens, em que a grande maioria é de indivíduos nissei. Dentre as 322 esposas, 88% (ou seja, 283 mulheres) delas nasceu no Brasil e apenas 12% (39 mulheres) eram de mulheres “japonesas” imigrantes (gráfico 04). Outro dado que pode ser verificado na análise destes registros de casamento refere-se à região de nascimento. Das 283 mulheres de segunda geração, casadas entre 1920 e 1960, 70% nasceram no Estado do Mato Grosso do Sul, o que nos mostra mais uma vez que houve uma imigração dirigida para a região de Campo Grande, onde as famílias nikkei se estabeleceram logo após chegar ao Brasil. Entre as outras esposas, 21 % nasceram em outras regiões do Brasil e 09% não eram de origem nipônica (gráfico 05).

Gráfico 04: Nacionalidade das Esposas Nikkei

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2012.

Gráfico 05: Local de Nascimento Entre Todas as Mulheres

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2012.

Após a depuração dos dados apresentados, foi possível conhecer mais sobre o universo de cônjuges homens e cônjuges mulheres de origem Nikkei. A etapa seguinte foi direcionada para a análise dos sobrenomes, para que fosse possível desvendar e compreender mais sobre as relações entre okinawanos e *naichi* na cidade de Campo Grande.

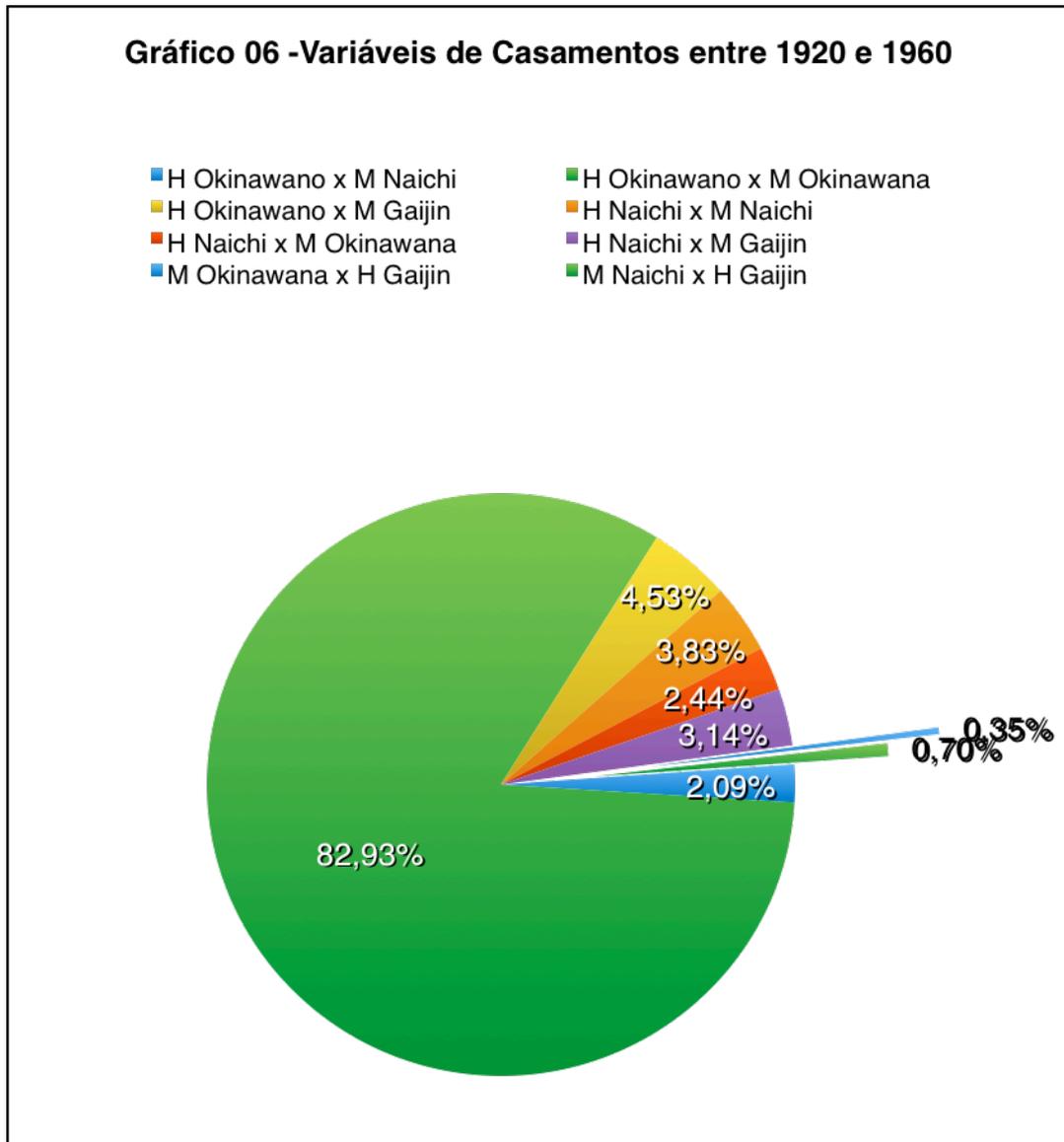
Como dito anteriormente, alguns dos sobrenomes não puderam ser identificados por mim ou por meus interlocutores, entretanto, o universo de indivíduos “desconhecidos” foi muito pequeno (dos 322 casamentos, apenas em 41 deles não foi possível a identificação de um dos cônjuges através de seus sobrenomes), sendo 281 contabilizados nos gráficos a seguir, o que não trouxe problemas ao se verificar como eram realizados os casamentos na cidade daquele período.

Na tabela e no gráfico abaixo (tabela 01 e gráfico 06) são explicitadas todas as 281 relações de casamentos identificadas e encontrados no período que vai de 1920 até 1960 em Campo Grande:

Tabela 01 – Variáveis de Casamentos entre 1920 e 1960

Tipos de Casamentos	Total de Casamentos
Homens Okinawanos com Mulheres Okinawanas	232
Homens Okinawanos com Mulheres Japonesas	06
Homens Okinawanos com Mulheres Não-Nikkei	13
Homens Japoneses com Mulheres Japonesas	11
Homens Japoneses com Mulheres Okinawanas	07
Homens Japoneses com Mulheres Não-Nikkei	09
Mulheres Okinawanas com Homens Não-Nikkei	01
Mulheres Japonesas com Homens Não-Nikkei	02
TOTAL DE CASAMENTOS	281

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota



Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota

Através destes dados pode-se verificar que, durante as primeiras décadas após o momento de chegada e fixação dos primeiros imigrantes “japoneses” em Campo Grande, os casamentos eram realizados majoritariamente dentro do próprio grupo nikkei, até mesmo por conta da existência, ainda que tímida, da prática do *miai* até aquele momento.

É interessante notar que, na cidade de Campo Grande entre as décadas de 1920 e 1960, tanto homens okinawanos quanto *naichi*, casaram-se mais

com mulheres sem ascendência oriental, do que com esposas de origem nipônica diferente das deles.

Seja por preferência dos cônjuges ou pela escolha realizada pelos pais, estes que realizavam entre si acordos de casamentos para seus filhos, relações conjugais entre os dois grupos de “japoneses” eram, em certa medida, evitadas para a construção de novas famílias.

Se retomarmos a questão histórica desses dois grupos, tanto no Japão quanto no Brasil, pode-se notar que as diferenças entre estes “japoneses” estava fortemente presente entre os imigrantes, especialmente se levarmos em conta duas questões importantes: 1) a anexação da província de Okinawa de maneira conturbada ao território japonês – no final do século XIX, ou seja, pouco tempo antes do movimento migratório para o Brasil ter sido iniciada em 1908 - e 2) os conflitos que se seguiram após a II Guerra Mundial - quando a população campo-grandense originária de Okinawa foi considerada como “derrotista” pelos demais nikkeis na cidade.

Mas essa diferenciação e desclassificação da população *uchinanchu* não era uma novidade. O texto de Mori (2003, p. 50) relembra momentos da imigração para o Brasil, quando a vinda de okinawanos era controlada em quantidade, pois eram considerados os responsáveis pelos problemas enfrentados pelos imigrantes japoneses no Brasil (como as fugas das fazendas cafeeiras):

Considering that there are few problems involving mainland japanese migrants and that there are many involving okinawa migrants, we are forced do question the suitability of okinawan characteristics for selection (as immigrants). With regards to their ways and custom, mainland japanese migrants suffer from their association with okinawans who have (1) a high rate of false families [nise kazoku], (2) culinary inferiority, (3) uncleanliness of living quarters, (4) uninhibited display of nudity, and so on” (Report to the foreign ministry from vice-consul Misumi Yozo, branch office chief at the Consulate General of Japan in Ribeirão Preto – March 15th, 1918). (MORI, K. 2003, p. 50).

Já no período após o término da Segunda Guerra Mundial, a divisão dentro do grupo nikkei e a classificação da população okinawana como “derrotista”

foi acirrada em consequência das diferentes formas encontradas pelos dois grupos em atuar em relação aos que encontravam-se no Japão. Imigrantes e descendentes da província de Okinawa, uma das regiões mais afetadas durante a guerra, decidiram se organizar afim de enviar ajuda e suporte àqueles que haviam enfrentado de perto todo o conflito, o que culminou com a separação em duas associações distintas em Campo Grande, como vimos no capítulo 2.

Analisando os documentos civis de casamentos, podemos notar que até a década de 1960 as diferenças entre os dois grupos eram fortemente marcadas na cidade e coincidem com baixos números de matrimônios entre okinawanos e *naichi*, sendo dada preferência tanto por parte de homens quanto de mulheres, por uniões dentro do próprio grupo ou, ainda, com cônjuges sem origem nikkei. Durante 40 anos, dos 281 casamentos encontrados e com cônjuges identificados com relação à sua origem, apenas 13 foram realizados entre japoneses e okinawanos. Sem abandonar os outros 41 casamentos em que não foi possível identificar a origem okinawana ou não-okinawana dos cônjuges, ressalto que 10 destas uniões foram consumadas entre cônjuges nikkeis e não-nikkeis, o que diminui ainda mais o espectro de relações matrimoniais entre os dois grupos nikkeis campo-grandenses.

Mas e nas décadas atuais? Cinquenta ou sessenta anos depois, essa diferença tão marcada entre os dois grupos estaria ainda presente entre a população nikkei de Campo Grande? Esse questionamento me levou a buscar novamente no cartório da cidade pelos registros mais recentes, para que pudesse realizar uma contraposição de dados entre as gerações. Retomei então a pesquisa documental. Como o último registro coletado havia sido de 1960, optei por procurar pelos casamentos realizados a partir de 1980 até os dias atuais, pra que fosse possível uma visualização das relações entre nikkeis ao longo dos anos. Para tanto, os registros de casamentos foram coletados da seguinte forma:

- 100 registros realizados entre fevereiro de 1980 a setembro de 1981
- 100 registros realizados entre abril de 1990 a outubro de 1991
- 100 registros realizados entre janeiro de 2000 e janeiro de 2001

- 86 casamentos realizados entre janeiro de 2010 e setembro de 2012

A escolha por realizar a pesquisa nesta segunda fase por cada ano (1980, 1990, 2000 e 2010) e não pelas décadas completas foi resultado da observação do grande aumento no número de casamentos realizados por nikkeis em Campo Grande. Delimitando a quantidade de cem uniões para cada um destes quatro períodos, foi possível abranger os últimos 34 anos que, contrapostos aos primeiros casamentos nikkeis de Campo Grande, abarcam assim, as transformações ocorridas em quase toda a história do grupo nikkei da cidade.

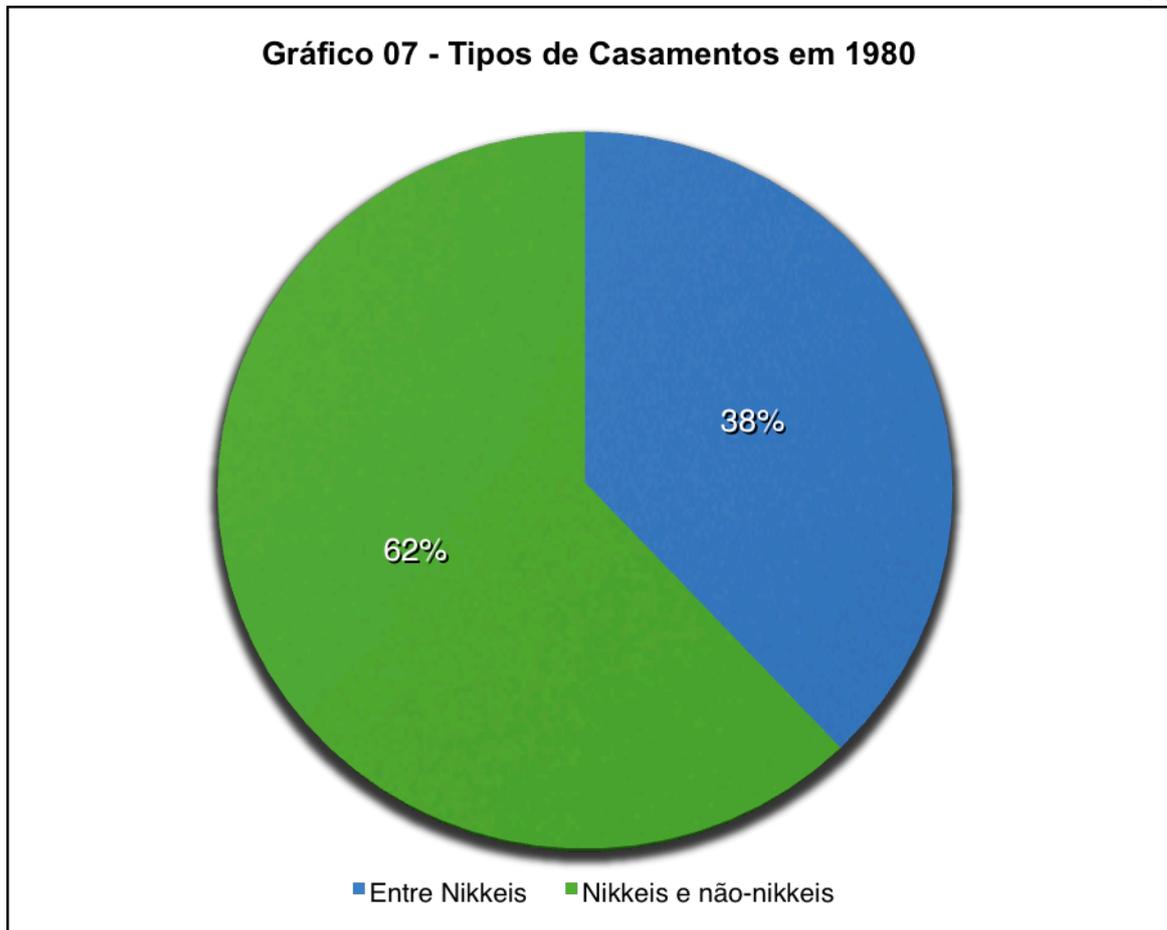
Como esta segunda fase de coleta dos dados foi realizada diretamente no cartório da cidade, os livros me eram entregues, um a um, por um dos funcionários do estabelecimento. Para segurança do próprio cartório, apesar de eu ter entregue um documento oficial da universidade informando sobre o intuito da pesquisa, a tabeliã estipulou os horários em que eu poderia ler os livros de registros, horários estes em que aquele funcionário estaria presente para acompanhar minha pesquisa. Foi-me fornecida uma mesa, de frente para ele, onde eu me posicionava todos os dias e de onde ele (assim como todos os outros funcionários) poderia me observar. A fim de tentar tornar o trabalho mais rápido, solicitei o uso de fotografias dos livros, pois dessa forma eu poderia, além de coletar um maior número de certidões (caso sentisse essa necessidade) e, conseqüentemente, ficar menos tempo no local, possuir um registro completo de todas as uniões matrimoniais realizadas pelos nikkeis na cidade, visto que eu já havia observado que os dados nos registros mudavam de tempos em tempos.

Com a resposta negativa, foi preciso fazer todo o levantamento à mão, o que me impossibilitou de coletar certos dados que foram mais tarde percebidos em algumas certidões e que poderiam ser utilizados em uma investigação futura, como a presença de divórcios, novos casamentos e mais especificidade sobre o local de nascimento e residência de pais e avós. Para que eu pudesse realizar minhas anotações sobre tais informações, seria necessário recomençar todo o trabalho, o que naquele momento se tornou completamente inviável, já que seria necessário muito mais tempo para retomar todos os livros já consultados, o que também traria

um inconveniente ao cartório, pois diversas vezes, foi preciso pausar a coleta e entregar os livros que eu consultava a funcionários que procuravam por registros de clientes. Contudo, apesar de não ter sido feita uma análise mais detalhada em todos os quase 400 registros sobre os divórcios, pude observar que, quando ocorrem, novos casamentos são realizados com cônjuges de origem não-nikkei.

Outro ponto importante a ser analisado é o número de dados coletados referentes ao período que vai de janeiro de 2010 à setembro de 2012. Aqui, nota-se um decréscimo no número de casamentos realizados por nikkeis em Campo Grande. Foram necessários coletar dados que referem-se a um período muito maior do que nas épocas anteriores, ou seja, como as certidões foram colhidas de forma contínua (na ordem cronológica, uma após a outra), foi necessário analisar todas os livros e registros realizados em um período de quase três anos (mais precisamente, 32 meses) para obter um número de certidões próximo ao coletado anteriormente.

Retomando a depuração destes dados, os registros coletados no período que vai de fevereiro de 1980 à setembro de 1981, mostraram imediatamente que uma grande mudança havia sido iniciada na realização de matrimônios no local. Naquele espaço de tempo de pouco mais de um ano, dos cem casamentos pesquisados, mais da metade (62 ao todo) foram realizados entre um(a) nikkei com cônjuge sem ascendência “japonesa” (Gráfico 07):



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.

Dentre estes 62 casamentos realizados com cônjuges sem ascendência nipônica, em 42 dos casos foi o homem nikkei quem escolheu uma esposa não-nikkei, contra apenas 20 mulheres nikkeis que se casaram com homens sem origem japonesa ou okinawana. Se entre 1920 e 1960 os casamentos eram realizados primordialmente, tanto por homens quanto por mulheres, dentro do próprio grupo de origem (homem *naichi* – mulher *naichi* e okinawano - okinawana) e, sendo o casamento com não-nikkeis preferível como forma de evitar a união entre os dois grupos nikkeis, em 1980, neste novo momento, vê-se um movimento contrário, em que as escolhas são dirigidas aos não-descendentes e, especialmente, realizadas pelos homens nikkeis, sendo as mulheres ainda relativamente mais propensas ao casamento dentro do grupo nikkei.

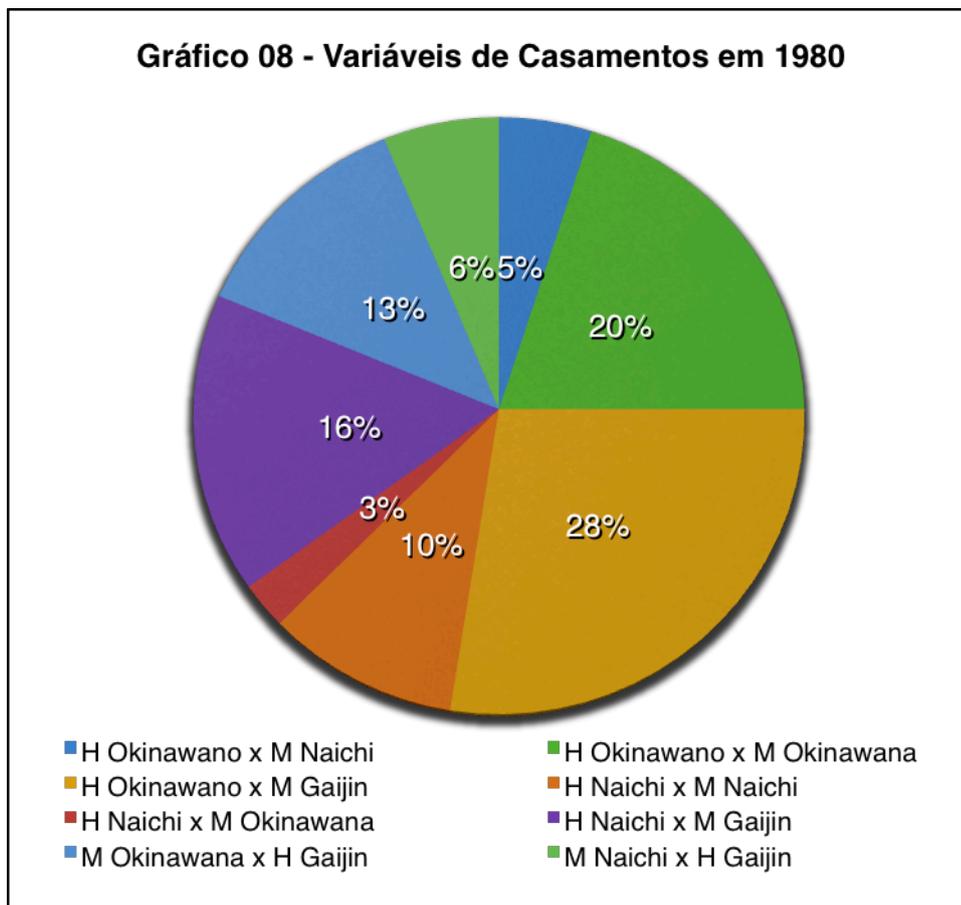
Após a análise dos sobrenomes, dos 100 casamentos encontrados, 80 foram identificados como okinawanos ou como *naichi*. Através de tais informações, na tabela 02 (abaixo), é possível visualizar as transformações ocorridas a partir de todas as variáveis de casamentos realizados no período citado:

Tabela 02 – Variáveis de Casamentos – 1980-1981

Tipos de Casamentos	Total de Casamentos
Homens Okinawanos com Mulheres Okinawanas	16
Homens Okinawanos com Mulheres Japonesas	04
Homens Okinawanos com Mulheres Não-Nikkei	22
Homens Japoneses com Mulheres Japonesas	08
Homens Japoneses com Mulheres Okinawanas	02
Homens Japoneses com Mulheres Não-Nikkei	13
Mulheres Okinawanas com Homens Não-Nikkei	10
Mulheres Japonesas com Homens Não-Nikkei	05
TOTAL DE CASAMENTOS	80

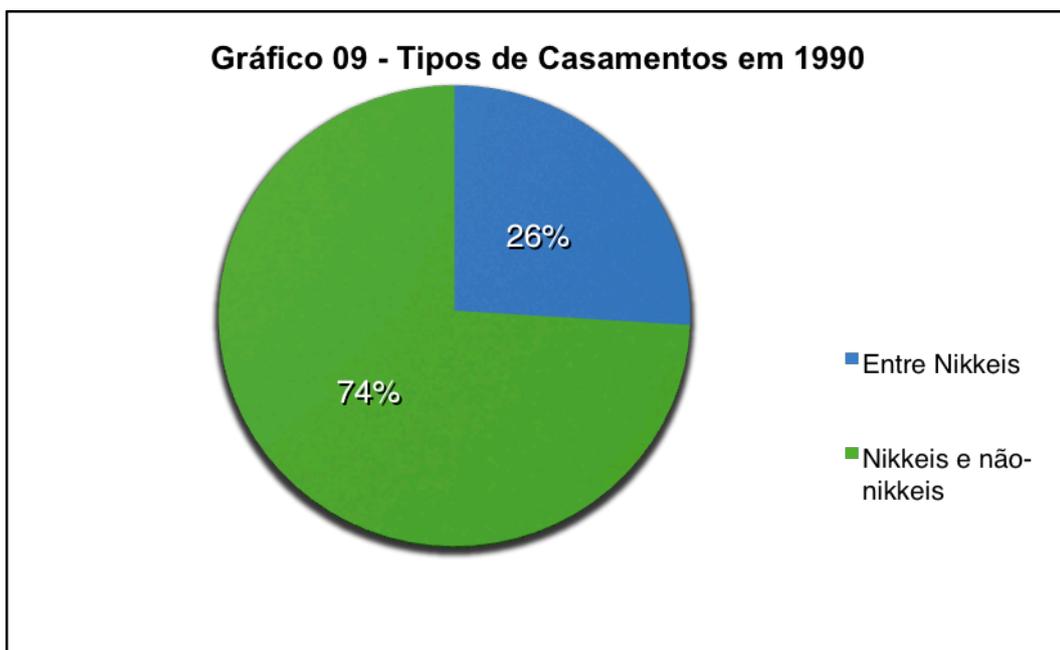
Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota

É importante ressaltar que tanto na Tabela 02, quanto no Gráfico 08 (abaixo), foram incluídos apenas os 80 casamentos cujos sobrenomes pude o identificar enquanto okinawanos ou japoneses. Mas, dentre os 20 casamentos não identificados, sabe-se que 12 foram realizados com cônjuges sem ascendência nikkei, o que nos indica neste caso, que pouco importa qual a origem nikkei dessas pessoas, mas sim, o fato de que casamentos entre os dois grupos – okinawanos e *naichi* - continuam sendo evitados e foram escassos naquele período, dando preferência ao estabelecimento de novas relações com os chamados *gaijins*.

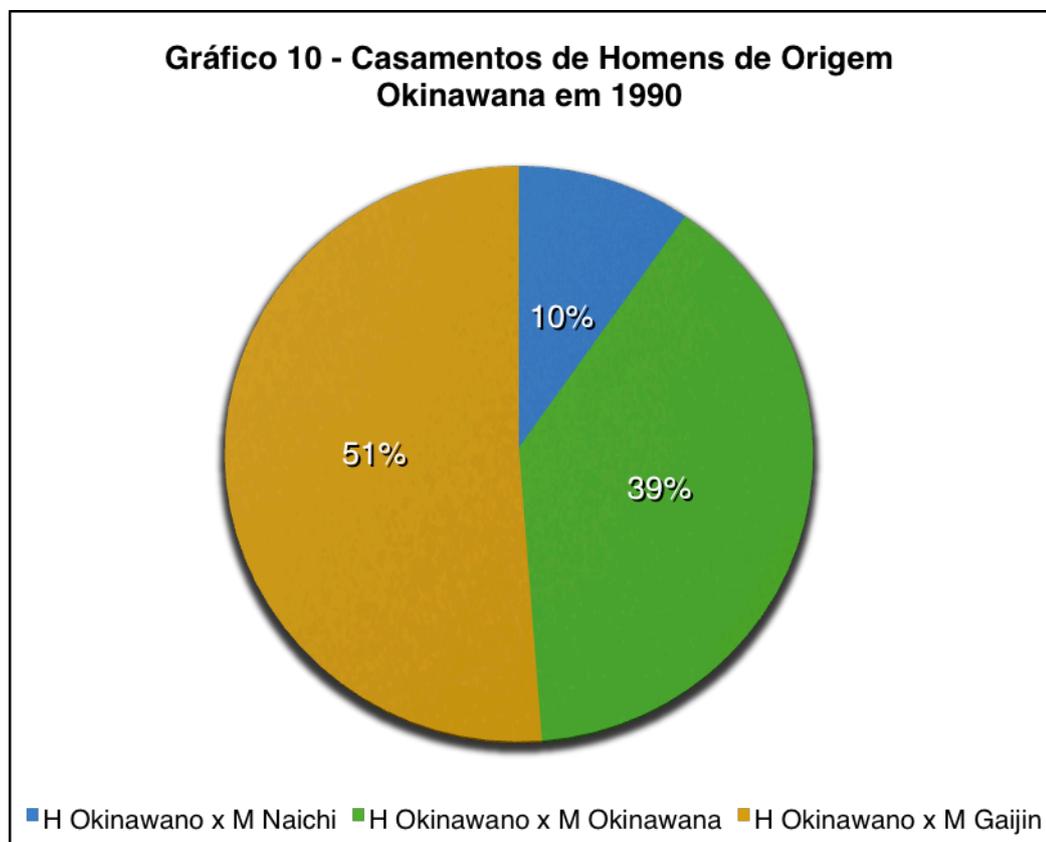


Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota, 2014.

O mesmo se repete no período seguinte, referente ao período que vai de abril de 1990 à outubro de 1991. Dentre os cem casamentos realizados na Cidade Morena, apenas 26 referiam-se a uniões entre dois descendentes de “japoneses”. Mas agora, uma nova transformação parece ocorrer: dos 74 matrimônios efetuados com não-descendentes, há um equilíbrio no que diz respeito ao gênero dos cônjuges, visto que em 38 deles os maridos eram nikkeis e em 36 foram de mulheres de origem nikkeis com homens sem ascendência “japonesa”. Vemos que no caso das mulheres de origem nikkei, que anteriormente ainda se casavam mais com homens também nikkeis, talvez por influência ou orientação da família, passam então a concretizar relações conjugais fora do grupo oriental.



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.



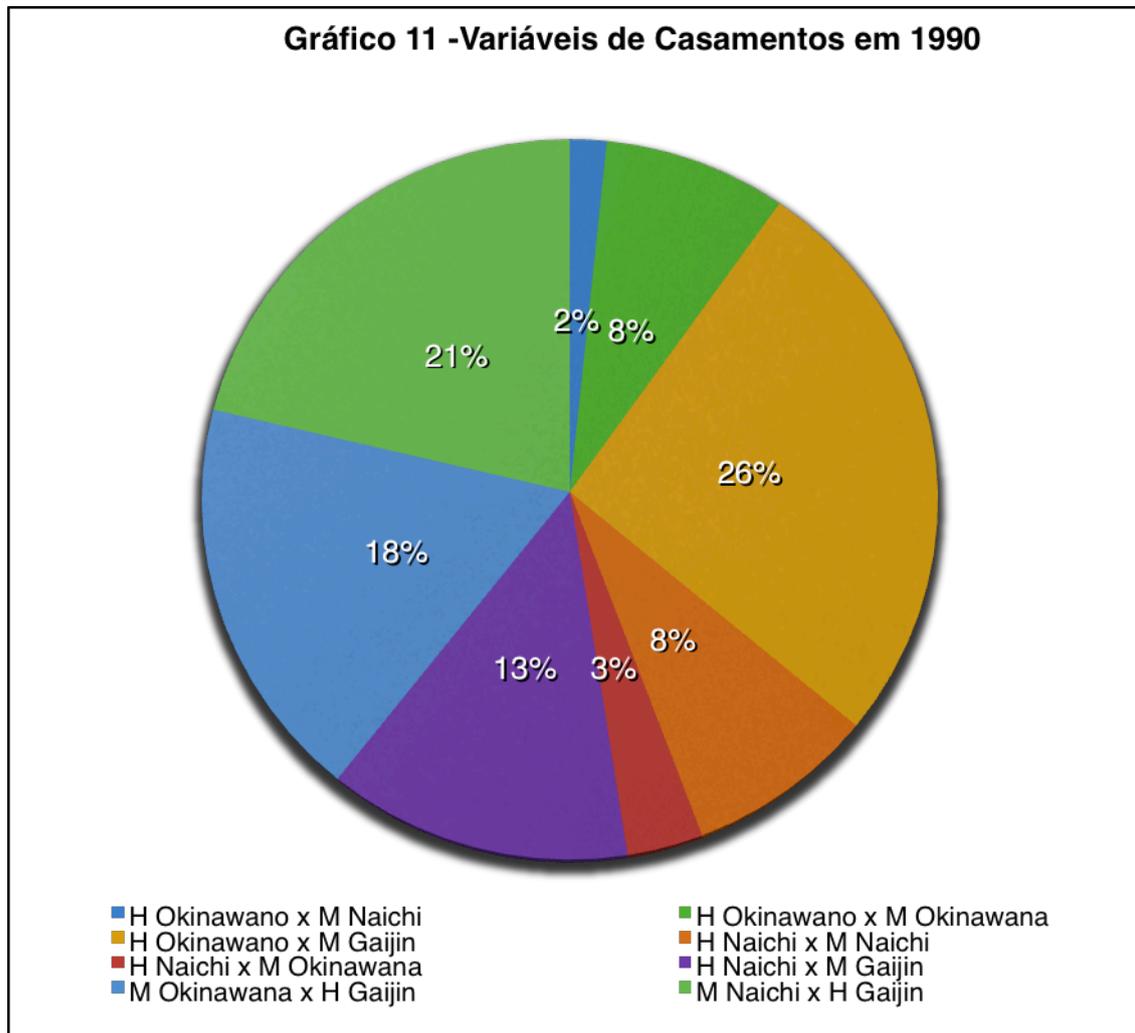
Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.

A tabela 03 (abaixo) e o gráfico a seguir (gráfico 11), compostos pelos 61 casamentos com sobrenomes identificados, ilustram a configuração dos matrimônios realizados no período de 1990, mostrando a queda no número de uniões entre a população nikkei.

Tabela 03– Variáveis de Casamentos – 1990-1991

Tipos de Casamentos	Total de Casamentos
Homens Okinawanos com Mulheres Okinawanas	05
Homens Okinawanos com Mulheres Japonesas	01
Homens Okinawanos com Mulheres Não-Nikkei	16
Homens Japoneses com Mulheres Japonesas	05
Homens Japoneses com Mulheres Okinawanas	02
Homens Japoneses com Mulheres Não-Nikkei	08
Mulheres Okinawanas com Homens Não-Nikkei	11
Mulheres Japonesas com Homens Não-Nikkei	13
TOTAL DE CASAMENTOS	61

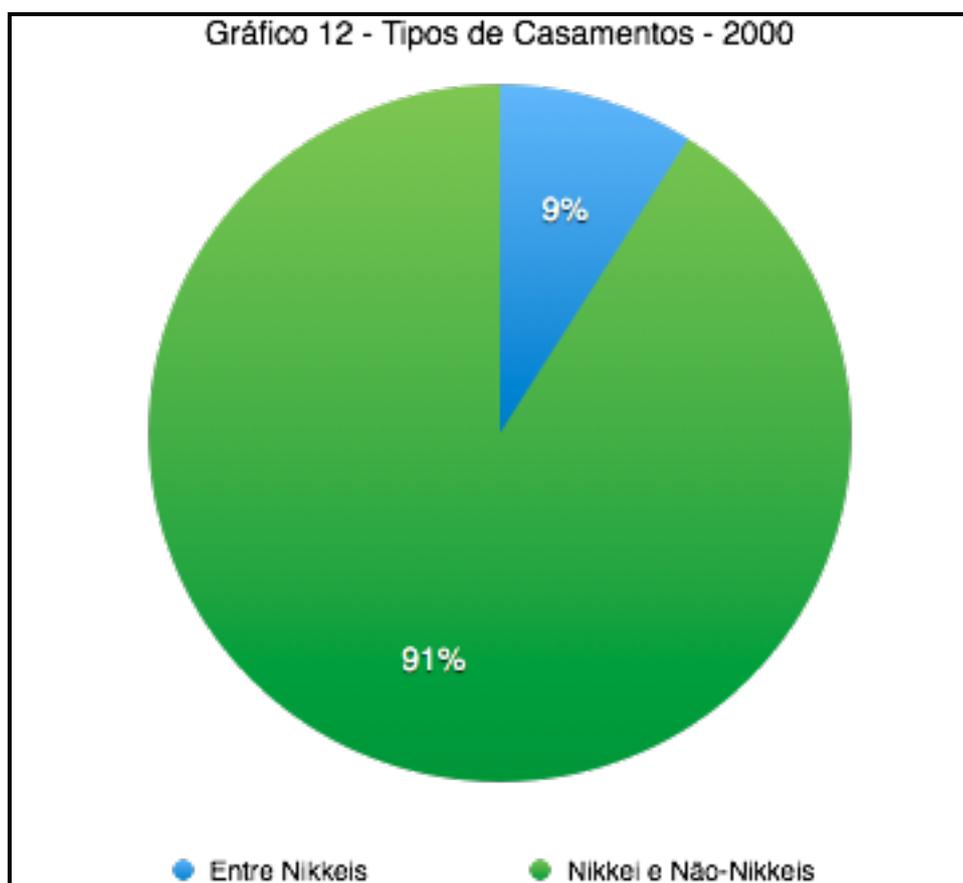
Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota



Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota, 2014.

Apesar do número considerável de pessoas sem identificação em relação as suas origens (39 casos), vê-se que a questão que se coloca a partir desse momento, está mais relacionada ao fato de que, casamentos entre nikkeis são cada vez mais raros a cada década que se passa, visto que, dentre estes 39 casamentos, 26 foram realizados com não-nikkeis. Com apenas 26% de relacionamentos conjugais realizados dentro do grupo nikkei, o que se verifica é que torna-se para esta população preferível casar-se com um(a) não-nikkei, conseqüentemente, evitando a construção de novos relacionamentos entre okinawanos e *naichi*.

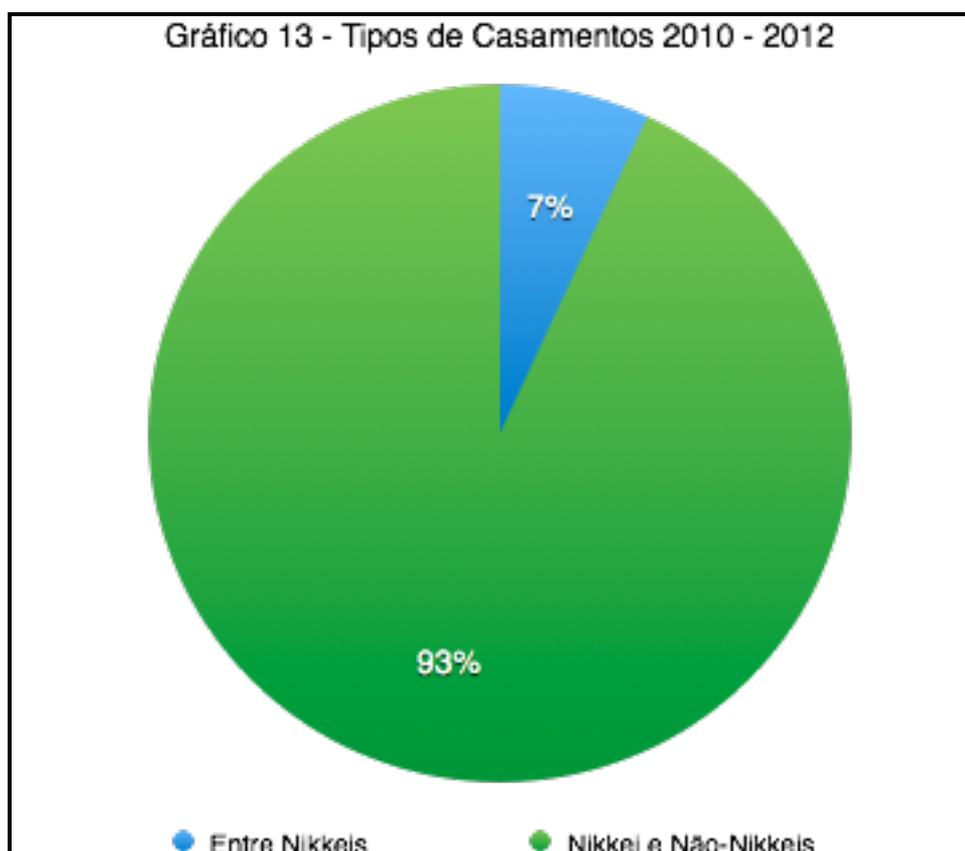
Nas duas décadas seguintes, no que se refere aos registros de casamentos de 2000 e 2010, é possível afirmar que essa transformação na escolha dos parceiros continua e se intensifica. Entre os cem registros de casamentos recolhidos no cartório da cidade no período de janeiro de 2000 à janeiro de 2001, apenas 09 casos referem-se à uniões dentro do grupo nikkei em Campo Grande.



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.

No período referente entre janeiro de 2010 e setembro de 2012, foram analisados 86 casamentos, sendo 05 o número de casamentos registrados entre nikkeis. A decisão de interromper a busca antes mesmo de completar os 100 matrimônios se deu, como dito anteriormente, pela dificuldade em acumular essa quantidade de registros, o que não trouxe prejuízo algum para a pesquisa, mas um

dato importante a ser levado em consideração. Em todos os períodos anteriores, foi relativamente rápido recolher o número proposto de casamentos. Consultando três ou quatro livros (cada livro possui trezentas certidões de casamentos registrados no cartório, abrangendo toda a população campo-grandense) era possível chegar à quantidade proposta no início das investigações.



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.

No ano de 2010, entretanto, tornou-se um trabalho realmente árduo levantar todos esses dados. Foi preciso verificar certidão por certidão de aproximadamente 08 livros para chegar aos 86 casamentos. A primeira impressão ao refletir sobre essa questão foi a de que a população nikkei estaria se casando menos na cidade, mas um dado interessante estava localizado nestas certidões mais atuais: o local de residência dos pais. Em grande número de casos, pais ou

mães (ou ambos) residiam no Japão na época em que os casamentos foram registrados.

Durante toda a pesquisa de campo, a questão decasségui se apresentou nas diversas conversas que mantive com meus informantes. Quase todos já haviam passado algum tempo no Japão, trabalhando em fábricas, ou possuíam algum familiar nesta situação. Portanto, a dificuldade em encontrar novas certidões se mostra diretamente relacionada ao fato de que essa população está em constante movimento entre os dois países.

Com a crise econômica sofrida pelo Japão (e por outros países) no ano de 2008, estes podem ser os jovens que haviam migrado para o Japão em anos anteriores e que teriam voltado ao Brasil recentemente. Estes jovens, porém, mantêm a tendência dos dois períodos anteriores ao compor novas famílias. Vivendo no Japão ou no Brasil, essa população nikkei tem, cada vez mais, construído novas famílias a partir das escolhas matrimoniais com indivíduos não-nikkeis.

Como podemos ver através de todos os gráficos e estatísticas, casamentos entre okinawanos e *naichi* nunca foram comuns na história destes dois grupos em Campo Grande. Desde o momento de sua chegada à cidade até os dias atuais, sempre houve um número muito pequeno e residual de famílias construídas a partir de relações entre estes nikkeis.

A prática de evitar determinadas uniões de conjugalidade com grupos considerados pelos japoneses como impróprios não é nova, podendo ser verificada em outros países que receberam os imigrantes nikkeis. Hiroshi Ito (1966, p. 200-221), em seu texto sobre os *Eta*, trata sobre as relações entre estes indivíduos e os japoneses. Os *Eta* foram classificados como párias a partir do período Tokugawa e considerados impuros devido ao trabalho que realizam - normalmente como açougueiros e coveiros - e que era passado de pai para filho, mantendo-se desta forma, seu status de “intocáveis” a cada geração.

De acordo com o autor, que pesquisou os *Eta* imigrados nos Estados Unidos no período pós-guerra (década de 1950), este grupo passou a evitar ocupar posições de trabalho em que precisassem manter relações com outros japoneses

como, por exemplo, proprietários de pequenos estabelecimentos (restaurantes ou outros comércios), buscando dessa maneira, não serem reconhecidos enquanto *Eta*.

Apesar de não ter conhecimento sobre descendentes dos *Eta* em Campo Grande, cito este caso, pois, ele nos traz à tona mais informações sobre a produção de novas relações dentro do grupo nikkei e, nos demonstra mais uma vez o quão heterogêneo é o Japão. Assim como vimos no caso de Campo Grande, casamentos entre japoneses e *Eta* são evitados. De acordo com Ito (ibid., p. 217) a rejeição japonesa em criar novos casamentos e alianças com indivíduos pertencentes aos outros grupos produz uma endogamia forçada dentro das chamadas minorias étnicas nikkeis.

Ao retomarmos os dados aqui apresentados, vemos que no caso nikkei campo-grandense, desde sua fixação na cidade até os dias atuais, um percentual muito pequeno de casamentos entre okinawanos e *naichi* tem sido realizado. As falas dos diversos interlocutores demonstram o quanto as diferenças existentes entre os dois grupos atuam como forte e importantes elementos para a continuidade da “não-relação” entre ambos. Ao afirmarem que são diferentes e que mais conflitos poderiam ser gerados a partir da relação entre eles, o que se destaca é a visível separação que persiste ao longo dos anos. Quando uma interlocutora me diz “*nós somos diferentes*”, compreende-se que casamentos entre cônjuges de origens diferentes, neste caso, entre okinawanos e *naichi*, mais do que criar a possibilidade de interação e/ou aproximação, resulta em mais conflitos justamente onde eles não devem ocorrer, ou seja, dentro da família nikkei.

Entretanto, ao contrário do que ocorre no caso *Eta* descrito por Ito (idem), em que por conta dessa endogamia forçada tais indivíduos passaram a se casar com primos, no contexto nikkei campo-grandense vimos que os matrimônios entre consanguíneos são evitados. Fazendo uma pequena comparação entre os *Eta* nos Estados Unidos e os “*naichi*” em Campo Grande, poderíamos pensar que o pequeno número de japoneses “verdadeiros” na cidade - ou seja, um número restrito de futuros cônjuges disponíveis - reformularia esta lógica da não-relação, conseqüentemente, produzindo casamentos entre “*naichi*” e *uchinanchu* ou, no limite, casamentos dentro do próprio grupo familiar. Isto, entretanto, não ocorre e a estratégia utilizada para a criação de novas relações e famílias, é o estabelecimento de casamentos com cônjuges não-nikkeis.

Já entre os indivíduos de origem okinawana, durante as primeiras décadas na cidade de Campo Grande, observa-se que houve a prática de se manter as relações dentro do grupo de origem *uchinanchu*, tendo sido grande o número de casamentos com ambos os cônjuges com origens okinawanas. Com okinawanos estabelecendo suas relações dentro do próprio grupo e os “*naichi*” optando por casamentos com não-nikkeis, estes grupos mantêm-se fechados e opostos, com suas diferenças sendo continuamente marcadas e expostas.

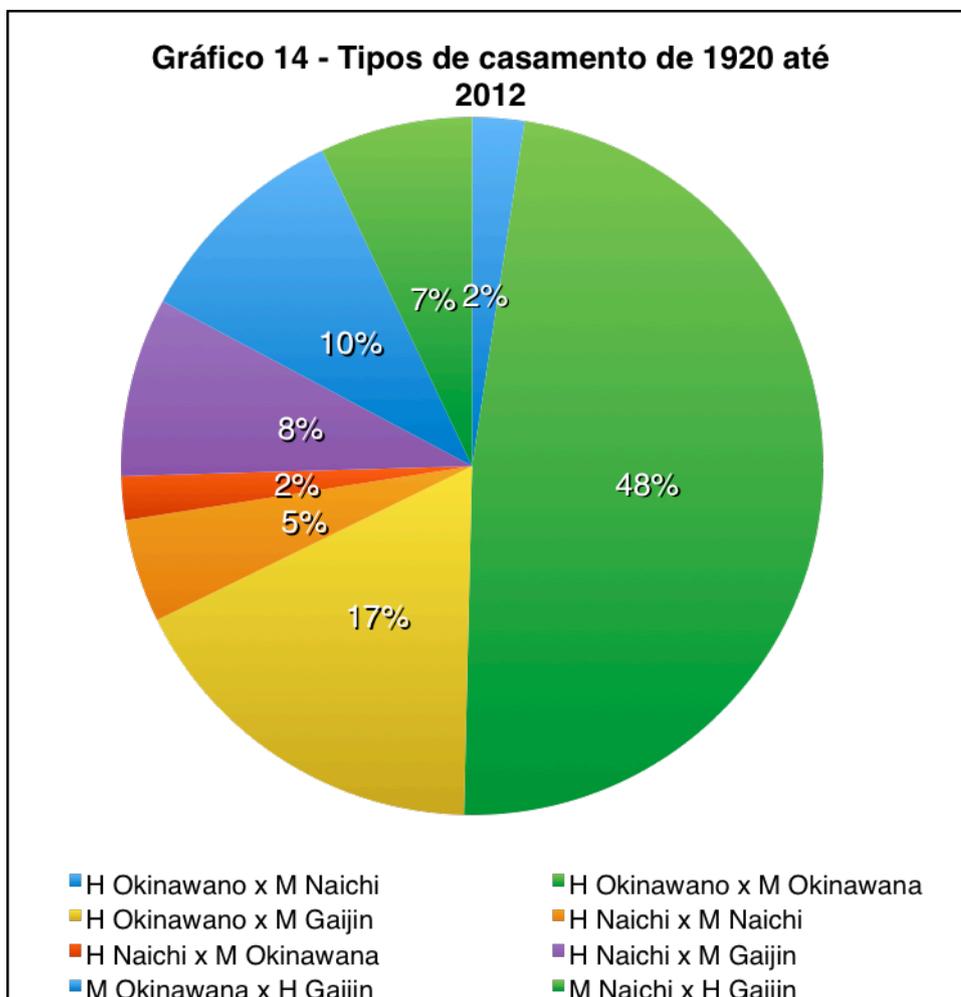
O que se nota, entretanto, é que o estabelecimento de novas relações com pessoas sem origem nikkei não se dá de maneira aleatória ou ausente de certas lógicas. Os dados colhidos nos mostram que nas primeiras décadas em Campo Grande, os novos casamentos foram estabelecidos majoritariamente por homens nikkeis. Estes homens são detentores de um certo direito de escolher suas esposas, enquanto elas eram mantidas em situação de maior opressão, casando-se mais dentro do grupo de origem, mesmo contra sua vontade. Uma de minhas interlocutoras, de origem okinawana, relembra a história de uma de suas tias:

Teve um casamento por *miai* também (irmã da mãe). E foi com *uchinanchu*. E ela não queria casar por *miai*, mas ela preferiu abdicar da vontade dela de casar com brasileiro para não desrespeitar a família. Ela fala até hoje (Fala de Cecília).

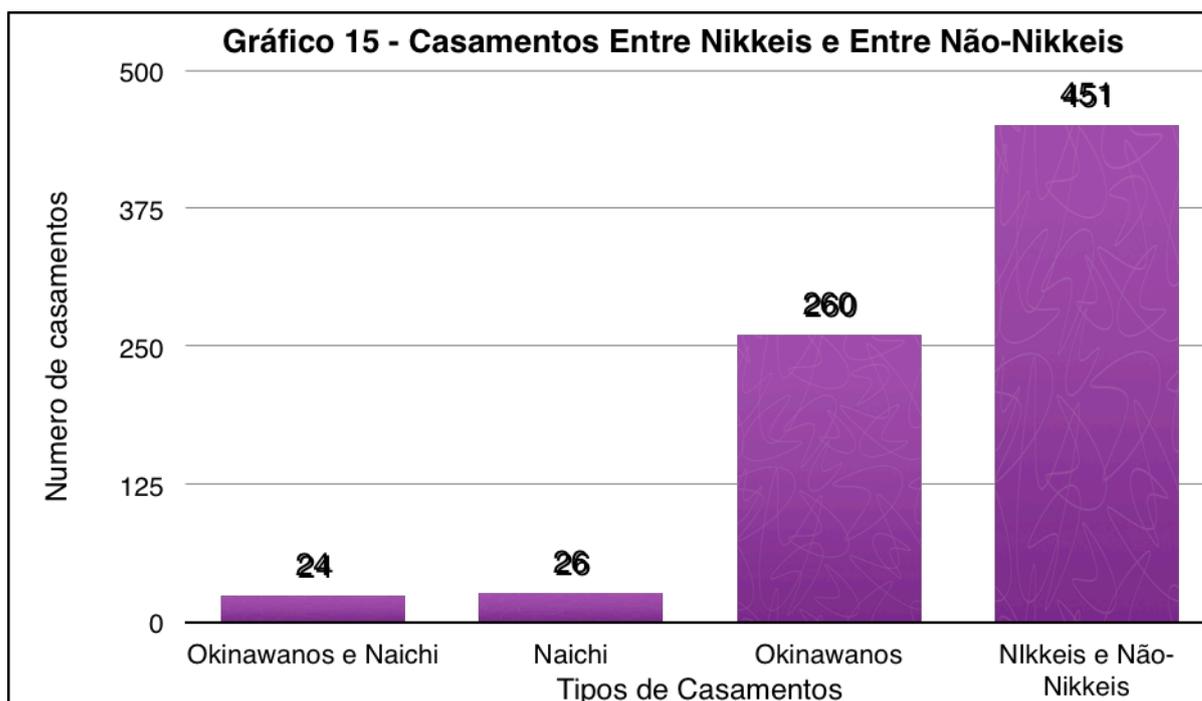
Às mulheres eram dados poucos direitos e suas escolhas quase nunca prevaleciam às escolhas de seus pais, ao contrário do que, segundo Yanagisako (1985), ocorria com os filhos homens que possuíam o poder de emitir suas opiniões sobre possíveis esposas. Mas ao analisarmos os gráficos, vemos que no decorrer dos anos a situação vai aos poucos se transformando e, a partir da década de 1990 se dá início à uma equiparação entre os gêneros quando, tanto homens quanto mulheres, independentemente de serem okinawanos(as) ou *naichi*, passam igualmente a escolher cônjuges fora do grupo nikkei.

Mais uma vez, para explicitar graficamente como se deu essa mudança ao longo dos anos, apresento quatro gráficos abaixo que referem-se aos dados de todos os casamentos nikkei (okinawanos e *naichi*) com cônjuges não-nikkeis. Os dois primeiros (Gráficos 14 e 15) primeiro apresenta os dados gerais, sem uma

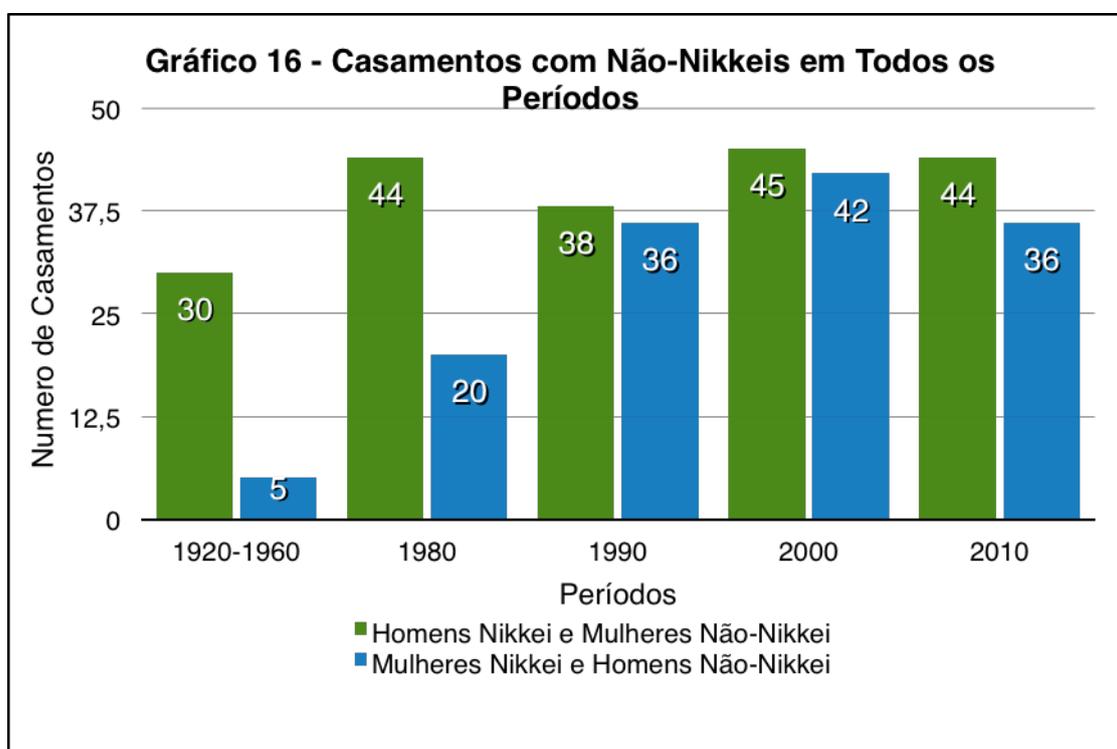
separação de gênero, desde 1920 até o último registro colhido e que refere-se ao ano de 2012. O gráfico 16 mostra as diferenças existentes estatisticamente entre homens de origens okinawana e *naichi* e seus casamentos com mulheres não-nikkeis. Já o gráfico seguinte (gráfico 17), apresenta tais dados a partir de um recorte de gênero, em que podemos comparar como essas transformações atingem especialmente as mulheres nikkeis em Campo Grande.



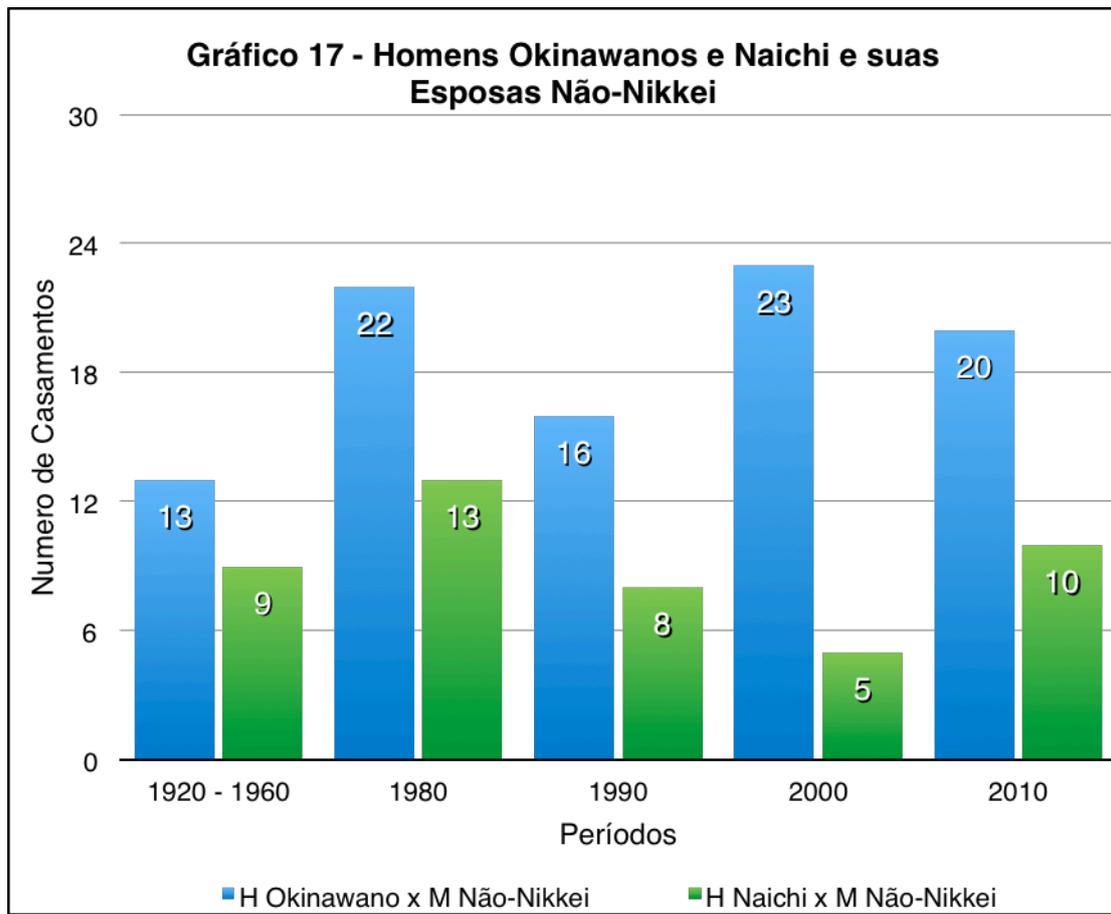
Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.



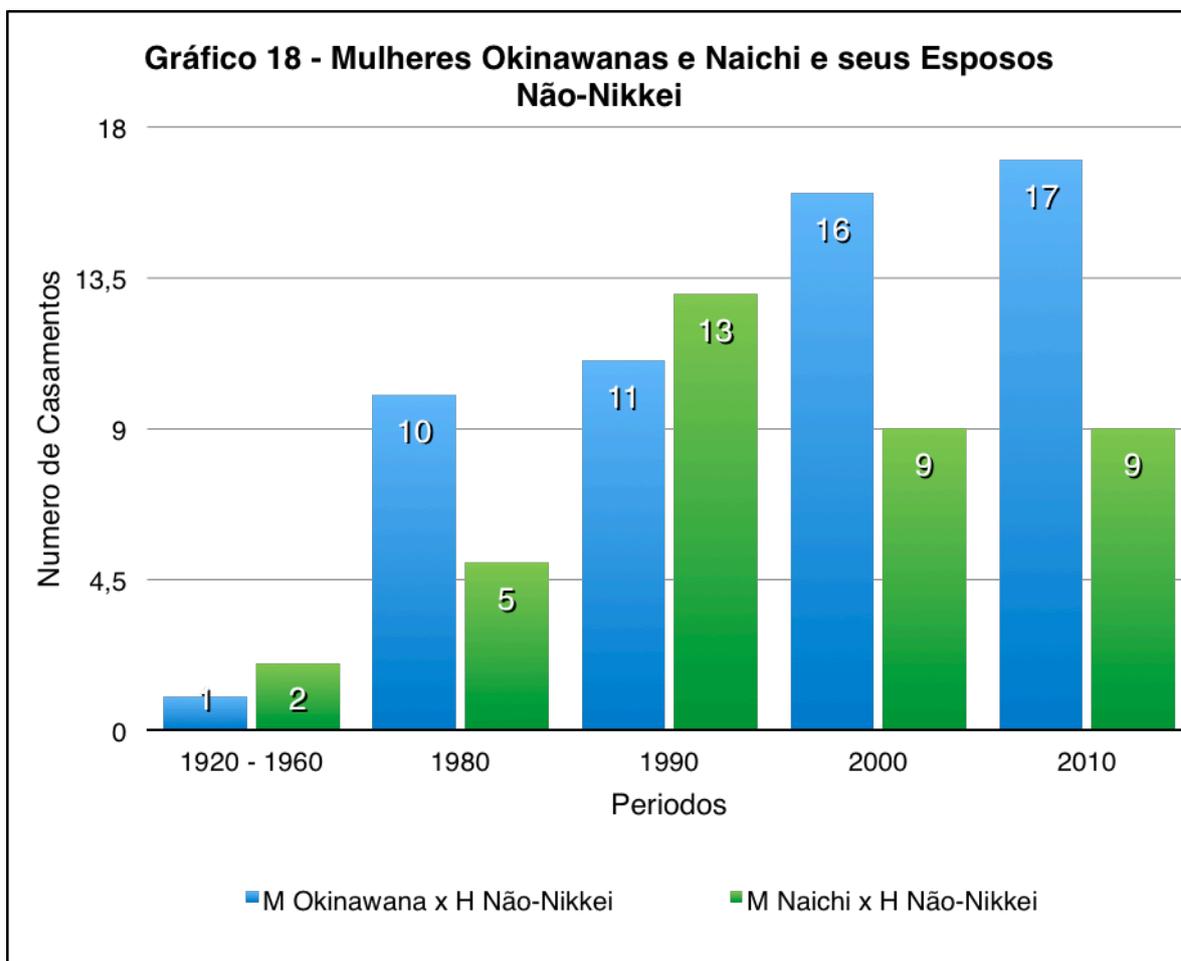
Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota, 2014.

No gráfico 15 as três primeiras barras (1-okinawanos e *naichi*, 2-*naichi* e 3-okinawanos) referem-se aos dados em que foi possível identificar a origem dos cônjuges, porém, na quarta barra, todos os casamentos foram contabilizados, visto que trata sobre nikkeis de maneira geral com cônjuges sem ascendência nikkei. Ali, podemos visualizar o quão residual foi – e ainda é - o número de casamentos realizados entre os dois grupos de “japoneses” na cidade, indicando o fechamento de um grupo para o outro. O que o gráfico seguinte na mostra, entretanto, é que, ao contrário do que se poderia imaginar, entre os homens de origem nikkei, foram – e

ainda são – os okinawanos que mais se casaram com mulheres sem qualquer ascendência nikkei.

Se pensarmos sobre o número muito menor de indivíduos de origem não-okinawana em Campo Grande, poderíamos imaginar que essa escolha por cônjuges mulheres não-nikkeis partiria primordialmente por homens japoneses, o que demonstraria além do fechamento do grupo em relação aos okinawanos, a opção por realizar casamentos com mulheres *gaijin* devido à uma escassez de mulheres *naichi*.

Todavia, apesar do grande número de mulheres *uchinanchu* na cidade de Campo Grande, os homens de origem okinawana – em comparação aos homens de origem não-okinawana – são os que mais contraem casamentos fora do grupo nikkei, mesmo nas primeiras décadas de imigração na cidade. A partir deste dado, talvez seja importante relaciona-lo à fala de diversos de meus interlocutores que afirmam existir ainda o preconceito entre os grupos, visto que em todas as variáveis possíveis e também através da separação entre homens e mulheres, os casamentos são formados na seguinte ordem: 1) dentro do próprio grupo de origem, 2) com cônjuges não-nikkeis e 3) com cônjuges pertencentes ao grupo nikkei oposto.

Assim como ocorre entre os homens, as mulheres okinawanas e não-okinawanas, mesmo que mais tardiamente, dão preferência à realização de casamentos fora do grupo nikkei ao preterirem conjuges que pertençam ao grupo nikkei oposto. Mas assim como acontece no caso dos homens, foram encontradas mais mulheres de origem okinawanas casando-se com homens não-nikkeis do que mulheres *naichi* unindo-se à não-nkkeis.

Todos estes dados nos levam à questão da heterogeneidade nikkei em Campo Grande. Eles nos demonstram que, mesmo após décadas longe do Japão devido ao movimento migratório que se estabeleceu em direção ao Brasil no início do século XX, estes grupos permanecem separados, reforçando a existência das tão aclamadas diferenças. Portanto, o uso de categorias nativas amplamente utilizadas mesmo nos dias atuais, tais como “*naichi*” ou “japoneses verdadeiros” não seria apenas resquício de velhos hábitos, mas a externalização em seus discursos de oposição que ainda se coloca entre os diversos nikkeis.

Para além das relações entre okinawanos e *naichi*, ao analisarmos os registros de casamentos verificamos que, ao se dar preferências por maridos ou esposas sem qualquer origem nikkei, Campo Grande pode ser vista como uma cidade japonizada devido à grande quantidade de relações que são estabelecidas com não-nikkeis. Ambos os grupos – okinawanos e *naichi* – ao se manterem relativamente isolados um para o outro, abrem-se para a população não-nikkei, produzindo relações que ultrapassam as fronteiras da conhecida “colônia”, gerando novas gerações de descendentes que os ligam à sociedade campo-grandense como um todo.

Conhecida como a terceira maior cidade “japonesa” do Brasil, Campo Grande japoniza-se não só através do consumo do *sobá* ou pela festa do *Bon Odori*, mas também pela produção de parentesco que se amplia como a trama de um crochê, em que correntes e pontos vão formando as famílias da cidade. É o que nos demonstram, assim como os registros de casamento civis recolhidos no cartório, as genealogias realizadas com os diversos interlocutores com os quais conversei na cidade.

As genealogias corroboram, portanto, as estatísticas apresentadas neste capítulo nos mostrando o quão comum é a formação de novas famílias com indivíduos de fora dos grupos nikkeis, ao mesmo tempo em que evocam o afastamento entre okinawanos e *naichi*. Antes de prosseguir para o capítulo seguinte, dedicado à análise das genealogias, é preciso fazer uma pequena ponderação referente aos casamentos entre okinawanos e *naichi* e entre nikkeis e não-nikkeis. No caso dos registros civis os dados foram depurados levando-se em consideração a pertença a algum dos grupos nikkeis a partir da análise dos sobrenomes.

Tendo conhecimento de que, tradicionalmente tanto entre “japoneses” quanto entre não-nikkeis há a prática da adoção do nome de família do marido por parte das mulheres e, conseqüentemente, muitos filhos são registrados apenas com o sobrenome paterno, poderíamos incorrer no erro de não perceber a dupla origem okinawana e não-okinawana ou, no caso de famílias formadas entre nikkeis e não-nikkeis, excluir registros de casamentos de indivíduos “mestiços” que carregam apenas sobrenomes não-“japoneses”. No intuito de não cometer este deslize, em todas as certidões analisadas foi dada especial atenção à observação dos

sobrenomes dos pais dos cônjuges, elemento presente em todas as certidões de casamento.

A partir de tais observações pode-se verificar que entre os casamentos realizados no período de 1920 à 1960, ou seja, nas primeiras décadas após o início da imigração para Campo Grande, boa parte dos maridos e esposas eram filhos de imigrantes, possuindo assim apenas a origem okinawana ou não-okinawana. Já no período entre 1980 e 2012, diversos cônjuges eram filhos apenas de pai ou mãe nikkei. Esta averiguação foi possível pois, notou-se que entre as mulheres não-nikkeis que se casam com homens “japoneses” é comum o acréscimo do sobrenome do marido sem a exclusão de seus sobrenomes de família.

Este dado corrobora mais uma vez, a existência da preferência de casamentos com não-nikkeis e o fechamento de um grupo para o outro. Ao analisar os sobrenomes das mães dos cônjuges, entretanto, torna-se muito mais difícil reconhecer se ela seria filha dos dois pais com a mesma origem nikkei ou, se ela seria resultado de um casamento entre okinawanos e *naichi*, pois, normalmente elas possuem apenas o sobrenome do marido.

As genealogias realizadas, entretanto, de certa forma sanam esta questão e nos dão indícios de que estes casos, apesar de existirem são realmente raros, havendo poucos casamentos formados entre indivíduos pertencentes aos grupos nikkeis opostos. No capítulo seguinte, portanto, adentramos nas famílias nikkeis a partir da criação destas genealogias, o que nos permite compreender mais profundamente sobre as relações familiares entre nikkeis em Campo Grande.

4. CROCHETANDO RELAÇÕES – GENEALOGIAS E RELACIONALIDADE

Retomando os dados sobre as décadas de 1920 a 1960, sabe-se que famílias vieram formadas ao Brasil, o que justificaria o pequeno número de casamentos, mas outra questão que também precisa ser levada em consideração é o fato de que entre os “japoneses” era comum a prática do *miai*. De acordo com Higa (2008, p. 30), no ano de 1925 uma figura importante da colônia “japonesa” de Campo Grande trouxe do Japão um grupo de 25 pessoas, entre estas, “*um casal, quatro jovens mulheres e mais 19 novos trabalhadores para plantação de café na região de Rincão. Como a maioria dos colonos imigrantes já estabelecidos constituía-se de solteiros, o empreendedor trouxe as noivas pelo sistema de miai para formação de novas famílias*” (HIGA, C. *Miai: Casamentos arranjados*. Revista Mina San/ Correio do Estado, Campo Grande, p. 30, 18 de junho de 2008).

É possível, portanto, pensar que grande parte dos casamentos realizados naquelas primeiras décadas tenham sido realizados através de acordos entre famílias, prática que talvez tenha sido utilizada até os anos de 1960, como demonstra o caso de Amalia-San, citado no início deste texto.

Aqueles primeiros anos foram, portanto, marcados por casamentos realizados de maneira endogâmica⁵³ - alguns frutos de arranjos matrimoniais, em que se manteve a preferência na escolha dos cônjuges dentro dos grupos *naichi* ou okinawano mesmo entre nisseis. Nota-se que entre os poucos casos de casamentos exogâmicos, 35 no total (incluindo os casamentos não identificados até o momento), apenas 05 foram realizados por mulheres *naichi*, enquanto 30 homens *naichi* casaram-se com mulheres sem ascendência nikkei. Além disso, sobre os

⁵³ Trato aqui por casamentos endogâmicos, aqueles realizados dentro do grupo nikkei em oposição aos casamentos realizados com cônjuges sem ascendência nipônica, e não exclusivamente sobre casamentos entre *naichi* ou okinawano/okinawana.

casamentos realizados entre *naichi* e okinawanos, percebe-se que há uma preferência em contrair matrimônios com cônjuges não-descendentes em relação ao grupo nikkei oposto.

Este dado se mostra importante para pensarmos sobre a questão da heterogeneidade nikkei na cidade. Como já dito anteriormente, nas últimas décadas tem havido um esforço por parte das associações “japonesas” na cidade em se mostrar cada vez, mais homogênea e coesa. O que se verifica a partir da análise dos registros de casamentos, é que aos poucos um movimento contrário vai se estabelecendo entre essa população, que reforça a existência da diferença.

A partir de 1980 pode-se verificar que nas décadas seguintes, esta prática do casamento com parceiros não-descendentes em detrimento do casamento endogâmico não só continua, como aumenta consideravelmente. Mas nesse momento, vemos uma nova transformação no perfil dessas uniões. Se anteriormente, os casamentos com pessoas sem ascendência nikkei era quase exclusividade de homens *naichi*, a partir da década de 1990, as mulheres nikkeis, apesar de mais tardiamente, também passam a se relacionar com homens não-descendentes em igual proporção, vide os dados encontrados referentes aos anos de 2000 e 2010.

Se o foco desta pesquisa sobre os casamentos realizados na cidade de Campo Grande, entre imigrantes nikkei e seus descendentes estava no estabelecimento de relações familiares entre *naichi* e okinawanos no que se refere às primeiras sessenta décadas (de 1920 a 1980) de matrimônios ali efetuados, a partir de 1990 o que se percebe é que além da questão da heterogeneidade nikkei, as relações entre nikkeis de modo geral e “brasileiros” aparecem com bastante força.

Nota-se que há grande disparidade entre o discurso e a prática no que se refere à formação de novas famílias na cidade. Ao iniciar minha pesquisa de campo de mestrado sobre festas e comidas “japonesas” em Campo Grande no ano de 2005 - apenas cinco anos antes dos últimos registros coletados - meus (jovens) interlocutores afirmavam existir preferências no que se referia aos seus namorados e futuras uniões. Segundo eles, seus pais e avós os orientavam sobre suas escolhas, mas mesmo seus interesses pessoais se voltavam para outros descendentes e, mais especificamente, dentro do mesmo grupo de origem.

Marcela, uma jovem okinawana com quem conversei na época, ao ser por mim questionada sobre preferências em seus namoros, me dizia que provavelmente em sua família não haveria problema caso começasse a se relacionar com um *naichi* ou com um não descendente:

- E na sua família tem algum problema de misturar okinawanos com *naichi*?
- Acho que não tem, mas eu prefiro dar continuidade.

Cecilia, uma outra jovem, hoje com aproximadamente 28 anos de idade relata:

- Nádia: Houve casamentos multiétnicos em sua família?
- Cecilia: Sim. Tanto da parte do meu pai quanto da minha mãe. Tanto de brasileiros com “japoneses” (nikkei), quanto de *naichi* com okinawanos. Sempre que eu falava de amigos ela perguntava se era japonês (okinawano). Ela falava que era para casar com japonês (nikkei), e além de ser japonês (nikkei) tinha que ser *uchinanchu*. Vê se pode! Dizia que *naichi* era metido e arrogante. Minha avó sempre quis que casassem, além de ser japonês (nikkei), tinha que ser *uchinanchu*. A minha mãe fala que isso não tem nada a ver, mas a gente percebe. Tem aquela preferência. Mas ela fala que se não for, não tem problema. Eu prefiro japonês (nikkei) (em comparação aos não-descendentes). É o que mais me atrai.

A fala de Cecilia é interessante, pois revela diversos conflitos dentro de sua família. Percebe-se que existe uma tentativa de demonstrar o fim de conflitos entre *naichi* e okinawanos, o fim do preconceito e das diferenças. Entretanto, suas palavras são claras, mostrando que a homogeneidade está apenas no discurso: “*tinha que ser uchinanchu*”.

Sua fala também evidencia a questão das japonesidades possíveis na cidade de Campo Grande. Ao utilizar o termo *uchinanchu*, vemos não só na fala de

Cecilia, mas também na de outros informantes, um maior investimento na noção de okinawanidade dos indivíduos. Entre todos os meus interlocutores, quanto maior a participação em atividades associativas e/ou maior proximidade com as tradições – que derivam das relações com as avós – mais comum é o emprego do termo *uchinanchu* para designar seu pertencimento em detrimento do termo okinawano.

A todo momento, Cecilia também emprega o termo “japoneses” de maneira englobante, ao se referir à população nikkei em oposição aos indivíduos que não possuem qualquer origem “japonesa” na cidade, demonstrando o quão polissêmico pode ser o seu uso e o quanto esta utilização depende do contexto em que os nikkeis falam sobre si mesmos. Porém, a cada referência que faz a este grupo – englobado -, em seguida é realizada a diferenciação existente entre *naichi* e okinawanos.

O termo “japonês”, como vimos em capítulo anterior, além de possuir a função de homogeneizar em determinados contextos – mais públicos – a população nikkei, também é utilizado como forma de demonstrar a oposição com relação a população não-nikkei. A festa do *Bon Odori* e o catálogo solicitado pelo então governador do Estado do Mato Grosso do sul, tornam-se novamente bons exemplos de como essa autodenominação pode variar de acordo com o contexto e para quem se dirige essa autoclassificação. Esta festa (LUNA KUBOTA, 2008) é vista como uma celebração “japonesa” e indica à população não-nikkei a ideia de homogeneidade e unidade da mesma forma que a cidade de Campo Grande é apresentada aos outros países como um local “japonês” por excelência (LUNA KUBOTA, 2012). Em ambos os casos, a diferença e as particularidades próprias a cada grupo são obliteradas e preteridas em função de uma imagem de cidade portadora de uma coesão “japonesa”.

Finalmente, sua fala nos dá apontamentos sobre como são construídas as relações entre indivíduos de origem *naichi* e okinawana na cidade. Ela demonstra que, mesmo na época atual, passadas tantas décadas do início da imigração nikkei para o Brasil e, mais especificamente, para Campo Grande, apesar do término da prática do *miai*, ainda é preferível para a população mais velha, que seus filhos e netos construam novas famílias com cônjuges pertencentes ao mesmo grupo de origem. Conselho este dito ser seguido pelos jovens mesmo nos dias atuais mas, como visto no capítulo anterior, os registros de casamentos indicam que esta não é

uma realidade, sendo os casamentos, cada vez mais, realizados preferencialmente com indivíduos sem origem nikkei.

Ao observar tais diferenças, entre o que é esperado e desejado para a realização de novos casamentos, e os matrimônios de fato, recorro às genealogias que realizei, também durante o período de pesquisa de campo. Entre as 10 genealogias colhidas, em todas há casos de uniões afetivas entre descendentes de nikkeis e não-descendentes, porém, raros são os casamentos entre descendentes de *naichi* e de okinawanos.

Com ou sem influência de familiares mais velhos, como pais ou avós, nos últimos vinte anos, essa população têm evitado a formação de novos grupos familiares dentro da chamada “comunidade nikkei”.

4.1. As Genealogias

No início do trabalho de campo contatei diversos conhecidos para que pudessem me apresentar pessoas dispostas a me falar sobre suas genealogias e, conseqüentemente, sobre suas famílias. Como minha experiência no mestrado já havia me mostrado que a população nikkei de Campo Grande não é muito afeita a falar mais sobre sua intimidade, acreditei que usando como recurso um instrumento aparentemente mais “técnico” meus interlocutores seriam mais afáveis e concordariam em me receber em suas casas para falar um pouco sobre seus ancestrais.

Naquele momento acreditei que os descendentes de nikkeis teriam até mesmo um certo orgulho ao contar as histórias de seus avós, já que para mim, existiria uma noção de honra à memória dos antecessores. No entanto, o ocorrido foi exatamente o oposto. Todas as pessoas com quem falei se dispuseram a me apresentar conhecidos, mas quando eu dizia que eles mesmos poderiam me ajudar, contando sobre suas próprias famílias, a resposta era sempre negativa. Como

exemplo, cito uma situação em que um de meus contatos, ao me acompanhar em uma visita à casa de uma senhora nascida no Japão e que havia aceitado conversar comigo sobre sua genealogia, me fazia diversas perguntas sobre os “desenhos” que eu ia fazendo em uma grande folha.

Expliquei superficialmente cada símbolo e como poderia ser feita cada relação (casamentos, filiações, etc.). Questionei o porquê de sua curiosidade e como resposta ela me disse que queria fazer o mesmo sobre sua família. Ofereci minha ajuda dizendo que eu mesma poderia fazer os tais “rabiscos” um outro dia, mas ela se negou, dizendo que não gostaria que aquilo fosse de conhecimento de outras pessoas.

Notei que suas relações de parentesco eram algo extremamente íntimo e que não a agradaria que uma antropóloga soubesse mais a respeito de sua família, apesar do fato de nos conhecermos há bastante tempo e, vez ou outra, ouvir comentários sobre as histórias de alguns de seus parentes (como a existência de traições, brigas e abandonos). Fui então, aos poucos percebendo que falar sobre as famílias, relembrar o passado e a existência de certos elos com determinadas pessoas, traz à tona sentimentos nem sempre agradáveis. Não foram raras as expressões de mágoa e desconforto em suas faces, algumas vezes chegando mesmo às lágrimas.

O fato de ter sido apresentada aos meus interlocutores através de contatos entre conhecidos em comum também deve ser considerado. Meus informantes sabiam que não conversavam apenas com uma antropóloga, alguém que veio de longe e que desapareceria de suas vidas logo em seguida. Apesar dos longos anos morando longe da cidade, eu era uma campo-grandense, irmã de um jovem conhecido devido ao seu histórico dentro das associações nikkeis na cidade. Não era raro, por exemplo, relacionarem meu sobrenome ao meu irmão: “ah, você é irmã do Haruo?”. Eu era, portanto, alguém que conhecia o círculo social de meus informantes (ou era por eles reconhecida), o que talvez, trouxesse receio sobre a divulgação das informações por mim colhidas no seio da “colônia nikkei” da cidade.

Esse receio talvez possa ser considerado como real, afinal, muitas informações foram por mim obtidas em momentos totalmente informais quando meus conhecidos me contavam “fofocas” sobre “fulano ou ciclano”.

Depois de muito trabalho de convencimento, pouco a pouco algumas pessoas foram concordando em me receber, porém, a construção de genealogias como técnica de investigação para o posterior aprofundamento sobre as noções de parentesco de cada indivíduo se mostrou falível. Isto porque ao informar que a pesquisa seria realizada a partir da construção de árvores genealógicas, prontamente meus interlocutores procuravam seu *koseki-tohon*.

Alguns me diziam não possuir o documento em mãos, mas tratavam sobre sua existência como se ele fosse uma prova de pertencimento à determinada família ou mesmo, de japonesidade. Possuir o *koseki* seria o mesmo que afirmar que tais sujeitos seriam mesmo “japoneses”. Naquele pedaço de papel, estaria presente uma parte de sua japonesidade, de sua relação real com o Japão⁵⁴.

Ao relacionar *koseki* com parentesco, porém, meus interlocutores não entendiam a minha necessidade em ouvir mais sobre suas famílias. Quase sempre, após nomear todos os indivíduos a eles relacionados genealogicamente, a conversa era terminada e me conduziam até a porta.

Apesar de todas as dificuldades, em quase todas as entrevistas, mesmo que algumas vezes de maneira rápida e superficial, foi possível recolher informações de meus informantes que remetem ao tema desta pesquisa, especialmente no que tange às relações entre descendentes de naichis e okinawanos e às famílias de decasséguis.

Todas as genealogias recolhidas estão presentes nesta tese, tornando assim possível, a visualização de grande parte dos tipos de relações estabelecidas dentro da família nikkei campo-grandense. O fácil reconhecimento dos variados tipos de casamentos se dá pela escolha de cores específicas para cada grupo de indivíduos. Na cor verde pode-se identificar todos os indivíduos de origem okinawana. Na cor preta estão todos os indivíduos de origem naichi e em vermelho identifico as pessoas não-nikkeis.

Na família de Emiko-san, por exemplo, uma senhora *naichi* imigrante de 88 anos, um de seus quatro filhos - três deles nascidos no Brasil, casou-se com

⁵⁴ Para muitos, a descoberta do *koseki* se dá no momento em que decidem ir ao Japão trabalhar como decasséguis. Essa questão é discutida no capítulo seguinte.

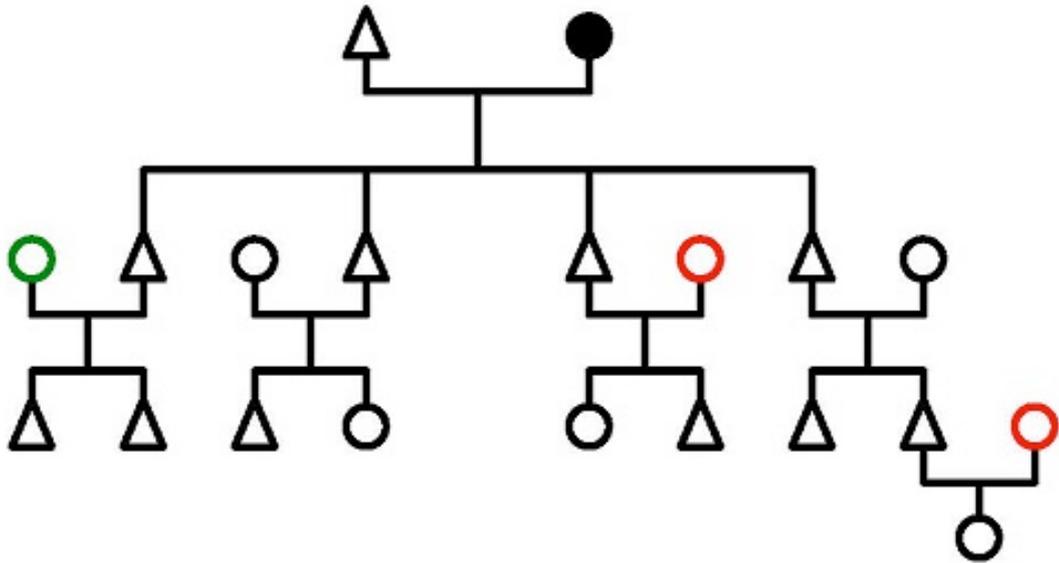
mulher não-nikkei e outro com mulher okinawana. De seus oito netos, apenas um é casado, e neste caso, também com uma não-nikkei.

Emiko-san chegou ao Brasil com seu marido e seu filho mais velho, que na época tinha apenas cinco anos. Nosso contato se deu através de uma conhecida em comum, Fernanda, *naichi*, mas casada com um okinawano. Fernanda que nasceu no interior do Estado de São Paulo afirma que só descobriu as diferenças entre os dois grupos de nikkeis quando se mudou para Campo Grande. Morando ao lado de Emiko-san, Fernanda conta que sempre ouvia da vizinha que “os *okinawanos não são japoneses*”.

Minha surpresa foi descobrir, através de sua genealogia, que seu filho primogênito, o *chonon*, havia se casado com uma mulher de origem okinawana. Mesmo após décadas de casamento, Emiko-san baixa os olhos e o tom de sua voz ao citar a nora. Nota-se que há um certo descontentamento com a escolha do filho. Ao pedir para que ela continuasse a falar de sua família, Emiko-san responde que vai buscar seu *koseki-tohon*, pois isso facilitaria o trabalho. Ela então, apenas traduz o documento que tem em mãos para a construção de sua genealogia. Após nomear seus avós⁵⁵, pais, filhos e netos, Emiko-san se mostra cansada e, em seguida, me pede para finalizar a conversa.

⁵⁵ Apesar de seus pais e avós serem listados em sua genealogia, como Emiko-san é imigrante, tendo chegado na vida adulta ao Brasil, optei por não incluí-los no gráfico por não trazerem as questões pertinentes à tese. Em sua família, nenhum casamento anterior ao seu foi realizado, por exemplo, com estrangeiros ou indivíduos originários de Okinawa.

Figura 08 – Genealogia de Emiko-san

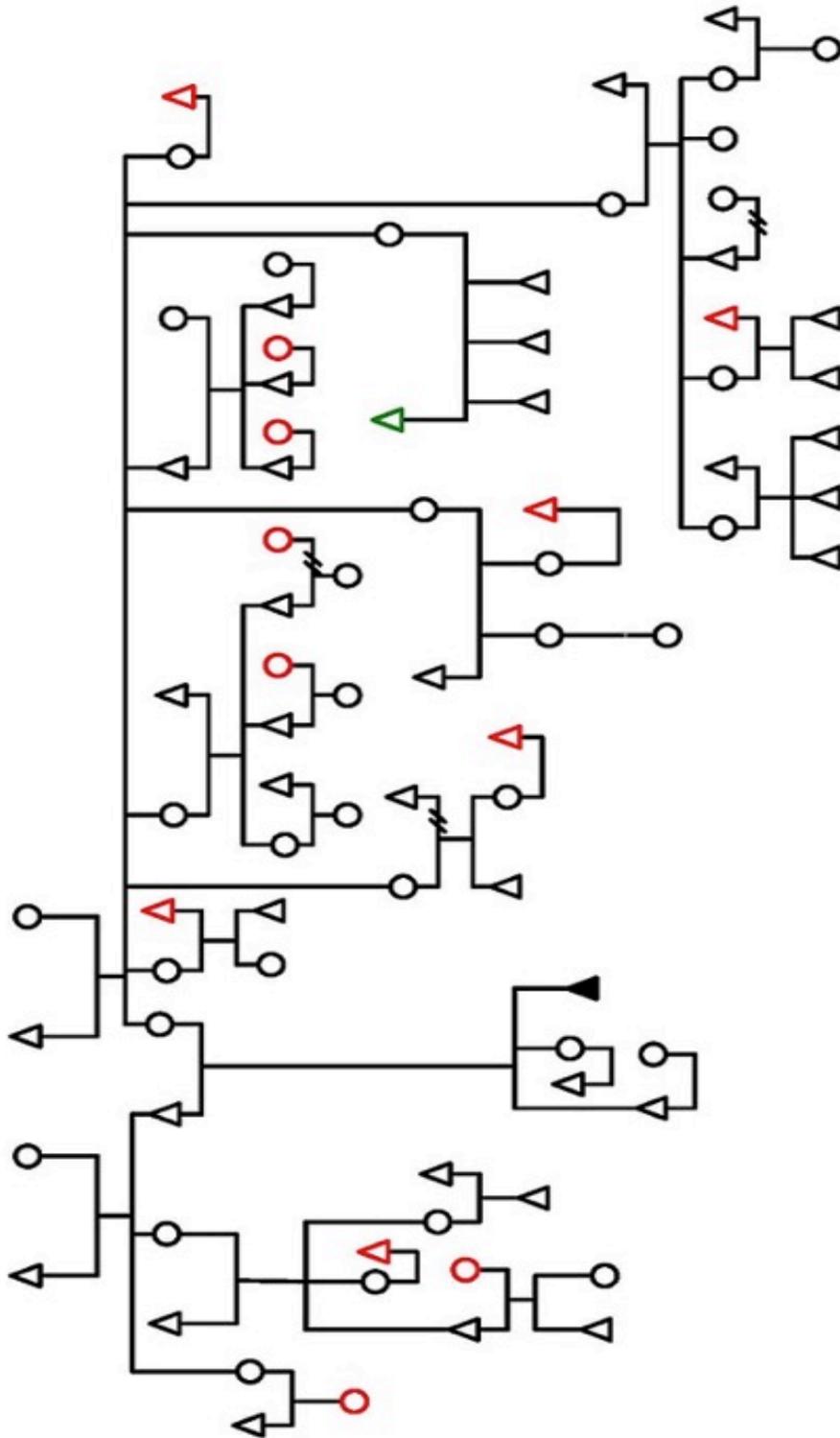


Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

Em outro caso, o jovem Cezar, de 29 anos namora há vários anos uma jovem descendente. Ele é de origem *naichi*, mas sua namorada de origem okinawana, fato este que o jovem afirmou somente ter constatado durante nossa conversa, ao falarmos sobre seu sobrenome. Seus dois irmãos são casados, ambos com jovens de origem *naichi*. Entre seus oito tios maternos, em dois casos há casamentos com pessoas sem qualquer origem nipônica e um caso de casamento com cônjuge de origem okinawana⁵⁶.

⁵⁶ Como não pude obter respostas sobre como seriam classificados os filhos deste tio *naichi* casado com esposa okinawana, optei por incluí-los na cor preta, porém, neste caso, faço a ressalva e que seria necessário investiga-los a fim de conhecer mais a fundo como estes indivíduos são vistos pela família e por si próprios.

Figura 09 – Genealogia de Cezar



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

Ao observar a geração de Cezar, entre seus vinte primos, os mais jovens - oito no total - relacionam-se com “brasileiros”. Cezar, talvez por sua idade, foi o único que não mencionou o *koseki* ao falar sobre sua família. Com ele a conversa rumou para longe da questão consanguínea ou biológica. Cezar falava em proximidade e relações de convivência. Não foram raros os casos em que ele afirmava saber que tinha alguns primos, podendo até mesmo relacioná-los como filhos de determinados tios, mas não conseguia se lembrar de seus nomes. “*Que vergonha*”, diz ele com um sorriso envergonhado ao se dar conta de que não poderia nomear determinadas pessoas.

Para ele, entretanto, cônjuges ou namorados de alguns de seus familiares são considerados como parentes pelo tipo de relação – amizade ou proximidade geográfica - estabelecida entre ambos. Segundo ele, o fato de morar perto de primos ou tios é importante para que exista uma proximidade mais afetiva. O jovem relembra os tempos em que a avó materna era viva, fazendo com que todos se encontrassem em sua casa aos finais de semana e em datas comemorativas.

“A questão da convivência mesmo, porque o que eu sei mais são os primos da minha idade, a gente conviveu mais tempo. É questão de convivência mesmo. Porque os outros são bem mais velhos. É importante o tempo de convívio”.

Cezar se referiu também a uma prima adotiva – sem origem “japonesa” -, que apesar de “chata”, é por ele considerada como um familiar da mesma forma que os outros. Ele também menciona uma prima transexual⁵⁷ que vive na Europa com o marido. Apesar de não terem um relacionamento próximo, percebo que o fato de considerar sua prima como alguém “diferente”, é motivo suficiente para incluí-la em sua genealogia. Essa prima também é citada na genealogia de uma tia paterna de Cezar, com quem conversei mais tarde. Ele sugere que eu a conheça, pois, ela

⁵⁷ Cezar fala de sua prima sempre no feminino, não parecendo existir dúvidas sobre sua condição de mulher.

poderia me dar mais informações. Seguimos para sua casa, distante apenas alguns metros e marcamos um dia para conversarmos.

No dia agendado segui para a casa de Dona Sara, que não pareceu muito confortável em me receber, mas aceita falar um pouco sobre sua família. Logo no início ela questiona quem deveria entrar em sua genealogia, visto que é ela a mãe da prima adotiva de Cezar. A jovem, que estava presente, veio imediatamente ao meu encontro, pois também queria explicações sobre sua condição de filha adotiva. Explico a ambas que Sara deveria incluir ou excluir quem preferisse, mas que eu gostaria de mais detalhes sobre o porquê de suas escolhas.

Sara afirma prontamente que seria óbvia a inclusão do nome de Camila em sua listagem. Demos início à construção de sua genealogia e, aos poucos, Sara vai tecendo seus comentários sobre alguns indivíduos. Ela cita alguns nomes, mas afirma que eles só seriam listados por estarem consanguineamente relacionados, mas que na realidade, não são considerados por ela como parentes, pois teriam agido de maneira errada com a família. Percebo ao final de nossa conversa, que Sara inclui a filha transexual de seu irmão, mas sem tecer nenhum comentário sobre sua orientação sexual ou sobre o fato de viver fora do Brasil. Evangélica, frequentadora de uma igreja fundada por nikkeis, Sara falava sempre o comportamento “errado” de determinados indivíduos que compunham sua rede de parentesco.

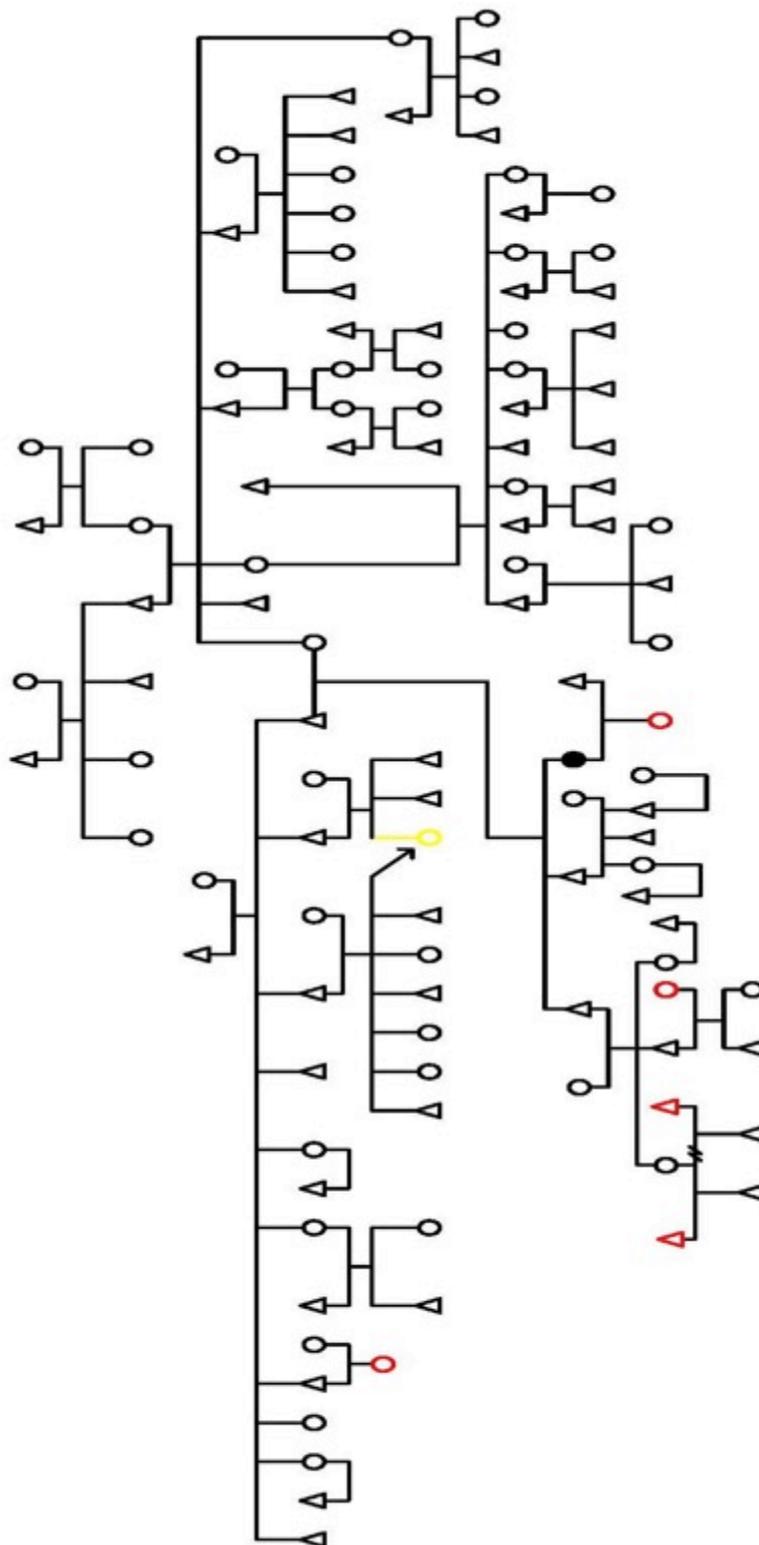
Suas críticas estavam quase sempre relacionadas à falta de participação afetiva com relação a outros familiares ou, ao que ela chama de “destrambelamento familiar”. Vários membros de sua família teriam se divorciado e casado diversas vezes, tendo filhos em diversos relacionamentos. Outros dirigiram-se ao Japão como decasséguis deixando filhos e esposas no Brasil.

De acordo com Sara, essa separação geográfica, culminaria em uma separação emocional e afetiva dos que aqui permanecem e resulta na criação de novas famílias durante a estadia no Japão, causando, portanto, tal “destrambelamento”⁵⁸. Apesar de declarar a existência de diversos divórcios e novos casamentos, Sara inclui em sua genealogia apenas a separação de um

⁵⁸ Partir ao Japão quase nunca é visto com bons olhos para a população nikkei de Campo Grande, sendo motivo de diversas críticas. O assunto será abordado mais profundamente no capítulo seguinte.

indivíduo. Outro dado importante em sua família é a existência da doação de uma filha de um de seus tios para um de seus irmãos (em amarelo).

Figura 10 – Genealogia de Sara



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

Ao continuar a conversa, questiono-a sobre relacionamentos com descendentes de okinawanos. Sara logo esclarece que em sua família, esse tipo de união nunca aconteceu, como podemos notar em sua genealogia, sendo todos de origem unicamente japonesa. Relacionamentos com não-descendentes, entretanto, são comuns. Dentre seus seis sobrinhos, três casaram-se (um mais de uma vez) com cônjuges não-nikkeis.

Sara descreve também, por iniciativa própria, a genealogia de seu marido⁵⁹, que é de uma família nikkei do Estado de São Paulo. Entre todos os indivíduos listados até a geração dos avós de seu esposo, nenhum casamento foi realizado com okinawanos e apenas um com um não-descendente, o que demonstra uma diferença com relação ao caso campo-grandense, em que há grande número de casos de uniões com não-descendentes de nikkeis.

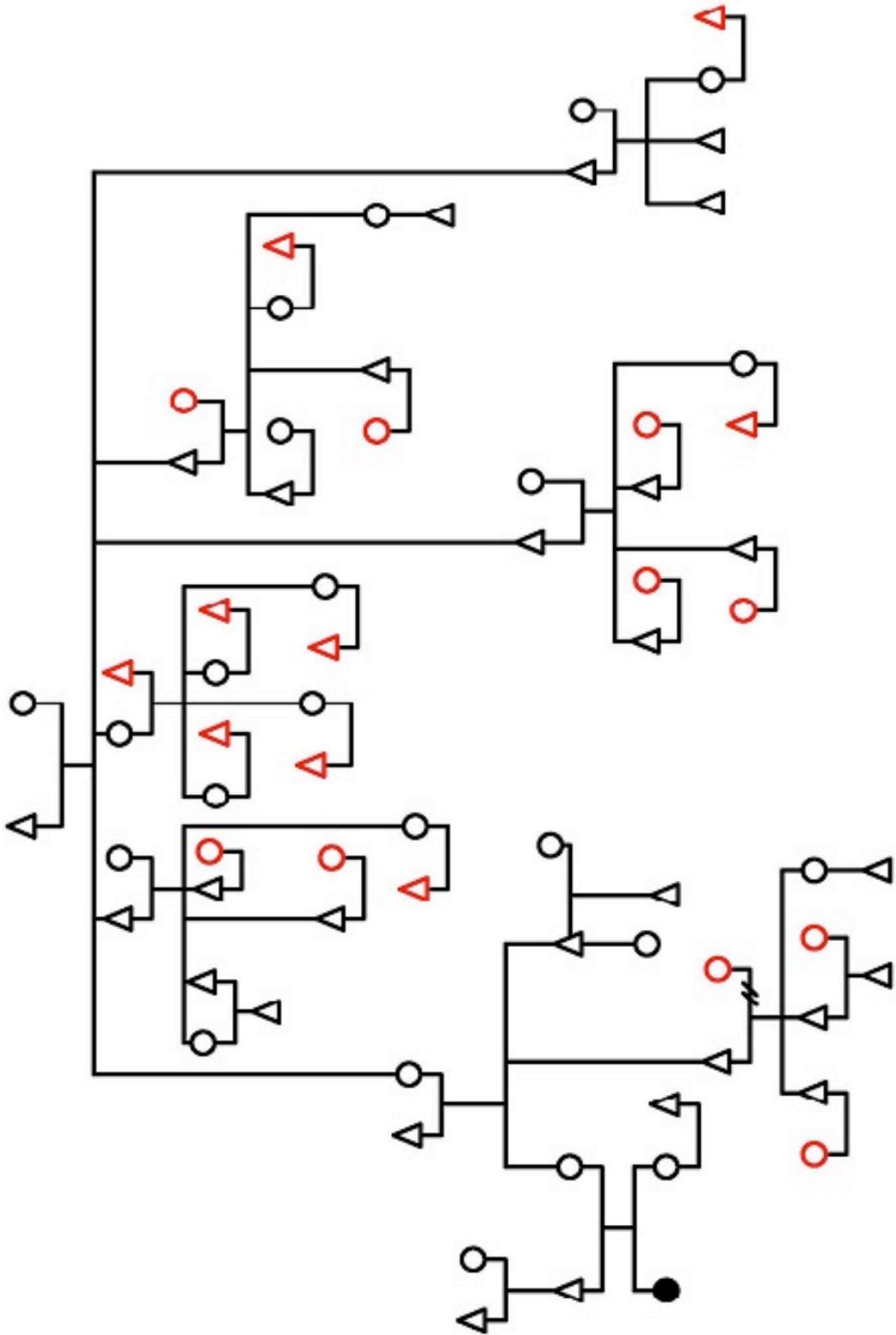
Na família de Priscila⁶⁰, uma jovem estudante de 27 anos de idade e que viveu parte de sua adolescência no Japão, a situação é diferente. Quando traçamos sua genealogia, foi possível notar imediatamente que quase cem por cento de seus tios e primos constituíram novas famílias com não-descendentes. Entre os que relacionam-se com nikkeis, não há nenhuma união afetiva com descendentes de okinawanos.

Apesar da grande quantidade de namoros e casamentos com os chamados *gaijin*, a situação para Priscila parece ser um pouco mais complicada. Seus pais, ambos *naichi*, não teriam aprovado seu namoro com um jovem sem ascendência nikkei, o que teria causado alguns conflitos e culminado no término do relacionamento. Sua única irmã, hoje com aproximadamente 30 anos de idade e casada há mais de cinco anos com um “*naichi*”, ao contrário, nunca teve problemas ao apresentá-lo aos pais.

⁵⁹ Optei por separar a genealogia de seu marido, que encontra-se nos anexos, devido à falta de espaço.

⁶⁰ A genealogia de Priscila foi construída somente com os dados referentes a seus parentes pelo lado materno, mas não intencionalmente. Apesar de termos nos encontrado mais de uma vez, o espaço de tempo nunca era suficiente para completarmos os dados como ela gostaria, pois sempre nos víamos em horários entre seus compromissos. Além de passar boa parte do dia na universidade, Priscila trabalha com os pais no restaurante da família. Apesar de não ser possível visualizar sua genealogia por completo, sabe-se que do lado paterno, existem uniões com não-nikkeis e que não há casamentos com indivíduos de origem okinawana.

Figura 11 – Genealogia de Priscila



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

Segundo Raquel, outra jovem de origem japonesa de 29 anos de idade, criada pela avó paterna por ter perdido sua mãe, que era imigrante *naichi*, ainda na infância (Raquel tinha apenas cinco anos quando sua mãe veio a falecer), teve seu casamento com um rapaz de origem okinawana aprovado por sua *obachan*, pois ao menos ela daria continuidade à uma família “nikkei”, já que todos os seus tios e primos estavam em relacionamentos com pessoas sem ascendência nikkei.

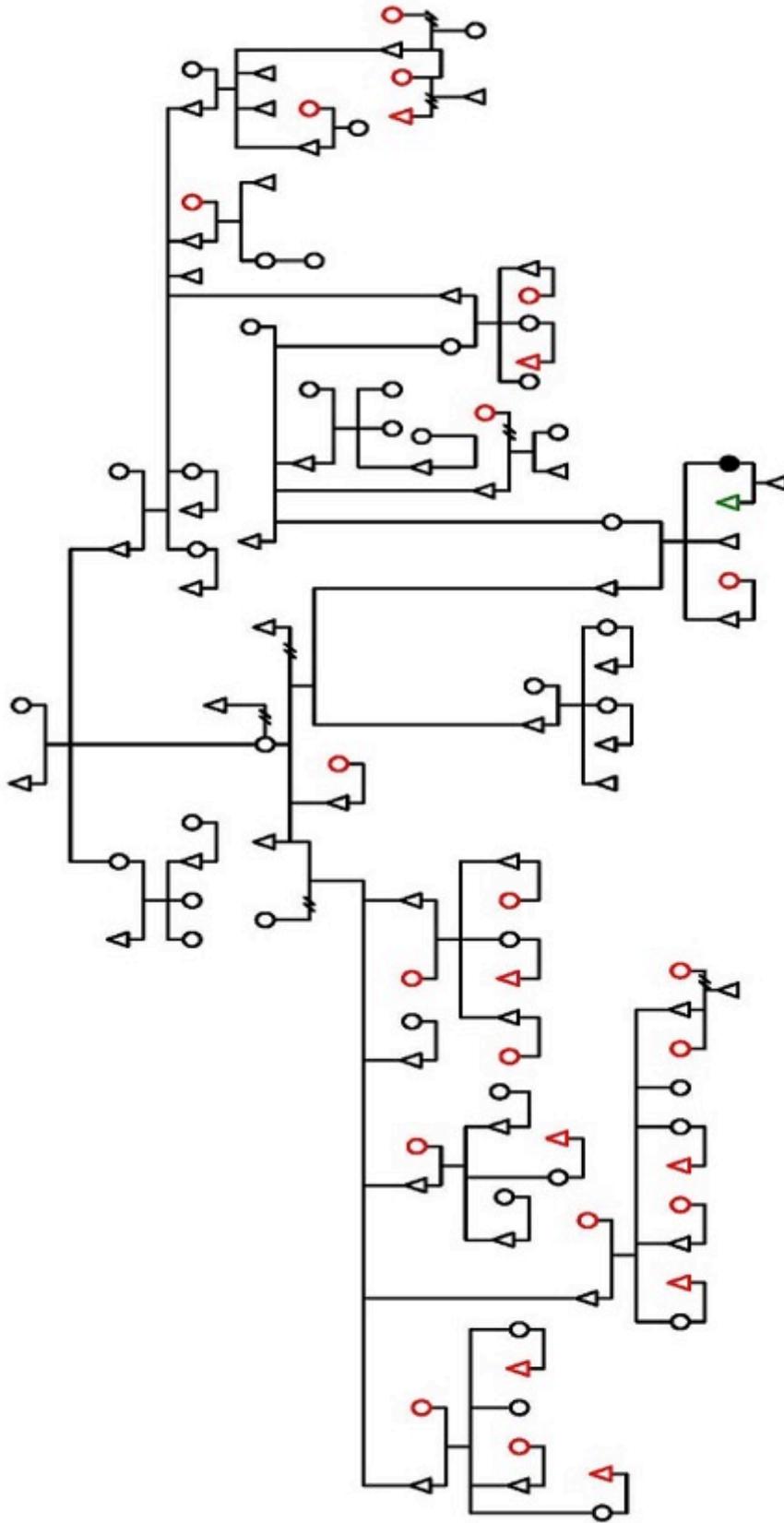
A avó de seu marido, entretanto, “implicou”⁶¹ um pouco quando uma de suas filhas – sogra de Raquel - se casou com um *naichi*, mas que posteriormente teria aceitado o matrimônio. E assim também foi quando ela e João decidiram se casar. Raquel apesar de *naichi*, era uma nikkei, enquanto todo o restante da família casava-se com não-descendentes.

O caso de Raquel é bastante interessante. Sua avó foi casada três vezes⁶². Após um primeiro casamento “relâmpago”, e já casada pela segunda vez no Brasil e com dois filhos homens, sua *obachan* ficou viúva devido ao suicídio de seu marido. De acordo com Raquel, entre os japoneses seria comum juntar pessoas que passaram pela mesma situação, então lhe apresentaram um senhor que também havia perdido a esposa da mesma forma.

⁶¹Termo utilizado por Raquel.

⁶²O primeiro casamento de sua avó teria sido desfeito pouco tempo após a união ser realizada. Com a separação, entretanto, outro casamento precisou ser diluído. Sua prima havia se casado com um primo deste primeiro cônjuge, o que acarretou problemas. Ao se separar, sua prima foi obrigada a também desfazer o casamento.

Figura 12 – Genealogia de Raquel



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

Ele também já possuía dois filhos. Acabaram se casando e tiveram mais um filho em comum. Ela diz que sua avó tentava não fazer diferenciações, que todos os cinco filhos eram do casal, criados como irmãos, mas como possuíam sobrenomes diferentes, apesar de afirmarem serem iguais, quando o pai faleceu, os filhos do terceiro marido tentaram evitar que os outros recebessem sua parte na herança, dizendo “vocês não têm o mesmo sobrenome”.

Ela era neta resultado do segundo matrimônio, mas cresceu acreditando que seu avô era o terceiro marido de sua avó. Somente na adolescência Raquel descobriu tal fato, ao perceber que os sobrenomes não eram os mesmos de outros parentes que ela sempre acreditou serem consanguíneos.

“Na verdade eu descobri que minha avó casou três vezes. Olha que mulher sem vergonha. Mas ela nunca contou. O primeiro marido dela ninguém sabe quem é, o nome, de onde veio, pra onde foi. Sabe aquele casamento relâmpago? Desfez, separou. Naquela época não faziam isso nem a pau, principalmente entre os japoneses [nikkeis]. Aí tinha aquela tradição, a irmã casava com um parente deles, aí parece que na época, como ela desfez o casamento, não sei se prima dela, teve que desfazer o casamento também. É um rolo danado. E a gente descobriu só no aniversário dela de 90 anos. A irmã dela veio e contou isso, aí meus tios falaram: mas a *obachan* é sem vergonha hein (em tom de risos)”.

Diferentemente do caso de Sara, apesar dos três casamentos de sua avó e de como isso modificou as formas como foram realizadas as relações entre tios, irmãos e primos, Raquel não vê sua família como “destrambelhada”. Mesmo tendo descoberto tardiamente que seu avô não era quem ela imaginava e que grande parte de seus primos não eram consanguíneos, Raquel vê todos como parentes, mesmo que em determinados momentos, dependendo do contexto, alguns sejam mais parentes do que outros, afinal, até a adolescência ela sequer imaginava que existiam algumas diferenças entre eles.

Outro fato interessante em sua genealogia, é o casamento da irmã de sua mãe com um tio de seu pai, o que também não parece lhe causar estranheza. Apesar de não ser muito crítica com relação à sua família, Raquel não deixa de

salientar que entre eles, também há alguns problemas. Um de seus tios maternos é, segundo ela, o “estragado da família”. Casado com uma mulher não-nikkei, com quem teve dois filhos, decidiu trabalhar no Japão como decasségui. Chegando lá, abandonou definitivamente a família e nunca mais retornou ao Brasil. Além dele, outros primos são citados por terem, de certa maneira, fugido dos padrões:

A minha tia (paterna), sabe aquela mulher extremamente tradicional? Era aquela mulher que sonhava que um dia todos os filhos iam casar com descendente, ia ter os filhos, sabe aquela coisa assim? Aí, o que aconteceu, o mais velho casou com uma brasileira que eu acho que era ex-garota de programa, teve uma filha com ela e tudo mais, aí o Tarcísio casou com essa filipina, depois casou com uma mestiça e ela já tinha um filho, aí também não ficou feliz. E o Francisco estava noivo de uma moça que era brasileira, uma moça comum, normal, então o sonho dela foi por água abaixo.

Apesar da grande quantidade de membros, Raquel ressalta que em sua família não existem muitas diferenças no que se refere às gerações. Segundo ela, não há parentes de segundo ou terceiro grau, já que todos se conhecem e se comunicam constantemente:

Tudo é próximo pra eles. Esse pessoal velho, mesmo que tenha um batizado na “puta que pariu”, eles vão.

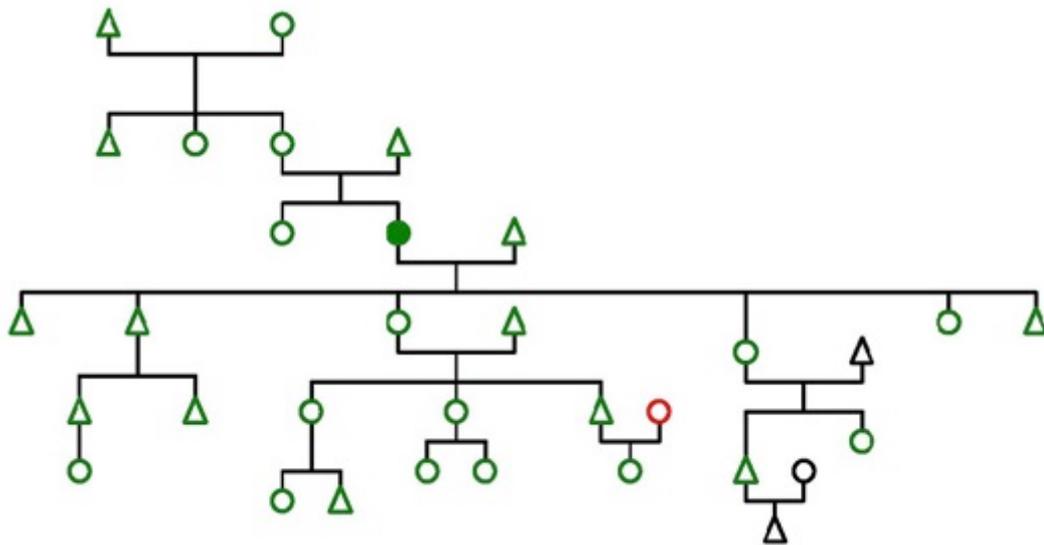
Para ilustrar a situação, Raquel relembra que em seu casamento compareceram como convidados aproximadamente 400 pessoas, quase todos membros de sua família, já que seria inadequado deixar de convidar alguém, pois todos ficariam sabendo. Ela se mostra emocionada ao lembrar que um de seus tios, irmão de sua mãe, lhe enviou como presente um álbum de fotos da família, com imagens desde os tempos do Japão até os primeiros anos depois da chegada no Brasil.

A partir das genealogias colhidas durante a pesquisa de campo, pode-se notar que são raros os casamentos e a construção de novas famílias entre os dois grupos de nikkeis na cidade de Campo Grande, quando isto ocorre, entretanto, há sempre a tendência clara em identificar os filhos destes relacionamentos

enquanto *naichi* ou okinawanos. Em nenhum dos casos pesquisados houve dúvidas por parte dos pais entrevistados com relação à escolha das cores a serem utilizadas para designar seus filhos, sendo a resposta sempre imediata (verde para okinawanos e preto para *naichi*).

No caso do marido de Raquel, por exemplo, apesar de seu pai ser *naichi*, João é considerado por todos como okinawano. Já o filho do casal, recém-nascido, é visto por Raquel como *naichi*. Na genealogia abaixo (Figura 06), colhida através de entrevista com a avó de João, a partir da geração de seus netos, somente foram incluídos os cônjuges casados no civil. Entre todos os cônjuges, casados oficialmente ou não, apenas Raquel é *nikkei*. Os bisnetos aparecem como pequenos *uchinanchu*, apesar de serem filhos de não-descendentes.

Figura 13 – Genealogia da avó de João



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

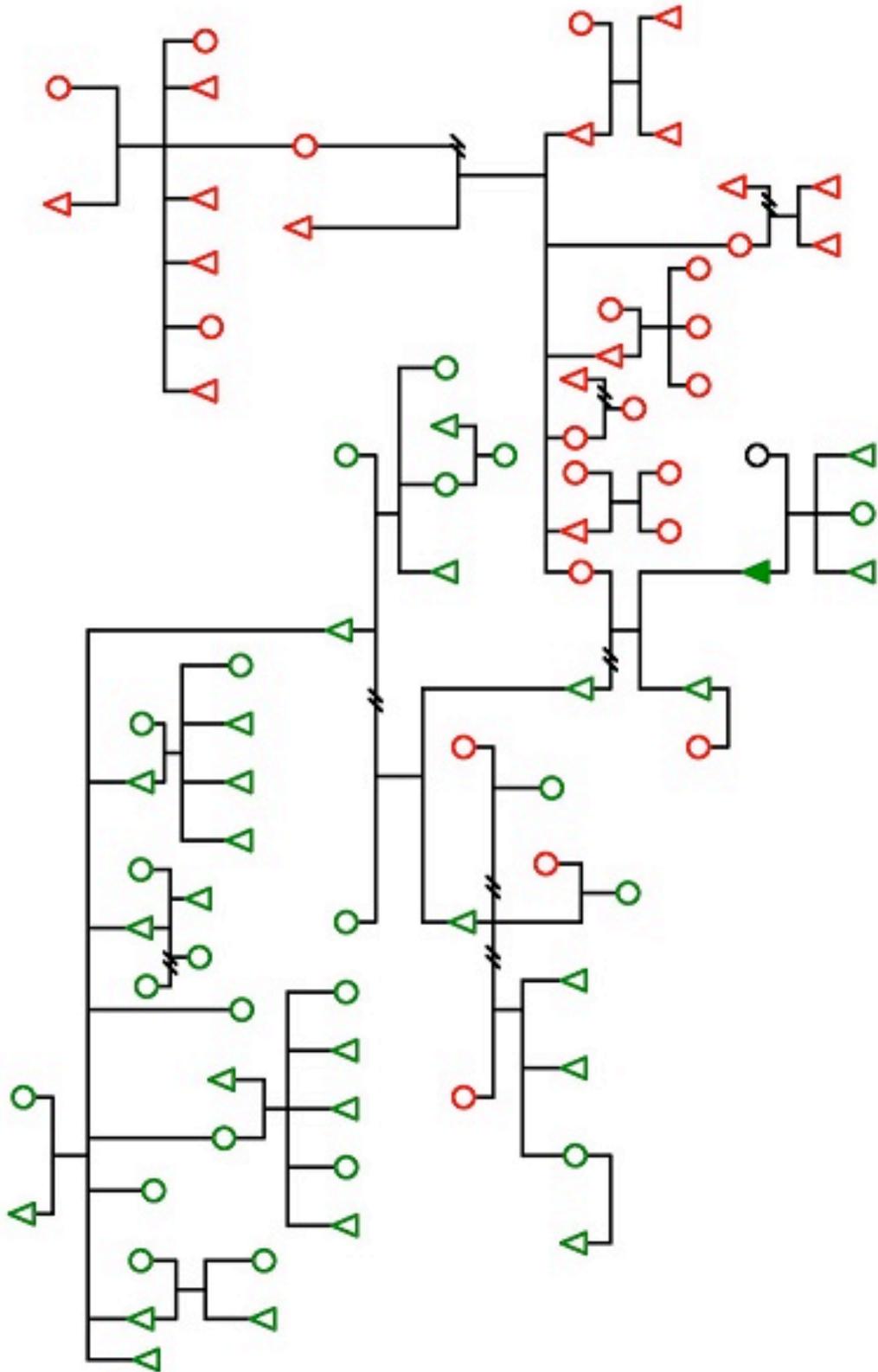
Em outro caso, na genealogia de José, seus filhos, apesar de terem nascido no Japão e de terem como mãe uma japonesa “de verdade”⁶³, são por ele classificados como okinawanos. A descendência nestes casos, é dada por apenas

⁶³ A população *nikkei* utiliza o termo “de verdade” para se referirem aos japoneses do e no Japão.

um dos genitores e não por ambos. Nestes dois últimos casos apresentados, um outro detalhe que chama a atenção é o sobrenome. João, marido de Raquel, apesar de utilizar o sobrenome de seu pai, de origem *naichi*, é visto como um indivíduo okinawano, membro de uma família *uchinanchu*, morando todos um ao lado dos outros (são todos vizinhos), ao redor de sua avó materna.

Raquel, entretanto, não adotou o sobrenome do marido. Seu filho, fugindo ao padrão de nomeação nikkei, em que apenas o sobrenome paterno é passado adiante, possui tanto o sobrenome do pai, quanto da mãe. Já no caso de José, apesar dele ter sido incluído no *koseki-tohon* de sua esposa no Japão, foi sua esposa Aiko quem recebeu seu sobrenome, passado também para seus filhos, que são, segundo ele, okinawanos.

Figura 14 – Genealogia de José



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

Esta identificação enquanto indivíduos okinawanos ou *naichi* pode ser contextual, especialmente quando se trata de crianças. Nos dois casos encontrados não pude questionar os filhos e ouvir suas próprias respostas, visto que no caso de Raquel, seu filho é recém-nascido e no caso de José, eles sequer falam português. As respostas por mim obtidas, portanto, refletem a forma como cada um dos pais se auto-identifica, ou como foi o caso do neto de Emiko-san, que apesar de adulto, não esteve presente em nosso encontro, não sendo possível, portanto, questioná-lo sobre o assunto.

Ela, enquanto *naichi*, insere seus netos dentro do grupo nikkei não-okinawano. Provavelmente, se a pergunta fosse direcionada para seus cônjuges ou outros membros das famílias, pertencentes ao grupo nikkei oposto, as respostas seriam outras. No caso do filho de Raquel, seu marido possivelmente diria que o recém-nascido é um pequeno okinawano, bem como Aiko, se falasse português, me diria que seus filhos são jovens japoneses.

Retomando o caso de João, esposo de Raquel, vemos que uma identificação de si mesmo enquanto pertencente a determinado grupo nikkei se deve ao fato de que, além de carregar o sobrenome de seu pai, possuir também uma família mais fechada, em que membros entram, mas não saem. Os indivíduos que vieram de fora são, portanto, englobados ao grupo familiar. Todos estão muito próximos uns dos outros, inclusive no que tange à questão da espacialidade, visto que moram todos próximos e mantêm relações diárias até mesmo no que se refere ao trabalho, já que a família possui um comércio na própria residência da avó.

Vemos que a questão do sobrenome volta como um importante elemento. Em todos os casos encontrados durante a pesquisa de campo, em que há famílias compostas pela união dos dois grupos nikkeis, ser okinawano ou *naichi* parece estar relacionado tanto à existência da noção de patrilinearidade, quanto à questão da coabitação, que de certa maneira, estão relacionadas entre si. Em todas estas famílias mistas, a esposa que veio de fora passa a fazer parte do grupo familiar do marido, reproduzindo-se desta forma, a lógica do *ie* operando entre os nikkei na cidade de Campo Grande.

Tais informações nos levam novamente à questão da heterogeneidade nikkei. Apesar de existirem, estas famílias mistas compostas por indivíduos pertencentes aos dois grupos nikkei estudados são minoria na cidade, como pode-

se observar ao analisarmos não somente os nomes e sobrenomes dos cônjuges no capítulo anterior, mas também os nomes e sobrenomes de seus pais, presentes nos registros de casamento civil. Entretanto, o que nos indica haver ainda uma oposição entre estes dois grupos, apesar dos casamentos realizados, é a noção de pertencimento a determinado grupo nikkei específico. Filhos de casamentos mistos não são simples “japoneses”, mas sim, okinawanos ou *naichi*, não existindo nestes casos, uma terceira categoria possível, diferentemente do que ocorre quando há casamentos de nikkei com não-nikkei. Nestes casos, os filhos destes casais são identificados como mestiços⁶⁴, ou seja, uma terceira categoria de pertencimento é possível.

Vemos nas genealogias que os filhos mestiços são identificados como “japoneses” (tanto em famílias okinawanas quanto os não-okinawanas), mas seu duplo pertencimento é sempre ativado e está presente nas falas de meus interlocutores, o que não ocorre no contexto das famílias mistas nikkei, não existindo mestiços de okinawanos e *naichi*. Vemos que esse pertencimento a apenas um dos grupos nikkei é produzido dentro e fora da família, pois em todos os casos a que tive acesso e com quem pude realizar as entrevistas, me foram apresentados por outros informantes como okinawanos ou *naichi* e a descoberta sobre a dupla origem só se deu após a realização das genealogias ou através de comentários em conversas informais.

Vemos que como método de pesquisa, a construção de genealogias contribuiu para a realização de uma comparação entre os dados recolhidos nas certidões de casamentos no cartório de Campo Grande, tornando-se possível concluir que entre os nikkeis da cidade, cada vez menos novas famílias são formadas entre estes nikkeis. Na genealogia de Margarida, vemos mais uma vez a realização de diversos casamentos com cônjuges não-nikkeis e nenhum casamento com indivíduos de origem okinawana:

⁶⁴ Categoria nativa.

Além de confirmar o fato de que é mais fácil se casar com um “*gaijin*” do que se casar com alguém pertencente a outro grupo nikkei, as genealogias forneceram maiores dados concernentes à produção das relações de parentesco de meus entrevistados, ao listarem todos aqueles que seriam ou não considerados por eles parentes. Margarida, por exemplo, teve dúvidas ao nomear aqueles que eram por ela considerados como parentes. A princípio, não estava muito certa sobre cunhados e cunhadas, mas ao final optou por inclui-los em sua genealogia, porém, somente os “casados mesmo”, excluindo aqueles que vivem juntos, mas sem ter feito o casamento civil.

As árvores genealógicas funcionaram, então, como instrumento para compreender como seria realizada a construção de parentesco entre o grupo nikkei na cidade, através de suas histórias ao pensarem sobre cada indivíduo que comporia suas famílias ou relacionalidades.

Janet Carsten (2000, p. 02) propõe o uso do conceito de “relacionalidade” ou “conectividade”, utilizando as críticas aos estudos de parentesco iniciadas por Schneider (1968), ao demonstrar que a biologia já não constitui as bases imutáveis para as relações de parentesco.

De acordo com Machado (2012, p. 76), Carsten:

Destaca a noção de “relacionalidades” para dar conta de universos de prática e significação similares aos que na nossa sociedade chamamos de parentesco. A avenida aberta por estes trabalhos levou a uma mão dupla inesperada: encontramos em sociedades ocidentais universos de relacionalidades que acabam por expandir a nossa própria noção de parentesco. É assim que a autora lida com o caso de filhos adotados e suas relações com as famílias consanguíneas, por exemplo (MACHADO, 2012, p. 76).

Segundo Vieira (2004, p. 09), em toda parte as pessoas estabelecem laços que incluem uma dimensão social, afetiva e material, distinguindo aqueles com os quais mantém essa relação complexa e especial dentre todos os demais, reconhecendo-os como parentes. No entanto, embora frequentemente a ligação entre os parentes possa ser expressa em termos de genealogia comum, essa não é

necessariamente a única forma de fixar a conexão entre eles e nem é sempre a justificativa principal que lançam para explicar o tipo de relação existente que os une. As evidências postas pelos estudos etnográficos revelaram que a simples ligação biológica não é o alicerce imutável das relações de parentesco. O parentesco é algo vivo, flexível, manipulável, criado e recriado.

Igor Machado (2012, p. 24) demonstra a importância dos trabalhos de David Schneider para os estudos de parentesco⁶⁵. Ao analisar famílias norte-americanas, Schneider (1968) discute sobre a importância do sangue e da biologia na constituição familiar e conclui que nesse grupo, o sistema de parentesco é baseado na ciência:

A relação consanguínea não pode ser perdida. É culturalmente definida como sendo um fato objetivo da natureza, de significação fundamental e capaz de produzir efeitos profundos. (...) dois parentes de sangue são relacionados pelo fato de que eles compartilham em algum grau o material de uma hereditariedade particular. (...) o parentesco consiste na posse comum desse material. (MACHADO. 2012, p. 23).

No caso americano, Schneider diferencia parentes de sangue, dos parentes “relacionados” pela lei (*in-laws*). Nesse rol de membros familiares encontram-se pessoas relacionadas “pela virtude de suas relações, não por seus atributos genéticos” (SCHNEIDER, 1968, p. 27).

No contexto nikkei de Campo Grande podemos notar as diferentes formas de elaboração de diversos parentescos, seja pela via do sangue, seja pelo sobrenome ou mesmo, pela presença de fortes laços afetivos, em que os indivíduos utilizam a linguagem do parentesco para definir suas relações.

Vemos que esses parentescos não são estáticos e nem podem ser enquadrados em modelos. A categoria “meio-parente”, por exemplo, amplamente utilizada por esta população, nos demonstra que, talvez, o intuito seja mesmo o de

⁶⁵ Ou não-parentesco? Schneider era grande crítico dos estudos de parentesco. De acordo com Machado (2012, p. 76), Schneider considerava as pesquisas realizadas até então como “etnocêntricas e baseadas em noções ocidentais de consanguinidade, talvez impossíveis de serem transpostas para outras sociedades”.

buscar, não uma solidez nas relações, mas a possibilidade de serem criadas – e ao mesmo tempo des(criadas) – ligações entre os indivíduos de acordo com o contexto em que se encontram – ou se (des)encontram.

No caso de Raquel, podemos ver que na construção de seu parentesco existe certa dinâmica quando se trata de relacionar ou não determinadas pessoas enquanto parentes. Neste parentesco existe uma dinâmica, havendo a todo momento um movimento que permite que relações sejam acionadas ou desconectadas de acordo com cada situação vivida. Aqui, para cada vínculo, é acionado um elemento diferente na construção de seu parentesco:

“De afetividade a nossa referência sempre foram os K⁶⁶, convivemos a vida inteira. Meu avô é o K, porque eu nem conheci o outro, até os 13 anos nem sabia dele. Eu vivia com ele. (Mas) Eu tenho mais proximidade com as minhas primas N, relação de amizade sempre foi com elas a vida inteira”.

Como foi comum durante todo o período de pesquisa de campo, ao conversarmos sobre sua família, Raquel lembra que ao menos quatro pessoas estão nesse momento no Japão, trabalhando como decasségus. Entre estes, apenas uma de suas primas vive com o marido e a filha no Japão. João, um de seus primos casou pela primeira vez no Japão com uma filipina, com quem teve uma filha que não vê. Posteriormente casou novamente com uma nikkei, com quem teve outro filho. Sua esposa, que já era mãe, atualmente vive no Brasil com as crianças, enquanto ele continua seu trabalho como decasségui.

Hideki, o “estragado da família”⁶⁷, vivia também entre Brasil e Japão. Sua esposa e filhos o acompanhavam algumas vezes. Entretanto, no último retorno ao Brasil de sua família, Hideki decidiu “abandoná-los”⁶⁸, regressando ao Japão sozinho e nunca mais retornando.

⁶⁶ Ao contrário do que ocorre com os nomes, em que optei por usar pseudônimos, no caso de sobrenomes, prefiro a utilização de letras ou siglas.

⁶⁷ Palavras da própria informante.

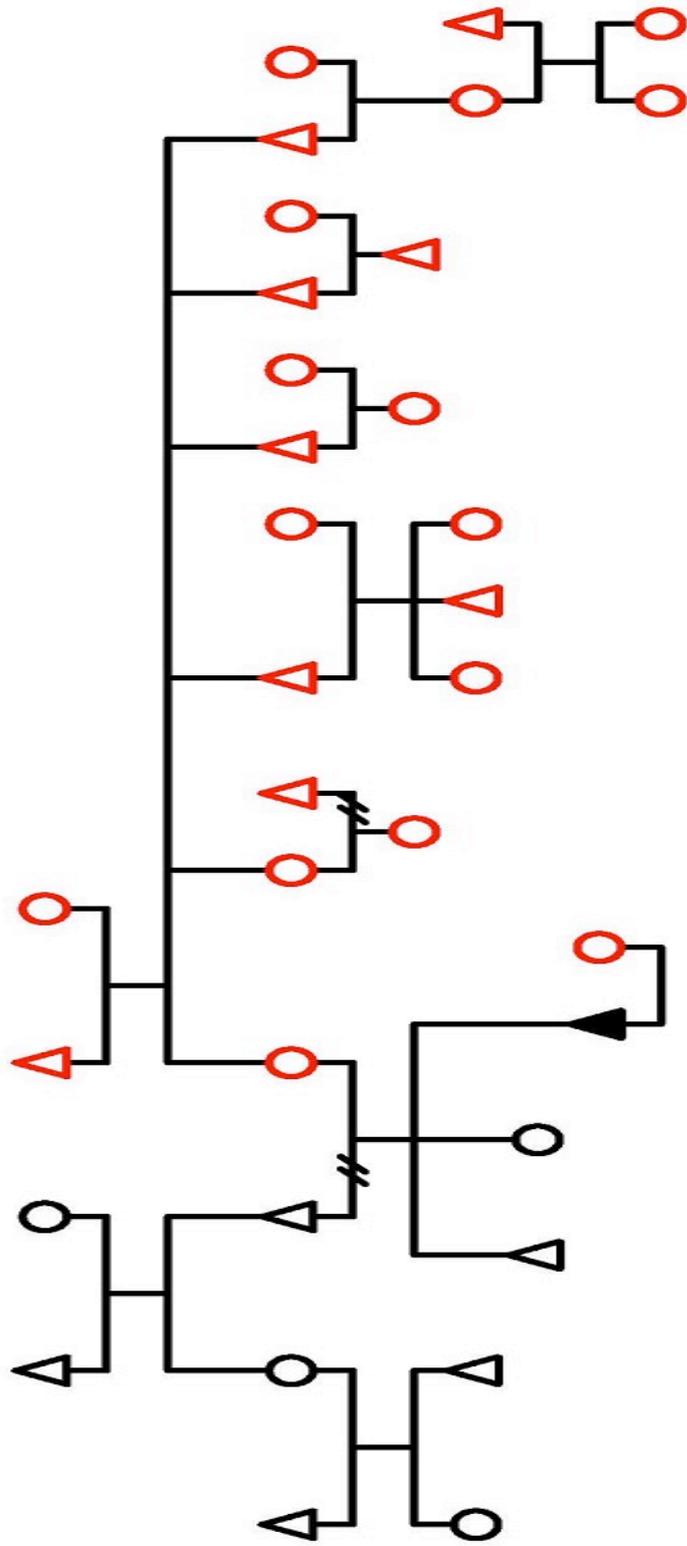
⁶⁸ Palavras de Raquel.

Vistos como “destrambelhados” ou “estragados”, os nikkeis que migram ao Japão para trabalhar como decasséguis produzem um reordenamento familiar, seja entre seus cônjuges e filhos que ficam no Brasil, seja construindo novas famílias na Terra do Sol Nascente.

Para Paulo, por exemplo, um jovem nissei de origem *naichi* de 28 anos, outros elementos, excluindo-se o sangue, são acionados para construir suas relações de parentesco. Ao conversarmos o jovem esclarece que somente pessoas próximas são por ele consideradas “parentes”. Durante nossa conversa, apesar de ter mencionado a existência de diversas irmãs e sobrinhos de seu pai, Paulo não os insere em sua genealogia, pois, segundo ele, não existe nenhum elo que os una enquanto familiares. Para Paulo a consanguinidade não é o motor dessas relações, sendo a proximidade e o convívio os reais elos entre seus “familiares”.

Tal reordenamento, resultado tanto da distância geográfica ou afetiva, quando das separações de fato – como ocorre nos casos de divórcio ou abandono – leva a população nikkei em Campo Grande a reformular os papéis de cada indivíduo dentro da família, bem como a produzir novos laços de parentesco entre os “abandonados”.

Figura 16 – Genealogia de Paulo



Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

4.2. ALÉM DA GENEALOGIA - CROCHETANDO LAÇOS DE PARENTESCO

Foi possível notar que determinados laços ou sentimentos entre certos indivíduos podem ser exteriorizados para os termos de parentesco, extrapolando o sentido da “amizade”. Em uma de nossas conversas, Paulo diz para irmos até a casa de seu primo para ver se tinha alguém. Conhecendo sua “genealogia”, sabia que Paulo não possuía primos nikkeis consanguíneos na cidade. Perguntei então, que primo era esse. Ele então me respondeu de forma muito simples, “meu primo”.

Esse era o primo que Paulo adquiriu na infância. Bruno e Joaquim (irmãos) eram amigos de infância de Paulo. De origem japonesa, seus pais haviam se dirigido ao Japão quando os dois eram ainda muito pequenos. Ficaram aos cuidados de avós, mas logo se aproximaram da família de Paulo e começaram a frequentar constantemente sua casa. Isso ocorreu há cerca de 20 anos.

Ainda hoje, esses jovens mantêm seus laços familiares a partir da afinidade, demonstrando o quanto o sangue, no caso *naichi*, é substância fraca na criação de parentes, sendo as relações construídas ao longo da vida, consideradas por meus interlocutores como um elemento mais importante do que a consanguinidade no que se refere aos parentescos que (re)elaboram constantemente.

Como discutido por Schneider (1968), Sahlins (2013), Carsten (1995, 1997, 2004), Machado (2011, 2013, 2014), entre outros, o parentesco está longe de ser definido pelos laços de sangue ou da biologia. Diversas etnografias e reflexões demonstram cada vez mais o quanto o parentesco pode ser baseado em diferentes elementos além do sangue, como a comida, o espaço compartilhado da casa ou até mesmo, como no contexto nikkei-*naichi* de Campo Grande, nas relações afetivas e

de certa cumplicidade estabelecidas entre os indivíduos. Neste sentido, o que se compartilha entre os nikkei da cidade são valores, emoções e sentimentos que criam fortes vínculos de afeto entre eles.

Especialmente entre os jovens, vemos que possuir ou compartilhar a substância do sangue, é encarado como elemento secundário quando pensam sobre quais indivíduos são considerados como familiares. A família é, portanto, composta por aqueles com quem se mantêm determinadas relações e vínculos compreendidos como “laços fortes” e mais duráveis do que a consanguinidade.

Essa conclusão foi possível através da construção das genealogias que, para esta população nikkei, referia-se imediatamente ao *koseki-tohon*, que está relacionado à transmissão do sobrenome, sendo mantida uma certa lógica de *ie* entre os descendentes em Campo Grande. Entretanto, ao contrapor as genealogias às entrevistas, vemos em alguns casos, que até mesmo o elo criado pelo sobrenome é ultrapassado, em todos os casos observados, já que meus informantes, ao possuírem a opção de excluir parentes o fazem sem maiores problemas ou incômodos. Em todas as entrevistas por mim realizadas, diversos indivíduos foram excluídos por meus interlocutores, apesar da existência da relação de consanguinidade entre eles. Relação de sangue que, para estes nikkei, especialmente de origem “*naichi*”, não é suficiente ou forte o bastante para a consolidação da noção de família. O parentesco, nestes casos, precisa ser estimulado e ativado constantemente ou acaba perdendo potência e, conseqüentemente, é anulado. O sangue se mostra, desse modo, um elemento secundário nestas relações que baseiam-se primordialmente no convívio e na afinidade entre os indivíduos.

Se pensarmos nas diferenças existentes na construção dos parentescos entre indivíduos de origem *naichi* e de origem okinawana, a história de José, citada no capítulo anterior, causa uma grande confusão, visto que, de origem okinawana, por vezes demonstra o quanto a consanguinidade é um elemento frágil na construção dos laços familiares, referindo-se sempre ao *koseki* e ao sobrenome ao mesmo tempo que em reafirma a importância do sangue.

Apesar de contraditório, é preciso lembrar que José, apesar da origem *uchinanchu*, vive desde a adolescência na região de Tóquio, é casado com uma japonesa “de verdade” e ainda não é bem aceito pela família de Aiko, sua esposa.

Os pais Aiko só começaram a aceitá-lo depois da primeira gravidez e uma de suas tias rompeu relações com toda a família, pois não estava de acordo com o casamento de sua sobrinha com um “estranho”. Inicialmente José afirma que o problema seria o fato de ser brasileiro, mas após algum tempo de conversa ele conta que sempre é reconhecido como um descendente de okinawano no Japão, o que poderia ser visto como mais um motivo para todo o problema familiar.

Senti que todo o tempo ele tentava me dar as “respostas corretas” e se mostrar um verdadeiro “japonês do Japão”, tentando demonstrar que teria sido, de certa forma, anulada sua condição de simples descendente nikkei e estrangeiro decasségui naquele país. Por vezes o jovem corrigia sua mãe, uma baiana sem ascendência nikkei, que estava presente, quando ela tentava falar alguns termos em japonês. Seus três filhos, hoje com idades entre oito e um ano de idade, nascidos no Japão, até aquele momento não falavam português, visto que em casa a família só se comunicava no idioma japonês. Quando então o questiono sobre como seus filhos poderiam interagir e se relacionar com a família que estava no Brasil, em especial com a avó que a todo momento tentava, sem êxito, se aproximar dos netos que acabara de conhecer pessoalmente⁶⁹, percebo que José se sente sem jeito, quase envergonhado⁷⁰.

Conversando sobre sua família, juntamente com uma de suas primas, Marli de aproximadamente 30 anos e casada com um não-descendente, José afirma que não considera como parentes os filhos e filhas de seu tio (pai de Marli) que não foram registradas por ele. Nesse caso, para José, ter um sobrenome é mais importante do que o sangue quando se trata de família, apesar de ser descendente de okinawanos. Abaixo segue um diálogo entre os primos:

José: nesse termo aí tem o pai da Marli. Porque o pai da Marli é o mais velho. Mario. Como seu pai fica nessa história aí? Porque você tem um monte de irmão que eu nem sei mais. Nem sei o nome da sua irmã mais nova.

Nádia: Quantos casamentos ele teve?

⁶⁹ Aquela foi a primeira visita de José ao Brasil desde que seus filhos nasceram. Sua mãe via os netos apenas por Skype, mas José confessa que quando seu filho mais velho percebe que é sua avó no vídeo, desaparece, evitando qualquer contato, já que não a entende.

⁷⁰ Nosso primeiro encontro ocorreu em dezembro de 2011. Há alguns meses nos falamos rapidamente por telefone e José me contou que estava falando em português com os filhos.

Marli: Eu nem sei mais!

Mãe de José: foram quatro casamentos.

José: Eu só sei ela e os irmãos dela por parte do pai dela.

Contando com a presença da mãe de José, os primos aproveitaram para perguntar mais sobre a história da família que eles mesmos desconhecem. José se lembra que sua avó paterna faleceu quando seu pai tinha três anos de idade, em 1967.

José: Minha avó morreu quando meu pai tinha três anos, em 1967. Depois ele casou com essa atual esposa dele e teve mais três filhos. Meu avô. Aí, tipo, nesse pedaço aqui vai ficar meio complicado pra você.

Nádia: Seu pai e o pai da Marli têm o mesmo pai e mãe?

José: Sim, são irmãos legítimos, de sangue.

Marli, desconhecendo a história, pergunta à mãe de José como se chamava essa segunda esposa. Após a resposta, José continua a falar sobre os filhos deste segundo casamento. Conta que uma filha é falecida e que uma outra é casada, mas que não sabe nada sobre o casal, apenas que eles têm uma filha.

Marli comenta que seus primos sabem mais do que ela sobre quem são os membros da família. Ele ressalta diversas vezes que não se lembra de todos, porque eles não tiveram muito contato. José também contou com a ajuda da mãe, que mesmo não sendo nikkei, teve contato com a maioria das pessoas da família do marido quando eram casados⁷¹.

Ao dar continuidade à construção da genealogia, José e sua mãe se dão conta de que o pai de Marli foi casado não quatro, mas cinco vezes. Além disso,

⁷¹ Os pais de José também são separados.

sua mãe relembra a existência de um outro filho de Mario, mas José não o inclui em suas relações de parentesco:

“Se não assumiu não pode contar, não tem o nome. Se o pai registrou, querendo ou não é parente. Leva o sobrenome, certo? É a mesma coisa se você faz um testamento e na hora de dividir os bens... Se o tio me falar, esse é seu primo, seu parente, aí vou ter que falar que é, porque eu não vou mudar a história”.

Por vezes senti que José estava um pouco incomodado com essa questão. Acredito que ele não queria que eu tivesse uma impressão errada sobre sua família, ou que pensasse que era uma das tais famílias “destrambelhadas”. Mas sua fala mostra muito sobre o que é importante para ele: a junção de sangue e sobrenome. No caso deste jovem, sangue e sobrenome sozinhos não acionam parentesco, mas ao unir esses dois elementos criam-se parentes.

Marli, ao contrário, apesar do mau relacionamento com o pai devido ao seu comportamento “inadequado”, casando-se e separando-se diversas vezes, cita todos os irmãos e irmãs consanguíneos em sua genealogia, mas nota-se que há uma maior aproximação afetiva daqueles que foram fruto do casamento de seus pais.

Em dado momento José decide ligar para seu pai, para tentar saber se existiam outros parentes que ele havia esquecido. Tal fato nos remete à questão da consanguinidade, pois apesar de não se recordar de todos, ele ainda procurava por pessoas para incluir em sua genealogia. Seu pai, porém, também não se recorda de outras pessoas.

José: É uma bagunça essa família. Até onde eu sei é isso, acabou. O resto tem que ver no koseki.

Ao retornar ao assunto do *koseki*, José mais uma vez relata que o documento está “certinho” e que seu avô e alguns dos seus tios foram os últimos registrados no registro. Marli pergunta então se ele poderia lhe dar uma cópia. O primo concorda e decide rememorar um momento de sua estadia no Japão, quando decidiu entrar em contato com a família que nunca havia imigrado ao Brasil. Chegando à casa de seus parentes, José apresenta-se, porém, ninguém o reconhece como membro da família. José então corrige a história, informando que seu avô, na verdade, não estava inscrito no *koseki*, não sendo então identificado pelos que nunca haviam saído do Japão.

O jovem comenta que não sabe ao certo como a agência de viagens realizou seu processo de ida àquele país, já que seu bisavô teria sido o último a possuir o registro civil japonês e que, por isso mesmo, diversas pessoas questionavam sua presença naquele país. José diz apenas que isso não importa mais, já que agora é casado e a família tem seu próprio *koseki*, e que seu próximo objetivo, na realidade, é pedir a naturalização.

Outra interlocutora que imediatamente também citou o *koseki* foi Priscila. A jovem, de origem *naichi* e que viveu alguns anos no Japão como decasségui, mencionou o documento logo que começamos a conversar, no restaurante de sua família. Seu pai, que estava trabalhando próximo de nós naquele momento, também menciona o *koseki*, mas logo se vira e continua seus afazeres. Como não era minha intenção perturbar o funcionamento do restaurante, marco outro horário para nos encontrarmos. Assim, na data seguinte, Priscila começa a falar sobre sua família a partir de sua genealogia.

Diferentemente do que ocorreu com outros interlocutores, interessados apenas em listar aqueles que consideravam parentes, sem falar muito sobre suas vidas, Priscila inicia elencando uma prima e qual a relação que se estabelecia entre ambas. Ela conta que Catarina, é como uma filha para sua mãe, resultado de ter vivido diversos anos sob o teto da família:

A minha mãe é tipo a matriarca da família, e ela ainda sustenta isso. Era eu, Catarina e a *obachan* que ficávamos em casa.

Sua fala refere-se ao fato de que, tanto sua avó, quanto sua prima, viveram sob os cuidados de sua mãe por vários anos, sendo ela quem assumia toda a responsabilidade por tudo o que acontecia na família. Ao continuar sua genealogia, Priscila informa que, apesar do pouco contato com a família materna, existe uma forte relação entre eles, que a jovem chama de “consideração”, por existirem entre estes familiares, o elo criado por sua avó. Ela seria a linha que une cada indivíduo nesta trama familiar. É através de sua avó que são criados os laços efetivos entre Priscila e seus parentes citados, já que no caso da jovem *naichi*, ao construirmos sua genealogia, divórcios e filhos fora de casamentos também foram lembrados e alguns, não incluídos como parentes.

Há, por exemplo, um tio que possui uma filha que Priscila não conhece. Apesar de mencionar a existência do interesse de sua parte por encontra-la um dia. Há também o filho de sua prima Catarina, que engravidou sendo solteira. Neste caso, entretanto, o menino faz parte de sua genealogia, visto que a proximidade entre ambos é grande. Sendo criado pelos avós, a quem chama de pai e mãe, Priscila relata seu interesse por trazer o garoto para viver com ela em Campo Grande, pois Catarina seria muito namoradeira e, apesar de estar em um relacionamento há cerca de cinco anos, não vê expectativas de que ela se case. Entretanto, apesar das críticas ao comportamento da prima, Priscila ressalta a importância de ter sido criada ao seu lado, tendo “*aprendido com seus erros*” e a define como sendo mais sua irmã, do que sua irmã direta.

Dando prosseguimento à construção de sua genealogia, Priscila discorre sobre o quanto é importante o tipo de relação que se estabelece entre ela e cada parente mencionado. A inclusão de cada membro depende de mais ou menos proximidade de sentimentos existentes entre eles. A jovem comenta então, sobre a relação que se estabeleceu entre ela e uma prima que não conhecia, com quem só teve o primeiro contato quando esteve no Japão. Sem saber de sua existência até alguns anos atrás, Clara e Priscila são hoje extremamente próximas.

Vimos através de toda a etnografia descrita neste trabalho que, apesar de possuir certas similitudes, as formas como os nikkei de origem *naichi* constroem seu parentesco difere em determinados pontos da forma como os nikkei de origem okinawana o fazem. Em ambos os casos, não se trata de um ou outro elemento isolados os responsáveis pela elaboração da ideia sobre quem é ou não um parente,

ao contrário, é preciso amalgamar estes elementos, que juntos produzem parentes ou “meio-parentes”.

Entre os nikkei de origem *naichi*, parece haver muito mais flexibilidade na construção do parentesco, visto que assumem a importância da existência de um sobrenome em comum na criação de seus parentescos mas, este sobrenome precisa estar atrelado ao tipo de relação estabelecida entre os indivíduos. O sangue no caso *naichi*, é substância preterida pelos meus interlocutores, não sendo primordial para denominar quem pode ou não se tornar um irmão ou primo. Vemos através das entrevistas que, coabitação e sentimento de pertencimento familiar, são muito mais importantes do que compartilhar do mesmo sangue recebido por determinados ancestrais.

Ao contrário, no caso okinawano, o sangue torna-se elemento mais relevante quando se trata de acionar parentesco, especialmente relacionando-o à presença de um mesmo sobrenome em comum. Em contraposição ao que ocorre no parentesco *naichi*, em que indivíduos mais afastados são excluídos de suas genealogias e esquecidos enquanto parentes, no contexto okinawano, pessoas distantes tornam-se “meio-parentes” a todo o tempo, particularmente através de sujeitos que criam vínculos entre pessoas portadoras de um mesmo sobrenome e de um ancestral em comum.

Quando se trata de okinawanos e seus ancestrais, vale lembrar sobre a etnografia de Tanaka (1977) citada anteriormente, em que a autora aborda a questão da endogamia, que está fortemente relacionada ao pertencimento ao mesmo solo/território, produzindo-se, portanto, casamentos entre pessoas com ancestrais em comum.

No que se refere ao parentesco *naichi*, o que se nota é a necessidade da ativação das relações entre pessoas que possuem um mesmo sobrenome através da proximidade, seja afetiva/emocional ou mesmo geográfica. O caso de Priscila, mencionado a pouco, é mais um desses exemplos. Vivendo no Japão como decasségui, a proximidade que se cunhou entre elas e outros indivíduos que compunham seu *koseki-tohon*, foi o elemento responsável pelo acionamento do parentesco que hoje ela menciona.

Vemos que todas as genealogias e entrevistas descritas até o momento, além de nos darem informações sobre como os parentescos possíveis são construídos entre os nikkei de Campo Grande, indicam fortemente o quanto a questão decasségui deve ser analisada mais profundamente. Ao tratarmos sobre família, não podemos desprezar este movimento migratório de descendentes nikkei brasileiros para o Japão que, no limite, tornou-se o responsável por transformações na família nikkei de Campo Grande.

Os relatos citados nos revelam que grande parte dos informantes mencionaram suas próprias experiências como decasséguis, ou citaram parentes vivendo no Japão, tendo este movimento migratório contribuído para um (re)ordenamento familiar, seja produzindo as chamadas “famílias destrambelhadas”, seja o abandono e desaparecimento ou até mesmo, a criação de novas famílias no Japão, que afetam as relações com os familiares que continuam na cidade

Finalizando as discussões sobre parentescos e famílias nikkei em Campo Grande, o próximo capítulo é dedicado a este fenômeno migratório, visto por muitos como problemático e ao mesmo tempo contraditório, especialmente no que se refere aos motivos que levam descendentes nikkei a migrar para o Japão. Opiniões contra e a favor, críticas ferrenhas dos que permanecem na cidade, saudades e rancores por parte dos filhos que ficaram aos cuidados de terceiros. Este é um movimento complexo e que precisa ser escrutinado para que possamos entender todos os aspectos possíveis sobre como se constroem e se mantm as famílias nikkei de Campo Grande.

5. Movimento Decasségui

Como dito anteriormente, após minha inserção em campo, foi possível notar a necessidade de uma investigação sobre as famílias nikkeis na cidade de Campo Grande com parentes distantes vivendo no Japão como decasséguis. Essa foi uma das questões que mais apareceram durante todo o período de investigações e que demonstrou ser um viés importante a ser considerado nesta pesquisa de doutorado, não podendo ser preterido ou abandonado.

Ao tratar sobre este –relativamente - recente movimento migratório, opto por utilizar o termo “distante” ao “ausente”, visto que no contexto de migração, não necessariamente exista a ausência – ao menos emocional - por parte de algum membro de uma família. Vale ressaltar que nos dias atuais, ao contrário do que ocorria no início do processo migratório do Brasil para o Japão, os avanços tecnológicos vêm servindo como aliados das famílias transnacionais, proporcionando o contato e a comunicação frequentes entre esses indivíduos, ao utilizarem recursos como Skype, Facebook, entre outros.

O uso de tais equipamentos no intuito de manter a proximidade por parte dos migrantes tem sido tão comum, que pesquisas se debruçam sobre o assunto. Sangernt, Larchance-Kim e Yatera (2007) debatem a questão do uso de tais tecnologias entre famílias transnacionais entre França e África Ocidental.

No contexto nikkei campo-grandense, sempre que meus interlocutores mencionavam sua experiência como decasséguis ou, como parentes de decasséguis, relatavam a prática desta interação virtual – em maior ou menor grau -

com aqueles que estão ou estiveram distantes. Antes de entrar propriamente nesta discussão sobre as famílias nikkei decasséguis da cidade de Campo Grande, bem como são constituídas suas relações com aqueles que vivem no Japão, é preciso retomar como se deu esse processo de migração para aquele país. Para tanto, o próximo subcapítulo tratara sobre a história desse movimento.

5.1. O Movimento Decasségui – Da década de 1980 aos dias atuais

Diversos outros países já enviavam nikkeis (descendentes de japoneses fora do Japão) para o Japão, entretanto, somente na década de 1980 o Brasil começa a fazer parte desse fluxo (CAPUANO, 1997, 1999). Esse fenômeno migratório surge no Brasil na década de 1980, consistindo na emigração destes brasileiros descendentes nikkei para o Japão, conhecido como o “Movimento Decasségui”.

A palavra decasségui originalmente significa “trabalhar fora de casa”, e era usada especialmente para designar os trabalhadores que saíam de suas regiões e dirigiam-se às áreas mais desenvolvidas, principalmente em épocas pouco produtivas, quando o inverno rigoroso atrapalhava as plantações. A partir dos anos de 1980, entretanto, foi usada para designar os brasileiros nikkeis, que trabalham no Japão.

A ida desses brasileiros ao Japão se deu através de uma conjunção entre necessidades brasileiras e japonesas. Naquele período, o Japão necessitava de mão-de-obra nas fábricas e o Brasil passava por sérias crises político-econômicas. O governo japonês necessitava de trabalhadores para as atividades que não interessavam aos japoneses. Assim, optou-se por abrir as portas do Japão essencialmente para nikkeis, esperando dessa forma, que houvesse pouco impacto de outras culturas sobre as tradições japonesas (KEBBE, 2008, p. 38). Esses

brasileiros passaram a trabalhar no Japão como mão-de-obra não-qualificada e barata, atuando nas fábricas e montadoras (de eletrônicos, automotivas, etc.).

No caso dos brasileiros, o trabalho decasségui (KAWAMURA, 2003, p. 12) caracteriza-se pela “niveleção para baixo de trabalhadores migrantes brasileiros, os quais apesar das diferenças de *background* eram quase todos empregados em atividades rotineiras e sem necessidade de qualificação técnica, conhecidas por três Ks (*kitsui* – pesado, *kitanai* – sujo e *kiken* – perigoso), com acréscimo de mais dois Ks pelos brasileiros (*kirai* – detestável e *kibishii* – exigente). O termo decasségui, de caráter pejorativo, rotularia os emigrantes brasileiros considerados desqualificados e por estarem, aparentemente, em busca apenas de remuneração financeira.

O termo decasségui, tem sido desde então intensamente utilizado para designar todos⁷² os trabalhadores brasileiros que migram para o Japão na busca por melhores condições econômicas, assim como seus antepassados que chegaram ao Brasil a partir de 1908. Como os pais e avós que aqui chegaram, a ida ao Japão, também era considerada temporária, visto que a ideia inicial desse grupo era a de permanecer naquele país apenas pelo tempo necessário para acumular a quantia necessária para reconstruir suas vidas no Brasil.

Contudo, assim como os japoneses que vieram ao Brasil a partir de 1908, a busca por melhores condições econômicas não era o único motivo que levava os brasileiros aos Japão. A migração estaria envolta também por outros elementos, como ascensão social e educacional para os filhos que ficavam, por um desejo de “vencer na vida”.

Segundo Sasaki (2000, p. 04), a ida ao país de seus ancestrais não foi bem vista pelos imigrantes japoneses que aqui se encontravam, pois apesar das facilidades em entrar no Japão, eram considerados “clandestinos morais”⁷³. Mesmo nos dias atuais, apesar de terem se passado algumas décadas do início desse movimento migratório, em Campo Grande ainda são feitas certas críticas por parte daqueles que permanecem na cidade (veremos adiante).

⁷² Sasaki (In: REIS & SALES, 1999, p. 244) informa que ao contrário do que imagina-se, nem todos os brasileiros no Japão caracterizam-se como decasséguis, exercendo diversas outras funções.

⁷³ Segundo Elisa Sasaki (2000, p. 05) emigrar ao Japão como trabalhadores era vergonhoso para muitos nikkeis, por isso muitos foram escondidos, sem que amigos ou familiares soubessem, evitando assim reprovações.

Contudo, apesar de rotulados como trabalhadores desqualificados e da reprovação pela atitude em dirigir-se ao Japão, em 1996 já existiam aproximadamente 200 mil brasileiros nesse país, o que fez com que, ao longo dos anos, essa imagem negativa do trabalhador brasileiro no Japão começasse a se transformar:

O que era vergonhoso passou a ser uma boa oportunidade de conhecer a terra dos antepassados e a cultura que tingia a pele de amarelo e rasga os olhos, além de ganhar um salário melhor do que se estivesse no Brasil, mesmo se submetendo a trabalhos subalternos. (SASAKI, 2000, p. 05)

Apesar da situação em que emigraram - e ainda emigram - (contrariando parentes e amigos) e sendo considerados desqualificados enquanto mão-de-obra, a ida ao Japão aumentou cada vez mais. Sasaki (1999, p. 257) classifica esse movimento em três fases: a primeira surgiu em meados de 1980, quando os primeiros nipo-brasileiros estabeleceram-se no país de seus “antepassados”⁷⁴.

Posteriormente, entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990, caracteriza-se o segundo período da emigração brasileira para o Japão. Nesse momento o fluxo de migrantes entre os dois países foi grande, em decorrência da instabilidade econômica experimentada no Brasil, e pela facilidade em conseguir o visto de entrada no país do Sol Nascente⁷⁵. É a partir desse momento que “ser decasségui” adquire uma nova conotação, excluindo-se seu sentido pejorativo e passando a ser uma possibilidade em conhecer o local de “origem” (ver LESSER, 2000 e 2003), além de boa oportunidade em acumular dinheiro. Em meados da década de 1990 configura-se a terceira fase do fenômeno decasségui, quando dificilmente podia-se identificar o caráter temporário dessa emigração.

⁷⁴ Nesse momento, segundo a autora, o termo decasségui carregava maior sentido pejorativo, justamente por trabalharem em locais caracterizados pelos três Ks já descritos.

⁷⁵ Os isseis e nisseis com dupla-naturalidade possuíam facilidade em conseguir o visto: “os decasséguis brasileiros têm acesso facilitado no Japão, dada a sua consanguinidade, a possibilidade de exercer atividades no Japão sem restrições, de renovar o visto quantas vezes quiser e de vir a ser um residente permanente” (SASAKI, 1999, p. 252).

Outra característica desse período foi a mudança na forma em que tais migrações eram realizadas. Diferentemente do que ocorreu com seus pais ou avós, que vieram ao Brasil em famílias – requisito este imposto pelo governo brasileiro da época – nos primeiros anos da migração de brasileiros nikkei para o Japão, grande número desses emigrantes eram homens casados ou solteiros que dirigiam-se sozinhos àquele país. Entretanto, com o passar dos anos, famílias inteiras começam a ter o Japão como destino.

Aos poucos evidencia-se que, contrariando suas expectativas iniciais, o retorno ao Brasil é cada vez mais remoto, sendo comum após regressarem ao Brasil, permanecerem pouco tempo em suas cidades natais. Um novo momento, porém, foi estabelecido no que se refere aos migrantes brasileiros no Japão. Com a atual crise econômica que afetou fortemente Europa e Japão (iniciada em 2008), esses parentes distantes foram retornando ao Brasil e assim, pressupõe-se o surgimento de uma nova (re)ordenação das relações familiares. Estima-se que em 2009 50 mil⁷⁶ brasileiros no Japão estiveram desempregados, muitos tendo retornado a suas cidades natais:

A diminuição drástica da renda mensal alterou a distribuição dos brasileiros na cidade de Hamamatsu, muitos deles hoje retornados ao Brasil e outros tantos relocados para inúmeros dormitórios municipais ou provinciais dispostas na cidade. Desta nova distribuição, dos 19.402 brasileiros na cidade (SASAKI, 2009) estima-se que cerca de 4.000 deixaram a cidade rumo ao Brasil no período. Uma série de estabelecimentos brasileiros foram fechados, o que pode perceber facilmente durante caminhadas com brasileiros pela cidade. Assim, vários bairros que continuam uma presença brasileira como *Takaoka*, *Ohiradai* e *Sanarudai* acabaram ficando esvaziados. (KEBBE, V. 2013, p. 63-64)⁷⁷.

Entretanto, ao realizar a pesquisa de campo em Campo Grande, pude constatar que muitos dos decasséguis que haviam retornado à cidade no período de

⁷⁶ Fonte: [ipcdigital.com/br. Acesso em 11 mai. 2009. Disponível em <http://ipcdigital.com/br/Noticias/Crise-no-Japao/Pelo-menos-50-mil-brasileiros-estao-desempregados-no-Japao >](http://ipcdigital.com/br/Noticias/Crise-no-Japao/Pelo-menos-50-mil-brasileiros-estao-desempregados-no-Japao)

⁷⁷ De acordo com informações pessoais de Kebbe, a população de brasileiros em Hamamatsu é de aproximadamente 8.000 pessoas atualmente. Tal informação foi colhida por ele em sua última pesquisa de campo, realizada no Japão no final de 2014.

2008 a 2010, já haviam novamente feito suas malas e se dirigido mais uma vez ao Japão, apesar da crise econômica enfrentada pelo país. Outros, que ainda permanecem na cidade, falam sobre a possibilidade de retornar ao Japão caso “*as coisas não andem bem por aqui*”.

Observa-se que muitos acabam, portanto, por viver entre Brasil e Japão, não se fixando definitivamente em lugar algum, enquanto outros estabelecem-se definitivamente no Japão. A presença definitiva naquele país se dá mesmo com a existência de parentes em suas cidades natais, proporcionando assim, um reordenamento das relações familiares. Esse reordenamento leva em conta não somente a distância dos parentes que permaneceram no Brasil, mas a possível proximidade de parentes (muitas vezes desconhecidos) que encontram-se no Japão.

Muitos destes decasséguis vão para complementar a renda familiar, contudo, outros partem como uma forma de se desligar de seus parentes no Brasil – ou mesmo se religarem com parentes no Japão – gerando um imenso desconforto quanto ao próprio termo, para alguns incorreto, inadequado ou mesmo obsoleto. Nem todo mundo vai para o Japão para ganhar dinheiro e voltar (KEBBE, 2012, p. 24).

Vemos que os motivos para partir ao Japão são diversos, entretanto, fica claro ao realizar a pesquisa de campo que as razões que levam a população nikkei de Campo Grande a emigrar independem de suas origens okinawana ou *naichi*. No subcapítulo abaixo trato sobre como o movimento decasségui apaga de certa forma as diferenças entre os nikkei em Campo Grande, sem anular, entretanto, uma outra diferença que é posta assim que pisam em solo japonês: os nikkei continuam a alimentar a ideia de heterogeneidade no sentido em que sua condição de estrangeiros e/ou de “japoneses” diferentes permanece inalterada em relação aos japoneses não-imigrantes do Japão.

5.2 O Movimento Decasségui e a (Quase) Homogeneidade

Durante toda a realização desta pesquisa ficou claro que a questão decasségui deveria ser observada, visto que em todas as famílias contatadas por mim possuíam alguma relação com parentes vivendo no Japão ou tendo eles mesmo vivido tal experiência em algum momento de suas vidas. Pude aos poucos perceber que o movimento decasségui era um elemento importante no que tange as formas de se pensar e elaborar as relações de parentesco e as formas como os indivíduos organizam – ou desorganizam – seus laços familiares.

Quando parentes – especialmente pais, mães, filhos – migram, é preciso 1) repensar de que forma as estratégias possíveis serão utilizadas para que as relações entre estes sujeitos não se percam no contexto da distância geográfica, ou ainda, como 2) desfazer ou anular relações que não são mais consideradas como importantes por aqueles que migram e deixam seus familiares em Campo Grande. Estes dois pontos serão discutidos nos tópicos a seguir, entretanto, antes de avançarmos sobre como o movimento decasségui reformula e reelabora as noções de parentescos e família entre os nikkei de Campo Grande, é preciso retomar um ponto importante desta pesquisa e que se refere à questão da heterogeneidade japonesa e nikkei, relacionando a partida ao Japão a existência das diferenças entre okinawanos e *naichi* da cidade.

Durante a realização do trabalho de campo, acompanhando as obachan na Associação Okinawa ou contatando meus informantes e realizando entrevistas e genealogias, foi possível observar que, no que se refere as diferenças entre os dois grupos nikkei na cidade, partir ao Japão não se relaciona ao pertencimento okinawano ou *naichi*. Indivíduos pertencentes aos dois grupos migram para trabalhar como decasséguis independente de “quem é o quê”.

Ser ou pertencer ao grupo okinawano ou ao grupo *naichi* não interfere mais ou menos na decisão de deixar a cidade de Campo Grande e, conseqüentemente, deixar sua cidade natal para trabalhar em outro país, neste caso o Japão, de certa forma, anula ou vela as diferenças entre os dois grupos neste novo contexto específico de migração decasségui.

Aparentemente, dirigir-se à terra natal de seus pais, avós ou bisavós produziria entre estes nikkei uma homogeneização, sendo todos apenas descendentes nikkei. Entretanto, o próprio termo nikkei produz em si mesmo uma nova diferenciação e classificação que fomenta, novamente, a heterogeneidade que demonstra o erro ao se pensar no Japão e seus descendentes espalhados pelo mundo enquanto uma unidade coesa.

No contexto decasségui, pouco importa a origem “japonesa” dos trabalhadores. Ao chegarem ao Japão, ao contrário do que se acredita normalmente, estes indivíduos não são vistos pela sociedade local como “japoneses” que enfim realizam a viagem de retorno, mas sim, imigrantes brasileiros ou estrangeiros, independente de seus sobrenomes e seu fenótipo.

Ao estabelecer as leis para recebimento de estrangeiros no Japão como trabalhadores nas fábricas, o país optou por receber preferencialmente descendentes nikkei a fim de tentar controlar as possíveis influências externas que poderiam causar “danos” à sociedade japonesa, tão conhecida por sua suposta coesão e homogeneidade (KEBBE, 2012, SELLEK, 1997). Desse modo, descendentes nikkei possuem facilidades para dirigirem-se ao Japão, pois estariam de certo modo, mais próximos das tradições e costumes japoneses do que estrangeiros sem origem “japonesa”, visto que, de acordo com Sellek (idem) “the arrival of “new” migrant workers has presented another serious challenge to the prevailing conceptualization of Japanese racial and cultural homogeneity” (SELLEK, 1997, p. 179).

Sellek (1997) ao enumerar quem seriam os indivíduos que poderiam adentrar no Japão sem causar grandes transformações nessa homogeneidade e coesão, cita os nikkei como aqueles considerados menos problemáticos para viverem no país:

South American of Japanese descent and their spouses (the Nikkeijin). These individuals are legally permitted to reside in Japan with no job restrictions, for up to Three years. (SELLEK, 1997, p. 185).

Entretanto, apesar de considerados “japoneses” no Brasil, estes imigrantes são vistos como estrangeiros no Japão, ou melhor, como *Nikkeijin*, pertencendo desse modo, a uma categoria intermediária entre ser ou não ser um japonês nacional⁷⁸. Esta sua condição intermediária os coloca, no limite, em uma classificação de minoria no Japão, ao lado de okinawanos, *Burakumin*, *Ainu*, entre outros.

The presence of Nikkeijin also provides an opportunity to reconsider what it means to be “Japanese”. It also raises questions about the ideological boundary which separates the Japanese from certain national minorities within Japan. The commonsense definition of “Japaneseness” encompasses both culture and pseudobiological notions of a Japanese “race”. Although Nikkeijin are descendants of Japanese emigrants and therefore share the same lineage as the Japanese, their language, culture, customs and behavior derive from South America. The physical appearance of some Nikkeijin might be indistinguishable from that of indigenous Japanese, but it has been claimed that Nikkeijin are easily identified by their social behavior. Thus, while they may be regarded as Japanese in their countries of origin, in Japan they are identified as Brazilians or Peruvians. (...) People such as *Nikkeijin*, *kikokushijo*, Japanese orphans left behind in China after the Second World War, and even Japanese permanent residents abroad must be considered somewhat different from “real” Japanese (SELLEK, 1997, p. 201).

Podemos observar que, apesar da abertura do Japão para receber trabalhadores nikkei, buscando-se por indivíduos que pudessem manter o conceito de *nihonjinron* vigente naquele país, estes migrantes continuam a reforçar a existência de classificações internas no Japão e, expondo a continua existências das

⁷⁸ Japoneses não migrantes.

chamadas minorias étnicas na terra do sol nascente. Assim, verifica-se que o pertencimento okinawano ou *naichi* é obliterado pela condição de migrantes no Japão, ao mesmo tempo em que seu pertencimento nikkei torna-se cada vez mais evidente.

Ressalto que, apesar das particularidades internas ao grupo nikkei de Campo Grande serem de certa forma apagadas pelo processo de migração decasségui, continua sendo importante a análise de suas famílias na cidade, visto que, de certa forma, relações de diferenças continuam a ser produzidas entre estes indivíduos e os nacionais japoneses. Deste modo, os próximos capítulos referem-se aos dados colhidos na pesquisa de campo sobre as transformações e (re)formulações constantemente realizadas nas famílias nikkei da cidade.

Já sabemos que os motivos ou explicações para a ida ao Japão por parte dessa população nikkei são diversas, assim como são muitas as formas como estas famílias distantes se reorganizam – ou se desorganizam - neste contexto, visto que ainda há a ideia entre a população que permanece na cidade, de que migrar ao Japão provoca problemas, como os citados ao longo desta tese.

Para compreender mais especificamente sobre esta questão, passemos ao próximo subcapítulo, em que trago mais uma vez a etnografia para elucidar este assunto que é, de certa forma, visto por meus interlocutores como problemático e responsável pelo “destrambelamento familiar” campo-grandense.

5.3. Família, almoça junto todo dia?

No contexto do movimento decasségui está presente de forma praticamente inerente a distância entre parentes. Quase todos os nikkei da cidade de Campo Grande possuem alguém de suas famílias que habitam no Japão há muitos anos. São pais que vivem longe de seus filhos, tios longe de sobrinhos e assim por diante. Em alguns raros casos, existe a decisão por parte de pais de migrarem levando consigo seus filhos mas, mesmo nestas situações, há sempre

alguém que fica, como avós, tios, sobrinhos, e os almoços de domingo na casa das avós, desse modo, nunca estão completos.

Mas nestes casos, em que a família nuclear migra unida, deixando no Brasil aqueles parentes que, de alguma forma são considerados mais distantes, especialmente levando-se em conta as diferenças geracionais, existe sempre a ideia de que, de certa maneira, não houve exatamente uma separação, afinal, o primordial nestes casos, é manter os filhos próximos de seus pais.

O caso de Maria - a professora de crochê - foi um destes. Apesar de possuir um trabalho estável, concursada em um banco onde trabalhou durante quinze anos, decidiu tentar a vida no Japão. Com o desejo de ter seu próprio comércio, preparou suas malas e mudou-se com seus quatro filhos, a fim de acumular certa quantia em dinheiro para tornar-se possível o sonho de ser dona de seu próprio negócio. Lá viveu durante seis anos.

Seus filhos, três crianças e um adolescente, passaram a frequentar a escola e contavam com o acompanhamento de um professor particular, fornecido pelo Governo japonês, para que pudessem acompanhar o ritmo dos outros alunos. Seus filhos, ao aprenderem relativamente rápido o idioma japonês, passaram então a atuar como interpretes de Maria, o que é algo comum entre famílias nikkei que vivem no Japão.

Crianças aprendem muito mais rápido outras línguas e muitas vezes dedicam-se exclusivamente à escola, enquanto seus pais trabalham o dia todo e dificilmente podem dedicar parte de seu tempo para o aprendizado da língua. Além disso, mesmo vivendo em outro país, é comum que imigrantes frequentem ambientes direcionados a outros indivíduos provenientes de seu país de origem, como restaurantes e lojas ou, que estabeleçam seus laços de amizade ou de novos parentescos (KEBBE, 2012) com outros conterrâneos, mantendo os diálogos e encontros sempre na língua nativa.

Após seis anos trabalhando como decasségui, Maria decide voltar ao Brasil com seus filhos. Tendo ajudado a reformar a casa de sua mãe, Maria havia conseguido acumular uma quantia em dinheiro suficiente para recomeçar sua vida em Campo Grande, mas desta vez, não como funcionária, mas como dona de seu próprio negócio. Foi assim que, em 2008, ela abriu sua loja de aviamentos e

dedicou-se a ensinar a técnica do crochê para outras pessoas e passou a frequentar a Associação Okinawa, onde ensina e vende seus produtos para as senhoras que frequentam as reuniões do *Fujinkai*. Maria é um dos poucos casos em que a família que foi unida, retorna ao Brasil decidida a não migrar novamente, estabelecendo-se definitivamente em sua cidade natal. Seus filhos, ao retornarem, retomaram seus estudos e o mais velho foi, no início de 2013, aprovado no vestibular para medicina em uma universidade do estado de São Paulo, o que foi motivo de muito orgulho para Maria.

Outra família que migrou unida para o Japão foi a de Priscila e sua ida e permanência naquele país é fruto das redes (familiares) que lá já possuíam. Pessoas nunca antes vistas ou conhecidas por Priscila quando ainda vivia no Brasil passaram a ser apresentadas e uma nova família foi aos poucos se formando.

Priscila chegou ao Japão quando tinha 14 anos de idade. Segundo ela, a ida se deu devido à grande insistência de sua irmã, que desejava sair do Brasil e seus pais acabaram então por ceder. Chegando ao Japão, Priscila trabalhou ilegalmente por algum tempo, já que não tinha idade suficiente para ser contratada regularmente por nenhuma fábrica. Naquele país, acabaram se mudando diversas vezes, sempre através dessa rede de “parentes desconhecidos”.

Foi assim que ela acabou conhecendo Clara, que esteve conosco em nosso segundo encontro. Priscila e Clara relembram que estavam na fábrica quando um outro parente as chamou e as apresentou.

As duas jovens me contam parte de sua história no Japão e como diversas pessoas foram aos poucos entrando em suas vidas:

Priscila: eu sabia que tinha uma prima lá, mas não sabia, por causa do Augusto. Porque o Augusto levou a Clara pra lá. A Clara ficou na casa do primo Augusto. E esse primo Augusto foi quem recebeu a gente quando teve os problemas no Japão. Ele acolheu a gente na casa dele. Dai que eu conheci o primo do meu pai. Eles são primos de infância. Só que eu não conhecia. Eu não conhecia a Roberta, que são uns amores. Receberam a gente lá. A casa era pequena, ficou uma família em um quarto e a nossa família no outro. Até conseguir emprego, tudo, e a gente foi pra lá. Depois a gente foi pra Nagoya. Nessa época eu não estava trabalhando, eu era de menor, tinha 14. Eu fui pra Hiroshima, daí não deu certo, daí o Augusto acolheu a gente. Arrumou emprego pra todo mundo,

apartamento bom, tudo. Dai que eu conheci o Maurício e o Mateus. Dai uns meses depois, quando você chegou? Em janeiro?

Clara: Não, cheguei em abril.

Priscila: Abril? Então, depois de alguns meses eu conheci a Clara. Dai me chamaram lá fora pra contar. “Priscila, essa aqui é sua prima tá? Você vai ter que ensinar o serviço pra ela” (Risos). Foi assim que a gente se conheceu. Eu, “oi prima!” (Risos). Muito louco. Acho que se eu tivesse ido pra São Paulo a gente não teria essa amizade que a gente tem hoje.

As duas, hoje muito próximas, aproveitam o momento para contarem as famosas “focacas” de família, como separações, brigas por herança e desafetos. Os problemas com divisão de bens teriam sido, inclusive, o estopim para o fim das relações entre irmãos e primos de seu pai. Segundo Priscila, com exceção de Clara, que genealogicamente é filha de um primo de seu pai, este lado de sua família “*não tem importância*” e ela faz pouco esforço para tentar se lembrar de nomes.

Os problemas entre eles foram tantos que, mesmo após retornarem ao Brasil, seu pai ficou anos sem visitar sua cidade natal, no interior de São Paulo. Somente a família da mãe de Priscila é de Campo Grande e na fala abaixo ela relembra alguns momentos da história de sua família que teriam culminado com o afastamento de seu pai dos irmãos e até mesmo, o início do namoro de seus pais:

Nádia: Seu avô ainda esta vivo?

Priscila: Faleceu quando a gente voltou do Japão. Nós não fomos pra lá depois que a gente voltou do Japão. Meu pai ficou dez anos sem ver a família dele. Quando minha avó faleceu meu pai não tinha ido ver a família dele. Dai meu avô faleceu, a gente estava sem dinheiro, não tinha a facilidade que tem hoje. Quando meu avô faleceu meu pai parou tudo e foi pra lá. E você acredita que quando ele foi pra lá, pro velório do meu avô, o irmão dele ainda perguntou sobre a procuração do meu pai. Olha que absurdo. Ele vai pro velório e na hora do velório o outro quer saber da procuração. Então como a minha mãe, apesar dela ser descendente, ela sofreu muito nessa época. Eles se conheceram na faculdade e o pessoal, eles estudavam no interior até o ensino médio e iam pra São Paulo fazer cursinho. Só que minha mãe fala que meu pai foi muito, meu pai não era estudioso. Ele é super trabalhador, trabalho braçal. Ele não reclama, não fala nada, mas pra estudar, não faz esforço nenhum. Ele queria odontologia. Daí a minha mãe diz que largou a faculdade pra casar com ele. Foi uma batalha, foi uma luta. Ela casou só no cartório, o religioso ela não teve,

mas ela teve uma celebração budista. Diz que foi bonita pra caramba, ela tem o álbum. Mas ela não teve casamento religioso. Só essa cerimonia. Porque a família do meu pai era budista. (...) minha mãe não queria mais confusão, se não tem relação familiar, só econômica, pra ela não serve. Até hoje é assim.

Devido à tal desavença, o pouco contato existente atualmente entre Priscila, Clara e outros primos se dá por redes sociais como Facebook. Priscila, que retornou ao Brasil em 2005 e em 2012 terminou seu curso universitário em Campo Grande, diz receber convites de determinadas pessoas que não conhece, ou que encontrou apenas algumas vezes em sua vida, mas que descobre ser algum parente, pois é possível enviar tais convites virtuais adicionando o grau de parentesco entre os indivíduos.

O site foi citado em diversas conversas no período em que realizei a pesquisa de campo. Com parentes distantes, na maior parte dos casos vivendo no Japão como decasséguis, o Facebook tem sido visto como um verdadeiro elo entre familiares. Através dele seria possível estar sempre em contato com tios, primos, sobrinhos e até mesmo filhos e netos. Em todas as comentários a fala era sempre a mesma: *“hoje tem o Facebook, a família fica próxima”*. Porém, depois de algum tempo de discussão, não foi raro que meus interlocutores confessassem o fato de sequer conversarem com muitos daqueles inscritos como parentes.

Adriana, uma senhora de aproximadamente 60 anos e com diversos parentes vivendo no Japão, conta que a verdadeira interação entre sua família pela rede social baseia-se apenas em olhar as fotos que ali são postadas. Raramente as pessoas se comunicam, telefonando ou enviando mensagens para saber como estão ou contar – e ouvir - sobre suas vidas e as novidades. Como nossa conversa se deu em uma reunião da Associação Okinawa, Adriana baixa seu tom de voz, me prevenindo que no local haveria muitos “meio-parentes” e que seria preciso tomar cuidado com as palavras para evitar as famosas fofocas.

De modo geral, meus interlocutores afirmavam mandar mensagens por Facebook para primos ou tios de duas a três vezes por ano, sempre muito esporadicamente. Algumas vezes, as mensagens se referem apenas a recados de parabéns em seus aniversários, data que o próprio site avisa a cada membro inscrito. Já quando se trata de mensagens para pais ou filhos que permaneceram na

cidade, os contatos variam entre uma a duas vezes por mês, especialmente por Skype, programa que realiza vídeo chamadas entre os usuários cadastrados. A duração destas mensagens, entretanto, parece ser sempre curta, sendo as conversas restritas a dizer que tudo está bem, até porque há o problema do fuso horário de doze horas de diferença. Sendo assim, as ligações são realizadas ou no período da manhã, antes de saírem para trabalhar, ou à noite, quando regressam para suas casas e estão cansados para bater longos papos.

Em certo sentido, apesar de facilitar o contato e a interação entre familiares, o surgimento das novas tecnologias não causou grandes transformações nas formas como se mantém as relações entre estas pessoas, ao menos na cidade de Campo Grande. Atualmente, mesmo com o fácil acesso à internet e a estes recursos, não houve realmente uma grande mudança ou transformação na forma como as pessoas interagem quando se trata de decasséguis.

Antes, nas décadas de 1980 e 1990, maridos ligavam para suas esposas e filhos nesta mesma frequência de uma a duas vezes por mês, como ocorre hoje em dia. Cartas eram enviadas nos aniversários dos filhos para parabenizá-los da mesma forma como fazem atualmente através do Facebook. A grande mudança, talvez, tenha sido a transformação na própria forma em que essa migração era realizada. Nos últimos anos, muitos casais se dirigem ao Japão na companhia de seus filhos, criando assim, a ideia de “família unida”.

É preciso ressaltar que, diferentemente do que vêm ocorrendo nos últimos anos, como os casos de Maria e Priscila, que migraram ao Japão no início dos anos 2000 em família, inicialmente, os pais eram os migrantes e os filhos permaneciam com as mães, com as transformações que foram se estabelecendo no movimento decasségui, quando as esposas passaram a acompanhar seus maridos, os filhos passaram aos cuidados de avós ou outros parentes próximos, como tios, ou irmãos mais velhos que ainda não haviam decidido emigrar (KAWAMURA, 2003).

Poderíamos, portanto, dividir o movimento decasségui entre os nikkei de Campo Grande em três fases: 1) a primeira, realizada especialmente por homens, solteiros ou casados que deixavam esposas e filhos na cidade; 2) a segunda, quando as esposas decidem acompanhar os maridos nesta investida partindo juntos, ou se dirigindo ao Japão para reencontrar com seus maridos que haviam migrado anos antes, deixando os filhos aos cuidados de avós ou outros

parentes e, finalmente, 3) a terceira fase, caracterizada pela migração de pais e filhos.

Opto desse modo, por tratar especialmente sobre estas duas primeiras fases, citadas por meus interlocutores como as responsáveis pela destruição de famílias, caracterizadas pelo abandono e pela traição. Seriam estes dois primeiros momentos da imigração para o Japão, os causadores de um reordenamento familiar realizado, especialmente, pelos filhos que ficaram na cidade.

5.4. Famílias aos pedaços e a formação de novos parentescos

Como vimos no capítulo anterior, ao construir as genealogias, muitos de meus interlocutores citaram parentes vivendo no Japão como decasséguis, muitos deles naquele país há décadas, tendo deixado filhos e esposas, produzindo problemas ao “despedaçarem” suas famílias. Apesar deste termo não ter sido usado por nenhum de meus interlocutores, entendo que ele represente bem o sentimento daqueles que vivem em Campo Grande, visto que declaram abertamente a sensação da existência de diversos problemas, muitas vezes chamados por eles de emocionais ou psicológicos, resultado desta migração que construiria uma ruptura afetiva entre familiares que vivem separados geograficamente. Estas famílias, de certo modo, deixam de ser completas e/ou plenas, passando a ser vistas como famílias fracionadas ou trincadas.

Entretanto, muitas vezes, essa ruptura não é resultado na migração mas, ao contrário, é o próprio motivo por que muitos decidem partir. Na opinião de um dos meus interlocutores, é raro que alguém vá ao Japão simplesmente para ganhar dinheiro. A motivação, segundo ele, muitas vezes é o desejo prévio de uma fuga da realidade vivida no Brasil, especialmente, do casamento. Neste caso, a viagem ao Japão serve como ferramenta para desfazer determinados laços com os

que ficam aqui neste país. Para muitos, trabalhar no Japão seria mais fácil do que assumir o fracasso de um casamento e oficializar um pedido de divórcio.

Durante uma conversa com o proprietário de uma agência de turismo na cidade de Campo Grande, responsável desde 1990 por organizar a documentação para o pedido de visto dos futuros decasséguis na cidade, não são raros os casos em que esses imigrantes, ao chegarem no Japão, parem de enviar notícias e remessas aos que ficaram em Campo Grande, desaparecendo por longo período.

Ao questioná-lo sobre o motivo de tal desaparecimento, o senhor inicialmente relata que muitos imigrantes no Japão teriam ficado envergonhados por não conseguirem salários tão bons quanto os que almejavam antes da partida. Seria assim mais fácil deixar de enviar notícias e dinheiro, do que dar algum tipo de satisfação aos familiares.

Apesar desta sua resposta inicial, que remonta a existência de determinadas características exaltadas por parte da população japonesa e nikkei, como o sentimento de vergonha em decorrência de sua grande honra, conforme íamos conversando, em determinado momento, ele retorna ao assunto e diz que, por sua experiência e pelo contato que continua mantendo com os familiares dos decasséguis, o que pode perceber é que na realidade esses imigrantes em determinado momento não desejam mais manter o contato com determinados parentes que aqui continuam, e uma das razões seria a criação de novos laços em seu novo local de moradia e conseqüentemente, a criação de novas famílias.

A percepção por parte da família que fica, de que existem outros motivos por parte do decasségui para sua mudança ao Japão, pode ser verificada se retomarmos o período em que as esposas começam a seguir seus maridos. Muito antes de iniciar minhas pesquisas sobre imigração nikkei em Campo Grande, quando ainda era uma adolescente, pude acompanhar comentários e as famosas fofocas sobre a decisão destas mulheres em deixarem os filhos para ficarem ao lado de seus cônjuges. Acompanhar ou ir em busca dos maridos era, desde aquela época, entendido por todos como uma maneira de evitar traições e divórcios e, portanto, tentar manter a família unida. Para esta população de migrantes nikkei no Japão, a distância dos filhos, criados a partir de então por avós e outros parentes, seria superada pela possibilidade de manutenção dos casamentos.

Entretanto, em muitos casos, mesmo a ida das esposas em busca de manter a proximidade de seus maridos não foi suficiente para manter seus casamentos e a tão pretendida união. O caso do jovem Fernando, de 25 anos idade, revela um pouco sobre essa situação. Após seu pai se mudar para o Japão para trabalhar como decasségui, sua mãe decide depois de algum tempo deixar os filhos com avós, a fim de manter o casamento com o pai dos jovens. Porém, mudar de país para ficar ao lado do marido não foi suficiente para manter o casamento, o que causou fortes dores e mágoas em Fernando e sua irmã. O jovem demonstra seus sentimentos ao falar sobre a situação de sua família:

Após meus pais viajarem, se separarem, eu e meus irmãos ficamos sem contato com meu pai, eu percebi que família realmente era um ideal, que na verdade ele (o ideal) não existiria simplesmente pelo consanguíneo. Quero dizer que o sentimento que sempre tivemos pelo nosso pai se mostrou como era, simplesmente um sentimento criado pelos anos de relação que tivemos com ele e não algo preconcebido que nasce pelos laços de sangue. Pra reforçar, ele inclusive parou de mandar dinheiro passamos por problemas seríssimos por causa disso. Percebi também que meu pai tinha as próprias vontades dele e que na verdade, no fundo ele nos considerava um fardo, algo que limitava ele. Hoje vejo que ele se arrependeu, meus pais se separaram pois ele traiu minha mãe no Japão, e se isso já não bastasse ele a abandonou lá literalmente, não ia buscá-la no final do expediente dela, não dormia na casa junto dela, não saía com ela, tinha dias que ela nem via ele. Assim minha mãe que na época não tinha nem ensino médio, não sabia nem o básico de inglês se via num mundo totalmente diferente daqui do Brasil. Tudo isso contribuiu mais ainda pra ela entrar em depressão longe dos filhos longe de qualquer rosto amigo ou conhecido.

Para a população nikkei de Campo Grande, a presença das mães na cidade cuidando de seus filhos, ainda representava a ideia de que aquelas famílias manteriam uma certa harmonia, ao passo que, com a ida cada vez mais constante destas mulheres que buscavam manter-se próximas de seus esposos, teria se iniciado a verdadeira crise familiar. Pude observar que as críticas contra aqueles primeiros decasséguis – e mesmo os que deixam esposas e filhos nos dias atuais – ainda é muito grande.

Há uma diferença considerável quando se questiona alguém sobre sua experiência decasségui. Aqueles que regressaram à cidade e com quem pude conversar, fazem questão de afirmar que optaram por migrar com sua família, afastando qualquer possibilidade de comentários negativos. O mesmo ocorre entre meus informantes solteiros que viveram no Japão, e que constituíram suas famílias após retornarem à Campo Grande. Todos mencionam a possibilidade de uma nova ida ao Japão mas, desta vez, levando esposas/maridos e filhos, afirmando que a *“família precisa ficar unida”*.

Entretanto, apesar deste momento mais recente, em que pais e filhos viajam juntos para a terra do sol nascente, foram centenas as crianças e adolescentes que ficaram aos cuidados de avós, algumas vezes, até mesmo vivendo com pessoas não muito próximas e praticamente estranhas. Essa situação produz, conseqüentemente na cidade de Campo Grande, um novo ordenamento familiar, baseado na criação de novas famílias compostas por aqueles “abandonados”.

Como dito anteriormente, aos poucos, esses jovens que encontravam-se longe de seus pais e que deixaram de possuir o sentimento de pertencimento familiar, aproximam-se cada vez mais de amigos e passam a considerá-los como “irmãos” ou “primos”. Amizade e parentesco, desse modo, se amalgamam sendo difícil a criação de fronteiras entre ambos. Segundo Marshall (apud VIEIRA, 2004, p. 23), as relações de parentesco criadas pela amizade podem ser consideradas potencialmente melhores do que as relações de parentesco construídas a partir do fator biológico, visto que o “parente” é aquele que compartilha algo, que age como tal. O parentesco precisa, portanto, ser estimulado, o que faz com que laços sejam tanto criados quanto desfeitos.

Aqui, como exemplo, podemos retomar o caso de Paulo citado anteriormente. Filho de pai imigrante *naichi* e de mãe não-nikkei, Paulo vê seu pai retornar ao Japão quando ainda era uma criança, quando tinha aproximadamente 06 anos de idade. Como nos comentários de meus dois interlocutores acima, o casamento dos pais de Paulo não ia bem e, com a grande movimentação de nikkeis de Campo Grande para o Japão, em 1990 seu pai encontra um motivo para retornar à sua terra natal. Sua mãe, na tentativa de contornar a situação em que se encontrava com o marido, inicialmente cogita a possibilidade de acompanhá-lo, mas

ele nega, dizendo que ela deveria ficar para cuidar dos filhos. Algum tempo depois, seus pais se divorciam e seu pai se casa novamente.

Nesta mesma época, um de seus colegas de sala no colégio, o primo Bruno, também enfrentava a mesma situação. Seu pai havia se mudado para o Japão para trabalhar como decasségui e, tempos depois, sua mãe decide deixar a cidade para encontrá-lo, fazendo com que Bruno e seu irmão Joaquim passassem a ser criados pela avó. Vivendo a mesma experiência, mesmo sendo ainda muito crianças e sem entender muito bem o que se passava, os três meninos foram se aproximando cada vez mais. A mãe de Paulo ia buscá-lo todos os dias na escola e assim conheceu a mãe de Bruno e Joaquim, com quem sempre que possível conversava e, dessa forma, toma conhecimento da partida da mãe dos dois irmãos. Continuando com sua rotina diária, a mãe de Paulo procurava sempre se manter informada sobre os meninos, que passaram então, a frequentar sua casa.

O que se produziu, aos poucos, foi a transformação de uma relação de amizade para os termos do parentesco. Paulo, Bruno e Joaquim, que antes eram apenas colegas de colégio, transformaram-se em grandes amigos para, finalmente, cunharem seu parentesco. Passados mais de vinte anos, os três meninos tornaram-se adultos, casaram-se, tiveram filhos, mas ainda são os mesmos primos de sempre. Bruno e Joaquim continuam sendo estimados pela família de Paulo que os acolheu naqueles anos anteriores.

A mãe de Paulo, em toda esta história de abandonos, tornou-se mãe e tia de muitos. Quase todos os amigos nikkei de seus filhos entram em sua casa sem cerimônias a chamando de tia a todo momento. Além destes sobrinhos, ela também tornou-se mãe de André, hoje um jovem de 33 anos de idade, casado e pai de duas meninas. André conheceu a irmã de Paulo quando ambos tinham aproximadamente 14 anos de idade e estudavam no mesmo colégio na década de 1990 em Campo Grande.

Seus pais haviam migrado para o Japão quando André era ainda criança, deixando-o com os dois irmãos mais velhos e a avó materna, que não tem ascendência nikkei. O relacionamento de André com seus irmãos não ia bem, ambos não se entendiam e se mantinham afastados, pouco interagindo entre si (alguns anos mais tarde, seus irmãos também decidem se mudar para o Japão e André fica só com a avó). O jovem começa então a passar mais tempo nas ruas do

que em sua casa. Estava sempre com um ou outro amigo em jogos de fliperama durante o dia e em bares durante a noite. Era o típico garoto problema. Nessa época, ele conhece Rita e ambos começam a se aproximar.

Assim como aconteceu com Bruno e Joaquim, Rita passa a levar André para sua casa e, pouco tempo depois, o garoto ganha novos irmãos e uma nova mãe, que era chamada exatamente desta forma pelo adolescente: mãe.

Aos dezesseis anos de idade, aproximadamente em 1996, apesar das críticas e da reprovação da nova família, André decide ir ao Japão, assim como fizeram seus irmãos biológicos. Ao contrário do que ocorre normalmente entre decasséguis, durante todo o período em que esteve naquele país, foram constantes os telefonemas e as cartas enviadas para a (nova) família que havia deixado no Brasil.

O contato era tão comum que, ao retornar à Campo Grande, André dá continuidade às relações anteriormente construídas, visitando a “nova” mãe e os “novos” irmãos frequentemente. Neste período em que esteve de volta conhece sua atual esposa, que engravida em seguida. Lizandra, que não tem origem nikkei, é apresentada à sua nova sogra e também é adotada por aquelas pessoas.

Algum tempo após o nascimento de sua primeira filha, o casal decide ir junto ao Japão. Mais uma vez sob fortes críticas e sem a aprovação da família, os dois deixam sua filha ainda pequena com a mãe de Lizandra. É nesse momento, diante da forte reprovação com relação ao novo retorno ao Japão, que o contato começa a se tornar mais esporádico, apesar de nunca terem deixado realmente de se falar. André mandava notícias sobre acontecimentos importantes, contava sobre como estavam as meninas e perguntava aos irmãos sobre sua mãe.

Foram diversas idas e retornos. Em sua última estadia no Japão Lizandra e André haviam partido quando a filha caçula - nascida em Campo Grande em um desses momentos que o casal havia decidido se fixar na cidade – estava com apenas alguns meses de idade, retornando ao Brasil somente em 2012, após quase oito anos ininterruptos longe.

Durante todos aqueles anos, os pais e irmãos biológicos de André sempre estiveram no Japão, mas de acordo com o casal, sempre moraram em cidades diferentes e foram poucas as vezes em que se viram. Aproximadamente em

2010 seu pai biológico descobre um câncer e decide então, retornar ao Brasil. Em nosso encontro a questioneei se, a partir desse momento, os avós teriam se aproximado de suas netas, mas Lizandra afirma que não.

Vemos através destes exemplos de meus interlocutores que, na ausência de membros familiares e, diante da pouca força da consanguinidade, muitos indivíduos citam suas relações com amigos como forma de relacionamentos/parentesco. Porém, pude observar que esse novo parentesco, criado a partir dos laços de amizade e de fortes sentimentos entre estes jovens, mantiveram-se dentro do mesmo grupo de origem nikkei. Todos são filhos ou netos de imigrantes *naichi* que se aproximaram após a ida de seus pais ao Japão.

Diferentemente do que cita Kebbe (2012), que demonstra existir uma anulação das diferenças *naichi* e okinawana quando nikkeis migram ao Japão para trabalharem como decasségus, essa diferenciação aparentemente persiste entre aqueles que continuam em Campo Grande. No caso decasségui, novas relações são formadas entre os imigrantes brasileiros, independente de suas origens ou pertencimentos, criando-se laços e uniões entre nikkeis okinawanos e *naichi*. No Japão, longe de outros familiares e até mesmo dos amigos, aparentemente tais diferenças entre okinawanos e *naichi* passam a ser suprimidas diante da sublimação de sua condição de brasileiros imigrantes que os colocaria na já citada “minoría nikkei” em detrimento de outros pertencimentos – okinawanos, *naichi* ou outros. Naquele país, são todos brasileiros decasségus e suas origens tomam uma menor importância ao se construir novos laços.

Ao compararmos os dois contextos – decasségui e campo-grandense, certamente seria precipitado afirmar contundentemente que novas relações são produzidas entre aqueles que ficam na cidade de Campo Grande, orientando-se exclusivamente pela origem nikkei e grupo ao qual pertencem, em contraposição ao contexto nikkei no Japão, entretanto, levando-se em consideração que entre aqueles que ficam, não há uma ruptura ou transformação nos sentidos de pertencimento, os casos encontrados em Campo Grande nos fornecem indícios de que esta divisão pode ser continuamente mantida ao se estabelecerem novos elos familiares, especialmente se levarmos em conta que, muitos destes jovens frequentam espaços destinados mais a determinado grupo nikkei – Clube Nipo ou Associação Okinawa, o

que, mantendo-se de certo modo, mais próximos daqueles que possuem o mesmo pertencimento nikkei.

Nota-se que, apesar da partida de familiares ao Japão derivada do movimento decasségui – especialmente pais e mães –, o (re)ordenamento familiar que se produz decorrente da distância destes parentes, é similar ao parentesco construído ao longo das décadas de imigração nikkei na cidade e detalhados nos capítulos anteriores. Verifica-se que, de certa maneira, as relações entre os grupos *naichi* e okinawano de descendentes de decasséguis, mantem a lógica dos que chegaram do Japão à cidade, dando continuidade a certa oposição e a heterogeneidade.

Assim como é possível observar a criação de novos laços e da plasticidade da consanguinidade na construção do parentesco nikkei em Campo Grande, podemos também notar claramente entre descendentes de decasséguis uma constante mudança dos os papeis de parentesco realizados por cada individuo. Irmãos ou avós assumem os papeis de pais e mães enquanto estes estão no Japão trabalhando como decasséguis, e muitas vezes, com o retorno desses membros familiares ao Brasil, essas posições passam a ser conflitantes dentro da família.

5.5. Movimento Decasségui E Os Papéis Flutuantes do Parentesco

Diante da situação de migração, especialmente dos pais para o Japão, a fim de trabalharem como decasséguis, percebe-se uma grande fluidez no que diz respeito aos papeis de cada membro de uma família. Nota-se que, se pessoas sem conexão consanguínea podem se tornar irmãos, primos, tias ou mães, irmãos ou avós consanguíneos podem, por exemplo, se tornar pais, bem como pais, podem se tornar amigos.

Aqui, retomamos o caso de Lizandra, esposa de André, de quem falamos acima. Hoje Lizandra esta com aproximadamente 32 anos e suas filhas,

com idades entre 13 e 09 anos. Como descrito anteriormente, as meninas cresceram com os avós maternos, pois Lizandra e seu esposo André, foram ao Japão pela última vez quando a caçula acabara de nascer. Na época em que nos encontramos, em meados de 2012, Lizandra havia retornado ao Brasil há aproximadamente sete meses, deixando André no Japão.

Em nosso primeiro encontro era visível o quanto as meninas encontravam-se confusas com a nova situação. Lizandra tentava a todo momento impor seu papel de mãe, entretanto, as crianças só reagiam às ordens e pedidos de seus avós. Lizandra argumentava para que elas ouvissem a “mamãe”, mas seus olhares procuravam pelos rostos dos avós e, em situações conflitantes, quando Lizandra dizia algo e seus pais o contrário, ambas obedeciam aos avós.

Pude me reencontrar com essa família após o retorno de André ao Brasil. Ele havia chegado no mês de novembro de 2012 a Campo Grande. André ainda estava bastante assustado com a nova situação. Durante nossa conversa, ele me confessou ainda não ter compreendido direito o que estava acontecendo, pois era ainda tudo muito novo. Era o começo de sua nova vida como pai. Sua posição dentro da família, segundo sua esposa, refletia mais um amigo do que um pai. Um dos motivos, seria a falta de autoridade devida a um chefe de família. Além dessa falta de poder e, conseqüentemente, a ausência de hierarquia, foi possível notar a falta de afinidade e proximidade por parte de André com relação às pequenas filhas.

Utilizando da mesma ferramenta que meus interlocutores, passei a acompanhar suas vidas através do Facebook, já que estava com viagem marcada para meu estágio de doutorado na França e não poderia mais encontrá-los pessoalmente durante quase um ano. Foi quando, apenas alguns meses depois de chegar a Paris, acesso uma postagem de Lizandra comentando sobre o sofrimento de suas filhas por conta de uma viagem de André.

Conhecendo a história de André, logo imaginei que ele havia decidido retornar ao Japão, afinal, foram constantes idas e vindas nos últimos vinte anos, sem nunca se adaptar em nenhum dos países. Como é comum entre os nikkeis que migram ao Japão para trabalharem como decasségus, a cada viagem André partia cheio de planos que incluíam seu retorno à Campo Grande. A cada chegada de volta na cidade, entretanto, sentia-se perdido e sem sentir que estava em “casa”.

Através do próprio Facebook, lhe escrevo para saber o que havia acontecido e se André, mais uma vez tinha decidido ir ao Japão. Lizandra me responde dizendo que seu marido, após conseguir um emprego na cidade, precisava passar alguns dias em São Paulo para fazer um treinamento, mas que teria sido o suficiente para que suas filhas sofressem com a separação, mesmo que por um breve período de tempo.

É possível verificar através dos depoimentos colhidos ao longo da pesquisa de campo que, para as crianças, a situação de separação dos pais que migram para o Japão, acontece sempre de maneira mais traumática.

Acho que a primeira vez que meu pai foi pro Japão, eu não lembro direito, mas minha mãe fala que eu tive depressão. Tive que ter acompanhamento psicopedagógico, eu estudava na época. Era terceira ou quarta série. Eu era bem pequenininha. Eu não lembro, pra mim eu estava de boa. Mas ela falou que eu não conseguia concentrar na aula, eu não fazia tarefa, eu não prestava atenção na professora, a professora começou a perceber e pediu, conversou com minha mãe. Ela falou, realmente, porque o pai dela viajou e tal e não tem previsão de volta. Então diz que mexeu muito comigo. Mas eu não lembro direito. Tanto é que eu não lembro direito da fase de infância. Acho que foi por causa disso também. Mas hoje eu estou bem. Quando minha mãe contou eu fiquei surpresa. Falei, nossa, eu tive depressão. Nem lembro. Mas quando minha mãe foi que eu senti mais sabe. Eu acordava, ficava chamando ela (Depoimento de Jeniffer).

No depoimento de Jeniffer, acima, uma jovem de 22 anos que passou parte da infância até o começo de sua adolescência com os irmãos e os avós em Campo Grande depois de seus pais decidirem ir ao Japão para trabalhar, percebe-se o quanto pode ser complicado para as crianças e adolescentes compreenderem a separação e a distância:

A gente morou com meus avós. Depois moramos com uma tia. Aí a gente foi pra uma outra família e depois voltamos de novo pra casa dos meus avós. Aí depois a gente ficou com a mãe do meu pai. Que também é bem complicada a relação. Mas a gente mudou muito de família em família. Mas aí minha mãe fala assim: ainda bem que vocês não ficaram revoltados. Porque a gente ficou muito tempo separados. Tempo em família que a gente realmente teve, foi o

tempo no Japão, que realmente foi, sabe, família mesmo. A gente teve esse contato maior, e agora que a gente voltou, mas o ruim é que agora cada um tem as suas coisas pra fazer. Então a gente quase não se encontra. Mesmo morando na mesma casa. Meus irmãos moram juntos. É que meu irmão do meio faz medicina o mais velho formou em administração, trabalha e meu irmão do meio faz plantão. Eu trabalho de manhã, estava fazendo mais ou menos estágio a tarde, a noite tem faculdade. Então, assim, a gente não se encontra. A gente tem uma rotina totalmente diferente que parece que nunca tem ninguém em casa. Aí quando eu chego a noite, está todo mundo dormindo. Então é meio difícil, mas, estamos aí!

Em sua fala podemos notar que, quando fala sobre sua experiência como filha de decasséguis, Jeniffer utiliza de sua própria memória combinada à memória de sua mãe e outros adultos. Tal questão remonta as pesquisas orientadas por Igor Reno Machado (2014) que discorrem sobre a diferença de percepção sobre a distância produzidas por adultos em contraposição a percepção das crianças.

Adultos, normalmente, tendem a crer que as crianças não entendem a separação, especialmente dos pais, sendo vistas como problemáticas, podendo aqui, lembrarmos do termo “família destrambelhada” citada por uma de minhas interlocutoras. Entretanto, ao entrevistar filhos de emigrantes brasileiros (MACHADO, GUERREIRO, ALMEIDA, 2014), pode-se verificar que os filhos compreendem o porquê da partida de seus pais para outros países e a situação em que ambos – pais e filhos - se encontram.

No relato de minha jovem interlocutora, é possível observar estes dois contrapontos ao mesmo tempo. Sua depressão na infância é uma conclusão de sua professora à época e de sua mãe, que lhe conta sobre a situação algum tempo depois – quando voltaram a viver juntas – visto que Jeniffer afirma não se lembrar de ter sofrido de qualquer mal psicológico. Porém, já com idade um pouco mais avançada na época da partida de sua mãe ao Japão, a jovem explica poder se lembrar de seu sofrimento, que culminou na insistência em viver com os pais naquele país, pois não aceitava a distância entre eles. Somente após sua própria viagem ao Japão e posterior retorno de todos, Jeniffer cita a verdadeira “vida em família”.

Ainda em seu depoimento Jeniffer aborda essa questão da separação e o quanto ela afeta as relações familiares quando compara sua família com a de seu namorado, também nikkei (mas sem pais decasséguis). Quando fala de sua relação com o pai, Jeniffer explica que eles são como amigos:

A gente zoa um com o outro. Tipo, meu namorado, pra ele é estranho eu zoar meu pai, porque pra ele pai é uma representação de respeito, você tem que respeitar seu pai, não tem como ficar zoando seu pai. Lá em casa não.

Através destes dados, questões importantes foram colocadas com relação à construção do parentesco transnacional. Pode-se notar no contexto da migração que os laços e as posições de parentesco dentro da família possuem grande dinamicidade e flexibilidade durante o período de afastamento/distância geográfica (o que, nestes casos, não significa, essencialmente, distancia emocional) (KEBBE, 2011a; 2011 b).

Constantemente, os membros de uma família podem localizar-se em papéis diferentes, ora como filhos, ora como irmãos, ora como pais. Essa dinâmica é refletida de acordo com o contexto de imigração em que se encontram, com as relações entre quem fica e quem vai.

Meus irmãos já eram mais velhos. Então eles sempre cuidavam de mim. Eu acho que se não tivesse eles, ia ser bem mais difícil. O mais velho hoje tem 25 anos, o do meio tem 23 anos. Não é muita coisa, mas eles já eram mais maduros. Na época que eu tinha 13, 14, eles já estavam mais velhos. Tinham 16, 17. Eles eram maduros pra idade deles, sabe. Então eles sempre me cuidaram bem. E o meu avô que dava suporte, acho, da parte paterna. Do que faltava do meu pai, meu avô me ajudava. Nossa, acho que sem meus avós, esse suporte, seria bem mais difícil, sabe. Porque geralmente é assim, os filhos ficam com outra família, mas é diferente uma família cuidar dos filhos dos outros. Meus avós não. Era praticamente filhos. Filhos dos filhos. Então meus avós se apegaram muito a gente. Eles cuidaram muito bem. Mas eu acho que meus irmãos também foram bem maduros. Porque no momento em que eu desesperava, eles não podiam desesperar. Então eles tentavam me acalmar. Mas meus pais sempre ligavam, a gente conversava, eles ficavam mandando presentes, sabe. Eu acho que nunca fiquei revoltada por causa disso. Ah, meus pais estão longe. Que é o que muitas crianças fazem. Mas

era difícil pra conversar no telefone e contar tudo que passava, né. Minha mãe que fala: ah, eu perdi sua menstruação. Risos. Eu não li-go sabe, minha mãe que ficava mais... ah, eu perdi não sei o que. Mas a gente é bem amiga, sabe. Acho que pelo fato de eu ter ido pro Japão pra morar, aproximou muito a gente. A gente tem uma intimidade que você fala, nossa, nem parece mãe e filha. Parece irmã ou amiga.

Jeniffer demonstra em sua fala essa transição constante de papéis. Logo que ela nasceu, seu pai foi trabalhar como decasségui no Japão. Essa situação acabou por levar toda a família a mudar-se constantemente durante alguns anos:

Meus pais nasceram aqui, em Campo Grande. Tem uma vida normal. Na juventude, acho que meu pai foi ao Japão logo que eu nasci. Eu não sei direito a época que cada um foi. Eu sei que ele foi, ficou bastante tempo, então ele ia bastante e voltava né. Ai teve uma época que a gente morou em São Paulo, durante sete anos. Aí a gente mudou de novo pra Campo Grande. Continuamos morando aqui. Viemos em 1999. Então a gente saiu bastante. Eu fui pra São Paulo com três anos, voltei pra Campo Grande com uns nove. Então a gente ficou indo e voltando bastante. Ai, quando a gente se fixou aqui, meu pai decidiu ir. Depois a minha mãe foi e a gente ficou com meus avós. Aí quando eles voltaram em 2004, pra férias, pra visitar, eu falei que eu queria ir. A minha mãe não queria me levar de jeito nenhum. E eu continuava chorando que eu queria ir. Queria ir. Na época, eu estava com 14 anos, eu fui com 15 pra lá. Foi final de 2004 que eles voltaram pra fim de ano. Foi nessa época mais ou menos, meus pais iam ficar mais ou menos três meses. Novembro, dezembro e janeiro. Só que eles não queriam me levar. Ai eles tinham feito essa viagem pra mais ou menos três meses. Só que aí eles decidiram me levar. Minha mãe ficou mais um três meses pra arrumar minha documentação, passagem, tudo. E arrumar as coisas aqui no Brasil. Porque eu estava estudando. Tinha que trancar, tudo. Tinha que ver um monte de coisa. Foi bem tenso na época, acho, para os meus pais me levarem”

Sem aceitar mais as constantes separações, Jeniffer acabou convencendo seus pais e partiu rumo ao Japão, aos 15 anos de idade. Diferentemente da situação de Priscila ou André, a jovem foi pelos pais matriculada em uma escola e por eles proibida de abandonar os estudos para trabalhar:

É, mas eu acho que eu nem queria parar de estudar. Não era uma opção pra mim. Porque todo mundo vai pra lá e quer trabalhar né. Eu acho que se tivesse feito isso, teria perdido muita, muita coisa. Meus pais sempre apoiaram, tanto é que lá no Japão eu entrei em escola particular, japonesa. Tanto é que eu fui a primeira japonesa, ops, brasileira a entrar na escola japonesa, que era essa particular. Então, eu fiz, na verdade, a face do brasileiro naquela escola. E na outra escola que eu fui também. Era assim, tem o governo do Japão, que oferece até o ensino médio. Se quiser faculdade é pago. Mas tem escolas do ensino médio que são particulares. É mais ou menos que nem aqui. mas a qualidade lá é totalmente melhor. Bem melhor”.

Jeniffer relembra que antes de ir ao Japão, mas já com planos de convencer seus pais em acompanhá-los, decidiu começar a estudar japonês por conta própria, para que pudesse conhecer ao menos algumas palavras e expressões. Entretanto, ao chegar ao Japão, percebeu que não seria tão fácil aprender o novo idioma. Ela conta que no início ria a maior parte do tempo, pois não entendia a língua, mas as palavras a faziam lembrar de palavras em português:

Eu ria muito sozinha. Porque assim, tinham algumas palavras em japonês, que não é besteira, mas aqui é, entendeu. Besteira assim, porque eu não sou de falar palavrão. Nossa, era muito engraçado, que nem, *-koko-* é aqui, aí eles falavam *-koko-* toda hora. Eu ficava rindo. Porque eu não entendia. Ai eu fui aprendendo aos poucos. Eu tive o acompanhamento de uma tradutora que o governo oferecia. Era uma japonesa que dava aula em português para os estrangeiros. Então a primeira escola que eu fui que era só pra fazer o oitavo ano, tinha essa tutora e a professora de inglês me ajudava bastante. Ela me deu um dicionário que tinha as três línguas, japonês, português e inglês. Inglês eu estudei um ano, eu fui pros Estados Unidos também em 2004 e eu tenho o básico do básico. Então eu consegui desenvolver bem o inglês, falando com essa professora. Porque ela morou no Canadá, então, assim, não era tão feio. Não era tão triste.

Jeniffer foi aos Estados Unidos através de sua Igreja, quando ainda morava no Brasil com os avós. Nesse momento, conta o quão difícil foi quando seu avô, que a criara pelos anos em que seus pais estavam fora, veio a falecer.

Ele praticamente me criou. Então a perda pra mim, lá, foi bem tensa. Bem triste.

Durante nossa conversa, Jeniffer fala sobre a relação com os irmãos enquanto seus pais viviam no Japão. A jovem relata que por terem mais idade, os dois jovens acabaram por atuar de maneira diferenciada com relação à ela. Eles eram os protetores, que zelavam pelo seu bem-estar físico e psicológico, na tentativa de suprir a distância de seus pais. Quando estive no Japão, seus irmãos foram visitá-la e o contato entre eles era sempre constante:

A gente se falava bastante por e-mail. E-mail e telefone. Então, a gente conversava muito. Meus pais eu só encontrava à noite. Porque a minha rotina era assim (no Japão), eu acordava, a gente tomava café da manhã juntos, mesmo que não estivesse com fome, acho que a gente fazia isso pra ter um tempo juntos. Então, durante a semana eu tomava café, ia pra escola, eles trabalhavam juntos, perto de casa, aí eu voltava umas quatro horas pra casa quando eu não saía com as minhas amigas, porque elas sempre me chamavam pra comer, assim. Aí eu voltava pra casa, fazia a limpeza da casa, lavava roupa, essas coisas básicas”.

Ao contar sobre sua rotina no Japão, Jeniffer relembra os momentos em que a família se reunia. Ela conta que os três assistiam TV juntos, acompanhando as novelas japonesas e que foi quando, assim como os filhos de Maria, ela passou a atuar como tradutora para os pais, que nunca aprenderam o idioma japonês:

Eu ficava traduzindo as coisas pros meus pais, por que eles não falam muito, então a gente ficava sentado, só rindo. Meus pais falam pouco. Porque assim, a empresa que eles trabalhavam tem muito brasileiro e peruano, então o máximo que eles poderiam aprender era o espanhol. Mas os peruanos lá, aprendem português muito rápido. Então, elas que acabavam falando português. E eles acabaram não pegando nada, entendeu.

Os depoimentos citados demonstram que, durante este processo de separação outros parentes precisam, de certa forma, ocupar os papéis daqueles que estão distantes, especialmente quando se trata de pais e mães. Produz-se o tempo todo uma reordenação na lógica familiar sobre quem ocupa determinada posição entre aqueles membros. Mesmo nos casos em que os filhos mudam-se com seus pais para o Japão, o simples fato de atuarem como intérpretes de pais e mães traz, no limite, uma alteração destes papéis, em que filhos passam a realizar a comunicação entre seus pais e os demais. Muitas vezes, responsabilizam-se por questões domésticas e/ou burocráticas, acompanhando-os em supermercados ou bancos, além de ensinar o idioma para seus pais.

Entre aqueles que ficam em Campo Grande, irmãos mais velhos, por exemplo, passam constantemente a se ocupar da educação e bem-estar dos mais novos, assumindo responsabilidades até então, impensadas e para as quais não estavam preparados. Em casos mais extremos, jovens são ou sentem-se realmente abandonados e, quando acolhidos, produzem parentesco a partir de suas relações com outras famílias, com as quais não possuíam nenhum tipo de vínculo anterior, seja pelo sangue ou pelo sobrenome.

A fluidez, portanto, é constante no que se refere aos parentescos e parentes quando se trata de famílias decasséguis. A noção de modelo aos poucos desaparece, não sendo, de certa forma, possível categorizar quem é o que. Pais são aos poucos classificados como amigos, irmãos ou avós assumem as responsabilidades dos pais, amigos se tornam irmãos ou primos.

Apesar de não podermos falar em padrões, visto que todas as famílias possuem determinadas particularidades, nota-se que há elementos que podem ser percebidos em todas as falas dos interlocutores com os quais mantive contato durante todo o período de pesquisa de campo no que se refere ao movimento decasségui. Os relatos e depoimentos se aproximam constantemente, especialmente quando se trata de sentimentos produzidos pela separação de casais e pais e filhos.

Os relatos de Margarida e Amanda, por exemplo, aproximam-se constantemente, particularmente no que se refere aos sentimentos criados pela distância. Margarida é uma senhora de 59 anos de idade, nascida em Dourados, cidade localizada a 300 km de Campo Grande. Filha de pai *issei* e mãe *nissei*, ambos de origem *naichi*, Margarida mudou-se para Campo Grande na adolescência. Ao relembrar a história de sua família no Brasil, Margarida, assim como todos os outros interlocutores, lamenta não estar com o *koseki* em mãos.

Ao realizarmos sua genealogia, Margarida começa nomear cada parente. Quase todos vivendo no Japão como decasségui, inclusive uma de suas filhas, que havia viajado com o marido e o filho pouco antes de nos encontrarmos. Margarida também viveu no Japão por diversos anos, assim como seus outros filhos e seu ex-marido. Em sua família, as histórias de separações entre migrantes nikkei no Japão são constantes, tendo ela mesma se divorciado do pai de seus filhos quando, após Margarida retornar ao Brasil, seu marido envolve-se com outra mulher.

Após uma separação tumultuada, visto que seu marido, um não-nikkei, não aceitava o divórcio pois não queria perder o direito de viver no Japão, o casal se divorcia oficialmente. Outros parentes mencionados por Margarida se divorciaram nas mesmas situações, após um dos cônjuges viver no Japão enquanto o outro continuava no Brasil com os filhos, perdendo contato quase total logo depois da separação.

O ponto mais tocante de sua fala, entretanto, refere-se à relação que os filhos estabelecem com pais e irmãos que vivem no Japão. No caso de Margarida, uma de suas filhas, Joana, a única que nunca viveu naquele país devido a pouca idade na época em que seus pais e irmãos migraram, ficou em Campo Grande aos cuidados dos avós e, posteriormente, da sogra de sua irmã mais velha, até que finalmente, sua mãe decide retornar ao Brasil, com um novo filho que havia nascido enquanto ela trabalhava no Japão como decasségui. Sentindo falta de sua família, Joana pede aos irmãos como presente de quinze anos a passagem para que pudesse encontrá-los.

Joana conta que a saudade era muito grande e que, quando recebeu o telefonema de seus irmãos para que escolhesse um presente, não teve dúvidas ao pedir para vê-los. Os irmãos, que não estavam preparados para tal solicitação,

precisaram de tempo para, juntos, acumularem o dinheiro suficiente para realizar seu desejo.

Assim como Joana, Amanda⁷⁹, uma jovem nikkei de 32 anos de idade, casada e mãe de um bebê, também sofria na adolescência com a ausência dos irmãos. Para conhecer sua história, fui recebida em sua casa, onde sua mãe, irmã e sobrinho passavam alguns dias de férias. No caso de Amanda, não realizamos sua genealogia, visto que eu fui levada até ela por acaso através de uma conhecida e, portanto, nem eu, nem ela estávamos preparadas para a coleta deste tipo de dados.

Mesmo com a surpresa de minha visita, Amanda abriu as portas de seu lar e concordou em falar sobre sua família, especialmente sobre sua experiência como decasségui. Diferentemente do que ocorreu em quase todas as entrevistas coletadas (com exceção da entrevista de Margarida), pude conversar com diversos membros de uma mesma família ao mesmo tempo. Assim, estes dois casos, o de Margarida e o de Amanda, nos transmitem uma perspectiva familiar e não individual. Desse modo, minha presença era quase a de uma ouvinte de diálogos entre familiares, uns questionando e respondendo aos outros. Especialmente no caso de Amanda, nossa entrevista aflorou sentimentos entre os membros daquela família e o choro não pôde ser controlado pela jovem, particularmente quando falava sobre as relações de sua família, considerada por muitos e, talvez por eles mesmo, como problemática.

Tais problemas familiares seriam o resultado das separações e da distância que se cunhou entre eles ao longo dos últimos anos. O maior afetado, de acordo com Amanda e sua irmã, seria o sobrinho de ambas, filho do terceiro irmão. O adolescente, nascido no Japão, teria sofrido com a separação dos pais, o novo casamento de ambos e a necessidade de viver com a avó e a tia – mãe e irmã de Amanda que estavam presentes em nosso encontro – durante anos, para, recentemente, voltar a viver com a mãe, que já tem outros filhos de outros casamentos, o que produz certos conflitos familiares.

Ao retomarmos todas as entrevistas, vemos que, diante de todas as particularidades de cada interlocutor e suas famílias, suas histórias se convergem

⁷⁹ As histórias na íntegra de Margarida e Amanda podem ser lidas nos anexos.

em uma só em determinados pontos. A todo momento suas falas demonstram que o processo de migração para o Japão não se dá de maneira fácil e descomplicada e, que a decisão de um afeta à todos os membros de suas famílias, produzindo novas formas de experimentar e viver o parentesco, utilizando-se das ferramentas e/ou estratégias que se apresentam disponíveis para cada família ou parente distante, seja utilizando-se dos meios de comunicação disponíveis atualmente, na tentativa de manter a relação entre parentes ativa ou ainda, construindo a constante expectativa do retorno dos que estão longe.

Pudemos observar ao longo de toda a pesquisa, que o movimento decasségui possui sua importância na construção de parentescos e relacionalidades na cidade de Campo Grande. Parentescos e relacionalidades estas, que sempre estiveram em intenso e constante movimento entre os nikkeis que elaboram suas famílias na Cidade Morena, como foi possível notar ao analisarmos todos os dados colhidos durante o período de campo.

Vemos que o movimento decasségui em si, não surge como um elemento desestabilizador do(s) parentesco(s) ou das famílias, mesmo quando estas são consideradas “destrambelhadas” pelos nikkei que permanecem em Campo Grande. Apesar de tais críticas, foi possível notar que os parentescos nikkei da região sempre foram construídos de forma dinâmica, alterando-se ao longo dos anos e, no limite, contrapondo as particularidades okinawana e *naichi*.

A reformulação ocasionada pela partida de parentes ao Japão continua, de certa forma, as transformações que têm ocorrido ao longo das últimas décadas e que foram expostas nos capítulos anteriores. Através dos dados colhidos, vemos que os casamentos das primeiras décadas de imigração em Campo Grande, realizados quase que exclusivamente dentro do próprio grupo de origem nikkei – *naichi* ou okinawano – dão lugar às novas famílias formadas majoritariamente com cônjuges não nikkei que produzem, conseqüentemente, uma nova forma de japonesidade mestiça, mas que carrega ainda os contrastes e diferenças de uma okinawandade oposta à uma naichicidade.

Finalmente, nos últimos anos, uma nova reformulação de parentescos é produzida, relacionada à distância de membros familiares e que geram novas construções familiares agregando-se indivíduos que vivem esta mesma experiência da transnacionalidade. Entretanto, ao contrário do que ocorre entre os indivíduos que migram ao Japão e lá constroem novas famílias ou relacionalidades, obliterando

as diferenças internas aos grupos e às quais estavam habituados em Campo Grande, os nikkeis que permanecem na cidade, ao estabelecerem novas relações de parentescos dão continuidade às diferenças internas compõem o grupo nikkei de Campo Grande, e assim, continuam a pensar aos outros e a si mesmos, enquanto indivíduos *naichi* ou okinawanos.

Neste sentido, a pesquisa tem demonstrado que, apesar de todas as mudanças e transformações nas formas como são estabelecidos os elos e laços entre os indivíduos nikkei da cidade, particularmente no que se refere ao parentesco, a ideia de existência de uma homogeneidade e coesão não são realmente observáveis em Campo Grande, que mantêm até os dias atuais a contraposição e a heterogeneidade que reforçam a todo momento as especificidades e diferenças existentes entre os grupos okinawano e *naichi*.

CONCLUSÃO

O tema desta pesquisa surgiu a partir de minhas inquietudes sobre as relações entre os dois grupos nikkeis que vivem em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Por mais que que ambos tentassem se apresentar como um único grupo homogêneo e coeso, denominando-se como iguais, e identificando-se enquanto japoneses, suas falas nem sempre coincidiam com seus comportamentos excludentes. Saber “quem é o quê” sempre foi parte importante nas construções das relações nikkei da cidade. Saber a origem *naichi* ou okinawana seria visto como uma explicação para questionamentos produzidos sobre determinados indivíduos.

Partindo do conhecimento de que estes grupos não compartilhariam de um mesmo modo de ser ou se sentir “japonês”, me debrucei sobre as investigações que compõem esta tese. Se, apesar das tentativas públicas de se homogeneizar estes grupos continuam a marcar suas diferenças, como se constituiria o parentesco entre eles?

Para tentar encontrar as respostas para este questionamento inicial, comecei a investigação sobre quais seriam as bases destes dois parentescos focados no Japão, anterior ao processo de imigração. Deste modo, o primeiro capítulo desta tese foca-se particularmente sobre as discussões realizadas por pesquisadores do Japão sobre eles mesmos. Através da bibliografia produzida por estes investigadores pudemos notar que, mesmo sendo visto como um país e um povo tradicional, que exalta a manutenção de suas tradições, o Japão passou por diversas transformações ao longo do tempo que afetaram de alguma maneira, a forma como constroem ou enxergam seus parentescos, considerado a cada dia mais ocidentalizado.

Especialmente no que se refere ao período da Segunda Guerra Mundial, foram produzidos diversos embates teóricos entre os críticos das mudanças que a família japonesa enfrentava, especialmente após a mudança da

legislação que anulava “legalmente” a noção de *iê*, e os que defendiam a ideia de que, apesar destas transformações nas leis japonesas, a lógica do *ie* persistia – e ainda persiste – para além de uma mudança de legislação.

Além de proporcionar a possibilidade de compreender tais transformações – ou manutenções – nos parentescos no próprio Japão, a literatura analisada evoca ainda, algo particularmente importante, que reforça a existência de diferenças internas ao grupo que se pretende homogêneo.

Vemos através das etnografias publicadas em décadas anteriores que as formas como os *naichi* e os okinawanos constroem e elaboram seus parentescos divergem entre si, apesar de todos serem, em certa medida, classificados genericamente como japoneses. A própria lógica do *ie* e do *koseki-tohon*, inseridas no contexto okinawano após o processo de anexação da província ao Japão, não são suficientes para torna-los homogêneos.

Nos dois casos, a transmissão de sobrenomes se mostra importante no que diz respeito ao reconhecimento de indivíduos enquanto parentes ou familiares, entretanto, ao analisarmos a literatura exposta no primeiro capítulo sobre os dois tipos de parentescos, vemos que sua constituição depende do ajuste do sobrenome a outros elementos. No caso okinawano, as entrevistas nos demonstraram que a construção do parentesco estaria baseada na transmissão do sangue e na endogamia, que resultaria da noção de pertencimento a um solo, um território em particular. No limite, todos são parentes por compartilharem do mesmo sangue, atribuído aos descendentes por um ancestral em comum, resultado de diversos casamentos entre aqueles que compõem e se relacionam a determinado território.

No contexto japonês/*naichi*, entretanto, meus interlocutores demonstraram que o sangue se apresenta como uma substância menos importante no que se refere à construção de parentesco, prevalecendo neste caso, o status das relações entre os indivíduos. Entre os *naichi*, indivíduos são facilmente incorporados/adotados pelas famílias, sendo possível pensar em um parentesco “flutuante” ou “fluido”.

Estas questões puderam ser observadas particularmente através de minha participação na Associação Okinawa de Campo Grande, onde pude frequentar as atividades desenvolvidas pelas *obachan* e descobrir sobre suas

famílias, especialmente, sobre a importância de seus papéis como avós. Aquele pode ser considerado um dos períodos mais frutíferos da pesquisa, quando pude dentro de certos limites, me integrar ao dia a dia daquelas senhoras. Acompanhando o curso de crochê, pude observar mais profundamente como se constroem as diferenças entre okinawanos e *naichi* na cidade e, sendo uma jovem mulher de origem *naichi*, foi possível vivenciar a constante diferenciação entre os grupos que continua a ser produzida mesmo nos dias atuais.

Naquele espaço eu sempre fui uma *naichi*, uma “japonesa de Tóquio” e não uma *uchinanchu*, ou alguém originária da “ilha” (Okinawa). O segundo capítulo, portanto, debruçou-se sobre as japonesidades e okinawanidades possíveis entre os nikkei de Campo Grande, que puderam ser observadas através da presença no *Fujin-kai*.

Ao refletir sobre a presença nikkei na cidade, é possível observar que Campo Grande se caracteriza como uma cidade japonizada devido à forte influência dos imigrantes e descendentes que ajudaram a construí-la e que até os dias atuais possuem forte visibilidade na cidade. Entretanto, ao adjetivar Campo Grande, usa-se constantemente o termo “japonês” ou “japonesa”, obliterando de certa forma a enorme presença okinawana e sua cultura e tradições. Como exemplo, podemos retomar a culinária *uchinanchu*, o Sobá, símbolo da cidade mas, classificado genericamente como um prato “japonês”.

Participar do *Fujin-kai* me proporcionou em certa medida, portanto, averiguar que, apesar de se eclipsarem em determinados contextos, as japonesidades e okinawanidades são construídas separadamente por estas populações nikkei, apesar dos mais de cem anos em que se estabeleceram em Campo Grande.

Tais diferenças produzidas em e por suas japonesidades e okinawanidades nos levam ao tema principal desta pesquisa que refere-se à construção de novas famílias nikkei na cidade. Acompanhando meus interlocutores e recolhendo os registros de casamentos de indivíduos nikkei em Campo Grande, foi possível observar que o pertencimento *naichi* ou okinawano aparentemente é fortemente levado em consideração ao se construir novas famílias, através da escolha de cônjuges na formação de novos casamentos.

Como vimos ao longo dos capítulos dois, três e quatro que compõem esta tese, uniões matrimoniais entre membros dos dois grupos nikkei pouco foram realizadas nas primeiras décadas de imigração em Campo Grande e assim permaneceram até a época atual.

Tanto os registros documentais quanto meus interlocutores permitiram observar algumas características sobre os casamentos nikkei. Vemos que inicialmente havia uma preferência na formação de novas famílias a partir de uniões matrimoniais que permanecessem dentro de um mesmo grupo nikkei, fosse *naichi* ou okinawano, tendo sido realizados poucos casamentos entre indivíduos com origens nikkei diferentes.

Com o passar dos anos, entretanto, uma transformação começa a se estabelecer no que diz respeito aos novos matrimônios e que aos poucos foi se delineando durante a coleta dos dados documentais e que indicavam a formação de uniões sendo criadas entre casais nikkeis e não-nikkeis. Contrariamente às expectativas de que ambos os grupos fossem aos poucos se “misturando” e produzindo famílias *naichi-okinawanas*, anulando-se assim em certa medida as diferenças existentes entre nikkeis e que pudessem produzir um grupo mais homogêneo, bem como reforçar a ideia de *nihonjinron* propagada pelo Japão, o que ocorre é o oposto.

Se nas décadas iniciais havia uma diferenciação entre homens e mulheres nikkeis com relação à escolha de seus cônjuges, possuindo os homens aparentemente mais direitos de contrair casamentos com mulheres não-nikkeis em contraposição às mulheres nikkeis, que durante mais tempo casaram-se quase que exclusivamente dentro do mesmo grupo de origem, surge o momento em que ambos, homens e mulheres casam-se cada vez mais com cônjuges sem ascendência nikkei.

Escolhendo preferencialmente esposos ou esposas sem origem nikkei, as famílias da cidade de Campo Grande passam a ser cada vez mais compostas com filhos mestiços que, mais tarde, repetem as escolhas de seus pais. E aqui, ao refletirmos sobre a produção de filhos com pais de origens diferentes, estabelece-se uma diferenciação entre aqueles indivíduos que possuem pais de origens nikkei e não-nikkei e filhos de pais *naichi* e okinawanos.

Durante o trabalho de campo, enquanto frequentava eventos nikkei e a Associação Okinawa de Campo Grande pude observar mais claramente a diferenciação que se produz entre estes grupos “mestiços”. Eu mesma, por possuir pai *naichi* e mãe não-nikkei, era classificada facilmente como uma jovem mestiça por todos os meus interlocutores e interlocutoras. Ser mestiça ou mestiço nestes casos, jamais se apresentou relacionado a possuir pai ou mãe de origem *naichi* ou okinawana com cônjuge não-descendente.

Neste caso, pouco importa a qual grupo nikkei um dos pais pertença, mas sim, a presença não-nikkei de um dos pais. Em contraposição a este dado, situam-se os filhos de pais com origens okinawana e *naichi*. Estes, nunca são classificados como mestiços, sendo o seu pertencimento *naichi* ou okinawano constantemente explicitado. Assim, verificou-se através das entrevistas que dificilmente filhos de pais com origens nikkeis diferentes são vistos ou classificados por outros nikkei como pertencentes as duas origens mas, pertencentes à apenas uma destas.

Este pertencimento, podemos notar, conecta-se as produções de *naichicidade* e okinawanidade citadas anteriormente, que se constituem independentemente uma da outra apesar da existência de uma japonesidade pública e contextual, produzida em momentos particulares e específicos da vivência nikkei campo-grandense, reforçando-se deste modo, constantemente, as particularidades destes dois grupos que se opõem.

Pode-se verificar que, em ambos os casos, a construção de uma “japonesidade mestiça”, da *naichicidade* ou da okinawanidade está intimamente relacionada à presença e participação das mães e avós nikkei na educação dos filhos e netos. As falas de meus interlocutores apontaram para esta direção em diversos momentos, explicitando a importância do papel destas mulheres na construção de tais pertencimentos, bem como evidenciaram a relação afetiva e emocional que se estabelece, especialmente, entre avós e netos.

Essa relação entre netos e avós também está presente com muita força e ênfase ao tratarmos sobre o movimento decasségui, descrito no quinto capítulo desta tese. Quando pais partem ao Japão para trabalharem como decasséguis, normalmente como mão de obra nas fábricas daquele país, seus filhos

são deixados geralmente aos cuidados dos avós que permanecem na cidade de Campo Grande.

Os motivos para partir ao Japão são diversos. Muitos falam do desejo de conhecer a terra de seus ancestrais, de viver nossas experiências, mas quase todos se focam na questão econômica para explicar sua permanência no Japão, mesmo que tais razões sejam discutidas e questionadas até mesmo por outros nikkeis da cidade, que vêem esse movimento migratório mais como fuga da realidade vivida na cidade – inclusive familiar - do que como uma busca por melhores condições financeiras.

Mas, apesar de todos esses comentários e das famosas fofocas, na fala de muitos interlocutores observa-se que a ideia de ir ao Japão quase sempre está envolta no desejo e na esperança de comprar ou construir uma casa. “*Meu irmão comprou a casa da minha mãe*” ou, “*eu pude reformar a casa da minha mãe*”, são frases comuns e evidenciam este anseio entre a população nikkei decasségui de Campo Grande. A casa comprada através do trabalho no Japão é o espaço onde essa família pode novamente se reunir e dar continuidade às suas relações. Ao declararem, especialmente, a importância de comprar ou reformar a casa de suas mães, retornamos à importância que avós exercem dentro de suas famílias, organizando almoços e, assim, aproximando gerações e mantendo os laços entre seus descendentes.

O conceito de Casa, proposto por Lévi-Strauss vem sendo utilizado por diversos pesquisadores atuais do parentesco. De acordo com Machado (2012, p. 60),

para Stone, o conceito de Casa tem inúmeros paralelos com outras correntes do parentesco contemporâneo: ele separa as relações de parentesco das relações enraizadas em conexões biológicas. Ele também é mais facilmente identificado com conceitos nativos e abre portas para uma visão do parentesco como construído por ações estratégicas, além de misturar a distinção entre sociedades complexas e simples. Também tem ressonâncias com o parentesco pós-schneideriano, ao ser conectado com a organização social: a Casa⁸⁰ é entendida como uma característica central da organização social em sociedades de casa.

⁸⁰ Casa difere-se aqui de casa, por seu conteúdo analítico, não referindo-se à estruturas arquitetônicas ou prédios. De acordo com Lévi-Strauss, “Casa, diferente de família, não coincide com a linhagem agnática, que às vezes é até destituída de base biológica e consiste numa herança material e

Janet Carsten e Stephen Hugh-Jones, na obra “About the House - Lévi-Strauss and Beyond”, publicada em 1995, apresentam diversos ensaios em que demonstram a importância da Casa enquanto elemento importante na construção de parentescos.

Nota-se que não é qualquer indivíduo que está apto a adentrar em uma casa e compartilhar da intimidade da família. A presença dessas pessoas neste espaço depende das relações existentes (ou, neste caso, das relações desejadas) entre os indivíduos. Novos parentescos, citados anteriormente, baseados na amizade, compõem-se primordialmente da inserção destes novos membros neste espaço, que passa a ser compartilhado por quem o frequenta, produzindo irmãos, primos ou tias e tios.

A Casa, para além de sua estrutura arquitetônica, é um espaço tanto físico quanto simbólico através do qual é possível construir e/ou desconstruir famílias e relações de parentesco. Ninguém torna-se membro de uma Casa por acaso, sendo preciso que exista uma forte relação entre os indivíduos que os tornam uma família, independente de ligações biológicas entre estes indivíduos. No contexto nikkei de Campo Grande, pudemos observar em um dos casos que a constante presença dentro da casa conjugada ao elemento da amizade produziu um forte laço de parentesco entre um grupo de jovens que se tornaram irmãos e primos.

A Casa também atua como elemento que aproxima indivíduos separados no espaço transnacional. No caso decasségui, ela é o elemento que reforça determinados laços/conexões de parentesco. A ideia do retorno está comumente atrelada à construção da casa e às relações que continuarão ou serão (re)produzidas dentro daquele espaço, tão almejado por esta população nikkei.

Além destas novas formas de parentesco produzidas pela partida ao Japão e pelas relações que se estabelecem em torno da noção de Casa, ainda sobre o movimento decasségui podemos refletir sobre sua importância no que diz respeito as noções de parentescos discutidas ao longo desta tese, especialmente no

tocante ao *koseki-tohon*. Desde o início desta pesquisa meus interlocutores citavam este documento ao se referirem à família e ao parentesco.

É certo que quase toda a população nikkei de Campo Grande, seja *naichi* ou okinawana, experimenta ou experimentou essa vivência decasségui, sempre possuindo alguém da família que vive ou viveu no Japão. Esse movimento parece ter uma grande importância ao pensar a família através do *koseki*, afinal, através dele é que se torna possível viajar à Terra do Sol Nascente.

Talvez, tenha sido o registro civil japonês a produzir uma nova (re)formulação do parentesco entre esses nikkeis, aproximando-os novamente dos conceitos sobre parentesco pertencentes aos seus ascendentes que migraram do Japão para o Brasil. Se atualmente todo nikkei conhece e cita automaticamente o *koseki-tohon*, anteriormente ao movimento decasségui surgido nos anos 1980 aparentemente a situação era um pouco diferente.

Poucos possuíam conhecimento e informações sobre este registro civil. Talvez esse desconhecimento tenha sido consequência da descoberta de seus pais ou avós de que dificilmente eles voltariam ao Japão, deixando de lado a atualização dos dados (KEBBE, 2012) presentes no *koseki* e não informando seus filhos e netos sobre sua existência. Entretanto, diante da possibilidade de irem ao país de seus antepassados, descubrem através das agências de viagens especializadas em enviar nikkei para trabalharem nas fábricas japonesas que somente indivíduos registrados podem realizar o percurso até o Japão. Dessa forma, podemos observar que o movimento decasségui teve sua parte de responsabilidade na construção das noções de parentesco existentes atualmente entre os nikkei da cidade de Campo Grande.

Pudemos observar através dos registros de casamentos realizados ao longo do tempo na cidade, das entrevistas e da participação em atividades direcionadas ao nikkei de Campo Grande que o parentesco tem se transformado ao longo do tempo. Transformações estas que ao longo dos anos tem tanto os aproximado quanto distanciado dos conceitos compartilhados por seus antepassados. Novas famílias têm sido construídas nas últimas décadas contrariamente à ideia de homogeneidade, visto o grande número de casais formados com indivíduos não-nikkei, preterindo cônjuges de origem nikkei

diferentes, bem como retomam o *koseki* ao discursarem sobre suas famílias e relações de parentesco.

Retomando os primeiros dados apresentados nesta tese, é possível traçar as transformações que vêm ocorrendo ao longo das décadas no que se refere à produção de novas famílias. Vimos que os casamentos nos anos seguintes a chegada à cidade foram construídos particularmente dentro do mesmo grupo de origem nikkei. Os cônjuges eram escolhidos preferencialmente entre indivíduos de mesma origem, fosse ela *naichi* ou *okinawana*.

As primeiras mudanças visíveis naquele período referem-se à questão de gênero, que não pode ser preterida nesta pesquisa. Inicialmente, homens possuíam maior abertura em estabelecer relações conjugais com mulheres sem origem nikkei, enquanto as mulheres mantinham-se frequentemente dentro do mesmo grupo. Aos poucos, porém, às mulheres também é concedida certa liberdade de escolha, que caminhou intensivamente para a escolha de maridos não-nikkei, preterindo-se homens do grupo nikkei oposto.

Este novo posicionamento nos leva a uma nova transformação nikkei na cidade. Cada vez mais produzem-se famílias mestiças, que casam não somente indivíduos – esposos e esposas – mas grupos nikkei e não nikkei. Esta nova produção e geração de filhos e netos mestiços, entretanto, não anulam a condição de pertencimento *okinawano* ou *naichi*, que se mantêm constante entre os nikkei campo-grandenses.

Nem mesmo o movimento decasségui que surge nas décadas mais recentes – e que também altera a formação de novas famílias na cidade – é capaz de anular ou obliterar tais diferenças. Com a partida de parentes e familiares ao Japão, que produz através da distância novas formas de relacionais entre os indivíduos que permanecem em Campo Grande, ou seja, produzindo novas famílias compostas especialmente de jovens com pais ausentes, a heterogeneidade e a noção de pertencimento *okinawano* ou *naichi* é continuamente produzida. Estes novos parentescos têm sido formados entre indivíduos que possuem um mesmo pertencimento nikkei específico.

Diante de tantas mudanças na história desse grupo nikkei em Campo Grande, o que fica claro é que, de alguma forma, apesar de tantas transformações e

reformulações nos parentescos produzidos por essa população, a ideia de homogeneidade se mostrou sem força em oposição à heterogeneidade e as diferenças internas aos nikkeis continuam a ser construídas intensamente.

Heterogeneidade e diferenças que produzem japonesidades distintas, que resultam em *naichidades*, okinawanidades que se englobam e se opõem constantemente, e que tornaram esta população nikkei um grande nicho de investigações e questionamentos que parecem não poder ser encerrados mas, ao contrário, objeto de investigação constante, especialmente no que se refere aos pertencimentos e às exteriorizações destes pertencimentos.

Finalmente, acredito ter sido possível cumprir com a proposta da pesquisa, de analisar mais profundamente a questão das diferenças construídas pelos nikkei de Campo Grande, local onde foi possível constatar a constante produção de japonesidades diversas, separadas em contextos públicos ou privados, em que emergem okinawanidades e *naichidades* constrapostas.

Através da pesquisa de campo, foi possível verificar o quanto são múltiplas as formas como os grupos se vêem e como seus posicionamentos dependem de seu pertencimento, muitas vezes relacionada à uma certa oposição criada constantemente entre estes nikkei e que, mais uma vez, reforça a questão da heterogeneidade nipônica.

Referências Bibliográficas

- ALLEN, M. **Identity and Resistance in Okinawa**. Rowman & Littlefield Publishers, 2002.
- ARIGA, K. The Family in Japan. In: "Marriage and Family Living". **National Council of Family Relations**, vol. 16, nº 04, Internacional Issue on the Family (nov. 1954), pp. 362-368.
- Associação Esportiva da Colônia Japonesa em Campo Grande. **AYUMI**. A Saga da Colônia Japonesa em Campo Grande. Campo Grande: SABER Editora, 2005.
- BASTOS, S. P. As Relações Familiares dos Migrantes em Contextos Multiculturais. **REMHU**, ANO xvi, N. 30, pp: 5-21.
- BEFU, H. & NORBECK, E. Japanese usages of terms of relationship. In: **South Western Journal of Anthropology**, vol 14, nº 1 (1958), pp. 66-86.
- BROWN, K. Dōzoku and the Ideology of Descent in Rural Japan. In: **American Anthropologist**, New Series, Vol. 68, No. 5 (Out. 1966), pp. 1129-1151
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- CAPUANO, A. O. **Japoneses No Brasil Ou Brasileiros No Japão?** A Trajetória De Uma Identidade Em Um Contexto Migratório. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, pp. 799-818.
- CARDOSO, R. C. L. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social**. Estudo sobre os Japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: 1972
- CARSTEN, J. & HUGH-JONES, S. **About the House**. Lévi-Strauss and Beyond. Cambridge University Press, 1995.
- _____. **Cultures Of Relatedness**. New Approaches to the Study of Kinship. Cambridge. Cambridge University Press, 2000.

_____. **After Kinship**. Cambridge. Cambridge University Press, 2004.

_____. La “vie sociale” du sang (Penang, Malaisie). In : **Terrain – Revue D’Ethnologie de L’Europe** (En Ligne), 56, 2011, mis en ligne le 02 mars 2011(A). URL : <http://terrain.revues.org/14171>. DOI : en cours d’attribution.

_____. Substance and Relationality : Blood in Contexts. **The Annual Review of Anthropology**, 2011 (B), 40:19-35

_____. **Blood Will Out**. Essays on Liquid Transfers and Flows. Royal Anthropological Institute, Wiley Blackwell, 2013.

DE VOS, G. & WAGATSUMA, H. Japan’s Invisible Race: Caste in Culture and Personality. University of California Press: Berkeley, Los Angeles, London, 1966.

FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**, n. 13, pp: 155-161, 2005.

FONSECA, C. De Família, Reprodução e Parentesco. Algumas Considerações. Dossiê: Famílias em Movimento. **Cadernos Pagu**, (29), pp: 9-35, 2007.

FRANKLIN, S. & MCKINNON, S. **Relative Values**. Reconfiguring Kinship Studies. Duke University Press Durham & London, 2001.

GLENN, E. N. **Issei, Nisei, War Bride**: Three Generations of Japanese American Woman in Domestic Service. Philadelphia: Temple University Press, 1986.

GOMES, E. C. MENEZES, R. A. Etnografias Possíveis: “Estar” ou “Ser” de dentro. **Ponto Urbe**, ano 2, 2008. Disponível em n-a-u.org/pontourbe03/Gomes&Menezesa.html.

GUERREIRO, A.; ALMEIDA, A.. MACHADO, I. Os Filhos da Migração Transnacional. In: MACHADO, I. (Org.). **Valadares em Família**: experiências etnográficas e deslocamentos. Brasília (DF), ABA, 2014, p. 132 – 192.

HANDA, T. **O Imigrante Japonês**. História de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987.

HATUGAI, E. Alimentando Japonêsidades: “Tradição” e Substância em um Contexto Associativo Nipodescendente. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). **Japonêsidades multiplicadas**: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: Edufscar, 2011. v. 1. 190 p

- HAYAMI, A. **Population, Family and Society in Pre-Modern Japan**. Global Oriental, 2009.
- HIGA, C. Miai: Casamentos arranjados. **Revista Mina San/ Correio do Estado**, Campo Grande, p. 30, 18 de junho de 2008.
- HOBSBAWM, E & RANGER, T. (Org). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3ª edição.
- HOFFER, B. On the Syntactic Comparison of Okinawan and Japanese. **The Journal-Newsletter of the Association of Teachers of Japanese**, Vol. 6, No. 2 (Oct. 15, 1969), pp. 1-13
- HOUSTON, J. D. Dancing among the Ghosts: An Okinawa Journal. **Manoa**, Vol. 8, No. 1, New Writing from the Pacific Coast of South America (Summer, 1996), pp. 91-106.
- HOWELL, D. L. Ethnicity and Culture in Contemporary Japan. **Journal of Contemporary History**, Vol. 31, No. 1 (Jan., 1996), pp. 171-190
- INOUE, M. We Are Okinawans but a Different Kind. In: **Current Anthropology**, Vol 45, n 01, February 2004, p. 85-104.
- ITO, H. Japan's Outcastes in United States. In: DE VOS, G. & WAGATSUMA, H. **Japan's Invisible Race: Caste in Culture and Personality**. University of California Press: Berkeley, Los Angeles, London, 1966.
- IZUHARA, M. **Family change and housing in post-war Japanese society**. Ashgate, 2000.
- KAMO, Y. Husbands and Wives Living in Nuclear and Stem Family Households in Japan. In: **Sociological Perspectives**, Vol. 33, No. 3 (Autumn, 1990), pp. 397-417.
- KAWAHASHI, N. Religion, Gender, and Okinawan Studies. In: **Asian Folklore Studies**, Vol. 59, 2000, p. 301-311.
- KEBBE, V. H. **Koseki Tohon e Iê: Metáforas de Família e Nação**. 2010, mimeo.
- KIMURA, K. **Minorities and Diversity**. Trans Pacific Press, 2011.
- KIMURA, Y. Locality Clubs as Basic Units of the Social Organization of the Okinawans in Hawaii. **Phylon** (1960-), Vol. 29, No. 4 (4th Qtr., 1968), pp. 331-338

KITAOJI, H. The Structure of the Japanese Family. In: **American Anthropologist, New Series**, Vol. 73, n 05 (Oct. 1971, p. 1036-1057.

KOYANO, S. Changing Family Behavior in Four Japanese Communities. In: **Journal of Marriage and Family**, vol. 26, nº 2 (mai. 1964), pp. 149-159.

LEÃO, V. C. **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934):** Contornos Diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1990.

LEE, K. S. Gender Beliefs and the Meaning of Work among Okinawan Women. **Gender and Society**, Vol. 20, No. 3 (Jun., 2006), pp. 382-401

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **L'Autre Face de la Lune.** Écrits sur Le Japon. Éditions du Seuil, 2011.

LOURENÇÃO, G. V. O Caminho da Espada como Máquina de Operação da Japonesidade. In : MACHADO, I. J. R. (Org.) . **Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil.** São Carlos: Edufscar, 2011. v. 1. 190 p

LUNA KUBOTA, N. F. **Bon Odori e Sobá: as Obasan na transmissão das tradições japonesas em Campo Grande – MS.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UNESP – Marília, 2008.

_____. Japonizando Campo Grande: O Odori e o Sobá em Perspectiva. In: MACHADO, I. J. R. (Org.) . **Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil.** São Carlos: Edufscar, 2011. v. 1. 190 p

MABUCHI, T. Space and Time in Ryūkyūan Cosmology. In: **Asian Folklore Studies**, Vol. 39, n 01,1980, p. 01-19.

MACHADO, I. J. R. **Laços de sangue e fluxo de dinheiro: notas sobre o ‘parente ausente’ no contexto migratório transnacional.** Portugal/Governador Valadares”, In 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia. 2006.

_____. Kinship and Differentialities: Alternatives to identity and to ethnic frontiers in the study of migrations. In: **Vibrant**, Vol. 08, n02, p. 220-235, 2011.

_____. *Japonesidades Multiplicadas: Sobre a Presença Japonesa no Brasil*. In: MACHADO, I. J. R. (Org.) . **Japonesidades multiplicadas**: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: Edufscar, 2011. v. 1. 190 p

_____. Parentesco e diferencialidades: alternativas à identidade e às fronteiras étnicas no estudo das migrações. In: Bela Feldman-Bianco. (Org.). **Desafios da antropologia brasileira**. 1ed.Brasília: ABA, 2013, v. 1, p. 153-173.

_____ (Org.). **Valadares em Família**: experiências etnográficas e deslocamentos. Brasília (DF), ABA, 2014.

MACHADO, I. J. R. KEBBE, V. H. SILVA, C. R. Notas Sobre a Família Transnacional. **REMHU**, ano XVI, n. 30, pp: 79-111, 2008.

MENDEL JR, D. H. Okinawan Reversion in Retrospect. **Pacific Affairs**, Vol. 48, No. 3 (Autumn, 1975), pp. 398-412

MORI, K. Identity Transformations among Okinawans and Their Descendants in Brasil. In: Jeffrey Lesser. (Org.). **Seaching for Home Abroad: Japanese-Brazilians and the Transnational Moment**. NY: Duke Univ.Press, 2003, p. 47-65

MURPHY-SHIGEMATSU, S. Multiethnic Japan and the Monoethnic Myth. **MELUS**, Vol. 18, No. 4, Asian Perspectives (Winter, 1993), pp. 63-80

NASCIMENTO, P. Blood and Other Substances: New Reproductive Technologies and Adoption in Popular Groups in Southern Brazil In: **Vibrant**, Vol. 08, n02, p. 256-278.

OCHIAI, E. **The Japanese family system in transition. A sociological analysis of family change in post-war Japan**. LTCB International foundation. Tokyo, 1994. English edition, 1997.

OKAMOTO, M. Y. **Dekassegui e Família**: Encontros e Desencontros. Tese. Concentração em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP. 2007.

PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, 354p.

PEIRANO, M. **Rituais Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PELETZ, M. G. Kinship Studies in Late Twentieth-Century Anthropology. In: **Annual Review of Anthropology**, Vol. 24 (1995), pp. 343-372

PERROUD, M. **Retour au Japon: Migrations des brésiliens d'origine japonaise et invention identitaire**. Thèse de doctorat, L'École des hautes études en sciences sociales, Sociologie, directeur de thèse: Michel Wieviorka, 2008.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos Orais: Do "Indizível" ao "Dizível". In: VON SIMSON, O. de M. (Org.). **Experimentos com Histórias de Vida** (Itália – Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, p. 14 – 43, 1988.

_____. **Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAYMO, J. M. Later Marriages or Fewer? Changes in the Marital Behavior of Japanese Women. In: **Journal of Marriage and Family**, Vol. 60, n04 (Nov. 1998), p. 1023-1034.

RIBEIRA, F. O Estranho Enjaulado e o Exótico Domesticado: Reflexões sobre o Exotismo e Abjeção entre Nipodescendentes. In: MACHADO, I. J. R. (Org.) . **Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil**. São Carlos: Edufscar, 2011. v. 1. 190 p.

RIVERS, W. H. R. A Genealogical Method of Collecting Social and Vital Statistics. **The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, Vol. 30 (1900), pp. 74-82.

_____. O Método Genealógico na pesquisa antropológica (1910). In: Roberto Cardoso de Oliveira (org.). **A Antropologia de Rivers**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

ROKKUM, A. Nature, Ritual, and Society in Japan's Ryūkyū Islands. Routledge, 2006.

RONALD, R. & ALEXY, A. **Home and Family in Japan: Continuity and Transformation**. Routledge, 2011

SAHLINS, M. **What Kinship is - And is not**. The University of Chicago Press, Chicago, 2013.

SAITO, H. **O Japonês no Brasil: Estudo de Mobilidade e Fixação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

_____. **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1973.

_____ (org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

SAKURAI, C. **Romanceiro da Imigração Japonesa**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993. Série Imigração, v. 4.

_____. **Os Japoneses**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SANCHEZ, A. **Okinawa: Past and Present**. E.M.S. Glenny, Los Angeles, Califórnia, 1993.

SARGENT, Carolyn, et. al. Migrações e Telecomunicações: Tecnologias e Famílias Transnacionais na França e África Ocidental. In: Dossiê: Famílias em Movimento. **Cadernos Pagu** (29), jul/dez-2007, pp 257-284.

SCHPUN, M. R., "História de uma invenção identitária", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 14 mars 2007, consulté le 16 septembre 2014. URL : <http://nuevomundo.revues.org/3685> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.3685

SELLEK, Y. Nikkeijin: The Phenomenon of Return Migration. In: WEINER, M. **Japan's Minorities: The Illusion of Homogeneity**. London & New York: Routledge, 1997.

The International Society for Educational Information, Inc. **O Japão de Hoje**, Japan Echo Inc, 1990.

TAKESHI, N. **The Japanese house: in space, memory, and language**. International house of Japan, 2005.

TAKISAWA, M. Okinawa: Reversion to Japan and Future Prospects. **Asian Survey**, Vol. 11, No. 5 (May, 1971), pp. 496-505

TAEUBER, I. B. The Population of the Ryūkyū Islands. **Population Index**, Vol. 21, No. 4 (Oct., 1955), pp. 233-263

TANAKA, M. Categories of Okinawan "Ancestors" and the Kinship System. **Asian Folklore Studies**, Vol. 36, No. 2 (1977), pp. 31-64

TIGNER, J. L. The Ryūkyūans in Bolivia. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 43, No. 2 (May, 1963), pp. 206-229

_____. The Ryūkyūans in Argentina. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 47, No. 2 (May, 1967), pp. 203-224.

_____. The Ryūkyūans in Peru, 1906-1952. **The Americas**, Vol. 35, No. 1 (Jul., 1978), pp. 20-44

TOKUHIRO, Yoko. **Marriage in Contemporary Japan**. Routledge, New York, 2010.

VIEIRA, F. I. S. **O Japonês na Frente de Expansão Paulista**. O Processo de Absorção do Japonês em Marília. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

WATSUGAMA, H. Some Aspects of the Contemporary Japanese Family: Once Confucian, Now Fatherless? In: **Daedalus**, Vol. 106, No. 2, The Family (Spring, 1977), pp. 181-210

WAWZYNIAK, S. M. **Contornos e representações familiares: a constituição da família Japonesa no Brasil**. Disponível em < <http://nuevomundo.revues.org/index20732.html> > Acesso em 08 set. 2008.

WEINER, M. (Org.). **Japan's Minorities: The Illusion of Homogeneity**. London & New York: Routledge, 1997.

WOORTMANN, E. F. Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: Tradição e Modernidade. **Série Antropologia**. Brasília: 183, p. 01 – 20, 1995.

_____. **Comparação, Método Comparativo E Família**. Disponível em < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/woort.rtf>>. Acesso em 04 jan. 2007

YAMAMOTO, L. Famílias Brasileiras no Contexto Transnacional: Famílias Reconstituídas. **REMHU**, ano XVI, n. 30, 2008.

YANAGISAKO, S. J. & COLLIER, J. F. Toward a Unified Analysis of Gender and Kinship. In: PARKIN, R. & STONE, L. Kinship and Family. An Anthropological Reader. Blackwell Publishing, 2007.

_____. **Transforming The Past**. Tradition and Kinship Among Japanese Americans. Stanford University Press, Stanford, California, 1985.

ANEXOS

Outras historias

Aqui apresento três relatos colhidos durante minha pesquisa de campo na cidade de Campo Grande. Como dito anteriormente, o tema deste pesquisa tratava inicialmente sobre as relações de parentescos entre os nikkei de origem *naichi* e de origem okinawana na cidade. Questão esta que se mostrava presente constantemente, desde minha infância, até o período em que realizei o mestrado. Naquele momento, já se falava e discutia-se consideravelmente sobre o movimento decasségui e diversos pesquisadores se debruçavam sobre o assunto. Por isso, por muito tempo acreditei que esta não seria uma questão sobre a qual eu devesse investir. Porém, quanto mais eu me aprofundava em meu campo, mais este tema vinha à tona e se mostrava imperativo.

A cada contato que eu realizava, os comentários sobre parentes vivendo no Japão evidenciavam-se e, finalmente, houve o momento em que percebi não poder abandonar esta questão, pois ela faz parte da realidade de quase toda a população nikkei campo-grandense e esta intrinsecamente relacionada às formas como essa população reformula seus parentescos, consequência da distancia importa por este movimento migratório.

Proponho neste momento, portanto, a apresentação das experiências de três de meus interlocutores, que abriram suas casas e suas vidas e me expuseram suas felicidades e suas dores, seu passado e seus anseios para o futuro.

Margarida

Margarida é uma senhora de 59 anos de idade, nascido em Dourados, cidade localizada a 300 km de Campo Grande. Filha de pai *issei* e mãe *nissei*, ambos de origem *naichi*, Margarida mudou-se para Campo Grande na adolescência.

Ele (seu pai) veio mais ou menos em 1917. Nasceu em 1903. Chegou em São Paulo primeiro. Era a segunda imigração para o Brasil. Ele quase não falava essas coisas. Aí ele rodou, morou em Corumbá, Aquidauana, Dourados e depois veio pra cá. Foi pra Aquidauana, conheceu minha mãe. Foi pra Dourados, Fátima do Sul, aí eu vim pra cá morar com minha irmã e depois eu fui lá buscar eles e trouxe eles pra cidade grande. Minha mãe é filha de japonês. Ela é *nissei*, nascida aqui. Minha mãe nasceu em Aquidauana. A família I. era de lá. Mas do meu pai eu não sei. Nossa, se eu soubesse tinha procurado antes, os documentos. Só meu pai veio. Ele foi danado. Ele teve irmãos, mas não posso falar nomes nada. Ele veio pra cá criança. Não sei se no consulado a gente pode achar tudo. O Koseki tem nessa minha irmã. Minha irmã mais velha mora com minha mãe. Mas a história eu não sei.

Neste momento, sua filha Joana, que estava presente, começa a me fazer diversas perguntas, procurando saber mais sobre mim e sobre minha família. Margarida então, decide começar a fazer sua genealogia, para que não perdêssemos muito tempo. Ela começa a nomear seus irmãos e logo pergunta: “mas cunhado tem que colocar”? Respondo que essa é uma opção dela e ouço o seguinte comentário: “*Mas o Cleber não é casado, só vive junto. Eu não vou por. Não casou. O Pedro é separado, também não vou por*”.

Ao continuar a mencionar seus parentes, Margarida recomeça a falar sobre sua mãe:

Ela falava que não queria morar na casa de ninguém, por que se mora na casa de um filho, difícil o outro filho ir. Tem sempre alguém que não vai. Por exemplo, eu tendo a minha casa, todo mundo vai. Eu falei, o dia que a mamãe fechar os olhos a gente não vai mais se encontrar. Tanto, com frequência. Dito e feito. Afastou assim, por exemplo, teve o aniversário dessa minha irmã mais velha que mora lá, é uma desculpa que eu invento, vamos lá no aniversário dela, por que assim eu tenho certeza que todo mundo vai. Se eu faço meu aniversário aqui, já tem alguém que não vem. E a gente fazendo lá, você vê como é né. Aí depois que ela faleceu em 2006 a gente vê assim, tem a missa de morte. Ou uma comemoração no final do ano.

Aí a gente vai tudo pra lá. A casa está do jeitinho de quando ela faleceu. Tem que ser lá por que senão os irmãos não se reúnem

Pergunto mais sobre seus irmãos e Margarida conta um pouco da história de sua família, imediatamente direcionando a conversa para a questão decasségui:

Margarida: Tem um que está no Japão. O Pedro. Faz tempo que ele está lá, uns 15 anos. Os filhos são nascidos aqui. Lá ele separou da esposa, da primeira, aí ele teve filho com a outra lá. Ele ficou por lá e a esposa dele veio agora. Ela é brasileira. Não descendente. Brasileira mesmo. Depois que ele separou, nunca mais entrou em contato com a gente. A gente procura através de internet, mas ele não entra em contato com a gente. Nem com os filhos. Deve fazer uns cinco anos que ele está separado. Filha, quantos anos o Caio deve ter? O Caio deve ter uns 27 anos. A Simone 25. A Simone está no Japão. A mãe veio agora, mas ela ficou lá. Ela tem um marido, namorado, não casou lá, mas tem um filho. O Caio veio pra cá pra comprar casa pra mãe. Ele não tem filho ainda. Engraçado, a Teresa (filha de Margarida) foi pra lá agora. Dia 07. A minha filha casada. Ela foi pra temporada, pra trabalhar no hotel. E o inverno traz solidão. Porque você fica restrito, fechado. Diz que bateu uma vontade de vir embora. Ela foi com o marido e o filhinho, meu netinho. Eles vão todo ano quase. Meu genro vai todo ano. O dono do hotel já acostumou com meu genro. Porque ele fala bem japonês. Ele toma conta do hotel. Ele aprendeu (japonês) lá. O japonês manda email pra ele ir. Vai pra lá em dezembro e volta em abril (temporada de inverno). Ele (neto) nasceu lá. Aí quando ele tinha um aninho ele veio. O Marcelo, esse meu filho caçula de 17 anos, ele nasceu lá também. O temporão. A Joana tinha seis anos. Ela ficou até de mal comigo. Ela era caçula, aí eu tive mais o Marcelo. Ela ficou de mal de mim.

Joana: Fiquei, perdi o trono.

Margarida: Ele nasceu em Hiroshima. Eu fiquei um ano e oito meses. Aí ele nasceu. E quando ele fez um aninho eu vim embora pra cá. Foi em 1993 a primeira vez. Aí voltei em 1997. Aí não voltei mais.

Nádia: Os filhos foram juntos?

Margarida: Não, fui só eu e meu ex-marido.

Joana: Primeiro a gente ficou com minha avó.

Margarida: Eles eram todos pequenininhos.

Joana: Depois a gente ficou com a sogra da minha irmã. Ai depois a minha mãe não quis mais saber de ir, porque é horrível.

Margarida: Nossa, eu sofri muito. Você acredita que eu saia chorando daqui? Chegava em São Paulo, a minha cara estava desse tamanho! Inchada. Aí eu entrava no avião em São Paulo, eu ia chorando daqui ao Japão.

Joana: O Marcelo tinha dois aninhos.

Nádia: naquela época não tinha acesso a internet né.

Margarida: Não, era só telefone. era telefone. E a gente tinha que ir na cabine. Aí tinha que andar dentro da neve. Afundava, pra eu ir lá na cabine, pra telefonar pra eles. Porque em casa não tinha telefone. E eu ia. Era sofrido. Gente do céu!

Joana: Tinha que comprar cartão, comia tudo os minutos. Era complicado né mãe?

Nádia: E você nunca pensou em ir Joana?

Joana: Então, eu fui em 2002, mas só fui pra passear. Fiquei quatro meses.

Margarida: Ganhou de 15 anos.

Joana: É. Meus irmão não queriam de jeito nenhum que eu trabalhasse lá. Aí eu voltei, forçada. Mas voltei.

Margarida: Ela só foi porque prometeu que ia voltar, pra estudar. Eles não queriam que ela ficasse lá, por que senão fica sem estudar.

Joana: Como eu era menor, o meu pai autorizou. Naquela época era só um ou outro que autorizava. Porque eles eram separados. Aí ele autorizou. Eram só três meses, então se alguém me pagasse la, por mais que estivesse com meus irmãos, querendo ou não, eles não eram meus representantes legais. Daí eu tive que vir.

Margarida: Ela não aprendeu (japonês) e diz que não saia do 1,99. Trouxe tanta coisa que até hoje tem. Ela era tão cabeça. Ela trouxe as coisinhas de cozinha. Que eu tenho ate hoje.

Nádia: Foi seu presente de 15 anos? Você que pediu?

Joana: uhum.

Margarida: Olha só, foram inventar de ligar pra ela pra dar os parabéns e perguntar o que ela queria ganhar de presente. Ai ela respondeu: ver vocês.

Joana: Eles ligaram era fevereiro. Ai eles falaram, esse ano você faz quinze anos. O que você quer? A minha irmã queria me dar uma fes-

ta de debutante. Falei, credo! Eu sempre fui muito tímida e nem tinha tantos amigos assim. Eram muito poucos amigos. Ai eles juntaram o dinheiro. Ai fui atrás de visto, tudo. Tinha que ter foto com minha avó. Um monte de coisas.

Margarida: Nádia, põe aí o nome do meu sobrinho que eu acabei de lembrar (risos). Vitor.

Nádia: os outros sobrinhos, já estiveram no Japão.

Margarida: Já. Esse meu irmão, Teodoro, ele já foi, tem um filho ainda lá. A Pamela já foi e o Douglas ainda está lá. O Douglas conheceu uma menina lá. Já tem dois filhos, nascidos lá.

Nádia: Aqui quem mora com você?

Margarida: O Marcelo, a Joana e o Leonardo. O Gilberto mora em São Paulo. Ele trabalhou no Japão também. Ele veio, aí como aqui é mais difícil de arrumar serviço, ele foi pra lá. Ele arrumou serviço na semana que chegou. Está lá ate hoje. Ele trabalha em um bar a noite. E a namoradinha dele está trabalhando em um shopping. Aqui é mais difícil. São Paulo não. Tem mais opção. Ele foi em julho. Chegou do Japão em maio, dia das mães aí em julho, depois do meu aniversario ele foi. No Japão a gente não para de trabalhar. A pessoa chega do Japão, não aguenta ficar parado.

Nádia: Ele estava lá na época do Tsunami.

Margarida: Estava. Eu fiquei desesperada. Ele estava longe, mas você não quer saber, ele estava lá. Como o Japão é uma ilha, você fica imaginando, de repente acontece em outro lugar. Aí que ele veio. Ele não queria vir. Eu falei “pode vir”. Veio por minha pressão. Ele estava em Nagano. No lugar onde meu genro e minha filha foram. Essa Inês, filha da Josefa, minha irmã mais velha, ela mora lá no Japão. Ai, primeiro ela casou com um japonês mesmo, teve uma filha. Tanto é que ela não veio embora por que não dava pra filha vir. Por que ela é filha de japonês. Se ele não autorizar ela vir, ela não pode vir. Então, pra filha ficar lá e ela vir, ela preferiu morar lá. Tem até casa lá. Essa aí, minha filha, ela foi jovem pra lá. Ela aprendeu tão bem que ela é tradutora da prefeitura. Ela fala bem. A Inês tem uns 46 anos mais ou menos. Aí ela tem um menininho que é o Miguel e essa menina que é filha do japonês.

Nádia: A filha mora com ela ou com o pai?

Margarida: Mora com ela, mas ela mora sozinha em Tokyo, porque ela já ta fazendo faculdade. miguel deve ter uns três anos. Ela casou com um nissei. Ai teve esse segundo filho.

Nádia: Seus pais diziam com quem vocês deveriam se casar?

Margarida: Ele queria (pai) que todos casassem com descendentes. Ele dizia assim, a Harumi que é a irmã mais velha, deveria casar com japonês. O segundo casou com a Antônia, que é descendente de Okinawa. A família dela é bem diferente sabe. Tem uma diferença

que você percebe. Ela é muito bonita. Pro meu pai precisava ter cara de japonês. Não importava se era Okinawa. Mas ele queria. Mas a gente falava: mas fulano casou com brasileira. Ai ele ficava sem argumentos. Ele não queria que casasse com brasileiro. Porque ele tinha medo de fazer sofrer. De judiar. Como não aconteceu, depois que casava ele ficava. Era só antes mesmo. Minha mãe sempre foi a favor de quem gostasse. Da felicidade. Porque ela já era brasileira. Era filha de japonês, mas era bem brasileira. Por mais que ele veio com 14 anos, mas a cabeça era de japonês mesmo. Ele não falava japonês em casa, porque minha mãe não sabia falar nada. Então quando a gente foi pro Japão, minha filha quando foi, a Teresa, o Leonardo, ai eu coloquei no Cruzeiro (Clube Nipo) porque tinha aula de conversação em japonês. Pra não ir cru pra lá. Se bem que hoje em dia, ate escrita, alguma coisa eles sabem. Mas eles não sabiam nada. Eu mesma fui crua pra lá. Ai eu fui pra lá. Ai eu fiz um tratamento aqui e fui pro Japão. A Joana tinha seis anos. Ai quando eu fiquei gravida, eu não defecava. Passei mal, mas era sintoma da gravidez, do Marcelo. Mas até descobrir, eu tive infecção urinaria pra descobrir que eu estava gravida do Marcelo. Ai, o que aconteceu. O remédio do Japão é tudo assim meio homeopático, não é igual ao do Brasil. Que tem tarja vermelha, tarja preta e faz mal. Então lá é um remedinho fraco. Só que o remédio não fazia efeito, porque eu não estava com problema de intestino preso. Era sintoma da gravidez. Porque não aconteceu nada com o Marcelo? Porque eu com quatro meses, emagreci muito então não aparecia barriga. E vinha sinal da menstruação. Então eu não achava que estava gravida. Ai quando eu tive infecção urinaria, eu fui pro hospital fazer ultrassonografia, aí viram o feto. Ai aparecia só a cabecinha, o tronquinho, e ainda ia nascer os bracinhos. Ai eu pensei, pronto aleijei ele! Menina, me deu um ataque de choro! Eu pensei que era o remédio que eu tomei. Mas não era. Era daquele jeito mesmo. Eu não falava em japonês. Eu ia com dicionário, com a secretaria, o medico mais ou menos sabia português porque tinha muito brasileiro na cidade, chegando. Ai, o medico se interessou também. Ai eu sempre convidava alguém, colega. A menina que morava comigo, era um casal, ela sabia japonês, ai eu levava. Eu cheguei lá, eu deveria estar com 15 dias (de gestação). Eu estava em Hiroshima quando eu tive. Ai fui pra Mie-ken. Em outro estado. Porque onde eu estava era muito mais frio, ai meu sobrinho, que faleceu com 27 anos, veio pra cá pra casar, casou e quando fez seis meses de casado, aqui no Brasil, que ele estava retornando pro Japão, ele foi despedir do Brasil, foi pra Camboriú, morreu la na praia. Afogado. Triste né. Eles estavam com amigos de Dourados que iam voltar todos pro Japão. Foi em 1994. Ai ele me trouxe pra Mie-ken, porque eu não tinha serviço, o Marcelo estava com dois meses e não podia ir pra creche da prefeitura. Ai esse meu sobrinho arrumou uma brasileira pra cuidar pra mim. Ai eu podia ir trabalhar. Eu não queria ficar parada. E lá em Hiroshima ele só podia ir pra creche da prefeitura aos quatro meses. Ai me mudei. Era uma babá brasileira que cuidava dele. Ai com quatro meses ele ficou na creche da prefeitura e eu fui trabalhar na fabrica, mas a creche ficava cem metros da minha casa e do meu serviço. Eu ia pro serviço, deixava ele na creche. Ai, era tão pertinho que eu ia almoçar em casa. Eu não podia fazer isso, mas fazia. Eu ia de bicicleta. Ai eu ia e olhava pela janela, porque eu morria de saudades dele. Era muito triste, mas eu tinha que trabalhar, eu tinha que ajudar meu marido, eu tinha

deixado os outros aqui e eu tinha que mandar dinheiro. A gente se separou depois de muito tempo. Ele não é descendente. Essa gravidez, deus que me perdoe. Eu amo demais o Marcelo, graças a deus que ele veio, mas eu tinha tanta coisa pra fazer, não é que eu esqueci os daqui, mas ele ocupou minha cabeça. Porque eu tinha ele. Ele que fez eu aguentar lá. Porque a gente tinha que ter ido, porque meu marido tinha perdido tudo em Cuiabá. Eu vim pra cá, as crianças ficaram os quatro com minha mãe, aí depois que eu fui pro Japão. Mas eu sofri muito. Então a gravidez foi uma salvação pra mim. Aí eu fiquei um ano e oito meses lá. Aí eu vim. Quando eu vim, o Marcelo tinha um aninho. Eu vim pra os irmãos conhecerem ele. Aí quando ele fez dois aninhos, eu tive que voltar porque meu ex-marido não conseguia visto. Porque ele era brasileiro. Ele comprou minha passagem e eu fui. Deixei o Marcelo aqui com dois anos. Só que daí tinha a Teresa, que era uma irmãzona, que cuidava dos irmãos. Deixei com ela e fui pra dar o visto pra ele. Só que eu não ia dar o visto e vinha embora. O que eu fazia? Eu trabalhava, pagava minha passagem e ainda trazia dinheiro. Eu fazia sempre assim pra compensar, pra não ir lá, só gastar a passagem e vir embora. Eu tinha tanta sorte que eu chagava lá, tipo, chegava hoje a amanhã se quisesse já ia trabalhar. Eu só não ia porque meu ex-marido tinha dó. Ele falava não, você vai ficar muito cansada. Mas eu ficava só uma semana. Aí só ficava uma semana e já ia trabalhar. Aí eu voltei pra lá duas vezes. Sozinha, pra dar o visto pra ele. Eu vinha e ele ficava lá. Porque o pai aguenta ficar longe dos filhos, eu não aguento. Aí, quando eu vim a penúltima vez, ele aprontou. Aí eu fui bem fria, meu casamento já não estava bem, ele aprontou, daí pronto, falei, dessa vez não dá. Mas ele não me achou na rua. Eu fui inteligente. O que eu fiz. A gente não tinha o apartamento. A gente tinha casa, tinha chácara, tinha tudo lá em Cuiabá. Ele acabou com tudo. O plano Color veio, ele tinha imobiliária, mas acabou com tudo. Eu pensei, eu tenho que ser inteligente. Pensei, vou ficar numa boa com ele. Ele me traiu. Só que traiu, conheceu essa mulher, bem mais velha que ele, e ela entrou em contato com ele e foi encontrar com ele no Japão, enquanto eu estava aqui no Brasil. Só que a minha filha mais velha tinha ido. Ela fez 18 anos e podia ir. Ela disse, chega da senhora ir. Eu vou. Aí ela foi pra ajudar o pai. Aí essa mulher foi pra lá. Ela ficou desesperada. Aí eu falei, filha, a mãe está numa boa. Só que a gente precisa ser inteligente. Fazer ele dar um apartamento pra gente e um carro. A partir do momento que ele vir, a gente vai estar numa boa com ele. Pode deixar, eu tenho paciência. Aí ele veio, eu só falei, acaba aqui. Porque homem é assim, se você agrada ele da até a vida dele. Se você tratar ele mal, ele te deixa na mão. Aí quando ele veio, a gente falou, nosso casamento não tem jeito mais. Eu esperei bastante tempo. Eu falei, vamos usar ele. Esse sofrimento que ele causou na gente, ao invés da gente cair, a gente vai tentar erguer. A gente não vai deixar isso aí levar a gente pra baixo. Aí o que eu fiz. Ele mandava dinheiro, aí a gente comprou esse apartamento. Era um outro maior. Como ele não ia mais morar com a gente, eu usei a cabeça. Aí eu fiz as contas, a gente pegando esse menor, eu já não contando com ele, já contava com a separação. Eu falei, a mãe vai trocar o apartamento, porque o que eu já dei no outro que era grande, bem maior, a mãe já dá nesse que fica bem pouco pra quitar esse aqui. Aí eu fiquei no Brasil, fui trabalhar pra fora. Os filhos foram crescendo. O Leonardo estava no Japão na época, ele

me ajudava. Mandava dinheiro ate eu arrumar serviço. Quando o Leonardo conseguiu mandar dinheiro pra mim, ele falou, se o casamento estiver assim, termina com ele. Eu aguentei o casamento ate o ultimo filho falar eu não quero ficar sem pai. Ai eu fui aguentando. No momento em que eles falaram, se a senhora quiser separar, foi um alivio. Ai eu sozinha fui e arrumei um advogado. Já arrumei toda a papelada, chamei ele pra assinar. Chamou três vezes e ele não compareceu. Ai eu falei com o advogado. Tem que ser litigioso. Na época ele estava em Cuiabá. Era 15:30 a audiência. 10 horas ele estava ali. Daí ele tentou conversar. Mas ele teve três oportunidades. Ai a gente separou. Ele jogava na minha cara que ele estava no Japão por inteligência dele. Não era porque era casado comigo. Então, vamos provar. Ai teve a separação, ele queria voltar pra lá. Veio falar comigo, eu falei não tem como. Você não é mais casado comigo. Ele disse, eu vou prova pra você que eu consigo. Eu falei, tudo bem. Eu peguei amizade com uma brasileira que trabalhava na imigração. Ele tentou ficar com a mulher la, foi na imigração e tentou tirar o re-entry dela, pra ela não vir embora, ficar lá. Porque ela foi com visto de turista. O que a menina fez. Ela sabia que a esposa natural dele era eu, Margarida. Ela guardou como eu era. Ela fazia a papelada. Ela disse, a sua esposa é Margarida. Com que cara de pau o senhor chega aqui e fala que essa é a mulher do senhor?

Neste momento Margarida muda de assunto e passa a falar sobre o trabalho nas fabricas e sua função. Percebo Marcelo calado, somente ouvindo aquelas historias de sua família e, então, o questiono se ele gostaria de ir ao Japão, assim como os irmãos. Ele responde que sim, pois gostaria de conhecer o local onde nasceu. Mas, continuando calado e dirigindo-se ao computador, volto a falar com sua mãe e peço para que ela fale sobre a filha que estava naquele momento no Japão:

Margarida: Com a Teresa a gente fala pela internet. É difícil ele (genro) ir sozinho. Quando o Gilberto estava lá e até mesmo o Leonardo, eles trabalhavam juntos no hotel. Agora que o Gilberto veio, meu genro ia chegar la sozinho. Ia ser muito triste. Minha filha ficou pensando que o Arnaldo ia se sentir sozinho la. Em uma semana resolveu ir. Ele tinha um lava jato e passou pra outra pessoa. O Edson (neto), nasceu lá.

Já eram quase dez horas da noite e Margarida resolve nos servir um bolo com chá. Neste momento, fizemos o lanche e combinamos de nos encontrar novamente para terminar sua genealogia, que foi apresentada anteriormente.

Amanda

Amanda é uma jovem nikkei de 32 anos de idade, casada e mãe de um bebê. Fui recebida em sua casa, onde sua mãe, irmã e sobrinho passavam alguns dias de férias. No caso de Amanda, não realizamos sua genealogia, visto que eu fui levada até ela por acaso através de uma conhecida e, portanto, nem eu, nem ela estávamos preparadas para a coleta deste tipo de dados.

Mesmo com a surpresa de minha visita, Amanda abriu as portas de seu lar e concordou em falar sobre sua família, especialmente sobre sua experiência como decasségui. Diferentemente do que ocorreu em quase todas as entrevistas coletadas (com exceção da entrevista de Margarida), pude conversar com diversos membros de uma mesma família ao mesmo tempo. Assim, estes dois casos, o de Margarida e o de Amanda, nos transmitem uma perspectiva familiar e não individual. Como no relato anterior, aqui apresento o diálogo, não entre um interlocutor e a pesquisadora mas, um diálogo entre os próprios familiares:

Amanda: Na verdade, eu nasci em Fernandópolis, mas morava em Americana, Estado de São Paulo. Meus irmãos já estavam lá (no Japão). Minha irmã e meu irmão. E eu fui mais a trabalho né. Tipo, meus irmãos já estavam lá, e eu queria tentar uma vida melhor pra minha família, pra mim. Quando eu era mais nova, eu tinha mais vontade de ir pelo fato dos meus irmãos estarem lá. E lógico que lá tem uns lugares muito bonitos, pra passear, então eu queria ir mais pra conhecer. Eu Sou a caçula. Somos três. Os três lá. Minha irmã foi primeiro, acho que logo depois foi meu irmão, e aí eu fui bem depois. Tipo, eu não encontrei muitas dificuldades pelo fato de que eles já estavam lá né. Então eles já tinham uma residência fixa, então eu não encontrei dificuldades nessa parte. E foi minha irmã que me ajudou, na passagem e tudo, porque a maioria na primeira vez vai pela empreiteira. Passagem financiada, geralmente você não sabe nem onde vai ficar, você não sabe onde você vai trabalhar. Com que tipos de pessoas você vai lidar. Então, pra eles eu acho que foi mais dificuldade mesmo. No caso, minha mãe é descendente, meu pai que é brasileiro. E a gente, bem dizer, nem sabia falar nada em japonês, mal *arigatô* e *sayonara*, que acho que todo brasileiro sabe. Porque como meu pai é brasileiro, minha mãe, tipo assim, conviveu mais com a família do meu pai. Então minha mãe não ensinou muita coisa pra gente, até mesmo porque ela não tinha convivência. Porque minha avó morava em outra cidade. Minha mãe nasceu em Nova Europa, Estado de São Paulo também. No caso, meus avós que nasceram no Japão. Meus avós são de Hiroshima. Eu fui, minha irmã que

me ajudou com a passagem, tudo. Ela já estava vendo emprego pra mim onde ela trabalhava. Ela falava, lá é mais tranquilo, tudo, aí ela que arrumou tudo assim pra mim. Fui, fiquei morando com eles, fui sozinha e fiquei morando com ela e meu irmão. Meu irmão sempre trabalhou em fábrica que fazia dois horários. Uma semana de dia, outra a noite. Geralmente, a maioria dos homens trabalham em fábricas assim. Já mulher tem opção. Tem mulher que faz esse horário, mas geralmente, a maioria, prefere mais durante o dia. A gente convivia mais, eu e minha irmã que a gente era mais assim, porque como meu irmão trabalhava uma semana de dia outra a noite, era mais eu e ela, era a mesma fábrica. Mesma sessão. Porque a empresa fornece condução própria né, no caso das empreiteiras. A gente pegava junto e voltava junto. Antes, eu morava com minha mãe. Minha irmã ligava sempre, praticamente uma vez por mês ela ligava. As vezes até mais. Porque como meus pais eram, meus pais são separados né, e a gente não tinha uma condição financeira assim, a gente morava com minha avó também, porque o irmão da minha mãe também decidiu ir pro Japão, e meu tio que cuidava da minha avó, daí pra minha avó não ficar sozinha, foi aí que a gente mudou, porque aí minha mãe ficou com minha avó, e meu tio foi também. Só que meu tio foi em 1990. No começo, até acostumar, eu sentia muita falta. Minha mãe ficou no Brasil e eu decidi ir, porque praticamente era meu irmão que sustentava a casa, daí ele casou e ficou eu e minha irmã pra sustentar. Ele casou la com brasileira, descendente também. Só que já é o segundo casamento dele. Ele casou la, separou la e casou com outra de la. As duas são descendentes. Essa atual mulher dele, pai e mãe dela são descendentes, no caso da mãe dele (sobrinho), a mãe dela é brasileira e o pai é descendente. Ele (sobrinho) nasceu no Japão. Ele nasceu la em 1997. a mãe dele vinha muito pro Brasil, então trazia ele. Ele ficava uns tempos (no Brasil). Ele ficou o que, dois anos daquela vez que ela voltou? (perguntando para Flavia, sua irmã). E já faz três anos que a gente voltou (2009).

Nádia: você foi quando?

Flávia: Fui em 1994, antes dela.

Amanda: Foi tudo meio junto, ela foi e logo depois meu irmão foi também.

Nádia: Ai vocês voltaram todos juntos?

Amanda: ela voltou em janeiro, eu voltei em março.

Nádia: O sobrinho veio junto?

Amanda: Foi, por causa daquela crise que deu. Crise financeira. Porque muitas fábricas, a gente morava na cidade de Toyota, a mai-

oria lá é fábrica de carro, a maioria dos brasileiros trabalhavam em fábrica de carro, então, muita gente ficou desempregada. inclusive eu, ela, a gente trabalhava na mesma fábrica. antes de vir embora o meu irmão também ficou desempregado. A Mariana (uma amiga) ficou desempregada?

Flávia: Não, porque ela nem trabalhava direito, ela fazia mais era bico.

Amanda: Ai, como todo mundo ficou desempregado, e ele estudava lá, só que em escola brasileira, ai meu irmão ficou meio assim, tipo, como vai sustentar a mulher e o filho? tinha que pagar as despesas de lá, a escola dele, ai ele acabou vindo com a gente.

Nádia: Então ele estudava em escola brasileira? Mas ele aprendeu japonês?

Amanda: Fala, porque, tipo assim, antes ele estudava em escola japonesa, depois que mudou pra escola brasileira. Três anos na escola japonesa e mudou pra escola brasileira.

Flávia: Porque meu irmão não queria que ele fosse alfabetizado primeiro na escola japonesa, queria primeiro a brasileira. Porque as crianças que estudam na escola japonesa tem muita dificuldade de aprender o português.

Nádia: Então o plano dele era...

Amanda: Voltar. Inclusive ele tem a intenção de voltar, mas esta meio difícil.

Nádia: Ele (o sobrinho) é filho único?

Amanda: Não, tem mais um que é do segundo casamento (do pai). Que está lá. Ele está em creche japonesa, por que ele é pequeno, tem um ano e meio. Porque lá, ou você coloca na creche japonesa ou paga babá brasileira. Só que não compensa, é muito caro, as brasileiras que cobram pra cuidar das crianças.

Nádia: Ele (sobrinho) foi o único que nasceu lá? Seu filho nasceu aqui?

Amanda: É, eu vim grávida. Estava de dois meses. Na verdade a gente não estava esperando. Eu e meu marido, a gente ficou desempregado e a gente estava recebendo o seguro desemprego, ai ele falou: "não dava pra gente ficar aqui. Vai saber quando vai melhorar. Agora você ficou grávida". E eu não tinha convênio médico, nem nada. lá ter que fazer tudo particular. Ai ele falou: "vamos voltar,

porque se for pra ficar aqui pagando conta, vamos voltar". Ai a gente decidiu voltar.

Nádia: E você conheceu seu marido lá?

Amanda: Conheci meu marido la no Japão. Inclusive eu vim direto do Japão pra Campo grande com ele.

Nádia: Você nem tinha ideia daqui?

Amanda: Nunca ouvi falar, nunca vim pra esses lados. Era só estado de São Paulo mesmo.

Nádia: Vocês se conheceram trabalhando?

Amanda: Trabalhando, na mesma fábrica. Tinha uma amiga em comum, ai a gente acabou se conhecendo na mesma fábrica.

Nádia: E quando vocês voltaram, aproveitaram as passagens que o governo...

Amanda: Não, não pegamos, se a gente tivesse esperado um pouco... Mas ele até falou (marido), brincando né, que foi melhor, porque se a gente tivesse pego, eles não dariam mais o visto pra voltar. Porque a gente nunca sabe o dia de amanhã, se a gente precisar voltar.

Nádia: Hoje é um desejo?

Amanda: Não, porque hoje não compensa mais, o dólar esta baixo lá. Esta ruim de emprego. Melhorou, depois da crise, deu uma melhorada, mas não melhorou 100%. e com filho, ai fica mais complicado, porque o forte do Japão é hora extra, quanto mais você trabalha, mais você ganha, e com filho já não da pra você trabalhar tanto. Ai no caso, se a gente voltasse, seria mais ele. A sogra brinca, diz, deixa ele (bebê) ai que eu cuido. Muitos casais fizeram isso, muitos fazem, foram e deixaram os filhos com os avos e vão.

Nádia: Que bom que você tocou nesse assunto. Ele (sobrinho) mora com quem, com você?

Flávia: Ele morava comigo, ele veio comigo. Ficava comigo e com minha mãe, a gente trabalhava e cuidava dele depois da escola. Ai ele ficou comigo até o ano passado. Ai a mãe dele veio e ele decidiu morar com ela.

Nádia: Você gosta de computadores Luís⁸¹ (sobrinho)?

Flávia: Ele é viciado em games. Desde criança.

Luís: Mas no Japão eu ficava mais na rua que aqui.

Flávia: É que no Japão ele tinha dois ou três amiguinhos, aqui ele não socializa com ninguém. Ele diz que os meninos não tem assunto, eles não conversam o mesmo assunto que ele, então ele prefere os games.

Luís: Eu não socializo mesmo, ficar em casa é melhor.

Nádia: E seus amigos lá, eram descendentes? Eram brasileiros?

Flávia: Eram descendentes, vieram embora também. Mas no Brasil perde contato porque mora tudo longe um do outro. Que nem lá, a gente morava tudo pertinho, tudo junto, eram vários prédios.

Amanda: E tinha bastante brasileiro onde a gente morava. E a gente morava tudo junto, no mesmo apartamento, separamos quando casamos, primeiro meu irmão depois eu.

Nádia: E sua sogra mora aqui?

Amanda: Ela mora aqui.

Nádia: E ela disse que se vocês quiserem voltar pro Japão ela cuida?

Amanda: É que ela fica com meu filho. Mas eu não tenho coragem. Igual meu marido fala, se for pra ficar, fica todo mundo junto, se for pra ir vai todo mundo junto. Porque ele também foi muito novo pro Japão (ele tem 30 anos), a primeira vez que ele foi ele tinha 9 anos, foi com os pais, foi, voltava, foi, voltava, ficava um tempo aqui, depois resolveram voltar. Tanto que ele parou na sétima série. Ele ta terminando os estudos agora, mas ele tinha parado na sétima série.

Nádia: E ele conseguiu se adaptar bem, apesar de sempre ir e voltar?

Amanda: Ele diz que prejudicou nos estudos, porque ele nem ficava lá, nem ficava aqui. Ele começava a se adaptar lá os pais dele resolviam voltar. Por isso que ele fala, se for pra gente ficar aqui, que nem

⁸¹ Luís manteve quase todo o tempo diante do computador e pouco interagiu durante nossa conversa.

agora a gente tem filho, se for pra ficar vamos ficar todo mundo aqui, se for pra voltar, vamos ficar todo mundo lá. Agora, fica um lá, o outro aqui, deixa o menino ai e vamos nós, ele fala que não, acho que por causa da experiência que ele passou.

Nádia: E sua mãe, esta acostumada com todo mundo longe?

Mãe de Amanda: A separação mais difícil foi dele (sobrinho) porque estava acostumada junto (Luís, que morava com a avó passou a morar com a mãe).

Amanda: Minha mãe também foi pro Japão.

Mãe de Amanda: A primeira vez fiquei dois meses e depois que minha mãe faleceu eu fiquei seis meses.

Amanda: Voltou junto com minha irmã.

Flávia: Mas ele morou mais com a gente, porque depois que meu irmão separou ele foi morar com a mãe e depois ele passou a morar com a gente. Porque a mãe dele teve uns problemas lá. E depois ele já não quis mais voltar com ela. Faz seis meses agora que ele esta com a mãe dele. A família fica desestruturada né.

Amanda: Por mais que ele veio morar com a gente, meu irmão ainda morava com a gente, ele não tinha casado ainda. Então, querendo ou não, ele estava ali com a gente, mas tinha o pai dele. Dormia com o pai dele. Depois que ele casou, ai ele foi morar com meu irmão, mas ele não se adaptou muito com a atual esposa do meu irmão. Aí ele falou que queria ficar morando com a avó. E como a gente decidiu voltar, aí ele veio.

Flávia: É que meu irmão falou, ano que vem eu volto.

Amanda: Então, acho que talvez a esperança dele era que meu irmão voltasse, porque talvez ele queria morar com o pai dele.

Flávia: É que a mãe dele já casou várias vezes. E ele tem mais irmãos. Ela tem mais quatro e a situação financeira dela também não era muito boa, então ele ficou com a gente também por causa disso.

Amanda: Então meu irmão falou, vai que ano que vem eu volto. Já se passaram três anos. É que assim, a esposa atual dele ficou grávida, teve bebê, fica complicado, tem que sustentar ele, o outro pequeno, então ele esta lá, acho que ele tem medo de vir e não dar conta de sustentar.

Flávia: A gente tem um primo que veio ficou seis meses aqui, mas

como ele tem três filhos pequenos, não conseguiu sustentar e voltou. Ele arrumou um emprego, mas tinha a família pra sustentar, pagar aluguel, a ele voltou, sozinho. A mulher dele estava grávida e voltou pra ganhar o neném aqui, ai ele voltou depois de um ano, mas ficou seis meses só. É ruim porque tem muitos casamentos que se acabam nesse meio. Um fica lá o outro fica aqui.

Amanda: Por isso que meu marido fala, se for pra ficar aqui, fica todo mundo junto, se for pra ficar lá, porque lá no Japão você vê muitos casos, a mulher ficou grávida, volta pra ter o neném pra depois deixar o neném, o que tem de casamentos desestruturados, família, é complicado.

Flávia: Muitos deixam os filhos pra ser criados por parentes, pelos avós, aí as crianças não ficam muito assim com os pais. Destrói muito. Ele (sobrinho) sente bastante. Ele sempre foi muito apegado ao meu irmão, eles (os pais) separaram cedo, mas mesmo assim ele sempre foi muito apegado com o meu irmão. E agora ele quis ficar um pouco com a mãe dele.

Amanda: Meu irmão liga, ele não é muito de internet.

Amanda: Eu vou falar por mim, eu senti muito (Amanda começa a chorar e pede para fazer uma pausa). Eu fiquei sozinha com a minha mãe, a minha irmã foi, meu irmão, então eu senti muito. Porque era só eu e minha mãe, eu não tinha uma irmã, uma companhia, de compartilhar, depois que eu fui que a gente ficou mais unida, mais amiga, ela foi quando tinha 17 anos, eu tinha 13 (na época), eu não tinha com quem conversar, me apeguei muito a minha prima porque a irmã dela também foi, mas não era a minha irmã. Eu morava na casa da frente e ela dos fundos, os irmãos dela foram na mesma época, minha irmã foi, depois os irmãos dela, mas depois que eu fui a gente se apegou muito, ficamos amigas. Minha irmã que se preocupava com a gente pelo fato da gente não ter pai, meus pais se separaram cedo.

Flávia comenta sobre uma amiga que conheceu no Japão e que acabaram por se tornar irmãs:

Flávia: A gente disse, vamos adotar você como irmã.

Nádia: Então é possível criar laços?

Amanda: Cria, mesmo porque muitos que vão lá, não tem a família, que nem essa amiga nossa, depois que o irmão dela foi, mas eles nem eram muito assim, ela preferia ficar com a gente. Ela é da família mesmo. Se vamos fazer um churrasco, uma janta lá em casa, ou

ela fazia janta na casa dela.

Como Amanda ainda encontrava-se bastante emocionada decido encerrar a entrevista. Passamos então a outros assuntos mais amenos até que me despedi para que a família pudesse se recompor, após tratarem sobre assuntos tão íntimos e que causaram lembranças por vezes desagradáveis.

Para finalizar, trago em seguida o relato de Francisco, um jovem de 34 anos de idade e que passou alguns anos de sua vida no Japão. De volta à Campo Grande, quando nos encontramos seu filho estava com apenas alguns meses de vida.

Francisco

Francisco, um jovem de origem *naichi* é casado com uma jovem de mesma ascendência. Sua esposa é também de Campo Grande e os dois se conheceram em um dos momentos em que Francisco voltou para a cidade. Ele viveu no Japão trabalhando como decasségui entre 1998 e 2000 e entre 2002 e 2008.

Fui apresentada ao casal através de uma de minhas informantes que, em um de nossos encontros sugere de irmos até a casa de Francisco. Ao chegarmos à sua residência não havia ninguém. Raquel então decide ligar para Cátia, informando de nossa presença. Ela pede para esperarmos, pois o casal iria chegar em breve. Nossa conversa acabou sendo bem rápida. Francisco havia acabado de sair do trabalho e estava cansado. Mesmo assim, ao saber sobre nossa presença em sua casa, antes de retornar decide comprar algumas coisas para comermos juntos. Fizemos então um breve lanche antes de começarmos a conversar.

Francisco trabalha em uma universidade da cidade e comentou brevemente sobre a greve que paralisava as atividades acadêmicas, mas ele, que não é concursado, precisava cumprir com o expediente. Ele então viu meu caderno de genealogias e logo me pergunta o que era. Lhe falei sobre as genealogias que estou colhendo e ele me disse: “*Se for isso aí, agora não vou poder te ajudar, porque não sei. Preciso pegar o koseki dos meus pais pra saber*”.

Expliquei para Francisco que as genealogias que colho são baseadas na memória de cada entrevistado e em quem efetivamente é considerado parente. Francisco automaticamente responde que “*no meu, todos são considerados parentes*”. Ele parecia meio apreensivo, fechado. Após a entrevista, Raquel comentou que Francisco é “*muito japonês*” e que sua família segue muito o modelo do Japão. São reservados, a noção de hierarquia é seguida por todos. Isso ficou bem claro, com as palavras de Raquel sobre o nascimento de do filho de Francisco e sobre como a família se comportou. A mãe de Francisco, reservada, só foi visitar o neto quando eles já estavam em casa. Quase sem se aproximar, ia apenas para levar as refeições. Com quase três meses de idade, os pais de Francisco foram visitar o filho apenas umas duas vezes.

Percebendo seu nervosismo, peço à Francisco para que me fale um pouco sobre sua experiência como decasségui:

Francisco: A primeira vez eu fui em 1998 até 2000 e a segunda em 2002 até 2009. Não, 2008. 2008 a gente voltou né? (Perguntando para a esposa). 05 de novembro de 2008.

Nádia: Nas duas vezes vocês foram juntos?

Francisco: Não, a primeira eu fui sozinho e na segunda, ela tinha ido antes, depois de seis meses eu fui atrás dela.

Nádia: Vocês já namoravam então?

Francisco: Sim.

Nádia: Essa primeira vez, você foi sozinho?

Francisco: Não, fui com um amigo meu.

Nádia: Mas como, do tipo, ei, vamos para o Japão?

Francisco: É, mais ou menos assim.

Nádia: Já tinha alguém da sua família que já tinha ido?

Francisco: Na época minha irmã já estava no Japão. Eu estava fazendo faculdade e estava de saco cheio. Pra falar a verdade, estava de saco cheio da faculdade, do serviço.

Nádia: Você tinha 20 anos?

Francisco: Isso, aí esse amigo meu, que é amigo mesmo, bem chegado, ele voltou pro Brasil, ficou um tempo aqui e conversando com ele, ele falou que ia voltar pro Japão. E como eu também já estava de saco cheio resolvi chutar o pau da barraca. Vou trancar a faculdade e vou pra lá.

Nádia: Você fazia que curso?

Francisco: Administração. Que eu estou fazendo até hoje porque eu não terminei. Entrei de novo. Aí eu fui pro Japão, justamente com ele, porque ele já conhecia lá, então até já facilitava. Eu já conhecia a língua, mas não conhecia o local, o Japão né. Então ele que me conduziu lá no país. Nisso ele ficou seis meses, teve um problema de saúde e teve que voltar. Eu fiquei sozinho até o ano de 2000.

Nádia: Você aprendeu o *nihongo* pequeno, em casa?

Francisco: Sim, eu aprendi o *nihongo* primeira língua. Que era dos meus pais.

Nádia: Recapitulando então. Você tinha família lá nessa primeira vez?

Francisco: Sim, só meus pais que estão aqui no Brasil. O restante da minha família, tios, primos, primas, todos no Japão. Nessa época já estavam lá. A minha irmã não estava lá nessa época. Sempre quando eu estava lá, ela estava aqui. Sempre tinha essa inversão.

Nádia: Então ela tinha ido antes de você, antes de 1998?

Francisco: É assim, ela foi em 1991, por aí.

Nádia: Bem na época que...

Francisco: Do *bubble* né. Ela pegou bem o início. Ela trancou a faculdade também, com 19 anos ela foi pra lá.

Nádia: Ela ficou muito tempo direto ou...

Francisco: Ela não volta mais. Ela está lá ainda. Ela volta, fica uns seis meses e volta pro Japão. Só que da última vez, faz já uns seis anos que ela não volta pra cá. Mas ela foi bem no início da bolha, em torno de 1990, 1991, deve ter ficado uns sete, oito anos lá. Direto, sem voltar. Depois ela voltou, ficou um ano, voltou pro Japão. Depois voltou, ficou seis meses e voltou pro Japão de novo.

Nádia: Ela fez família lá? Foi solteira?

Francisco: Não. Foi solteira e até hoje eu sei que está solteira.

Nádia: E ela não pensa em voltar mesmo?

Francisco: Talvez mais no futuro, mas agora mesmo, você conversando com ela, ela fala que não.

Nádia: Mesmo com essa crise?

Francisco: Mesmo com a crise. Porque ela já tem um estilo de vida japonês. Ela não se adapta ao Brasil. A minha esposa também teve uma dificuldade grande nessa adaptação. Porque lá você tem uma facilidade maior da vida. Você tem segurança. Você tem emprego. Você trabalhando, você consegue pagar todas as suas contas e ainda gastar o seu dinheiro. Coisa que é diferente aqui. Aqui você ganha seu dinheiro e tem que segurar pra pagar suas contas. Então, por isso que você acostuma lá. E estando sozinho aproveita a vida lá né.

Nádia: E como foi nessa primeira vez que ela foi, porque você era pequeno.

Francisco: É, eu deveria ter uns 10, 12 anos. A gente tem sete anos de diferença. Eu deveria ter uns 11, 12 anos.

Nádia: Como é que ficou a constituição familiar, seus pais, porque naquela época não tinha internet, ligação era cara...

Nádia: Não, não tinha internet, ligação era cara, mas mesmo assim minha irmã fazia questão de ligar pelo menos uma vez a cada dois ou três meses pra saber como estava a situação aqui em casa. Só que meus pais, também, como eles sabiam que a ligação era cara, tentavam diminuir ao máximo a conversa, só falavam como é que estava tudo e tal, e queriam desligar.

Nádia: Eles nasceram no Brasil?

Francisco: Meus pais? Não. No Japão. Os dois são japoneses. Por isso que em casa a gente só fala japonês por causa disso. Foi a primeira língua que a gente aprendeu por causa disso né.

Nádia: Eles eram adolescentes quando vieram?

Francisco: Meu pai veio pro Brasil com 18 anos e minha mãe deve ter vindo menor, lá pelos 15 anos. Meu pai é de trinta e cinco. Quase na década de 50. Foi no pós guerra. O país estava naquela crise, não se tinha emprego, não se tinha comida, aí o Governo Japonês

disse quem quiser ir pro Brasil a gente dá a passagem. Meus avós ficaram de vir pro Brasil, meu pai estava fazendo uma faculdade no Japão, aí falaram, você não pode deixar seus pais irem sozinhos pra outro país. Aí no dia ele saiu da faculdade, o pessoal já tinha embarcado no navio. Ele saiu correndo, só com a roupa do corpo e embarcou no navio. Não trouxe roupa nem nada. Só com a roupa do corpo.

Nádia: Sem falar nenhuma palavra?

Francisco: Nem sabia o que era o Brasil. Meus avós sabiam mais ou menos pela informação que o Governo deu pra eles, tal. Mas meu pai não tinha essa ideia de vir. Meio que foi de ultima hora. Vou ter que ir. Pegou e foi.

Nádia: Ele é de onde?

Francisco: Fukuoka. Minha mãe de Osaka. Aí da minha mãe eu não sei como foi a historia dela vir. Eu sei que o pai dela era professor e veio pra cá também trazendo os três filhos.

Nádia: Então, você pequeno aqui, a sua irmã lá e seus pais aqui também.

Francisco: Sim.

Nádia: Além do contato telefônico, mandava cartas, alguma coisa assim?

Francisco: Cartas? Não. Cartas a gente mandava só em época de aniversário. A gente mandava o cartão de aniversário. E logo no início que ela foi, a gente mandava revistas. Isto É, Veja, porque na época no Japão ainda não tinha produtos brasileiros. Então a gente mandava. Um ano depois ela falou que podia parar de mandar, porque aqui tem a revista. Nessa época o pessoal teve a visão de fazer um comércio pra brasileiros. Eram caros, mas você tinha o acesso a aquilo lá.

Nádia: Ela foi pra onde?

Francisco: Acho que Tokyo no início.

Nádia: E você foi pra onde?

Francisco: Eu, na primeira vez fui pra Nagoya. Depois voltei pro Brasil, na segunda vez eu fui pra Mie-ken, aí eu fui pra Fukuchama, voltei pra Mie-ken ai voltei pra Fukuchama de novo.

Nádia: Você nunca foi pra Hamamatsu que tem muito brasileiro?

Francisco: Não, ia só pra festas lá. Porque a gente evitava os grandes centros, de muita concentração de brasileiros porque a imagem deles estava queimada nessa época. Então, só na época em que eu fiquei em Nagoya que tinha muito brasileiro. Mie-ken eu fiquei lá porque tinha um serviço bom. O salário era bom. E Fukuchama, que eu fui quando ela morava, era muito pouca a quantidade de brasileiros. Então lá, a gente passava muitas vezes despercebido. A gente tinha um estilo de vida japonês também.

Nádia: Aqui, antes de ir você diz?

Francisco: Não, no Japão. A gente se misturava com a japonesada ali né. Porque por mais que eu seja japonês, chegando lá a gente consegue identificar quem é brasileiro. Que nem, lá eu usava cabelo pintado, tudo também. A gente se misturava à população. Passava despercebido. Dá pra saber, você consegue distinguir. Então lá a gente passava mais despercebido né.

Nádia: Então nesse período que você ficou lá, você se relacionava mais com *nihon-jin* mesmo?

Francisco: Lá em Mie-ken eu tinha alguns amigos que eram japoneses mesmo. Em Fukutima, a maior parte era japonês. Porque na fábrica deveria ter uns 25 brasileiros. O restante japoneses. Então a gente se relacionava muito com eles.

Nádia: Mas as pessoas sabiam que você era brasileiro?

Francisco: Alguns sim. Só que nessa fábrica de Fukuchama teve gente que foi descobrir isso, cinco, seis meses depois.

Nádia: Teve alguma situação de preconceito...

Francisco: Sim. Só que com a gente foi pouco, por que a gente entendia o japonês. Então muitas vezes, se evitava falar perto da gente, porque eles sabiam que a gente entendia. Agora o pessoal que não entendia, eles falavam mesmo. Eu mesmo, assim, foram poucas vezes. Eu sei que existem muitos casos de preconceito, mas comigo e com minha esposa acho que não foi tanto. Foram casos bem pontuais.

Nádia: E isso por vocês serem brasileiros?

Francisco: Exato. Porque se você fosse americano, nossa, você é um deus pra eles. Agora se você falar que é de qualquer país que não seja os Estados Unidos, é tratado como um estrangeiro.

Nádia: Você conseguiu perceber alguma coisa assim com relação aos okinawanos?

Francisco: Não, porque tinha muito okinawano que trabalhava na nossa fábrica também. Eu mesmo nunca vi, se é que existia algum tipo de preconceito contra esse tipo de pessoa. Porque hoje no Japão, você não tem o trabalho só na sua região onde você nasceu todo mundo está buscando um serviço em outros estados.

Nádia: Ai na segunda vez você já foi com namorada?

Francisco: Isso, ela foi primeiro, eu fiquei de ir depois. Depois de seis meses fui atrás dela. Então, tudo isso que aconteceu foi nessa segunda vez né. Na primeira vez, como eu tinha ido com esse amigo meu, na fábrica, a maior parte era brasileiro. Então, eu tinha alguns amigos japoneses, mas a maior parte era com brasileiro.

Nádia: E na primeira vez seu amigo foi mas voltou depois de seis meses. Você não ficou preocupado em ficar sozinho?

Francisco: Não, porque como eu te falei, eu sei a língua. Sabendo a língua, você vai até Roma. Então, pelo menos nessa parte, eu nunca tive nenhuma dificuldade. E outra coisa, você se acostumar com coisa boa é muito mais fácil do que passar o perrengue né. E lá você tinha tudo na mão. Então, nunca passei um apuro no Japão.

Nádia: Você não estava na mesma cidade da sua irmã?

Francisco: Não, tanto que a gente sempre procurava ficar meio distante. A gente tentou ficar meio distante, só pra visitar.

Nádia: Então o contato entre vocês dois eram esporádicos mesmo vocês dois estando lá?

Francisco: Olha, na primeira vez que eu fui pro Japão, nesse um ano e meio que eu fiquei lá, eu encontrei com ela uma vez, talvez, e conversamos por telefone algumas vezes. Mas não era aquele negócio de toda semana estar ligando, não. Não era assim.

Nádia: São só vocês dois?

Francisco: Sim. A cada dois ou três meses eu ligava pra ela. Ela me ligava, pra saber se estava tudo bem. Normal.

Nádia: A ultima vez que você voltou foi em 2008. Não pensou em voltar pra lá de novo? Foi bem quando começou a crise né?

Francisco: Exatamente. A gente pediu demissão da fábrica em agosto, a gente ia parar o serviço em outubro. Depois que a gente já estava cumprindo o aviso prévio, teve essa crise e quase todo mundo da fábrica foi mandado embora. A gente só não foi mandado embora porque a gente já estava cumprindo o aviso. Bem nessa época.

Nádia: Então vocês não usufruíram do que o Governo fez, as passagens...

Francisco: Não, porque pra você usar essa passagem não poderia voltar durante três ou cinco anos. A gente só ficou sabendo disso depois que a gente chegou. Que mais gente foi cortada, que não tinha mais ninguém da empreiteira.

Nádia: E de lá pra cá vocês não pensaram em voltar?

Francisco: Pensar, a gente até pensa. Só que a gente quer ir pra lá pra passear dessa vez. A gente veio com uma ideia dessa vez, pro Brasil, da gente tentar firmar novamente aqui, criar uma base e continuar a vida por aqui. Porque no Japão a gente tem aquela ideia de que tudo vai ser passageiro. Não adianta você querer ficar lá trabalhando sem pensar no futuro porque uma hora você vai quebrar. Se você não guardar dinheiro você não vai ter de onde tirar sustento depois. Então, ainda estava em tempo da gente tentar firmar raízes no Brasil, a gente voltou e graças a deus tudo esta correndo bem. Eu sempre tive a ideia de voltar pro Brasil e levar minha vida aqui no Brasil. Nunca pensei minha vida no Japão. Lá é só pra ir trabalhar, juntar o dinheiro e voltar. A minha esposa já não. Ela pensava na vida lá. Tanto que ela falou, não penso em voltar pro Brasil. Só que com o tempo, a gente foi conversando, aí ela amadureceu um pouco a ideia e disse, realmente, vamos voltar pro Brasil, a gente pode ter uma família lá.

Nádia: Então, agora você tem um filho, você voltaria?

Francisco: Olha, sim, voltaria, mas dependendo muito da situação. Se eu chegasse num ponto, aqui no Brasil, de não conseguir sustentar minha família, e ver que no Japão tem alguma oportunidade melhor, com certeza eu vou. Mas eu vou fazer o máximo pra não precisar.

Nádia: Seu porto é aqui?

Francisco: Sim.

Nádia: Porque muitos querem ter filhos lá, criar lá, gostam da educação japonesa...

Francisco: Tudo isso, se você pensar, lá é realmente muito bom. Mas a gente tem que pensar um pouco no futuro. No Japão, assim como no Brasil, o sistema previdenciário é falido. E a gente, como estrangeiro, tem menos direitos do que os japoneses. Pra eu ter o mesmo direito, eu teria que me naturalizar japonês, pra ter os mesmos direitos. Nós tínhamos o visto permanente. Ajudava? Sim, ajudava muito mais do que você de descendente, de três anos. Mas mesmo assim, você não tem os mesmos direitos que um japonês. Então, por mais que a gente pague lá a aposentadoria, provavelmente a gente não ia conseguir sobreviver depois de certa idade. E a gente trabalhando por empreiteira, dependendo, com 40, 50 anos você já vai ser demitido. Já não vai ter mercado pra você. Diferente de você ser naturalizado, você tivesse emprego estável, como funcionário da fábrica, um chefe, aí tudo bem, porque você não corre o risco de ser demitido. Ai, você pensando por esse lado, no Brasil, se você conseguir um emprego, trabalhar, você vai ter todos os seus direitos. Independente se você é estrangeiro, se você é brasileiro. Você vai ter seu direito lá na frente né.

Nádia: E seus pais nunca pensaram em voltar?

Francisco: Não. Os meus pais pensaram em voltar uma vez, bem no início da bolha, nessa época eles pensaram, vamos voltar pra lá. Trabalhar lá. Mas eles queriam trabalhar pra juntar o dinheiro.

Nádia: Pra depois voltar pra cá de novo?

Francisco: Sim. É que ele fica assistindo muito canal japonês, e ele vê como é que está indo o Japão. e na cabeça dele, não entra que o Japão está daquele jeito. Que nem, tem muita facilidade, o pessoal fica vagabundo. Não gosta de pensar, então, meu pai fica p# da vida com isso.

Nádia: Pra ele é outro Japão?

Francisco: Por isso que ele fala que se voltasse não se acostumaria. Apartamento que passa na TV ele olha e fala, que cubículo. Aqui ele tem uma casa confortável, que minha irmã deu pra ele. Tem muito espaço. Ele fala, não vou trocar isso aqui por um apartamento minúsculo.

Nádia: E seus pais estarem aqui, também pesou na hora de decidir voltar?

Francisco: Também, porque meus pais estão com a idade um pouco avançada. E a minha irmã, eu sei que ela não pretende voltar pro Brasil. Então, a gente tinha medo de deixar os dois aqui sozinhos. Primeiro que eles não falam a língua direito. Eles têm uma dificulda-

de razoável. O meu pai até que se vira, minha mãe não consegue se virar.

Nádia: Mas eles têm bastante tempo aqui né?

Francisco: Tem, mas como eles conviveram muito tempo só com o pessoal da colônia japonesa, ela não aprendeu muito. Ela aprendeu o básico. Como ela trabalhou em comércio, ela sabe falar, mas o básico. Fugiu daquilo, você pode conversar com ela, mas ela tá ahhh. Ela não vai entender nada. Então, por causa disso a gente sempre teve receio de deixar eles sozinhos. Então, a gente conseguia, quando um vinha o outro ia. Dai dessa vez eu vim pra cá, pra tentar de alguma forma dar essa assessoria pra eles. Caso precise.

Nádia: Porque teve essa coisa na sua família, já que seus pais são japoneses, do *chonon*, das tradições?

Francisco: Sim, é que sempre teve a cultura japonesa mais forte em casa. Desde pequenos, as historinhas eram todas em japonês, a gente foi começar a aprender português na pré-escola. Quando pequenos a gente falava um pouco de português por causa dos amiguinhos, mas não que conversasse direto. Tanto eu quanto minha irmã, foi a língua materna, tanto por causa dos meus avós quanto dos meus pais. Não se podia falar em português em casa.

Nádia: Os avós, são os pais da sua mãe?

Francisco: Os pais do meu pai. Veio toda a família. Os pais do meu pai e os pais da minha mãe também, só que eles faleceram há muito tempo. Então, justamente por isso que a gente tinha que conversar em japonês em casa. Português era meio que proibido. Fora a gente podia conversar em português, mas dentro prezava-se pelo japonês. É claro que existiam exceções, se você não conhece a palavra não vai ficar sem falar. Mas a conversa mesmo tinha que ser em japonês.

Nádia: E o *butsudan*...

Francisco: Sim, nós tínhamos. A minha avó e meu avô eram fieis mesmo, aquela coisa de rezar três vezes ao dia. De manhã, a tarde e a noite. Uma hora cada sessão. Então a gente tinha o *butsudan* em casa, e permaneceu até a morte da minha avó. Depois que ela faleceu, teoricamente meu pai teria que assumir, mas meu pai não tinha tempo, por causa do comércio, tudo, aí meio que se afastou da religião. Ai a gente devolveu o pergaminho pra *sokagakai*. Aí o *butsudan* mesmo eu não sei o que aconteceu. Deve ter jogado fora, alguma coisa assim. Mas o pergaminho foi devolvido pra igreja.

Nádia: E como você vê a relação familiar, a distância, o tempo longe...

Francisco: O meu pai eu não sei o que ele pensa. Mas o que ele sempre disse pra gente é o seguinte, que ele criou os filhos pro mundo. E nunca vai chegar e dizer, não, eu quero que você fique do meu lado. Claro que quer, mas nunca vai pegar e falar, não, você tem que seguir seu caminho. Então quando a gente estava no Japão, eu ligava pra ele a cada três meses. Já cheguei a ficar quatro, cinco meses sem ligar pra ele, pra casa. A minha irmã já liga, antes ela ligava quase todo mês. Agora a cada dois, três meses ela liga. Mas ela sempre está mandando coisinhas. De vez em quando eu encontro com minha irmã na internet, a gente conversa. Mas é raro porque não batem os horários.

Nádia: Você falou do *koseki*, me fale um pouco sobre sua família?

Francisco: Na minha opinião, desde pequeno, que todo mundo estava no Brasil, meus tios, sempre tinha uma relação um pouco melhor assim, digamos, mais frequente. Eles moravam no Paraná, então duas vezes por ano eles vinham pra cá. Ou a gente ia pra lá. Ai depois que eles foram pro Japão, a gente praticamente não tem contato. Eu de vez em quando falo com minha prima, mas acho que é mais essa lembrança de infância. De sempre reunir a família. Acho que o que me deixa mais como parente, é o contato mesmo. Tem uns primos que eu nunca tive contato, eu sei que são meus primos, mas eu não considero, porque não sei nem o nome. Acho que mais o contato mesmo que a gente tinha na infância. Fazia festa de família. Esses outros parentes, primos que moravam no Paraguai, as vezes vinham, mas eles, como são mais velhos do que eu, quem teve mais contato foi minha irmã. Minha irmã conhece todo mundo, eu já não tive contato. Querendo ou não, deve ter uma diferença ai de 15, 20 anos, eu estou com 33, eles devem estar com quase 50 anos. A diferença é muito grande, por isso que, eu pelo menos, nunca tive contato. Mas quando eu estava no Japão, minha prima falava, ah, vamos visitar seus primos. Ai eu falava, desculpa, mas minhas primas são vocês. Eles são meus primos, mas eu não conheço. Não sei nem o nome. Como é que eu vou visitar uma pessoa que eu não sei o nome?.

Nádia: E agora que você é pai, sua noção de família mudou?

Francisco: Assim, que nem eu tinha falado com minha esposa, até ele vir pra casa, eu sei, eu vi ele nascer, tudo, mas ainda não tinha caído a ficha de que ia ser pai. A gente nunca está preparado pra isso, por mais que você ache que esteja preparado, não vai estar. Hoje eu vejo assim, que a coisa mais importante pra mim é ele. Hoje minha família seria meus pais e ele. Mas eu não sei te definir exata-

mente, se mudei minha ideia de família. Acho que não. Creio que não.

Nádia: E os avós? É o primeiro neto?

Francisco: É o primeiro tanto do meu lado, quanto da minha esposa. Primeiro neto. Só que meus pais não são muito assim de demonstrar carinho, coisa assim. Demonstrar afeto. São bem fechados. Então, por enquanto, eles devem ter visto o meu filho duas ou três vezes. É pouco.

Nádia: E você não sente falta de ter os avós mais perto?

Francisco: Sentir falta eu até sinto, mas é que hoje eles têm a vida deles, eu tenho a minha vida. Mas são meus pais, eu não vou deixar de ir lá nunca. Mas acho que nosso contato sempre foi assim mesmo, nunca demos muito afeto assim, sempre uma relação de pai e filho, só que mais respeitoso, nada de contato direto, tanto que fui pro Japão e não tive problema nenhum em ficar por lá. Falar que entrei em depressão, não tive nada disso. Pra mim foi uma alegria, digamos assim. Você sai de casa, consegue sua independência. Mas nunca esquecia deles né. Só que a gente não tem aquele contato, muito contato. Não que a gente não se goste.

Nádia: E quando você voltou, foi fácil adaptar?

Francisco: Foi meio complicado porque você volta pra casa dos seus pais, tem as regras deles. Quando você tem a sua casa, é a sua regra, mas na casa deles tem que seguir.

Nádia: Mas vocês voltaram casados?

Francisco: Não, a gente voltou, cada um foi pra sua casa. Eu fui pra minha casa, ela pra dela e a gente se encontrava final de semana. Mas a gente tinha que seguir as regras da casa. Meus pais gostam que na refeição você fique à mesa, toda a refeição, não pode ser, vou almoçar agora, ou vou almoçar depois.

Nádia: E já era assim antes?

Francisco: Sim, sempre foi. Pelo menos a refeição era uma hora sagrada. Tinha que estar todo mundo à mesa. Sábado eu voltava de madrugada, ia pra balada, ia dormir oito horas da manhã, e o almoço era 10:30. Almoço eu tinha que estar à mesa.

Nádia: De ressaca.

Francisco: De ressaca (risos), mas tinha que estar lá pra almoçar.

Nádia: E fora da família, se adaptar de novo.

Francisco: Ah, sim, nesse ponto eu não tive problema de adaptação. Pelo fato de eu sempre ter a ideia de querer voltar pro Brasil, mas o único problema de adaptação que você tem é o choque que você sofre de sair de lá e vir pra cá, nessa parte de respeito com as pessoas, tem muita coisa quando você vem pra cá que você acha que o Brasil é mal educado, comparando com o Japão né. Tirando isso, acho que não teve muito. Comida também a gente não teve problema de adaptação, não tive esse problema também. Com amigos também não. Voltei pros mesmos amigos. É claro que o grupo se separou né. Sempre vai mudando né. Algo sempre muda. Mas eu sempre tive o círculo de amizades que se manteve por vários anos. São pessoas que eu realmente considero meus amigos. Colega você sempre fica trocando, sempre fica conhecendo gente.

Nádia: O seu filho vai aprender primeiro japonês ou português?

Francisco: O japonês vai ficar a cargo do meu pai, ele já falou. Já falei com ele. Ele disse, japonês deixa que eu ensino quando ele estiver aqui em casa.

Nádia: Vocês dois (casal) conversam em japonês?

Francisco: Quando a gente voltou a gente conversava mais. Pra ela não esquecer a língua. Porque ela aprendeu no Japão. Então, como não é a língua nativa dela, se você não conversa, você acaba esquecendo. Eu não esqueço porque eu ainda converso. Hoje eu converso com meus pais praticamente toda semana. Pra saber se precisam de alguma coisa. Procuo ir mais lá. Pra não deixar eles desamparados. Mas o japonês vou deixar com eles. Mas talvez, assim que ele começar a falar, talvez a gente comece a introduzir mais a língua japonesa aqui em casa. Mas não que vá ser uma coisa mais rígida. Não tem como a gente cobrar isso.

Nádia: E vocês já estão pensando em fazer outro?

Francisco: Ela está (risos), eu estou tentando assimilar esse. A gente sempre pensou em ter pelo menos uns dois filhos. Mas mal chegou um, eu não consigo pensar no outro.

Nádia: E essa escolha do nome. Ele não tem nome...

Francisco: Português? Não. A gente entrou num acordo. Eu queria que colocasse um nome brasileiro, um nome japonês e um sobrenome. Ela já não queria. Ela queria só um nome e um sobrenome. Ai

ficou só nome e sobrenome, sendo o nome japonês. Porque ela achou que três nomes ia ficar comprido.

Nádia: E vocês “abrasileiraram”?

Francisco: É, a gente queria um nome que não causasse constrangimento. Eu gostava desse nome, ela também gostava, então fechou. Aí tem aquele negocio do “d” (a grafia correta do nome de seu filho é com J, que pronuncia-se “d”, então, o casal decide registra-lo de acordo com a pronuncia).

Percebendo o cansaço de Francisco, e que o assunto começara a mudar completamente de direção, agradeço por sua colaboração para enfim me despedir, deixando a família repousar após o longo dia de trabalho.